

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2016 - 2019 EXERCÍCIO 2017



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



ABRIL - 2018

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2016 - 2019 EXERCÍCIO 2017



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS



ABRIL - 2018



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

FLÁVIO DINO - Governador

CARLOS BRANDÃO - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLO APOLÔNIO DUAILIBE BARROS

Subsecretário de Estado do Planejamento e Orçamento

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICO E CARTOGRÁFICO - IMESC

FELIPE MACEDO DE HOLANDA

Presidente do IMESC

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SPLAN

ROBERTO SANTOS MATOS

Secretário Adjunto do Planejamento e Orçamento

MARIA DA GRAÇA GOMES XIMENES ARAGÃO

Gestora do Sistema de Planejamento e Orçamento

DOMINGOS JOSÉ CARNEIRO NETO

Superintendente de Programas

EDUARDO HENRIQUE SANTOS PEREIRA

Superintendente de Assuntos Fiscais



TÂNIA MARIA MACATRÃO COSTA

Superintendente de Gestão de Planos e de Orçamentos

FERNANDO CAMPELO

Superintendente de Normas

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Roberto Santos Matos - Coordenador Geral

Domingos José Carneiro Neto - Coordenador Executivo

Auricélia Cruz Sá

Cláudio Braga

Cristiane Assunção Martins Oliveira

Daniela Duailibe Barros Rêgo

Deuzimar da Cunha Sousa

Francisco Nawanderson Ferreira Lopes

Leonardo Borralho Araújo

Luiz Teixeira de Lemos Filho

Maria da Conceição Lima Silva

Maria Rogéria dos Santos

Marcelo de Sousa Santos

Mônica Castro dos Santos

Paulo Raphael da Cunha Silva

Raphaela Sereno Silva Borba

Rosa Mariana Freire Silva

Simone do Espírito Santo Pereira Almeida

Thaís Cristina



EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

Secretarias de Estado e suas Unidades Vinculadas

EDITORAÇÃO

Maria da Conceição Lima Silva

Maranhão, Governo do Estado, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2016/2019, Exercício 2017 do Estado do Maranhão, 303.

1. Planejamento Governamental – Maranhão. Relatório de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017.

1. Administração Pública – Maranhão I. Título



SECRETÁRIOS DE ESTADO

RODRIGO PIRES FERREIRA LAGO

Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES

Secretário de Estado da Fazenda

ANTÔNIO JESUS LEITÃO NUNES

Secretário de Estado de Governo

RODRIGO PIRES FERREIRA LAGO

Secretário de Estado da Transparência e Controle – em exercício

EDNALDO DARTAGNAN VERAS NEVES

Secretário de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos

RODRIGO MAIA ROCHA

Procurador Geral do Estado

WERTHER DE MORAES LIMA JÚNIOR

Defensor Público Geral do Estado

CLAYTON NOLETO SILVA

Secretário de Estado da Infraestrutura

FELIPE COSTA CAMARÃO

Secretário de Estado da Educação

JEFFERSON MILLER PORTELA E SILVA

Secretário de Estado da Segurança Pública



MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Administração Penitenciária

JOSÉ EDJAHILSON BEZERRA DE SOUZA

Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA

Secretário de Estado da Saúde

DIEGO GALDINO DE ARAUJO

Secretário de Estado da Cultura e Turismo

FRANCISCO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social

HEWERTON CARLOS RODRIGUES PEREIRA

Secretário de Estado do Esporte e Lazer

JÚLIO CESAR MENDONÇA CORRÊA

Secretário de Estado da Agricultura Familiar

DAVI DE ARAÚJO TELLES

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO

Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

FLÁVIA ALEXANDRINA COELHO ALMEIDA MOREIRA

Secretária de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

SILVIO CONCEIÇÃO PINHEIRO

Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária

EXPEDITO RODRIGUES SILVIA JÚNIOR

Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia



LILIAN RÉGIA GONÇALVES GUIMARÃES

Secretária de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores

MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

RICARDO GARCIA CAPPELLI

Secretário de Representação Institucional no Distrito Federal

TEREZINHA DAS NEVES PEREIRA FERNANDES

Secretária de Estado da Mulher

SILVIO CARLOS LEITE MESQUITA

Secretário-Chefe do Gabinete Militar

GERSON PINHEIRO DE SOUZA

Secretário de Estado Extraordinário da Igualdade Racial

MARCO ANTÔNIO BARBOSA PACHECO

Secretário de Estado Extraordinário de Articulação de Políticas Públicas

PIERRE BATISTA MORAES JANUÁRIO

Secretário de Estado Extraordinário de Programas Especiais

TATIANA DE JESUS FERREIRA

Secretária de Estado Extraordinária da Juventude

RAFAELA VIEIRA VIDIGAL

Secretária-Chefe do Gabinete do Governador

JOSLENE SILVA RODRIGUES

Secretária-Chefe da Assessoria Especial do Governador



COMANDANTES GERAIS

Cel. QOPM JORGE ALLEN GUERRA LUONGO

Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão - CMMA

CÉLIO ROBERTO PINTO DE ARAÚJO

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão - CBMMA

REITORES

ELIZABETH NUNES FERNANDES

Reitora / Pro Tempore da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL

GUSTAVO PEREIRA DA COSTA

Reitor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

JHONATAN UELSON PEREIRA SOUSA DE ALMADA

Reitor do Instituto Estadual do Maranhão – IEMA

PRESIDENTES E DIRETORES

EDUARDO DE CARVALHO LAGO FILHO

Presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

JOSÉ ARTUR CABRAL MARQUES

Presidente da Companhia Maranhense de Gás - GASMAR

ROGÉRIO SANTOS ARAÚJO

Diretor Presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

LUIS CARLOS OLIVEIRA SILVA

Presidente da Comissão Central Permanente de Licitação - CCL

VANDERLEY RAMOS SANTOS

Presidente da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH



SERGIO SILVA SOMBRA

Presidente da Junta Comercial do Maranhão - JUCEMA

LARISSA ABDALLA BRITTO

Diretora-Geral do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão – DETRAN

FELIPE MACEDO DE HOLANDA

Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Cartográficos – IMESC

OLIVAR ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

Diretora-Geral da Fundação Nice Lobão – CINTRA

RAIMUNDO DE OLIVEIRA FILHO

Presidente do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA

ELISÂNGELA CORREIA CARDOSO

Presidente da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC

LAWRENCE MELO PEREIRA

Presidente da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos – MOB

LÍVIO JONAS MENDONÇA CORREA

Presidente da Agência Executiva Metropolitana (Grande São Luís) - AGEM

FREDERICO CLEMENTINO ÂNGELO

Presidente da Agência Executiva Metropolitana (Região Sudoeste) - AGEMSUL

JOSÉ RINALDO DE ARAÚJO MAYA

Presidente da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos – EMARHP

JOSÉ FERNANDO BENIN

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV



KAREM BEATRIZ TAVEIRA BARROS

Presidente do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão do Estado do Maranhão – PROCON/MA

LOROANA COUTINHO DE SANTANA

Presidente da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP/MA

CHEFES DAS ASPLANS

HELENILSON LIMA MENDES

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da Casa Civil

ABSON BARROS FURTADO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da STC

SILVIA MARIA LEITE SOUSA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SECID

DURVAL NASCIMENTO SANTOS

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da CAEMA

PAULO ROBERTO MOREIRA LOPES

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SAGRIMA

ALDENIR PAIVA DE CARVALHO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da AGED

JEANE SOUZA FERREIRA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SECTUR

ROBERT SOUSA FERREIRA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da FMRB

NELSON REIS

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEDES



NELSON REIS

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da GISP

MYRTHES BARBOSA FROTA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEFAZ

MARIA ELIANA ALVES LIMA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEDUC

ANDREIA DANTAS FERREIRA DE SOUSA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da Fund. Nice Lobão

SANDRA HELENA BALDEZ CASTRO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SSP

ANTÔNIO FERNANDO SOUSA OLIVEIRA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas do DETRAN

JOANICE ROCHA REIS

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEMA

CARMEM BELFORT

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SAUDE

SUELY CRUZ

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEPLAN

ANDRÉ LUÍS LUSTOSA DE OLIVEIRA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas do IMESC

ROSA LUÍSA TEIXEIRA MACHADO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEINC

POLIANA VANDERLEI OLIVEIRA UCHOA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da JUCEMA



SARAH RAQUEL LOUREIRO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas do INMEQ-MA

HARLAN ARLEN COSTA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da EMAP

ANTOMAR MAFRA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SECTI

EMANUEL DENNER L SENA ROSA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas do IEMA

JOSÉ RIBAMAR PEREIRA SOARES FILHO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da UEMA

ALINE NUNES

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da FAPEMA

JOSÉ RIBAMAR S. FRÓES FILHO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEDEL

JOILENE MARIA PEREIRA DE ARAÚJO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SETRES

LUCIA REGINA DE AZEVEDO PACHECO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEMU

SANDREANE FERREIRA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SINFRA

EDNA MARIA FERNANDES RIO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da MOB

BENIGNA REGINA C. M. ALMEIDA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEDHIPOP



JÚLIO GONÇALVES SIMÕES

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas do PROCON

SORIMAR SABOIA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da FUNAC

EDNA MARIA BASTOS DE MATOS

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEAP

CLAUDIO GASPAR

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEGEF

FLAVIA TEREZA FARIAS CORREA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SAF

GEORGE HENRIQUE MELO DOS REIS

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da ITERMA

ARTUR COSTA SOARES JUNIOR

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da AGERP

GLACILENE SANTANA MACHADO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SEGOV

LUCIANA SOARES

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da SECAP

MAJOR SANTOS

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da PMMA

JOSÉ FIRMINO MENDES FERREIRA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas do CBMMA

ANTÔNIO PEREIRA DA CUNHA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da EGMA



LUAN GONÇALVES DUTRA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da CCL

DENIDES ARAÚJO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da FEPA

GILDÁZIO ÂNGELO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas do NASSP

EXPEDITO BARROSO

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da UEMASUL

CONSUELO BORGES DE SOUZA MAGALHÃES

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas da AGEM



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	19
2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO	22
3. CENÁRIO MACROECONÔMICO	28
4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DO PPA 2016-2019, BASE 2017	53
CAPÍTULO I: PODER EXECUTIVO	55
EIXO I: CUIDAR BEM DO DINHEIRO PÚBLICO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	57
PROGRAMA: 0562 - Planejamento, Conservação e Preservação Ambiental	59
PROGRAMA: 0210 - Maranhão Conhecido e Informado	62
PROGRAMA: 0211 - Representação e Defesa do Estado	65
PROGRAMA: 0212 - Administração da Política Tributária	68
PROGRAMA: 0311 - Gestão da Política de Saúde Pública	71
PROGRAMA: 0317- Gestão Governamental	74
PROGRAMA: 0320 - Gestão da Política de C&T, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico	78
PROGRAMA: 0325 - Gestão de Políticas para as Mulheres	81
PROGRAMA: 0328- Gestão de Administração Estratégica Governamental	84
PROGRAMA: 0345 - Gestão da Política de Agricultura e Pecuária	87
PROGRAMA: 0347- Planejamento e Gestão Governamental	90
PROGRAMA: 0202 - Controle Interno do Poder Executivo	93



EIXO II: ENFRENTAR AS INJUSTIÇAS SOCIAIS	97
PROGRAMA: 0600 - Fortalecimento da Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	98
PROGRAMA: 0131 - Produção e Difusão Cultural	102
PROGRAMA: 0177- Ensino de Graduação Superior	105
PROGRAMA: 0193 - Mais Segurança Alimentar e Nutricional	108
PROGRAMA: 0504 – Maranhão Patrimônio Cultural	111
PROGRAMA: 0539 - Proteção e Promoção Social	114
PROGRAMA: 0541 - Garantia do Direito do Consumidor	117
PROGRAMA: 0554 - Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social	120
PROGRAMA: 0560 - Saneamento Básico	124
PROGRAMA: 0563 - Enfrentamento à Violência e Discriminação contra a Mulher	127
PROGRAMA: 0571 - Memória Republicana	130
PROGRAMA: 0575 - Mais Vida no Trânsito	133
PROGRAMA: 0577 - Mais Segurança	136
PROGRAMA: 0578 - Mais Esporte Mais Lazer	140
PROGRAMA: 0584 - Mais Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior	143
PROGRAMA: 0585 - Cidadania Digital para Todos	146
PROGRAMA: 0588 – Minha Casa Meu Maranhão	149
PROGRAMA: 0589 - Inclusão Socioprodutiva Mais Renda e Cidadania	152
PROGRAMA: 0590 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	155



PROGRAMA: 0593- Pesquisa e Pós-Graduação	159
PROGRAMA: 0595 - Escola Digna	161
PROGRAMA: 0596 - Saúde para Todos	167
PROGRAMA: 0597- Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde	171
PROGRAMA: 0598- Fortalecimento da Vigilância em Saúde	174
PROGRAMA: 0599 - Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão	178
PROGRAMA: 0103 – Extensão Universitária	181
EIXO III: DESENVOLVIMENTO PARA TODOS	185
PROGRAMA: 0591- Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Sustentabilidade Ambiental	187
PROGRAMA: 0160 - Reforma e Regularização Fundiária	191
PROGRAMA: 0521 - Desenvolvimento da Economia Solidária	194
PROGRAMA: 0522 - Mais Turismo	197
PROGRAMA: 0544 - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	200
PROGRAMA: 0546 - Defesa Agropecuária	203
PROGRAMA: 0572- Mais Pescado	206
PROGRAMA: 0576 - Desenvolvimento Sustentável do Setor Mineralógico e Energético	209
PROGRAMA: 0579 - Promoção do Trabalho Digno	212
PROGRAMA: 0580 - Mais Qualificação para o Trabalho	215
PROGRAMA: 0581- Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agricultura Familiar	218
PROGRAMA: 0582- Mais Produção e Abastecimento	221
PROGRAMA: 0583 - Maranhão Empreendedor	224



PROGRAMA: 0122 - Registro das Atividades Mercantis	227
EIXO IV : AMPLIAR A INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	231
PROGRAMA: 0587- Reestruturação e Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas do Estado do Maranhão	233
PROGRAMA: 0137- Construção e Melhoria de Equipamentos Urbanos	236
PROGRAMA: 0531 Logística e Transportes	239
PROGRAMA: 0552- Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	242
PROGRAMA: 0586- Desenvolvimento Urbano e Regional	245
PROGRAMA: 0120 - PORTO - Porta Facilitadora de Negócios	248
CAPÍTULO II: OUTROS PODERES	251
LEGISLATIVO	253
PROGRAMA: 0316 - Fortalecimento do Controle Externo	255
PROGRAMA: 0318 - Gestão Legislativa	257
JUDICIÁRIO	259
PROGRAMA: 0543 - Prestação Jurisdicional	261
MINISTÉRIO PÚBLICO	265
PROGRAMA: 0337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça	267
DEFENSÁRIA PÚBLICA	269
PROGRAMA: 0341 - Gestão da Política de Defesa do Cidadão	271
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	274



APRESENTAÇÃO

Em observação ao que dispõe o Parágrafo Único do art. 12 da Lei nº 10.375, de 16 de dezembro de 2015, que institui o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, o Governo do Estado do Maranhão apresenta à Assembleia Legislativa e à sociedade o Relatório Anual de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2016-2019, ano-base 2017. A referida avaliação tem como objetivo apresentar os principais resultados obtidos, em cada programa de governo, no exercício em questão.

A avaliação do PPA 2016-2019 representa um importante instrumento de conhecimento e proposição de interferências nos procedimentos de gestão pública, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo no processo de planejamento e alocação dos recursos públicos, pois, as correções dos problemas identificados propiciam o aperfeiçoamento na atuação governamental. Assim, além de contribuir para o aperfeiçoamento do planejamento, o presente Relatório tem a missão institucional de, por meio da prestação de contas à sociedade, fortalecer a democracia e difundir as práticas de gestão participativa e de controle social, que visam, entre outros, o cumprimento das prerrogativas do que atualmente se entende como *accountability*.

Ademais, é importante ressaltar que a Avaliação Anual não resulta em um procedimento estanque. O processo de planejamento é bastante dinâmico, pois, constitui-se em um permanente acompanhamento e monitoramento dos programas e ações, realizados a partir de uma análise criteriosa e sistemática dos atributos e resultados alcançados em suas respectivas implementações.



Cumpre enfatizar que a construção desta avaliação deu-se a partir de um Plano Plurianual, cuja elaboração contou com a participação de todos os órgãos que integram a Administração Pública Estadual, dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da sociedade civil.

Com a perspectiva de **Desenvolvimento e Justiça Social para Todos**, a definição da programação para o período compreendido entre 2016 a 2019, teve a participação popular através das **Escutas Territoriais**, eventos realizados em 15 cidades, baseados nos critérios de regionalização dos Territórios da Cidadania, com o objetivo de colher propostas da sociedade para a elaboração do Plano Plurianual 2016 – 2019, ampliando significativamente a participação popular.

A sua elaboração considerou, ainda, a priorização da superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no Estado, que se traduziu na definição de um robusto conjunto de políticas públicas para: efetivação do combate ao analfabetismo e à precarização das escolas públicas; ampliação do abastecimento de água e esgotamento sanitário; promoção e ampliação da geração de emprego e renda, com inclusão produtiva dos segmentos sociais mais vulneráveis, assim como, a valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental, cuja ação inicial deu-se por meio da instituição do Plano de Ações “Mais IDH”.

A programação do Plano Plurianual 2016-2019 é composta por ações definidas a partir das **diretrizes de governo**, nas diversas áreas de atuação das políticas públicas com ampliação do acesso e melhoria das condições de vida de toda população e no âmbito desta avaliação, cujo resultados estão agrupados em **4 Eixos: Cuidar bem do Dinheiro Público e Modernização da Gestão Pública; Enfrentar as Injustiças Sociais; Desenvolvimento para Todos e Ampliar a Infraestrutura Logística**.

No exercício de 2017, foram avaliados os programas que contribuíram para o alcance dos objetivos, nas seguintes áreas de atuação: Cidades e Urbanismo; Agropecuária e Abastecimento; Cultura; Desenvolvimento



Social; Educação; Segurança Pública; Saúde; Planejamento e Orçamento; Indústria e Comércio; Ciência, Tecnologia e Inovação; Esporte e Lazer; Turismo; Trabalho e Economia Solidária; Mulher; Infraestrutura; Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania; Justiça e Administração Penitenciária; Minas e Energia; Pesca e Aquicultura e Agricultura Familiar.

Assim, foram analisados, no conjunto da programação 2017, o desempenho de 63 programas, sendo 46 **finalísticos**, 13 da área de **Gestão de Políticas** e 4 de **Serviços ao Estado**. Outrossim, o **Relatório de Avaliação** tem a seguinte estrutura: além desta apresentação, uma abordagem sobre a metodologia de avaliação, análise do cenário fiscal, o desempenho dos Programas do PPA, exercício 2017, tanto para o poder executivo quanto para os outros poderes. Na última parte do relatório foi apresentada a conclusão do trabalho, com os principais resultados e recomendações.

É oportuno relatar, finalmente, que o processo de elaboração da avaliação, coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, contou com a intensa participação das equipes dos órgãos e entidades vinculadas à Administração Pública Estadual, através das Assessorias de Planejamento e Ações Estratégicas – ASPLAN, possibilitando que as avaliações setoriais fossem elaboradas em formulário específico, no qual foram analisados os principais atributos do programa, confrontando-os com os seus resultados/impactos alcançados. Cabe destacar, também, que este procedimento foi realizado, pelo segundo ano consecutivo, no Módulo de Avaliação do Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA, o que se demonstrou fundamental para que as funções de monitoramento e avaliação se institucionalizassem, contribuindo para subsidiar o processo decisório da ação governamental, e, conseqüentemente, ampliar a capacidade de consecução dos objetivos e metas previstos.



METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento gerencial que se integra ao conjunto de ferramentas do modelo de gestão focada nos resultados. Mais do que assegurar a conformidade legal de procedimentos ou medir a capacidade de implementação dos programas de governo, avaliar significa comparar o esforço realizado com a demanda e a satisfação do beneficiário, adequando crescentemente os programas às expectativas da sociedade.

A Avaliação do PPA correlaciona-se com as diversas etapas do ciclo do planejamento, pelo qual, se deve entender os processos de elaboração, execução, monitoramento e revisão.

Trata-se, em suma, de um instrumento essencial para qualquer gestão verificar o desempenho dos programas de governo, a sua eficiência, eficácia e efetividade, mediante a análise das metas físicas, financeiras e acompanhamentos externos. Assim, torna-se possível perceber a conformidade entre o planejado e o executado, bem como, a qualidade das despesas públicas.

Avaliar os resultados dos programas governamentais, quanto à eficiência e eficácia, tem amparo legal nos incisos I e II do art. 74 da Constituição Federal de 1988, e nos incisos I e II do art. 53 da Carta Estadual, também de 1988. Esses dois artigos determinam que os poderes, legislativo, executivo e judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e do Estado, respectivamente e;



II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades das administrações federal e estadual.

Ademais, para a realização desta avaliação, fez-se necessário considerar os principais atributos citados na Lei 10.375/2015, que instituiu o PPA 2016-2019, considerando em seu art. 1º, § 1º:

- I - Diretrizes: são as proposições e orientações norteadoras da ação de governo;
- II - Objetivos: são os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- III - Metas: são as especificações e as quantificações físicas dos objetivos estabelecidos;
- IV - Programa: é o instrumento de organização da ação concretização dos objetivos pretendidos, mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual, o qual se subdivide em:
 - a) Programa Finalístico: do qual resultam bens ou serviços ofertados à sociedade pela administração pública estadual, que concorre diretamente para a expansão ou aperfeiçoamento das ações governamentais;
 - b) Programa de Serviço ao Estado: do qual resultam bens ou serviços ofertados diretamente ao Estado;
 - c) Programa de Gestão de Política Pública: destinado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação e ao controle dos demais programas sob a responsabilidade de determinado órgão;
 - d) Programa de Apoio Administrativo: que contempla as despesas de natureza tipicamente administrativa, que contribuem para a consecução dos objetivos dos outros programas.



V - Indicador: é a medida, geralmente quantitativa, usada para ilustrar e comunicar um conjunto de fenômenos complexos de forma simples, com razoável grau de certeza, incluindo tendências e progressos ao longo do tempo;

VI - Ação: menor nível de categoria de programação, corresponde a um instrumento necessário para alcançar o objetivo do programa, podendo ser orçamentária e não orçamentária e está classificada conforme a sua natureza, em:

a) atividade: quando envolver um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulte um produto necessário à manutenção da ação de governo;

b) projeto: quando envolver um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulte um produto que concorra para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

c) operação especial: quando envolver despesas que não contribuam para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulte um produto e não gere contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Neste contexto, a avaliação anual do PPA tem a finalidade de:

a) prestar contas à sociedade: a avaliação anual fornece informações qualificadas sobre o desempenho dos programas, ampliando a transparência das ações de governo;

b) corrigir rumos: assegurar o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do plano como um todo, provendo subsídios para corrigir falhas de concepção e implementação, atualizar objetivos e metas em relação às demandas da sociedade e garantir que os resultados desejados junto ao público ocorram efetivamente;



c) auxiliar a tomada de decisão: quando conectada aos processos decisórios proporciona informações úteis para a melhoria da gestão por resultados;

d) promover o aprendizado: a avaliação amplia o conhecimento dos gerentes e suas equipes sobre o programa quanto à concepção, implementação, resultados e, sobretudo, em relação à satisfação do público-alvo pela sua efetividade.

O processo de avaliação também pode deparar-se com fatores internos e externos que impossibilitam uma análise mais fidedigna, que retrate os reflexos de cada programa, motivados por:

- I) Inobservância das orientações estratégicas de governo – visão, diretrizes e indicadores;
- II) Árvores de problemas e de objetivos mal elaborados;
- III) Inconsistência entre objetivos, ações, produtos, metas e público-alvo;
- IV) Inadequação dos indicadores de desempenho socioeconômicos definidos no painel;
- V) Baixa integração entre os geradores de informações, monitores e avaliadores;
- VI) Conflitos, superposições e incompatibilidade entre o modelo de gestão do PPA e a estrutura formal existente;
- VII) Inobservância da gestão financeira ao planejamento;
- VIII) Ausência de gestores de programas e coordenadores de ações;
- IX) Ausência de investimentos em capacitação; e
- X) Ausência da cultura avaliativa sob as óticas da eficiência, eficácia e efetividade.



Assim, para avaliação do plano é fundamental adotar uma metodologia capaz de extrair da melhor forma as informações, tanto em nível gerencial quanto técnico, que servirá de base para o processo de tomada de decisão.

Este processo de avaliação deu-se em 3 etapas, a saber:

1ª etapa: Apresentação, pela SEPLAN, da metodologia de trabalho aos responsáveis dos Órgãos Setoriais;

2ª etapa: Avaliação setorial dos programas em formulário padronizado, realizada pelos órgãos e entidades vinculadas;

3ª etapa: Avaliação de desempenho dos programas no SISPCA; Elaboração do contexto fiscal; Consolidação das informações; e a realização da avaliação final do Plano.

Cumpridas as 3 etapas e realizada a divulgação do presente relatório espera-se que as análises e recomendações aqui apresentadas sejam utilizadas tanto pelos gestores responsáveis pela execução dos programas, como pela sociedade, no exercício do controle social que lhe compete.

Para a avaliação de desempenho dos programas estabeleceu-se a análise de sua eficiência, eficácia e efetividade, princípios estes previstos nas Constituições Federal e Estadual, nos artigos 74 e 53, respectivamente.

Para determinação dos princípios da eficiência e eficácia, foi empregado o cálculo dos valores das ações que os compõem e estabelecida uma escala de valores médios, apurados para cada princípio.

A avaliação física e financeira, manifestada pelo princípio da eficiência, medida para cada ação do programa pela relação do uso dos insumos (recursos orçamentários e financeiros) para obtenção dos seus produtos (meta física planejada e a executada) – é expressa em percentagem e calculada por meio do valor médio



> entre os recursos efetivamente utilizados para a realização de uma meta para um projeto, atividade ou programa frente a padrões estabelecidos. Relativamente aos resultados vinculados à eficiência, o valor 1,0 corresponde a 100% do programa, assim, a escala de valores adotada é a seguinte:

- a) Alta Eficiência: $> 1,0$;
- b) Eficiência = 1,0 (100%);
- c) Média Eficiência: 0,99 a 0,50;
- d) Baixa Eficiência: $< 0,50$

A avaliação de produto, que expressa o princípio da eficácia, diz respeito à análise da obtenção da quantidade dos produtos (bens ou serviços) e está relacionada, especificamente, à meta física.

Quanto aos resultados de eficácia, estes são medidos por meio da relação entre a quantidade do produto planejada e obtida com a sua execução, sendo expressa em percentagem. O seu cálculo é por meio do valor médio, o qual, por sua vez, demonstra a eficácia média do programa. Nesta análise não se trata de saber se um programa é mais ou menos eficaz, trata-se apenas uma relação de atingimento ou não de metas, assim, a escala de valores adotada: Eficácia: $\geq 1,0$; Não Eficácia: $< 1,0$

A avaliação de resultado, que evidencia o princípio da efetividade, refere-se ao alcance das orientações estratégicas de governo definidas no Plano, como: visão estratégica, diretrizes, linhas estratégicas, indicadores de desempenho socioeconômicos e intermediários, definidos pelo próprio órgão.

Para que sejam promovidas ações corretivas e visando a melhoria contínua da gestão dos programas, a SEPLAN, no último item de cada programa oferece aos gestores e equipes técnicas dos órgãos um conjunto de recomendações relacionadas à análise descrita nos itens anteriores, os quais, em geral, são elaborados pelos próprios órgãos executores.



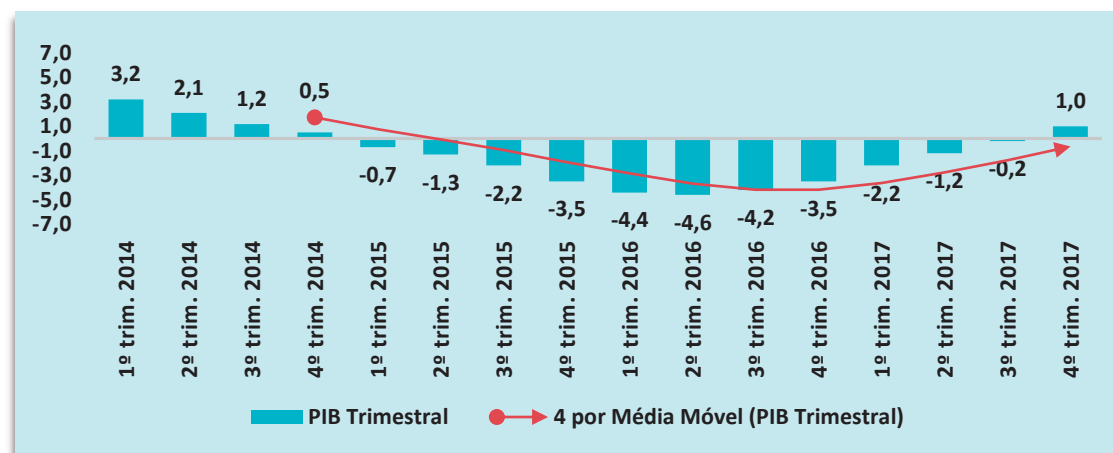
CENÁRIO MACROECONÔMICO

Desempenho da Economia Nacional e Estadual

A conjuntura do Brasil foi marcada, durante os últimos anos, por uma grave crise político-institucional atrelada à crise econômica-fiscal. A partir de 2015, o comportamento da atividade econômica apresentou sucessivos resultados negativos, propiciando entraves em todos os Estados, principalmente naqueles que dependem de recursos oriundos da União, a exemplo do Maranhão.

No acumulado dos períodos, entre os anos de 2015 até o terceiro trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto – PIB do Brasil apresentou 11 quedas consecutivas, sendo considerada uma das piores recessões registradas na história econômica do País, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 2014 - 4º trimestre 2017.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.



Com a retomada da economia, ainda que incipiente em 2017, os resultados fiscais da União, dos Estados e dos Municípios ficaram comprometidos. Nos últimos três anos, a desaceleração econômica impôs aos entes federados o desafio de equilibrar as finanças sem comprometer as políticas públicas, sobretudo, aquelas voltadas para o desenvolvimento e superação das desigualdades sociais, incluindo-se, ainda, o desempenho do fluxo de caixa, uma vez que os gestores devem honrar seus compromissos com a folha de pagamento, gastos com saúde e educação (nos termos constitucionais), segurança, transferências aos municípios, bem como o custeio da máquina pública.

Os dados apontam que, em 2017, além do registro de inflação de 2,90%, houve aumento real do PIB de 1,0% do Brasil, vide Gráfico 1. Em 2017, o País voltou a crescer após 11 trimestres negativos. Isso foi creditado por conta da recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo (Investimentos) e do Consumo. No tocante ao mercado de trabalho, o Brasil registrou, ainda que elevada, taxa de desemprego de 11,8% da População Economicamente Ativa – PEA, atingindo, dessa maneira, 12,3 milhões de pessoas. Assim, com a expressiva queda da taxa de juros (SELIC), que saiu de 13,8% em 2016 para 7,0% em 2017, com previsão de inflação de 3,8%, bem como a expectativa de crescimento da atividade econômica de 2,7%¹ e tendo em vista o ano eleitoral, em 2018, amplia-se o horizonte de modesta melhora no ambiente econômico em âmbito nacional.

Atrelado a isso, é oportuno mencionar que a agência de classificação de risco Standard & Poor's rebaixou, no início do ano de 2018, a nota de crédito da dívida soberana do Brasil de BB para BB-, haja vista o atual cenário de incertezas, e também frente a não aprovação de reformas consideradas essenciais para o equilíbrio intertemporal das contas públicas, a exemplo da previdenciária, tributária e política. Por outro lado, a agência colocou a perspectiva de longo prazo de *rating* de negativo para estável, prospectando uma melhora na economia nacional, tendo em vista a performance dos principais indicadores macroeconômicos.

¹ Ver relatório Focus de 10 de março de 2017. Para mais informações, consultar <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/readout.asp>.



No caso do Maranhão, a previsão é de alta de 4,8% do PIB em 2017, incluindo ainda a expectativa de diminuição de 4,5% para 2016, dado que esta variável apresenta defasagem de dois anos. Segundo projeções do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, a atividade econômica maranhense continuará em ritmo de crescimento em 2018, quando registrará o percentual de 3,5%.

Com este cenário para o Maranhão, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregos e Desempregados – CAGED, em 2017 registrou-se 987 demissões líquidas (admissões menos demissões), sendo que este resultado representou o melhor desempenho para o mês dos últimos 21 anos, quando foram eliminadas 970 vagas, em dezembro de 1952. No cômputo dos setores, o resultado foi possível por conta do bom desempenho da Construção Civil (670), em especial Construção de Edifícios (420), e da Agropecuária (320).

Em síntese, em meio a atual conjuntura econômica de incerteza, o Governo do Estado vem intensificando as suas políticas públicas, com destaque para a contratação e valorização dos servidores, além de um amplo conjunto de Investimentos em Infraestrutura e diversas ações de inclusão produtiva, com foco na geração de emprego e renda. Além disso, o Maranhão vem realizando pagamento da folha salarial em dia, compreendendo, ainda, os desembolsos além do mínimo constitucional para saúde, educação, investimentos e pagamento de precatórios, em valores superiores quando comparados aos últimos 3 anos.

A performance das principais macrotendências das finanças públicas do Estado do Maranhão em 2017, será exposta a seguir.

² Para mais detalhes vide Nota de Mercado de Trabalho Maranhense de dezembro. Disponível em http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/Nota_Caged_122017_Vers%C3%A3o_180126.pdf.



Resultado Fiscal

► Receita

Com o efeito do comportamento negativo da economia, que atingiu boa parte das Unidades Federativas – UF no âmbito fiscal, o Estado do Maranhão, em 2017, apresentou dificuldades financeiras para honrar os seus compromissos, sendo possível por meio do esforço de gestão, a realização do pagamento do funcionalismo público em dia e dos investimentos nas áreas sociais, a exemplo da educação, saúde e segurança.

Não obstante o atual momento de incerteza nos campos econômico e político, as receitas públicas do Estado não apresentaram a mesma *performance* observada em 2016, as quais foram influenciadas pelo Efeito da Repatriação³ (R\$ 569 milhões) e pelo grande desempenho da gestão fazendária sobre a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (R\$ 970 milhões).

Na Tabela 1, temos a evolução das receitas públicas no período recente. No agregado das receitas, houve alta de 0,1% (R\$ 23,7 milhões) entre 2016 e 2017, diferentemente do aumento ocorrido entre 2016 e 2015, de 16,4% (R\$ 2,3 bilhões). Desagregando as receitas, percebe-se que em 2017, esse singelo crescimento foi creditado à Receita Tributária, a qual cresceu 7,4% (R\$ 526,3 milhões) por meio do aumento do ICMS (27,1% da Receita Total) de 5,3% (R\$ 223,3 milhões), atrelada à expectativa de crescimento da atividade econômica maranhense, de 2,7%⁴. Além disso, é importante destacar que, apesar do período de dificuldades financeira e econômica, o Maranhão vem reduzindo gradativamente a sua dependência de recursos oriundos da União, uma vez que a sua participação da Receita Tributária em relação a Receita Total, cresceu de 43,4% em 2015 para 46,7% em 2017.

³ Conforme Lei nº 13.254 de 13 de janeiro de 2016.

⁴ Conforme projeção do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/porta1/post/publicacoes/3/18>.



Tabela 1 - Evolução das principais receitas públicas do Estado do Maranhão entre 2015 a 2017*

Receitas do Estado	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2016/ 2015	2017/ 2016	2016- 2015	2017- 2016
Receita Total	14.007,1	16.306,0	16.329,7	100,0	100,0	100,0	16,4	0,1	2.299,0	23,7
Receitas Correntes	14.748,0	17.126,4	17.259,1	105,3	105,0	105,7	16,1	0,8	2.378,5	132,7
Receita Tributária	6.072,5	7.102,5	7.628,8	43,4	43,6	46,7	17,0	7,4	1.030,0	526,3
ICMS	4.967,6	5.936,1	6.265,6	35,5	36,4	38,4	19,5	5,6	968,5	329,5
IR	530,1	573,2	698,0	3,8	3,5	4,3	8,1	21,8	43,1	124,8
IPVA	346,2	299,7	336,4	2,5	1,8	2,1	-	13,4	46,5	36,7
ITCMD	14,8	12,2	14,3	0,1	0,1	0,1	-	17,5	2,6	2,1
Outras Receitas Tributárias	213,8	281,3	314,6	1,5	1,7	1,9	31,6	11,9	67,5	33,4
Transferências Correntes	7.360,0	8.514,2	8.125,9	52,5	52,2	49,8	15,7	-	1.154,2	-
FPE	5.513,4	6.286,5	6.001,9	39,4	38,6	36,8	14,0	-	773,1	-
FUNDEB	1.256,6	1.365,6	1.296,3	9,0	8,4	7,9	8,7	-	109,0	-
SUS	336,1	404,5	425,2	2,4	2,5	2,6	20,3	5,1	68,4	20,8
CIDE	13,6	37,8	50,7	0,1	0,2	0,3	177,7	34,3	24,2	13,0
Outras Transferências Correntes	240,3	419,9	351,8	1,7	2,6	2,2	74,7	-	179,5	-
Receita de Contribuições	521,5	570,3	521,3	3,7	3,5	3,2	9,3	-	48,7	-
Receita de Serviços	263,7	265,0	307,3	1,9	1,6	1,9	0,5	16,0	1,3	42,4
Receita Patrimonial	339,4	373,6	326,1	2,4	2,3	2,0	10,1	-	34,2	-
Outras Receitas Correntes	190,8	300,9	349,6	1,4	1,8	2,1	57,7	16,2	110,1	48,8
Receitas de Capital	566,2	764,4	630,9	4,0	4,7	3,9	35,0	-	198,2	-
Operações de Crédito	541,2	561,2	451,6	3,9	3,4	2,8	3,7	-	20,0	-
Banco do Brasil/BNDES Estados/Gov.do Estado	538,9	548,5	307,4	3,8	3,4	1,9	1,8	-	9,6	-
Operação de Crédito Caixa Econ. Federal	-	-	144,1	-	-	0,9	-	-	-	144,1
Operações de Crédito Externa - BID/Profisco	2,3	12,8	-	0,0	0,1	-	454,1	-	10,5	-
Alienação de Bens	0,7	0,7	1,0	0,0	0,0	0,0	7,3	51,0	0,1	0,4
Amortizações de Empréstimos	1,1	0,7	0,3	0,0	0,0	0,0	34,5	-	0,4	-
Transferências de Capital	23,2	94,5	20,0	0,2	0,6	0,1	308,2	-	71,3	-
Outras Receitas de Capital	-	107,3	158,0	-	0,7	1,0	-	47,3	107,3	50,7
Depósitos Judiciais	-	107,3	158,0	-	0,7	1,0	-	47,3	107,3	50,7
Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias	576,5	587,1	613,2	4,1	3,6	3,8	1,8	4,5	10,6	26,1
Deduções da Receita	- 1.883,7	- 2.171,9	- 2.173,5	- 13,4	- 13,3	- 13,3	15,3	0,1	- 288,2	- 1,6



Fonte: SEPLAN.

Diferentemente da Receita Tributária, as Transferências Correntes registraram baixa de 4,6% (R\$ 388,3 milhões) influenciado pela retração de 4,5% (R\$ 284,6 milhões) do Fundo de Participação dos Estados – FPE (36,8% da Receita Total), quando comparada com o ano de 2016. O motivo dessa retração está atrelado, especialmente, à alta base de comparação de 2016, tendo em vista o incremento da Repatriação. Com a base de comparação elevada, o segundo maior componente das transferências registrou queda. Trata-se do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (7,9% da Receita Total), o qual é vinculado ao número de matrículas, que registrou baixa de 5,1% (R\$ 69,3 milhões). Diferentemente daquele comportamento, os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde – SUS, em consonância com o aumento da capilaridade dos serviços de saúde, sobretudo no interior do Estado, por meio da ampliação do número de atendimentos nas novas unidades hospitalares e os referentes à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE apresentaram altas de 5,1% (R\$ 20,8 milhões) e 34,3% (R\$ 13 milhões), respectivamente, na mesma base de comparação.

Do lado da Receita de Capital têm-se dois destaques: Operações de Crédito e Receita de Depósitos Judiciais. Apesar da diminuição das Receitas de Operações de Crédito de 19,5% (R\$ 109,7 milhões) entre 2016 e 2017, o Estado vem recorrendo a esta estratégia para a realização dos investimentos prioritários, com vistas ao desenvolvimento econômico e sustentável das cadeias produtivas. À título de exemplo, o Governo criou os seguintes programas:

I - Maranhão Mais Justo e Competitivo I e II, financiado pela Caixa Econômica Federal – CEF (R\$ 444,8 milhões) e pelo Banco do Brasil (R\$ 55,7 milhões), respectivamente, além do saldo do financiamento realizado anteriormente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O objetivo do programa é melhorar e desenvolver os setores de Transporte, Infraestrutura Rodoviária, Saneamento Básico e Segurança Pública;



II - Programa de transporte e Mobilidade Urbana, financiado pela CEF com o montante de R\$ 55,2 milhões, voltado exclusivamente para ampliação e melhoria da Infraestrutura; e

III - BNDES Estados, com o montante de R\$ 450 milhões liberados neste último exercício, com foco na construção e reforma de escolas, hospitais e outras unidades de desenvolvimento das políticas públicas, saneamento básico e segurança pública (delegacias e unidades prisionais), restando saldo equivalente a R\$ 1 bilhão a ser liquidado até 2019.

No que se refere aos Depósitos Judiciais, desde 2016, utilizou-se os recursos referentes aos processos judiciais, administrativos, tributários e não tributários, nos quais o Estado tem participação e estavam de posse da instituição financeira oficial, no caso, o Banco do Brasil. Esse mecanismo foi formalizado por meio da Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015 e também pela Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016. Desse modo, o Maranhão obteve de receita o montante de R\$ 107,3 milhões, em 2016 e R\$ 158 milhões em 2017, registrando, assim, aumento de 47,3% (R\$ 50,7 milhões) entre um ano e outro. Cumpre destacar que, a receita de Depósitos Judiciais é destinada exclusivamente para pagamento de Precatório, sendo o restante complementado com recursos do Tesouro do Estado, mediante determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJMA.

Com a recuperação da atividade econômica, diversos Estados ainda se deparam com a falta de recursos da União para honrar seus compromissos. A título de exemplo, temos o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Norte que se encontram com grandes dificuldades financeiras. Por outro lado, o Maranhão além realizar o pagamento do funcionalismo público em dia, tem executado suas políticas públicas com vistas ao desenvolvimento econômico e social. Isso pode ser observado por meio do cumprimento de 92% das promessas de campanha⁵.

⁵ Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/maranhao/2015/as-promessas-de-dino/#!/3-anos>.



Para 2018, mesmo com ambiente de incerteza no âmbito político e econômico, estima-se que o crescimento do PIB seja de 2,7%, vinculado a uma inflação de 3,8%, com aumento da massa de rendimento de 2,7% e com taxa de Juros (SELIC) de 6,5%⁶. Com esse cenário, a expectativa é que as principais receitas do Estado (ICMS e FPE) apresentem ligeira recuperação, melhorando desse modo o fornecimento de serviços básicos à população.

► **Despesa**

No tocante às despesas públicas do Estado do Maranhão, destacam-se três componentes do Grupo de Natureza de Despesa – GND, responsáveis por impulsionar o crescimento dos gastos no agregado, são eles: Pessoal; Outras Despesas Correntes – ODC (Custeio) e Investimentos.

Como se observa, não obstante o cenário desfavorável para ampliar os gastos com Pessoal (48,5% da Despesa Total), Custeio (36,9% da Despesa Total) e Investimentos (9,0 % da Despesa Total) em 2017, a Despesa Total maranhense apresentou crescimento de 10,7% (R\$ 1,71 bilhão), na comparação com 2016, vide Tabela 2.

⁶Ver os relatórios Focus de 23 de fevereiro de 2018. Para mais informações, consultar http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/id/2128787/RAF_14_2018.pdf e o da Instituição Fiscal Independente – IFI de março, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-ifi>.



Tabela 2 – Evolução das principais despesas públicas do Estado do Maranhão entre 2015 e 2017, por Natureza de Despesa, em R\$ milhão

Despesas do Estado	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2016/ 2015	2017/ 2016	2016- 2015	2017- 2016
Despesa Total	14.192,2	15.917,4	17.627,2	100,0	100,0	100,0	12,2	10,7	1.725,1	1.709,8
Despesas Correntes	12.771,0	14.136,5	15.420,6	90,0	88,8	87,5	10,7	9,1	1.365,5	1.284,1
Pessoal e Encargos Sociais	7.294,6	7.887,8	8.545,2	51,4	49,6	48,5	8,1	8,3	593,2	657,4
Juros e Encargos da Dívida	346,4	390,9	377,8	2,4	2,5	2,1	12,9	- 3,3	44,6	- 13,1
Outras Despesas Correntes	5.130,0	5.857,8	6.497,5	36,1	36,8	36,9	14,2	10,9	727,8	639,8
Despesas de Capital	1.421,3	1.780,9	2.206,6	10,0	11,2	12,5	25,3	23,9	359,7	425,7
Investimentos	997,9	1.218,7	1.587,2	7,0	7,7	9,0	22,1	30,2	220,7	368,5
Inversões financeiras	1,0	11,6	55,7	0,0	0,1	0,3	1.058,8	380,8	10,6	44,1
Amortização da Dívida	422,3	550,7	563,7	3,0	3,5	3,2	30,4	2,4	128,3	13,1
Serviço da Dívida	768,7	941,6	941,6	5,4	5,9	5,3	22,5	- 0,0	172,9	- 0,0

Fonte: SEPLAN

Em 2017, o Estado do Maranhão continuou implementando políticas públicas anticíclicas, em menor proporção, estimulando a economia local através da geração de emprego e renda. Isso pode ser observado com os incrementos das principais naturezas de despesas, sendo elas:

I - Pessoal e Encargos, que registrou aumento de 8,3% (R\$ 657,4 milhões), resultado da valorização dos servidores, marcada pelo crescimento médio anual de 10,0% no período recente, em função do pagamento da última parcela do Plano Geral de Carreiras e Cargos do Poder Executivo – PGCE, progressões de carreiras, reajustes salariais, capacitações, contratações, promoções e ampliações de programas de governo voltados aos benefícios indiretos dos servidores. A título de exemplo, entre 2016 e 2017, o gasto com funcionalismo do Executivo (em média representa



62% do gasto total de Pessoal) registrou alta de 6,7% (R\$ 326,6 milhões), incluindo os inativos (todos os Poderes), em valores nominais. Nesse caso, e no âmbito da LRF a despesa com o Poder Executivo encontra-se abaixo do Limite de Alerta (44,10% ou 90% do Limite Máximo), uma vez que registrou o percentual de 41,38% em relação a RCL, conforme **Gráfico 2**. No tocante aos concursos, destacam-se a Polícia Militar, com 1.342 vagas (além do reajuste salarial por conta da perda com a inflação), a Secretaria de Administração Penitenciária, com 224 vagas, do Corpo de Bombeiros com 59 oportunidades, novos auditores e técnicos na SEFAZ (50 vagas), a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA com 41 vagas, UEMASUL com 35 novos servidores, 30 novos Procuradores do Estado, e 17 contratações na Defensoria. Nesse sentido, cumpre mencionar que a atual gestão realizou recomposição salarial de 8% no setor da educação, contemplando cerca de 31 mil educadores, de forma que os professores do Maranhão (40hs) passaram a receber o maior salário do País, cerca de R\$ 5.540 reais;

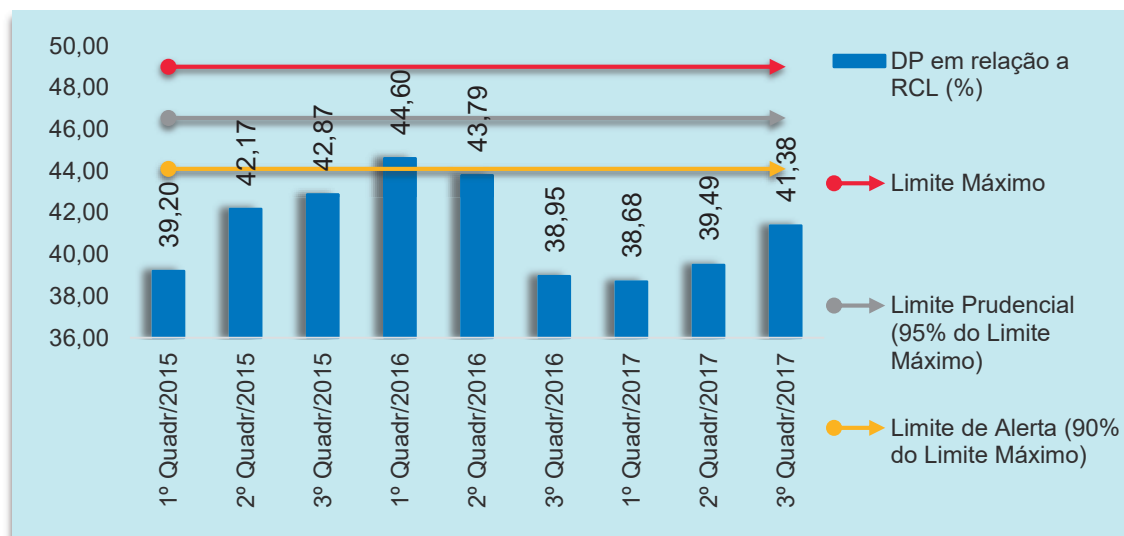
II - As Outras Despesas Correntes (Custeio), cresceram 10,9% (R\$ 639,8 milhões). Esse resultado foi creditado, em especial por conta dos aumentos de R\$ 80 milhões das Transferências a Municípios e R\$ 429,8 milhões no Custeio da Máquina Pública. No que se refere às Transferências aos Municípios, são enviados recursos às prefeituras do Maranhão (217 municípios) vinculados à arrecadação das receitas próprias (em sua maioria) e algumas Transferências Voluntárias (Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados – FPEX). Com peso menor, não obstante a sua importância, as Sentenças Judiciais registraram alta de R\$ 129,9 milhões entre 2016 e 2017. Trata-se de um crescimento justificado pelos Investimentos realizados nos períodos anteriores que estão em fase de maturação. Além disso, destacam-se a reforma em 199 escolas e a entrega de 720 mil uniformes, contemplando 360 mil alunos. Evidencia-se o esforço do Comitê Gestor, vigente desde 2015, que objetiva racionalizar os gastos, controlando, monitorando e revisando todos os contratos compreendidos pelo Poder Executivo, avaliando caso a caso, cuidando bem do dinheiro público, demonstrando que o Governo preza pela qualidade do gasto público. Por exemplo, no setor da educação foram capacitados 12.475 profissionais da educação do Ensino Fundamental,



Médio, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Indígena, Quilombola e do Campo, e implantação de 11 Centros “Educa Mais”, que oferecem educação em tempo integral aos estudantes maranhenses e mais de 4 mil matrículas. No setor da segurança, o Maranhão priorizou investimentos direcionados para a modernização tecnológica e inteligência policial por meio da criação e implantação, na Polícia Civil, das Superintendências de combate a drogas e corrupção; capacitação dos operadores de segurança; reaparelhamento das polícias e a melhoria das estruturas físicas das unidades policiais, aliado ao aperfeiçoamento institucional e político-gerencial da Segurança, incluído a promoção de praças, oficiais e capelães. Essas medidas proporcionaram resultados expressivos, tais como, queda no número de homicídios saindo de 693 em 2016 para 540 em 2017; redução de 72% nos assaltos às agências bancárias; emissão de mais de 627 mil carteiras de habilitação, sendo que 2.996 são do projeto CNH Social (CNH Jovem e Rural); 1.745 pessoas beneficiadas pela Educação para o Trânsito; 790.946 veículos licenciados e 386 fiscalizados; 167.880 condutores habilitados; 12.056 atendimentos realizados pelo Corpo de Bombeiros; e 8.417 estabelecimentos vistoriados e fiscalizados; e

III - Os Investimentos, que subiram 32,5% (R\$ 395,9 milhões) entre 2017 e 2016, tendo em vista a volatilidade do ciclo econômico, representando cerca de R\$ 1,5 bilhões em termos absolutos (valores empenhados). Cumpre destacar que 41,7% dos recursos referentes aos Investimentos decorrem de aportes do Tesouro e o restante é por meio de outras fontes, como, BNDES, CEF e BB. No caso do BNDES, em 2017 o Maranhão pagou R\$ 370,8 milhões, conseguindo, desse modo, atender setores carentes por meio da construção e pavimentação de rodovias, novas escolas, hospitais e unidades de segurança, melhorando a oferta de serviços essenciais à sociedade maranhense.

Gráfico 2 – Evolução da relação despesa com Pessoal e RCL entre 2015 e 2017, por quadrimestre, e os seus limites de endividamento, em (%)



Fonte: SEPLAN.

No bojo das despesas demonstradas na Tabela 2, tem-se o Serviço da Dívida (soma de Juros e Encargos com a Amortização do Principal) que se enquadra no rol dos dispêndios obrigatórios, que deve ser honrado sob pena de o Estado sofrer sanções da União ou inviabilizar novas Operações de Crédito, bem como, de ser impedido de receber Transferências da União. Com a estabilidade no pagamento do Serviço da Dívida (R\$ 941,6 milhões), e tendo



em vista o valor orçado na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2017, o Maranhão registrou economia de R\$ 104,3 milhões entre 2016 e 2017⁷, corroborada pelos seguintes fatores:

I - Implementação da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, através da qual os entes receberam descontos sobre os saldos devedores dos contratos de refinanciamento de suas dívidas, sendo a principal da Lei nº 9.496/97, através da aplicação de novos indexadores, substituindo, desse modo, o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna – IGP-DI; e

II - Implementação da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, na qual o Estado se comprometeu a aderir ao Novo Programa de Ajuste Fiscal – PAF, com novas regras e metas, e renegociou parte das suas dívidas com o BNDES, alterando os termos do perfil de endividamento (taxas de juros cobradas, diminuição das parcelas a serem pagas, carência no pagamento de amortizações e alongamento da dívida). Desse modo, o Estado terá um período de carência de 4 anos no valor do principal da dívida, equivalente a R\$ 9,0 milhões por mês, recurso que poderá ser utilizado para atender as demandas da sociedade.

Vinculações Constitucionais

Ainda no campo das despesas, cumpre destacar os gastos constitucionais com Saúde e Educação do Estado do Maranhão entre 2016 e 2017⁸. Nesse sentido, tratam-se de Vinculações Constitucionais relacionadas com a Receita Líquida de Impostos – RLI⁹, como pode ser visto no **Gráfico 3**.

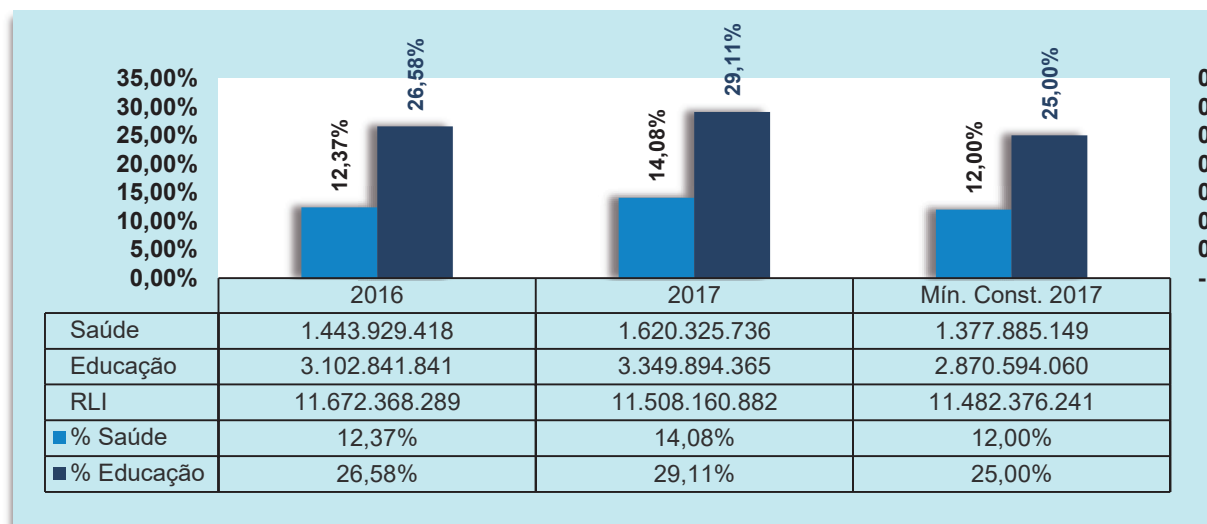
⁷ Ver com mais detalhes o Anexo VIII Demonstrativo do Serviço da Dívida, disponível em: http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LOA_2017.pdf.

⁸ As Vinculações Constitucionais são recursos provenientes de dispositivos legais que levam em consideração a obrigação do ente público em aplicar percentuais mínimos, por exemplo, 12% no caso da Saúde e 25% para Educação, em ações específicas na assunção de suas políticas de Estado.

⁹ Receita Líquida de Impostos – RLI: Receita de impostos deduzida de algumas contas específicas que servem de parâmetro para aferir os gastos com as vinculações da Educação e Saúde.



Gráfico 3 - Relação das Despesas Empenhadas da Educação e Saúde com a RLI entre 2016 e 2017 e os Mínimos Constitucionais de 2016 a 2017, em %



Fonte: SIAFEM/SEPLAN.

Em consonância com o artigo 212 da Constituição Federal de 1988, os estados e municípios deverão aplicar pelo menos 25% da RLI na manutenção e desenvolvimento do ensino. Nesse aspecto, no **Gráfico 3** tem-se o mínimo constitucional referente a educação do Maranhão de 2016 e 2017. Observa-se que houve crescimento dos repasses financeiros para educação de 29,11% (R\$ 3,4 bilhões) em 2017. Desse modo, o montante de recursos foi superior ao mínimo estabelecido pela Constituição, não obstante a queda da RLI de 1,6% (R\$ 189,99 milhões) no período em análise. Além disso, vale destacar que os recursos do FUNDEB não são suficientes para arcar com os gastos da educação, sendo necessário, anualmente, o aporte de recursos provenientes da fonte Tesouro, que, em 2017, foi de



aproximadamente R\$ 250 milhões, destinados especialmente para pagamento da folha de pessoal, pressionando o orçamento do Estado.

No caso da Saúde, conforme o inciso II do artigo 77 da Constituição Federal/88¹⁰, o mínimo é equivalente a 12% da RLI. Seguindo a mesma lógica da Educação, entre 2016 e 2017 o setor da saúde registrou alta de 14,08% (R\$ 1,6 bilhão), registrando, dessa maneira, valor superior ao mínimo constitucional, vide **Gráfico 3**.

Previdência

A Lei Complementar Estadual nº 197, de 6 de novembro de 2017, dispôs sobre a criação de uma nova autarquia denominada Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, com autonomia administrativa e financeira. O Instituto tem por finalidade gerir, planejar, coordenar e supervisionar as ações voltadas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos estaduais.

Esta medida demonstra o compromisso do governo com os mais de 42 mil inativos (aposentados, pensionistas e reformados), vide **Gráfico 4**, dada a relevância do tema, que objetiva um maior esforço da gestão do RPPS.

Atualmente, o RPPS do Estado do Maranhão contempla dois Regimes de Previdência: Financeiro e Capitalizado. A diferença entre os regimes decorre da forma de financiamento e do período de corte em função da segregação das massas. No Regime Capitalizado, o Fundo Previdenciário aufera as receitas através de alíquotas de contribuição dos servidores e do patronal, bem como das receitas patrimoniais. No outro, o Estado é o provedor dos recursos e abarcou os inativos que ingressaram nessa categoria até dezembro de 1995.

¹⁰ O inciso II afirma que: no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.



É notório que parte dos estados brasileiros já enfrentam problemas financeiros para cumprir as obrigações de pagamento das pensões e aposentadorias. Segundo o relatório do Banco Mundial¹¹, os estados e municípios que não alterarem as regras previdenciárias estarão sujeitos à insuficiência de caixa em curto prazo.

Gráfico 4 – Quantitativo dos Inativos no ano de 2017*



Fonte: SEGEPI. Elaboração: SAFI. *Dados referentes a setembro de 2017.

Pela dinâmica do RPPS, considerando os dois planos previdenciários e o universo de 69 mil contribuintes, composto por servidores ativos e inativos, percebe-se que o Tesouro Estadual e o Fundo Previdenciário – FEPA vêm realizando aportes em maiores proporções a cada ano. Além disso, em função do descompasso entre as Receitas e Despesas Previdenciárias, o déficit atuarial perfaz o valor de R\$ 28,8 bilhões, de acordo com o último relatório emitido ao final de 2017, conforme **Tabela 3**.

¹¹ Relatório do Banco Mundial Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. World Bank, November 2017. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>>. Acesso em: 01 dez. 2017.



Diante desse contexto, o IPREV trabalha no sentido de equacionar e tornar sustentável a situação da previdência no Estado do Maranhão, ao longo dos próximos exercícios. Em 2018, será criado o Comitê da Previdência, que trabalhará com o enfoque de buscar soluções de aplicabilidade de curto, médio e longo prazos estudando também os casos de sucesso e as lições aprendidas dos outros entes federativos.

Dentre as principais ações a serem implementadas na área da previdência, desde a criação do IPREV, estão: auditar o quadro de inativos via cadastramento; realizar estudos sobre os aspectos legais e as mudanças de regras da previdência pública e a previdência complementar (aos novos entrantes); buscar formas alternativas de aporte financeiro como operações de crédito, reajuste dos aluguéis, venda de imóveis, resgate de dívida ativa, compensação do Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS, Antecipação de Receitas Orçamentárias – ARO; avaliar os impactos e projetar os efeitos da variação das alíquotas de contribuição, servidor e patronal, que estão entre as menores do País desde 2004¹²; e trabalhar numa política de contratação, priorizando os servidores aposentados e reformados que pretendam voltar a trabalhar no Estado.

¹² Ministério da Previdência Social, disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/estatisticas-e-informacoes-dos-rpps/>.



Tabela 3 – Dinâmica do Regime Próprio da Previdência de 2015 a 2017

	R\$ Milhão		
Previdência	2015	2016	2017
Receitas	1.017,2	1.169,8	1.020
Receita de Contribuições	832,2	988,2	400,0
Receitas Patrimoniais	176,7	163,9	595
Outras Receitas	8,3	17,7	25,3
Despesas	1.660,3	1.882,2	2.112
Aposentados	1.066,0	1.231,4	1.359
Pensionistas	391,1	391,0	373
Reformados	202,1	259,3	315
Outras Despesas	1,1	0,5	64,8
Suficiência / Aporte Financeiro	- 643,2	- 712,4	-1.092,2
Déficit Atuarial	18,2	19,9	28,8

Fonte: SEPLAN-MA e SEGEP-MA.

Logo, tem-se o compromisso de trabalhar com responsabilidade e segurança, no intuito de buscar as melhores soluções para o futuro dos servidores públicos e da população maranhense, assegurando os direitos adquiridos.



Resultado Primário, Nominal, e Indicadores de Endividamento

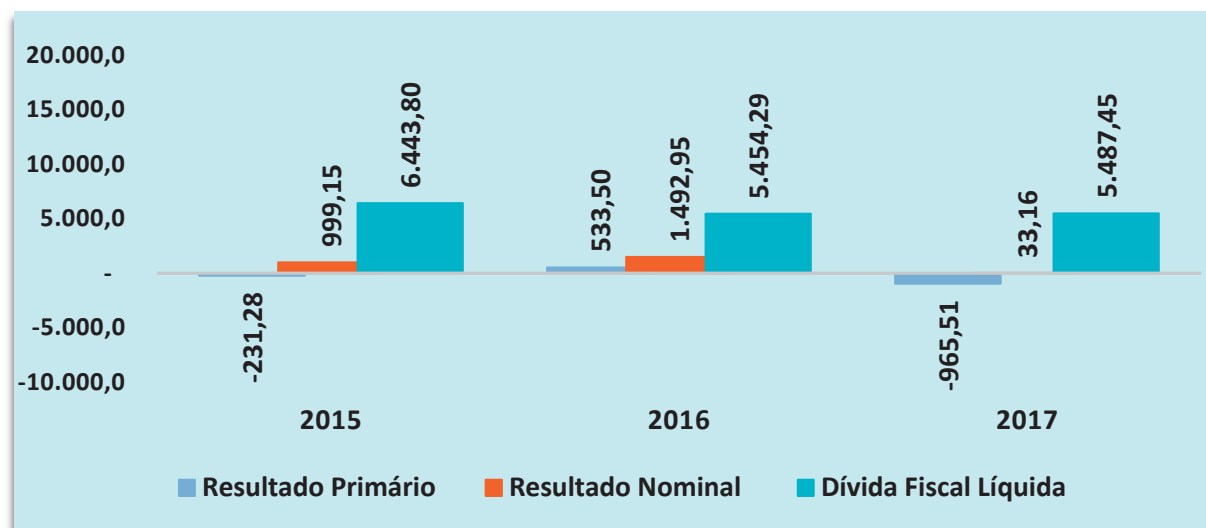
De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF¹³ de 2017, o Resultado Primário – RP representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não financeiras), ou seja, trata-se de mecanismos que não produzem dívidas, diferentemente das receitas e despesas financeiras. Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da federação. Em outras palavras, o RP mensura a capacidade dos governos estaduais de conduzir suas contas sem afetar o endividamento.

Desse modo, a performance do RP pode ser vista no **Gráfico 5**. Onde, é demonstrado a evolução dos resultados Primário e Nominal pela ótica da LRF, entre os anos de 2015 e 2017.

No âmbito da LRF, o RP apresentou evolução negativa, saindo de um superávit da ordem de R\$ 533,5 milhões em 2016 (efeito Repatriação) para um déficit de R\$ 965,5 milhões em 2017. Explica-se a maior parte desse déficit como resultado de quatro comportamentos: os gastos com investimentos (já que as fontes de financiamento da Receita de Capital não são computadas neste indicador); os pagamentos dos precatórios (superiores às receitas auferidas com depósitos judiciais, imposta pela EC 94/16); o déficit da previdência (no último ano, observou-se uma explosão das despesas previdenciárias frente ao baixo crescimento das receitas de contribuição); e o aumento dos gastos dos outros poderes (anualmente, os poderes gastam valores acima do definidos na LOA e descritos nas regras da LDO).

¹³ Disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/mdf.

Gráfico 5 – Resultados Primário e Nominal sob a ótica da LRF entre 2015 a 2017, em R\$ Milhões



Fonte: SEPLAN.

Já no caso do Resultado Nominal, o Maranhão registrou o valor de R\$ 33,2 milhões, influenciando positivamente o estoque da Dívida Fiscal Líquida – DFL, que registrou alta de 0,6% (R\$ 31,2 milhões) creditada, principalmente, pelo aumento da Dívida Consolidada de 2,1% (R\$ 146,5 milhões) no período observado. É destaque nesse indicador, o valor do Fluxo de Caixa (considerando todas as fontes e poderes) que encerrou o ano em R\$ 1,7 bilhões, valores acima da Obrigações Financeiras e Restos a Pagar, corroborando o atendimento às regras legais impostas pela LRF.



No caso da Dívida Consolidada, evidencia-se o comportamento das dívidas interna e externa. Em 2017, a dívida interna registrou alta de 9,27% (R\$ 54,1 milhões), composta pelos seguintes pagamentos:

- I - Lei 9.496/97 (R\$ 130,5 milhões);
- II - Programa Emergencial de Financiamento – PEF I e II (R\$ 55,3 milhões), que visa a realização de obras e instalações;
- III - PROINVESTE (R\$ 124 milhões), que visa a ampliação e a recuperação de hospitais, escolas e a expansão do sistema de abastecimento de água. Inclui também investimentos em segurança pública, com qualificação do trabalho de inteligência da polícia e alargamento do sistema prisional, além do projeto Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, que visa melhorar o monitoramento dos recursos naturais do Estado;
- IV - BNDES Estados A e B (R\$ 215,9 milhões). Trata-se de recursos destinados aos programas de desenvolvimento integrados ao Plano Plurianual – PPA e Lei Orçamentária Anual – LOA;
- V - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA (R\$ 10,4 milhões), cujos recursos serão destinados a rodovias e aquisição de motoniveladoras, bem como a ampliação do abastecimento de água e compras de viaturas; e
- VI - Programa Mais Justo e Competitivo (R\$ 55,99 mil), que visa a realização de investimentos nos setores da produção, mobilidade, infraestrutura e segurança.

No tocante à dívida externa, destaca-se o pagamento de R\$ 295 milhões, o que corresponde a 97,1% do total dessa dívida. Nesse sentido, entre 2016 e 2017 houve queda de 15,26% (R\$ 53,12 milhões) devido à desvalorização do dólar frente ao real, uma vez que o dólar utilizado em 2016 foi de R\$ 3,72, enquanto que em 2017 o valor foi de R\$ 3,15.

Tabela 4 – Indicadores de endividamento de 2015 a 2017

Indicadores Fiscais	2015	2016	2017
Despesa com Pessoal do Poder Executivo sobre a RCL (%)	42,87	38,95	41,38
Limite de Alerta de Pessoal (%)	44,10	44,10	44,10
Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL (%)	60,15	43,70	43,77
Limite definido por Resolução do Senado Federal (%)	200,00	200,00	200,00
Operação de Crédito para fins de Limite, em R\$ milhão	541,24	561,25	451,56
Limite de Alerta para Operação de Crédito	1.714,00	1.996,81	1.805,27

Fonte: SEPLAN.

Dada as macrotendências de finanças públicas, cumpre destacar os principais indicadores de endividamento no âmbito da LRF, conforme **Tabela 4**. Não obstante a atual conjuntura de incerteza econômica e política, os indicadores de endividamento do Maranhão encontram-se em situação confortável, evidenciando a boa gestão fiscal. Como exemplo, temos a despesa com Pessoal (Poder Executivo), que registrou o percentual de 41,38% em relação a RCL em 2017, ficando abaixo do Limite de Alerta (44,10% da RCL).

Além da despesa com Pessoal, destaca-se a Dívida Consolidada Líquida – DCL que apresentou relação com a RCL o percentual de 43,77% em 2017, bem abaixo do limite definido pelo Senado Federal (200% da RCL). Outro indicador de endividamento essencial para análise da situação fiscal é o limite para captação de recursos por instituições financeiras ou para realizar Operação de Crédito. No caso, para fins de limite, o Maranhão não ultrapassa o (1/4) do permitido por lei (16% da RCL), uma vez que registrou o montante de R\$ 561,25 milhões, representando



3,6% da RCL, evidenciando uma boa gestão fiscal no ano de 2017, sendo que o Estado poderia alcançar o montante de R\$ 1,8 bilhão de Operação de Crédito, conforme a **Tabela 4**.

Precatórios

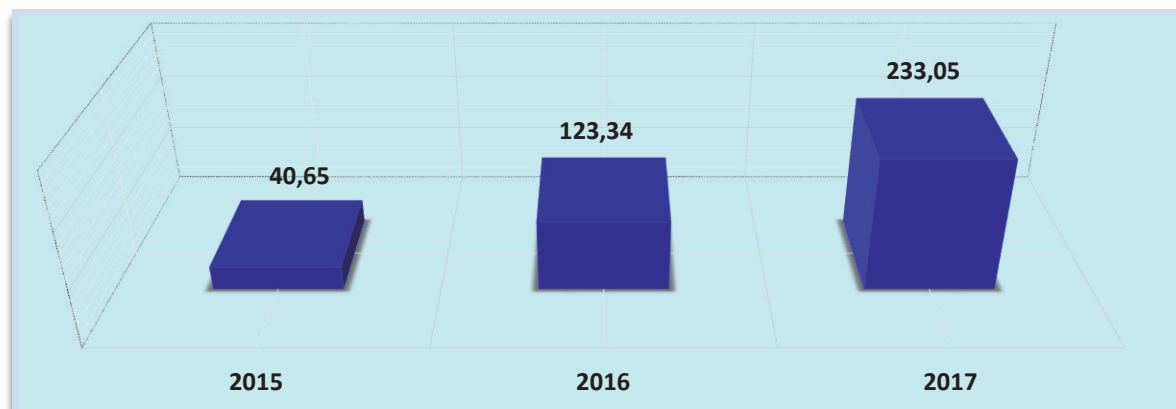
Outra despesa que pressiona o orçamento do Estado, registrada nas Outras Despesas Correntes e que merece destaque, é o pagamento de precatórios. Na atual gestão, registrou-se volume significativo de pagamento dessa despesa. Isso é evidenciado, no **Gráfico 5**. Entre 2015 e 2017, o Maranhão pagou o montante de R\$ 397 milhões, sendo que somente em 2017 o valor de desembolso foi de R\$ 233,05 milhões. Esse pagamento está sendo financiado por duas fontes:

I - 75% é de origem da receita de Depósito Judicial; e

II - Complementado com aporte do Tesouro estadual.

O Estado do Maranhão vem cumprindo suas obrigações financeiras mediadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE e determinadas pelo TJMA. Entre 2015 e 2017, a média de pagamento dessa despesa foi da ordem de R\$ 132,4 milhões, demonstrando, assim, que a atual gestão vem ampliando os gastos em relação à anterior.

Gráfico 5 – Evolução de pagamento de Precatório do Maranhão entre 2015 e 2017, em R\$ milhões



Fonte: SEPLAN.

Para 2018, essa despesa continuará pressionando o orçamento estadual, tendo em vista a Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, a qual institui o novo regime de pagamento de precatórios, cabendo, dessa forma, aos Estados quitarem os seus estoques até 2024. Atualmente, o Maranhão possui estoque da ordem de R\$ 1,3 bilhão, conforme Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 3 quadrimestre de 2017¹⁴ e isso representará uma pressão orçamentária de R\$ 210,2 milhões até o ano de 2024.

¹⁴ Disponível em: <http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/RGF-3QDM17.pdf>.



Desse modo, o atual cenário é muito desafiador, sobretudo por conta do atendimento das pressões da sociedade por saúde, educação e segurança, não obstante a singela melhora da atividade econômica em meio a atual conjuntura de incerteza no campo político-institucional, vinculado ao ano eleitoral.



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DO PPA 2016-2019 - BASE 2017



CAPITULO I

PODER EXECUTIVO

PROGRAMA NOTA LEGAL CHEGA A 200 MIL CADASTRADOS

© 31 de março de 2017 [Sem categoria](#) [Liliana Araújo](#)

O programa do governo estadual que distribui prêmios em dinheiro por meio de sorteios e devolução de uma parte do ICMS, como forma de incentivar o consumidor a exigir do lojista a emissão do cupom ou nota fiscal com a indicação do CPF impresso no documento fiscal, alcançou a marca de 200 mil consumidores cadastrados.

[Sobre o Portal](#)[Glossário](#)[Legislação](#)[Manual de Navegação](#)[Mapa do Site](#)

CUIDAR BEM DO DINHEIRO PÚBLICO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

[Orçamento](#)[Orçamento x gasto](#)[Orçamento Plurianual](#)[Relatório anual](#)[Despesas orçamentárias](#)[Convênios e Transferências](#)[Por Órgão](#)[Por Ações](#)[Por Favorecido](#)[Por Função](#)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2016-2019
EXERCÍCIO 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0562) - Planejamento, Conservação e Preservação Ambiental

Unidade Executora: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

Problema: Uso e ocupação do território avançando de forma desordenada, com ações e empreendimentos com baixo controle das condições ambientais, gerando conflito de uso dos recursos ambientais e impactando negativamente a qualidade de vida.

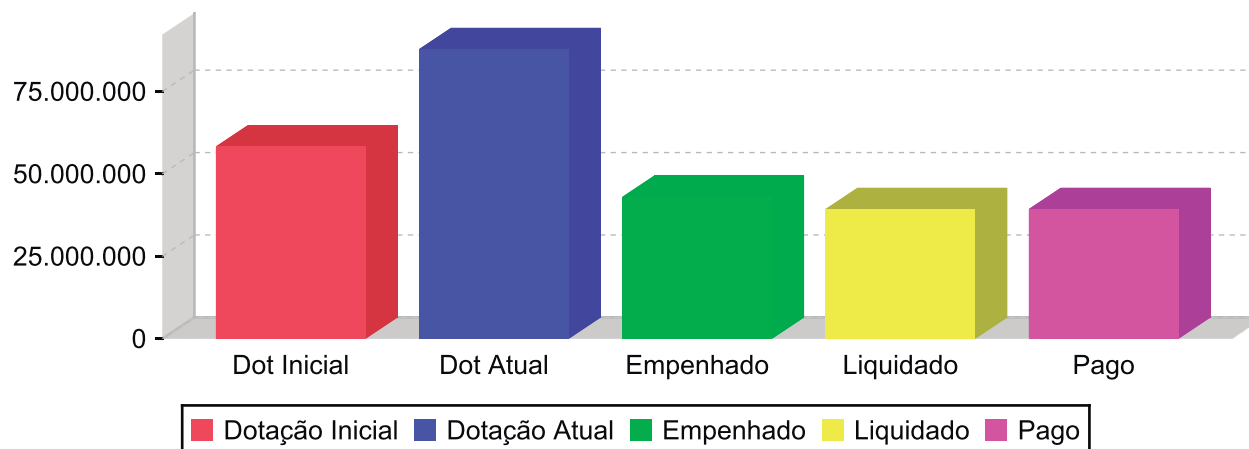
Objetivo: Realizar a gestão territorial e o controle da operação de atividades e empreendimentos que, efetiva ou potencialmente, poluam ou causem impactos ambientais em prol da qualidade ambiental.

Público-Alvo: Sociedade maranhense.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 58.326.360,00 **Atual:** 87.867.616,69 **Varição(%)**: 51,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
58.326.360,00	87.867.616,69	43.044.053,57	39.340.355,01	39.340.355,01



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Garantir a preservação, conservação e utilização de forma sustentável das riquezas naturais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa apresenta coerência entre os atributos qualitativos e quantitativos para a solução do problema identificado. O programa foi concebido em conformidade com as diretriz de governo e continua compatível com o problema. O público-alvo está caracterizado, e as ações estão suficientes para atender ao objetivo do programa, embora os produtos das ações não estejam bem definidos para a mensuração das metas estabelecidas.

Quanto à Implantação/Execução

O orçamento inicial aprovado e o orçamento ao final da execução (Lei+Crédito), foram suficientes para o cumprimento das metas previstas, em virtude da existência de arrecadação própria dos fundos FEMA e FEUC, além de convênios federais. Foram formadas parcerias institucionais com a ANA, IBAMA e MMA. O programa teve materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficiente para sua implantação devido a liberação de recursos financeiros para este fim, contou ainda com recursos do Superávit e outros programas como Progestão, o programa contou com equipe técnica qualificada mais em número reduzido para coordenação das ações.

Quanto aos Resultados

Com os resultados gerados pelo programa houve participação social dos beneficiários do programa, com apreciação as instâncias superiores de decisão do órgão através de relatório anual de desempenho e avaliação. O planejamento do programa aponta para o ano corrente e seguintes grandes avanços entretanto vale destacar a atuação de uma equipe técnica reduzida, porém, dedicada e comprometida com as questões ambientais, gerando para a sociedade um ambiente mais saudável, com maior nível de sensibilização das pessoas em relação às questões ambientais, maior controle e monitoramento em relação às empresas potencialmente poluidoras.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(20101) - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	(4262) - Gerenciamento Costeiro e Marinho	Relatório elaborado	unidade	1,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	2.960,00	2.960,00	0,74	0,00
(20101) - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	(4263) - Gestão de Recursos Hídricos	Documento expedido	unidade	730,00	1.573,00	2,15	689.543,00	3.525.744,75	3.076.021,37	1.279.234,12	0,36	5,94
(20101) - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	(4264) - Gestão dos Recursos Florestais	Documento expedido.	unidade	200,00	207,00	1,03	7.000,00	7.000,00	6.809,00	6.809,00	0,97	1,06
(20101) - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	(4265) - Licenciamento Ambiental	Documento expedido	unidade	600,00	2.727,00	4,54	7.000,00	7.000,00	6.735,00	6.735,00	0,96	4,72
(20101) - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	(4266) - Monitoramento Ambiental	Documento expedido.	unidade	300,00	777,00	2,59	7.000,00	7.000,00	6.060,00	6.060,00	0,87	2,99
(20101) - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	(4267) - Fiscalização Ambiental	Fiscalização realizada	unidade	420,00	829,00	1,97	704.000,00	1.120.414,29	610.934,00	610.934,00	0,55	3,62
(20101) - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	(4268) - Educação Ambiental	Pessoa capacitada	unidade	960,00	810,00	0,84	104.000,00	7.982,43	7.651,98	7.651,98	0,96	0,88
(20101) - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	14.622.592,00	13.241.652,00	12.995.972,97	12.987.649,18	0,98	0,00
(20101) - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	(4587) - Incentivo às Práticas Ambientalmente Sustentáveis	Instrumento elaborado	unidade	1,00	1,00	1,00	4.000,00	1.537.035,85	1.535.763,35	53.324,19	0,03	28,82
(20101) - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	(4609) - Zoneamento Ambiental	Zoneamento ambiental concluído	unidade	1,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	2.721,00	2.721,00	0,68	0,00

(20901) - Fundo Especial do Meio Ambiente	(4588) - Gestão Ambiental Compartilhada	Pessoa capacitada	unidade	380,00	385,00	1,01	264.589,00	264.589,00	151.737,50	151.737,50	0,57	1,77
(20901) - Fundo Especial do Meio Ambiente	(4589) - Fortalecimento do Sistema Estadual de Meio Ambiente	Ambiente monitorado	unidade	1,00	11,00	11,00	2.498.456,00	3.534.852,92	1.750.039,53	1.732.550,85	0,49	22,44
(20902) - Fundo Estadual de Unidades de Conservação	(4269) - Gestão de Unidades de Conservação	Instrumento implantado.	unidade	1,00	1,00	1,00	39.410.180,00	64.606.345,45	22.890.647,87	22.491.988,19	0,35	2,87

Média:

Eficácia (B/A) = C 2,26

Eficiência (C/H) 6,64

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada pela relação entre as metas física e financeira do programa, indica o valor da eficácia em 2,26, este resultado pode ser justificado em razão do desempenho das ações 4263, 4264, 4265, 4266, 4267, 4588 e 4589, que superaram as metas planejadas, elevando, assim o índice de desempenho. Por outro lado, as ações 4262, 4268 e 4609, não tiveram suas metas executadas. Na eficiência, o índice foi de 6,64, que corresponde a muito eficiente, principalmente em função da ação 4587 que teve a sua meta alcançada com um custo muito inferior ao esperado.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Garantir a preservação, conservação e utilização de forma sustentável das riquezas naturais.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há Indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há Indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1. Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; 2. Formular indicadores de resultados, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Reavaliar os produtos para estejam bem definidos para a mensuração das metas estabelecidas. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0210) - Maranhão Conhecido e Informado

Unidade Executora: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico

Problema: Insuficiência de informações sociais, econômicas, ambientais e cartográficas e dados sistemáticos sobre os municípios e o Estado.

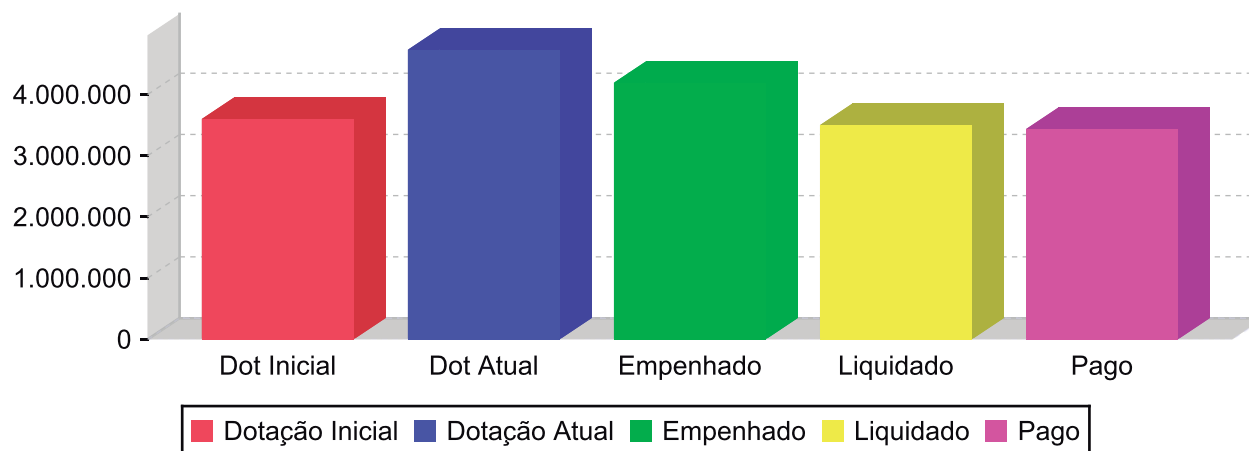
Objetivo: Produzir e disponibilizar informações em nível Municipal e Estadual a partir de estudos e pesquisas sobre o território maranhense, considerando os aspectos sociais, econômicos, ambientais e cartográficos.

Público-Alvo: Sociedade maranhense.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 3.601.069,00 **Atual:** 4.731.942,00 **Variação(%)**: 31,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
3.601.069,00	4.731.942,00	4.193.368,60	3.500.414,02	3.435.689,46



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

PESQUISAS REALIZADAS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa apresenta em sua concepção, aderência entre os atributos qualitativo e quantitativo. O problema identificado continua atual, posto que há insuficiência de informações capazes de contribuir com a solução dos problemas identificados, além disso, o programa foi concebido em conformidade com a diretrizes do Governo do Estado. O público e as ações foram bem definidos, limitados, sendo que as ações estão contribuindo para alcançar o objetivo do programa. O programa utilizou nas ações, localizadores de gastos no município de São Luís.

Quanto à Implantação/Execução

O Programa possui autonomia gerencial, orçamentária e financeira, muito embora tenha que utilizar de estratégias com parcerias que potencialize o alcance dos resultados, devido a insuficiência orçamentária. As parcerias Institucionais implementadas, com vistas a atender o objetivo do programa, foram: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico – FAPEMA, apoio ao Desenvolvimento de Estudos Socioeconômicos, Ambientais e Cartográficos; Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – ZEE-MA; Secretaria das Cidades (SECID) e Agencia de Metropolização (AGEM), para Implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de São Luís. Somente com as parcerias Institucionais foi possível contar com uma equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações, participação de pesquisadores e bolsistas, bem como, o provimento de infraestrutura e logística, de materiais e equipamentos suficientes para execução do programa, haja vista, a insuficiência de pesquisadores e de infraestrutura próprios do órgão. Há um controle de custo realizado pelo órgão para cada unidade de ação e existe um plano interno para cada investimento. As despesas mensais cabem na cota liberada e o programa faz parte do projeto estratégico do governo, colaborando com a tomada de decisão governamental, através dos relatórios de monitoramento e avaliação, como é o caso dos programas de governo Mais IDH, SEPAB, entre outros.

Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram submetidos à apreciação superior do órgão, através de publicações e relatórios técnicos; os resultados foram potencializados por ações de outros órgãos setoriais, como por exemplo: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico – FAPEMA e no apoio ao desenvolvimento de estudos socioeconômicos, ambientais e cartográficos, cuja ação é estudos e pesquisa. Não foi prevista avaliação do programa por representação do público alvo. Alguns fatores críticos de sucesso que contribuíram para alcance dos resultados do programa, estão: o acesso a base de dados georreferenciadas disponíveis no site Institucional do órgão, o monitoramento e avaliação dos programas de políticas públicas do governo como o programa Mais IDH, para qual foi elaborada uma proposta de planejamento territorializado, com destaque para a elaboração do diagnóstico e atlas, a construção de indicadores de resultado e de impacto, todos em consonância com o planejamento estratégico do órgão. Dos entraves enfrentados, tem-se: a modelagem do banco de dados, o qual permitiria a parametrização das informações demandadas pela sociedade e órgãos de governo, a infraestrutura de rede e acesso à internet e protocolo para gestão de informação, a qual permitiria tempestividade das informações e dos resultados de pesquisas. A meta prevista no plano de desenvolvimento socioeconômico foi cumprida. Não foi prevista avaliação do programa por membros do conselho político, bem como por público alvo. A “Gestão do programa” contribuiu para melhoria do programa, haja vista, ter dado condições de apoio a partir das atividades administrativas. As metas físicas continuam suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa, haja vista, terem como indicador, pesquisas realizadas.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(11211) - agência executiva metropolitana	(4361) - Disponibilização de Dados e Informações sobre o Estado e os Municípios Maranhenses	Informação disponibilizada	unidade	1,00	1,00	1,00	0,00	1.000.000,00	599.970,73	0,00	0,00	
(22205) - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico	(4173) - Atualização Cartográfica dos Municípios do Maranhão	Mapa atualizado	unidade	1,00	5,00	5,00	5.000,00	5.000,00	4.862,00	4.862,00	0,97	5,14
(22205) - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico	(4360) - Estudos e Pesquisas Socioeconômicos e Ambientais	Estudo/pesquis a realizada	unidade	0,00	1,00	0,00	5.000,00	5.000,00	3.925,00	3.925,00	0,79	0,00
(22205) - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico	(4361) - Disponibilização de Dados e Informações sobre o Estado e os Municípios Maranhenses	Informação disponibilizada	unidade	0,00	1,00	0,00	5.000,00	5.000,00	1.730,00	1.730,00	0,35	0,00

(22205) - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	3.586.069,00	3.716.942,00	3.582.880,87	3.489.897,02	0,94	0,00
--	-----------------------------	---------------------	----------	------	------	------	--------------	--------------	--------------	--------------	------	------

Média:

Eficácia (B/A) = C 1,50

Eficiência (C/H) 1,29

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre meta física e financeira do programa, indica uma eficiência no programa de 1,29, o que corresponde, pela escala de valoração, muito eficiente. Cabe destacar, a ação 4173 - Atualização Cartográfica dos Municípios do Maranhão, que teve, entre a meta física planejada e executada, uma avaliação de 0,97 ou 97%, conforme observados pelo planejamento orçamentário disponibilizado para a ação. No que se refere à eficácia, o programa teve como média 1,50, o que corresponde, pela escala de valoração, que o programa apresentou eficácia, haja vista, ter alcançado a meta planejada.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados contribuíram com as diretrizes que constam no PPA e também com as linhas estratégicas adotadas, uma vez que foram disponibilizadas informações e diagnósticos de produtos como o plano Mais IDH, para qual foi elaborada uma proposta de planejamento territorializado, com destaque para a elaboração do diagnóstico e atlas, a construção de indicadores de resultado e de impacto, todos em consonância com o planejamento estratégico do órgão e o acesso a base de dados georreferenciadas disponíveis no site Institucional.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não houve indicador de desempenho intermediário para 2017, no entanto, será cadastrado para 2018 o indicador: Elaboração e proposição de estudos e documentos com recomendações de inovação institucional, cuja fórmula possui o número de documentos/ relatórios elaborados e entregues.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

O Indicador de desempenho socioeconômico do PPA, pesquisas realizáveis, alcançou a meta planejada do programa maranhão conhecido e informado, a citar, a pesquisa realizada referente ao programa Mais IDH, para qual foi elaborada uma proposta de planejamento territorializado, com destaque para a elaboração do diagnóstico e atlas, com construção de indicadores de resultado e de impacto, todos em consonância com o planejamento estratégico do órgão.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1. Recomenda-se que o lançamento das informações das metas físicas e financeiras, sejam garantidos tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático; 2. Recomenda-se o estabelecimento de um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa; 3. Ressalta-se que por tratar-se da avaliação do segundo exercício do PPA (2017), e que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0211) - Representação e Defesa do Estado

Unidade Executora: Procuradoria Geral do Estado

Problema: Falta de Estrutura Física, Recursos Humanos, Recursos Financeiros, de Recursos Materiais, Equipamentos e Material Permanente

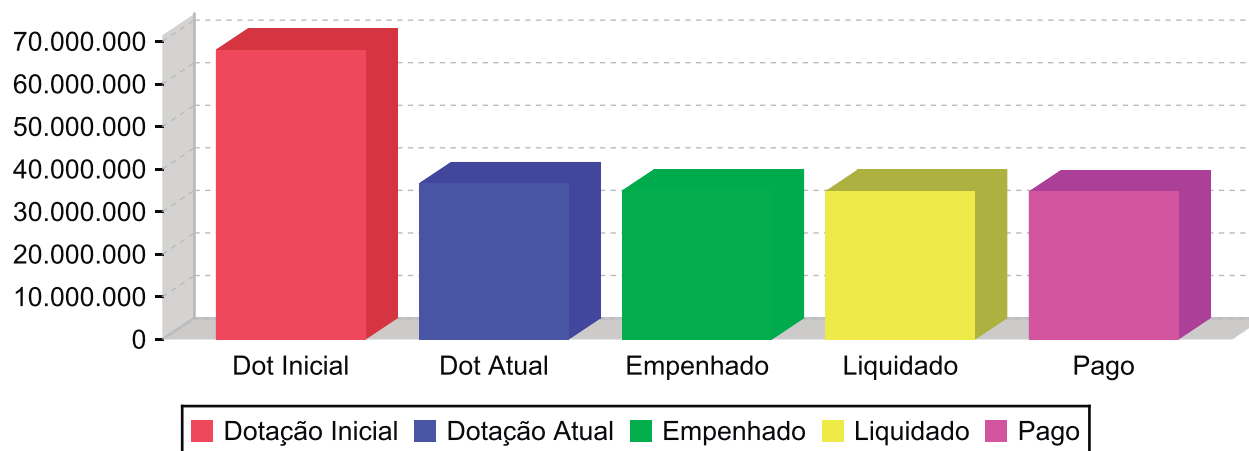
Objetivo: Exercer a representação judicial e extrajudicial, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico da Administração Pública Estadual.

Público-Alvo: Administração Pública Estadual.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 68.057.825,00 **Atual:** 36.676.437,00 **Variação(%)**: -46,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
68.057.825,00	36.676.437,00	35.012.208,96	34.847.896,88	34.748.508,84



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a execução de uma gestão pública com transparência ética e controle social, descentralizando as políticas públicas através da participação popular com foco e qualidade visando atender a satisfação das necessidades do cidadão.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa continua compatível com a solução do problema haja vista que, em cumprimento às disposições constitucionais, a representação judicial e extrajudicial e a defesa do Estado é de responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado. Por estas razões, as ações previstas no PPA 2016-2019 também seguem atuais e contribuem para a finalidade do programa em questão. Salienta-se ainda que a PGE/MA não está inserida no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico – PDS, já que seu programa é de serviço ao Estado. Ademais, no PPA 2016-2019 consta como localizador da PGE a Região de Planejamento “Todo o Estado e Inter-Regiões”. Entretanto, há a necessidade de divisão das metas físicas entre as regiões do Estado para que se obedeça a atuação deste órgão por meio de suas Subprocuradorias Regionais. Por fim, não foram abrangidas ações intersetoriais, uma vez que a “Representação e Defesa do Estado” é responsabilidade exclusiva da PGE, ainda que se necessite de documentos e informações dos órgãos, autarquias e fundações que serão representadas ou atendidas.

Quanto à Implantação/Execução

Observa-se a ampliação dos esforços para atender seu público-alvo com as atividades de consultoria e assessoramento jurídico da Administração Pública Estadual. Os recursos inicialmente disponibilizados pela SEPLAN se mostraram insuficientes para a execução do programa, principalmente no que diz respeito as despesas de capital (investimentos). Somando-se a isto, houveram problemas com a liberação das cotas financeiras, em obediência ao decreto de execução. Frise-se, que as cotas que foram liberadas não atenderam em sua plenitude às necessidades deste órgão. Apesar de haver desconcentração das atividades fins da PGE/MA, por meio das Subprocuradorias, o controle de custos é centralizado. Não havendo, portanto, controle de custos por unidade. Assim como ocorreram em anos anteriores, foram formadas e mantidas parcerias institucionais. Destacam-se: 1) Manutenção do Convênio “Força Tarefa” com a SEFAZ, propiciando atuação conjunta e coordenada dos órgãos específicos de cada um dos poderes e do MP. 2) Participação no Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão (PROFISCO II); 3) Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado. 4) Convênios com o a Advocacia Geral da União e Escola Superior do Ministério Público do Maranhão. Infelizmente, dada a condição de escassez de recursos humanos e sobrecarga de trabalho, tanto na área meio como na área fim, não se pôde destacar pessoal para coordenação e dedicação exclusiva ao programa, com exceção do Chefe da Assessoria de Planejamento e Assuntos Estratégicos e o Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Estratégicos. Ademais, a situação deficitária na área de tecnologia de informação e a ausência de sede própria compatível com a quantidade de pessoal persistem. Tais fatores, como será visto, são entraves que dificultam o atendimento dos objetivos.

Quanto aos Resultados

Estes resultados são submetidos a apreciação das instâncias superiores de decisão do órgão e confirmam que estão em consonância com o objetivo setorial. Destarte, as metas físicas que expressam os produtos entregáveis ao público alvo continuam suficientes e necessárias a finalidade do programa. Verifica-se, por conseguinte, uma evolução nos resultados da Procuradoria Geral do Estado. Em 2017 foram realizados 83.114 atos pelos Procuradores de Estado que geraram os seguintes benefícios: 1) Revisão dos memoriais de cálculo apresentados pelas partes adversas, em processos de execução. 2) Redução dos riscos de desvios de verbas públicas estaduais. 3) Aumento da transparência na elaboração dos atos, proposições, contratos e procedimentos administrativos. 4) Fortalecimento do Erário Estadual em decisões favoráveis; 5) Aumento da eficácia e eficiência nas consultas realizadas pelos órgãos do Estado do Maranhão. Vale a pena destacar ainda que os resultados alcançados na “Representação e Defesa do Estado” foram potencializados por ações de programas e participação de outros órgãos setoriais. Listam-se: 1) Repasse de informações e documentos que subsidiaram a defesa Estado, orientações e esclarecimentos jurídicos. Ex.: SEMA e ITERMA; 2) Disponibilização de estrutura e pessoal por parte da SEFAZ; 3) Parcerias institucionais, conforme mencionadas anteriormente. Soma-se a isso, os três fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa: 1) Dedicação pessoal dos membros da equipe; 2) Acompanhamento das pautas de julgamento do Tribunal de Justiça; 3) Efetividade do Núcleo de Cálculos. Ademais, a ação “Gestão do Programa” foi fundamental para a consecução dos objetivos, pois englobou os Planos Internos: Despesa com Pessoal e Encargos, Manutenção da Unidade e Auxílio Transporte. Por outro lado, os três principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa e das orientações estratégicas de governo foram: 1) Falta de dotação orçamentária suficiente para atendimento das necessidades de Despesas de Capital; 2) Recursos humanos insuficientes para área meio; 3) Ausência de tecnologia da informação adequada. Diferentemente de outros órgãos que desenvolvem políticas públicas para benefício da sociedade maranhense, a PGE/MA tem como público-alvo a Administração Pública Estadual. Desta forma não foram realizadas avaliações para satisfação do público, tampouco, foi realizada qualquer avaliação do programa pelos membros do Conselho de Política associada ao setor.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(11103) - Procuradoria Geral do Estado	(2478) - Dinamização do Centro de Estudos	Pessoa capacitada	unidade	500,00	492,00	0,98	5.000.000,00	70.000,00	68.842,00	68.842,00	0,98	1,00
(11103) - Procuradoria Geral do Estado	(2646) - Defesa do Estado	Defesa judicial realizada	unidade	3.000,00	2.193,00	0,73	7.100.000,00	1.638.000,00	1.288.919,05	1.288.919,05	0,79	0,93
(11103) - Procuradoria Geral do Estado	(2820) - Representação do Estado	Representação efetuada	unidade	5.000,00	0,00	0,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(11103) - Procuradoria Geral do Estado	(3073) - Reestruturação e Modernização da Procuradoria	Prédio modernizado	unidade	1,00	0,00	0,00	5.294.664,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Geral do Estado											
(11103) - Procuradoria Geral do Estado	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	47.163.161,00	34.968.437,00	33.654.447,91	33.490.135,83	0,96	0,00
Média:				Eficácia (B/A) = C				0,43				
								Eficiência (C/H)				0,48

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 0,43 e o valor da eficiência em 0,48, que na escala de valoração adotada na metodologia corresponde que o Programa não foi eficaz e nem foi eficiente, justifica-se tal valor em função das ações 2820 e 3073 não terem tido realizações e pelo fato das ações 2478 e 2646 não terem executado o que foi planejado. Ademais, verificou-se a necessidade de padronização de dados e relatórios internos para que as ações do programa sejam acompanhadas e registradas no sistema de forma correta.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A diretriz não se enquadra perfeitamente ao programa executado pela PGE, tendo em vista que o objetivo principal do órgão é defender e representar judicial e extrajudicialmente ações do Estado.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há indicadores intermediários associados ao programa.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há indicadores de Desempenho Socioeconômicos do PPA.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1- Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente, bem como um acompanhamento e monitoramento das ações programadas no SISPCA; 2 Em relação a execução orçamentária-financeira das ações faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações de empenho; 3 Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado. 4 Formular indicadores de resultados que possibilitem a mensuração do desempenho do Programa em Parceria com a SEPLAN/IMESC.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0212) - Administração da Política Tributária

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Fazenda

Problema: Descumprimento das obrigações tributárias no âmbito estadual

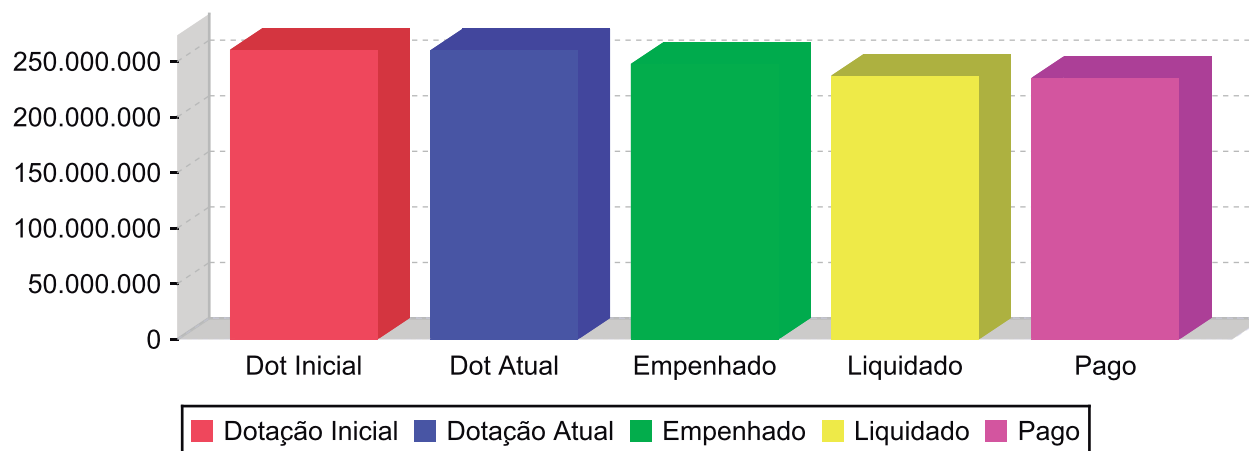
Objetivo: Promover o cumprimento das obrigações tributárias para contribuir com o desenvolvimento do Estado.

Público-Alvo: Governo do Estado.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 260.567.585,00 **Atual:** 260.097.145,99 **Variação(%)**: 0,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
260.567.585,00	260.097.145,99	247.855.418,58	237.295.049,23	235.388.696,91



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a execução de uma gestão pública com transparência ética e controle social, descentralizando as políticas públicas através da participação popular com foco e qualidade visando atender a satisfação das necessidades do cidadão.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta, na sua grande maioria, atributos adequados para o cumprimento das obrigações tributárias dentro da Diretriz em que está associada. Com o objetivo de propiciar elevação da capacidade financeira do Estado, buscando alcançar o potencial contributivo, por meio da excelência na assistência ao contribuinte e otimização da política tributária, para efetividade dos incentivos.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa é alinhada com a missão da órgão de controlar o cumprimento das obrigações tributárias com justiça e eficiência para contribuir com o desenvolvimento do Estado. Além do aumento da alíquota de ICMS, foram implementadas diversas medidas de cunho tributário as quais, aliadas às ações de modernização constantes do PROFISCO, proporcionaram crescimento recorde de arrecadação em território nacional. A SEFAZ iniciou em 2016, seu Plano Estratégico 2016/2019, com previsão de financiamento nas fontes próprias e em operação de crédito externa. Algumas parcerias foram formadas com bons resultados e, embora tenha utilizado estratégias adequadas, ainda se faz necessário alguns alinhamentos: organização em seus processos e projetos, tecnologia e orçamento. Em que pese os resultados alcançados, ainda é preciso avançar no fortalecimento da gestão fiscal estadual, para mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos e para enfrentar os desafios da crise econômica agravada nos últimos anos. O Plano Estratégico 2016/2019, tem como principais focos: GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL (riscos operacionais monitorados, gestão para resultados fortalecida, gestão estratégica de pessoas implantada, gestão da tecnologia da informação e capacidade tecnológica aperfeiçoadas, modelo de gestão de contratos administrativos implantado); e ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL (política e gasto tributário otimizados, grandes contribuintes monitorados, fiscalização e inteligência fiscal aperfeiçoados, contencioso fiscal aperfeiçoado, modelo de assistência integral ao contribuinte consolidado, serviços de cobrança e arrecadação disponibilizados no SEFAZ.net).

Quanto aos Resultados

No ano fiscal de 2017, a Secretaria de Estado da Fazenda no esforço para cumprir sua responsabilidade de fornecer os recursos para o executivo estadual, gerir o Programa Administração da Política Tributária (PPA 2016 – 2019) e orientada pela Diretriz Modernizar a Gestão Pública, obteve com o ingresso de todas as receitas estaduais próprias o montante de R\$ 7, 1 bilhões. Essa arrecadação realizada em 2017 em comparação com a receita obtida no ano 2016, que totalizou R\$ 6,6 bilhões, possibilitou um incremento percentual nominal de 5,13% e um crescimento real da receita da ordem de 1,59%. Os bons resultados na arrecadação de tributos estaduais, com um crescimento nominal de 5,13% sobre o ano anterior, em meio a uma crise econômica sem precedentes contribuíram para que governo do Estado mantivesse o equilíbrio das contas estaduais de forma a assegurar a adequada prestação de serviços, realização das políticas e dos investimentos públicos.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(16101) - Secretaria de Estado da Fazenda	(3069) - Fortalecimento da Gestão Fiscal - PROFISCO	Procedimento implantado	unidade	6,00	3,00	0,50	10.000.000,00	2.586.200,00	2.525.977,59	145.562,23	0,06	8,88
(16101) - Secretaria de Estado da Fazenda	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	230.871.595,00	219.418.573,00	219.043.075,26	218.579.119,56	1,00	0,00
(16101) - Secretaria de Estado da Fazenda	(4459) - Arrecadação de Tributos Estaduais	Receita arrecadada	R\$	6.058.052.002,00	7.018.572.878,29	1,16	9.207.771,00	10.307.771,00	10.290.372,93	8.385.039,61	0,81	1,42
(16101) - Secretaria de Estado da Fazenda	(4461) - Educação Fiscal para a Cidadania	Pessoa capacitada	unidade	30.000,00	23.596,00	0,79	488.219,00	268.219,00	199.833,00	199.833,00	0,75	1,06
(16901) - Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária	(3106) - Adequação e Melhoria das Unidades da SEFAZ	Unidade tributária estruturada	unidade	1,33	2,00	1,50	2.637.000,00	2.637.000,00	441.827,23	252.888,81	0,10	15,64
(16901) - Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária	(4512) - Capacitação Técnica da Administração Tributária	Unidade Fazendária capacitada	unidade	1,00	1,00	1,00	7.363.000,00	24.879.382,99	15.354.332,57	9.732.606,02	0,39	2,56

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Média Eficiência = $0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 0,99 e o valor da eficiência em 5,67, que na escala de valoração adotada na metodologia corresponde que o Programa não foi eficaz, em função das ações 3069 e 4461 não terem executado o que foi planejado em função da dotação e Inicial ter sofrido anulação, entretanto, o programa foi muito eficiente, que pode ser explicado pela movimentação das ações 3069 e 3106, que avançaram bem na execução das atividades no exercício avaliado.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

As prioridades levadas a efeito no ano de 2017 levaram em conta a necessidade de obtenção de uma efetiva articulação entre a ação fiscalizadora, a execução da cobrança administrativa e judicial, a permanente atualização do cadastro de contribuintes e o controle dos valores arrecadados, aliados ao esforço de aperfeiçoamento da legislação tributária estadual. O desempenho da administração tributária decorreu dessa efetiva sincronização das funções da máquina fiscalizadora, compensando as dificuldades da conjuntura econômica, agravada pelas perdas decorrentes das transferências federais, que representam a metade das receitas correntes do Estado. Concentrou-se a apresentação dos resultados, nos aspectos relacionados às ações de controle do cumprimento da obrigação tributária pelos contribuintes estaduais, em especial nas seguintes funções da administração tributária: Elaboração de normas e aplicação da legislação tributária; Acompanhamento do sistema de arrecadação; Gestão da cobrança administrativa; Previsão da receita; Planejamento e realização de auditorias e controles fiscais; Controle de lançamento de créditos tributários; Gestão do contencioso fiscal e fornecimento de consultas às normas tributárias; Manutenção e controle dos cadastros de contribuintes e de documentos fiscais.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há Indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há Indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1. Manter o lançamento das metas físicas e financeiras no SISPCA para que sejam garantidas, tempestivamente de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático; 2. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa; 3. Manter a capacitação periódica das equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 4. Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado; 5. Institucionalizar equipes técnicas que acompanhem o Programa visando possibilitar sua mensuração; 6. Formular indicadores de resultados intermediários que possibilitem a mensuração do desempenho do Programa; 7. Intensificar parcerias que geraram resultados, bem como adequar melhor as estratégias utilizadas. Considerando que esta avaliação é referente ao primeiro exercício do PPA (2016), portanto, as medidas corretivas apontadas acima deverão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e contribuir com as metas governamentais.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0311) - Gestão da Política de Saúde Pública

Unidade Executora: FES/Unidade Central

Problema: Fragilidade no processo de planejamento da saúde; controle, regulação, avaliação, auditoria do Sistema Estadual de Saúde e Estruturas das Unidades Regionais de Saúde.

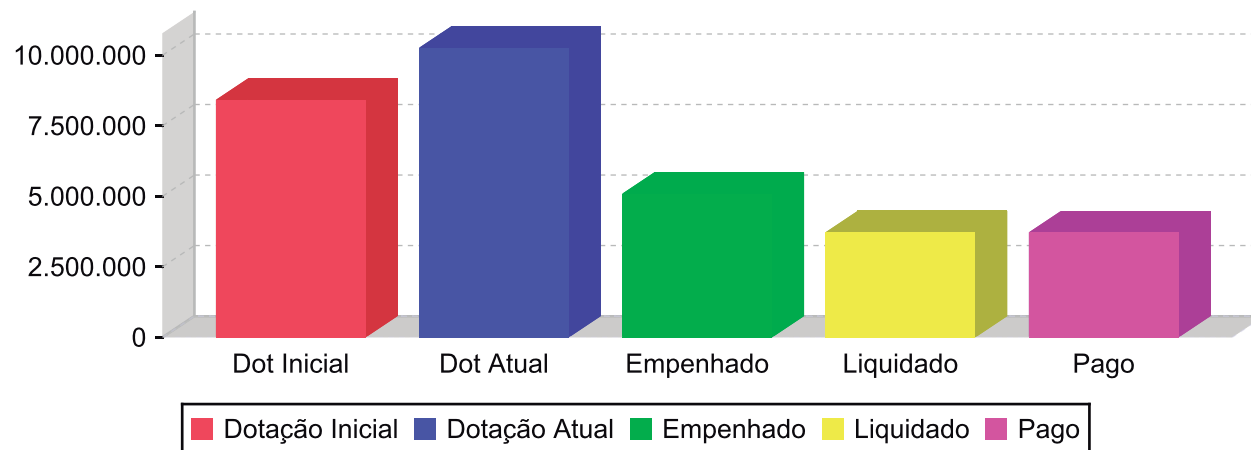
Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de saúde pública.

Público-Alvo: Governo do Estado.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 8.422.294,00 **Atual:** 10.268.613,83 **Variação(%)**: 22,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8.422.294,00	10.268.613,83	5.097.098,67	3.727.956,31	3.722.756,31



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Garantir à população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, focado na integralidade do atendimento.

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de turmas executadas	Relatório Anual de Gestão	Unidade/Quantidade	29/12/2017	0,00	72,00	32,00
Plano de Saúde elaborados	SARGSUS/DATASUS	Unidade/Quantidade	04/03/2018	0,00	217,00	184,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa foi concebido utilizando os atributos e requisitos necessários para sua concepção, bem definidos, considerando que ainda persiste a fragilidade no processo de planejamento da saúde, bem como, nos processos de controle, regulação e avaliação do Sistema Estadual de Saúde. Entende-se que, a manutenção do Programa Gestão da Política de Saúde Pública se faz necessário, tendo em vista que o maior beneficiário da continuidade das ações sistemáticas de planejamento ainda é o Governo do Estado e a continuidade de suas ações permanecem compatíveis com a solução problema que o justificou. Para tanto, o planejamento e a formulação das políticas públicas setoriais de saúde estão planejadas em conformidade com as necessidades das Unidades Regionais de Saúde.

Quanto à Implantação/Execução

Para a implantação e execução do programa foi estabelecido parceria com os Gestores Municipais de Saúde, Conselhos de Saúde e direções das Comissões Intergestores das Regionais (CIR), além de outras estratégias adequadas.

Quanto aos Resultados

Por meio do Programa foi prestada assessoria técnica aos gestores municipais nos instrumentos de Gestão do SUS: Planos Municipais de Saúde, Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e Relatório Anual de Gestão. Houve a qualificação e educação permanente das equipes municipais (Capacitação de Técnicos para análise de Situação com foco na Mortalidade Infantil; Capacitação de Profissionais em Informação e Informática; Formação de profissionais Técnicos em Enfermagem; Formação profissionais Técnicos Agentes Comunitários de saúde, entre outros). Além de assessoria técnica para aperfeiçoamento dos mecanismos de Gestão, Regulação, Avaliação, Auditoria e Ouvidoria. Foi fortalecido a gestão compartilhada nas 19 (dezenove) regiões de saúde. Concluímos que o Programa foi favorável na medida em que muito contribui ao desenvolvimento de ações para a melhoria dos indicadores do Estado. Considerando os resultados alcançados em 2017, com base nas metas previstas na programação, observa-se a que as metas não foram atingidas na sua totalidade, persistindo fragilidades no processo de planejamento da saúde; controle, regulação, avaliação, auditoria do Sistema Estadual de Saúde; insuficiência de recursos humanos qualificados.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(21901) - FES/Unidade Central	(2754) - Qualificação e Fortalecimento do Controle Social	Conselho qualificado	unidade	1,00	1,00	1,00	400.000,00	150.842,00	148.492,72	79.851,85	0,53	1,89
(21901) - FES/Unidade Central	(3126) - Estruturação das Unidades Regionais de Saúde	Unidade regional estruturada	unidade	19,00	19,00	1,00	6.700.000,00	4.785.919,00	4.785.229,58	3.505.718,96	0,73	1,37
(21901) - FES/Unidade Central	(4387) - Planejamento do Sistema Único de Saúde - SUS	Planejamento implementado	unidade	1,00	1,00	1,00	100.000,00	25.603,56	25.602,87	4.612,00	0,18	5,55
(21901) - FES/Unidade Central	(4390) - Qualificação e Formação de Profissionais de Nível Médio Técnico na Área de Saúde	Numero de turmas executadas	unidade	72,00	32,00	0,44	200.000,00	4.088.520,45	0,00	0,00	0,00	
(21901) - FES/Unidade Central	(4576) - Controle, Regulação, Avaliação, Auditoria e Ouvidoria	Município beneficiado	unidade	217,00	217,00	1,00	802.294,00	137.774,00	137.773,50	137.773,50	1,00	1,00
(21901) - FES/Unidade Central	(4754) - Implementação da Política de Educação Permanente	Número de turmas executadas	Unidades	13,00	7,00	0,54	220.000,00	1.079.954,82	0,00	0,00	0,00	

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Média Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Em conformidade com a metodologia de valoração adotada, o programa apresentou apresentou-se ineficaz com a média da eficácia correspondente a 0,83, onde podemos atribuir a esse resultado o fato das ações 4390 e 4754 não terem atingido a meta planejada. Quanto a eficiência, mesmo não sendo eficaz o mesmo conseguiu atingir a faixa de 1,64, que na escala de valoração compreende a muito eficiente, pois as despesas das ações 4390 - Qualificação e Formação de Profissionais de Nível Médio Técnico na Área de Saúde e 4754 - Implementação da Política de Educação Permanente não foram empenhadas e migraram para o exercício 2018.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O Programa está em conformidade com a diretriz do Governo tendo suas ações desenvolvidas pelas áreas técnicas do Planejamento do SUS, Conselho Estadual de Saúde, Unidades Regionais de Saúde, Unidade Gestora de Controle, Regulação, Avaliação, Auditoria e Ouvidoria, Escola Técnica do SUS, que estabelecem as principais estratégias da Secretaria Estadual de Saúde visando fortalecer o Estado por meio da regulação do trabalho em saúde para atender as necessidades do SUS, da qualificação, formação e valorização dos trabalhadores, reprovando a redução da qualidade dos serviços e ações de saúde e favorecendo a humanização e acesso aos serviços de saúde.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os indicadores de desempenho intermediários são necessários para demonstrar a importância do planejamento para a gestão do sistema e mensurar o atendimento do disposto nas normas legais do SUS. Este programa, visa ampliar para 217 Planos Municipais de Saúde enviados aos Conselhos Municipais de Saúde, fortalecer a gestão compartilhada nas Regiões de Saúde, revisando os instrumentos de gestão, levando em consideração as especificidades regionais.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não é aplicado, pois não está inserido nenhuma ação deste Programa no painel de indicadores do PPA.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomendações: 1. Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; 2. Formular indicadores de desempenho socioeconômico, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0317) - Gestão Governamental

Unidade Executora: Casa Civil

Problema: Fragilidade no processo de assessoramento ao Governador relativa a direção superior da administração estadual.

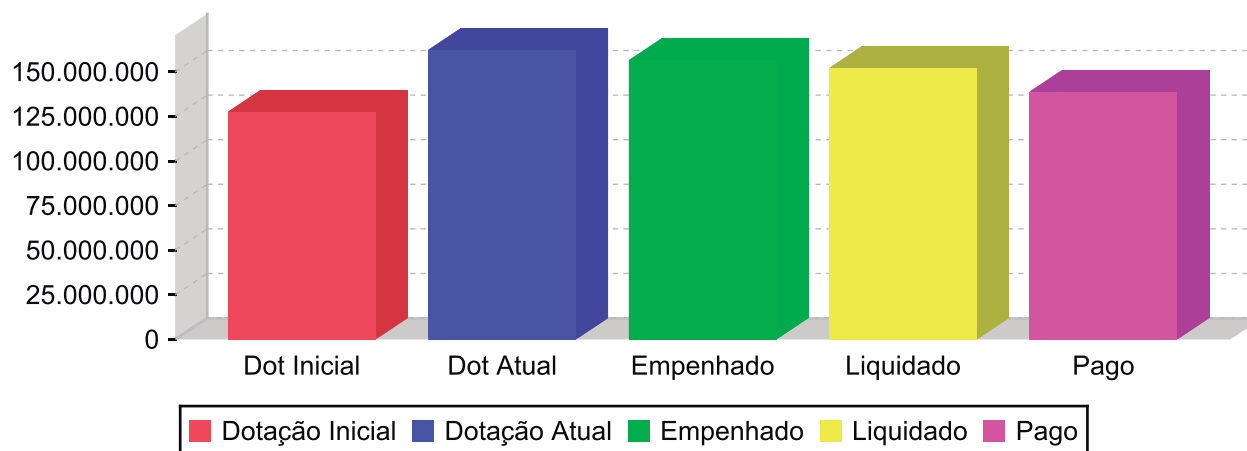
Objetivo: Assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições.

Público-Alvo: Órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal, direta e indireta.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 127.667.234,00 **Atual:** 162.393.571,12 **Variação(%)**: 27,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
127.667.234,00	162.393.571,12	156.510.290,67	152.141.516,56	138.912.435,66



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a execução de uma gestão pública com transparência ética e controle social, descentralizando as políticas públicas através da participação popular com foco e qualidade visando atender a satisfação das necessidades do cidadão.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O objetivo principal do Programa é prestar assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado no cumprimento de suas competências institucionais como chefe do Poder Executivo, portanto, é classificado como Programa não finalístico, com localizadores de gastos na Região da Ilha do Maranhão. Tem como beneficiários os órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta e Indireta. Os produtos das ações estão corretamente caracterizados e delimitados, porém sofreram algumas adequações pelos órgãos que o compõem. Fazem parte do Programa as Secretarias de Estado da Casa Civil, Comunicação Social e Assuntos Políticos, Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos, Agência Executiva Metropolitana, Comissão Central Permanente de Licitação e a Secretaria de Estado de Governo, com autonomia orçamentária e financeira independentes, com ações acompanhadas e monitoradas em sistemas próprios de controle.

Quanto à Implantação/Execução

Considerando que o Programa tem Ações executadas pelos Órgãos da Governadoria, com autonomia gerencial e financeira, em linhas gerais, o Programa Gestão Governamental teve um incremento (suplementação) em 27,20 % (vinte e sete vírgula vinte por cento) em referência a dotação inicial. Podemos destacar a suplementação realizada pela Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos, onde teve grande ampliação de alguns serviços de divulgação em várias cidades do Estado do Maranhão envolvendo os Programas: Mais Saneamento, Mais Sementes, Mais Produção, atividades envolvendo o Procon, Viva Cidadão, Ações de infraestrutura, Saúde, Educação, entre outros, além das divulgações por meio de plataformas das redes sociais, televisivas, colocando sempre as Ações e realizações do Governo diretamente à população das regiões beneficiadas. O conjunto das Ações que compõem o Programa, executadas pelas Secretarias e Autarquias envolvidas em seu contexto geral, contou com uma equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das Ações com dedicação exclusiva. A Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos, onde tem atuação de fiscalização em pelo menos 04 (quatro) municípios maranhenses (São Luís, Alcântara, Imperatriz e Timon), estendidos em 02 (dois) setores do transporte intermunicipal de cargas e passageiros (rodoviário e aquaviário), totalizando 08 (oito) pontos fixos de fiscalização, foram fiscalizados no exercício de 2017, de forma contínua, em apenas 06 (seis) pontos, motivo relatado, foi a falta de servidores (fiscais) em seu quadro de pessoal. Em relação à infraestrutura e logística, pode-se informar que os materiais e equipamentos são em quantidade suficiente para a implementação do programa, mesmo com alguns equipamentos obsoletos, onde estão sendo substituídos de forma gradativa. Vale ressaltar, que as Secretarias pertencentes à Governadoria possuem seus sistemas independentes de controle de custos de cada ação do Programa.

Quanto aos Resultados

Todas as Secretarias de Estado e Autarquias envolvidas no Programa, apesar de terem autonomia gerencial de suas ações, alcançaram resultados satisfatórios por terem metas compatíveis com as ações planejadas. A Casa Civil tem como destaque as atividades de revisão, avaliação e rescisão de contratos administrativos no âmbito do Estado, que tem por objetivo acompanhar as despesas públicas mais onerosas, citando, também, a modernização do Diário Oficial do Estado que adquiriu equipamentos de informativa e mobiliários, bem como um software para a logística de envio e recebimento de matérias para publicação, também foi implantado um sistema de segurança dos arquivos que contém os acervos do Diário Oficial em uma sala cofre sob responsabilidade da SEATI. Realizou o monitoramento e avaliação de investimentos financiados com recursos do BNDES, priorizando os Programas que tem ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico-PDS, bem como outras atividades de capitação de investimentos em projetos de melhoria e expansão dos Programas Governamentais. Nas atividades executadas pela SECAP, destacamos: A ampliação da rede de internet do Programa “Internet para Todos”; Reorganização da Rádio Timbiras; Ampliação da divulgação dos Programas de Governo em redes sociais e emissoras de todo o Estado; Fortalecimento da articulação político-institucional com as Prefeituras e Câmaras Municipais, disseminando informações de interesse público, coordenando e acompanhando a criação e veiculação da publicidade institucional relativa a planos, programas, projetos e ações, ampliando o fluxo permanente de informação à sociedade; Implantação de projeto de capacitação, adequado às necessidades da gestão municipal, concenrente à captação, execução e prestação de contas de convênios. No âmbito da SEGOV, vale destacar, o acompanhamento das 65 metas estabelecidas no programa de Governo que representa o compromisso firmado com a sociedade, dos quais o Estado do Maranhão foi apontado como o Estado do Brasil que apresentou maior índice de realização das metas. Podemos citar como entraves os ajustes feitos nas ações do programa pelos órgãos que compõem a Governadoria, em virtude da priorização dos programas de grande relevância ao desenvolvimento do nosso Estado. Outro entrave foram as constantes mudanças na estrutura orgânica do Poder Executivo realizadas especificamente pelas Leis nºs 10.567/2017 e 10.416/2016, respectivamente, que fizeram a junção da ARSEMA com a MOB, comprometendo a execução e monitoramento da Ação 2985 em virtude de adequações regulamentares da nova estrutura organizacional e da Ação 4693 pertencente à Casa Civil que ficou comprometida por transferir o monitoramento das ações governamentais para SEGOV. Acrescenta-se que a ação 4450 – Gestão do Programa que centralizou a execução das despesas comuns (pessoal, serviços administrativos, manutenção e uso de frota veicular, despesas com viagem e locomoção, etc.) das outras ações de governo, inviabilizando a mensuração do real valor dos gastos das despesas das ações propostas no Programa. Com a revisão do Plano Plurianual 2016/2019, realizada pela Lei nº 10.719/2017, as Secretarias e Autarquias que compõem o Programa, reavaliaram suas ações e metas físicas, visando alcançar o objetivo do Programa e contribuindo para o alcance das diretrizes de governo ao qual está alinhado, focando, principalmente, a sociedade e uma gestão pública com transparência, ética e controle social, objetivando a satisfação das necessidades do cidadão, bem como, aos órgãos e entidades das Administrações Federal, Estadual, Municipal, Direta e Indireta.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)

(11109) - Casa Civil	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	33.933.869,00	33.263.127,00	30.899.854,78	29.677.384,90	0,89	0,00
(11109) - Casa Civil	(4693) - Coordenação e Monitoramento dos Programas e Ações Governamentais	Monitoramento Realizado.	unidade	1,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(11109) - Casa Civil	(4694) - Modernização do Diário Oficial do Estado	Diário Oficial estruturado	unidade	1,00	1,00	1,00	560.000,00	122.020,00	109.697,00	2.997,00	0,02	40,71
(11109) - Casa Civil	(4695) - Gestão de Atos Jurídicos e Administrativos da Casa Civil	Ato governamental disponibilizado	unidade	1,00	1,00	1,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(11113) - Comissão Central Permanente de Licitação	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	6.721.134,00	6.756.134,00	6.591.119,91	6.455.043,23	0,96	0,00
(11121) - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLITICOS	(2177) - Divulgação das Ações Governamentais	Evento divulgado	unidade	100,00	140,00	1,40	23.501.913,00	51.951.913,00	51.951.912,45	51.947.989,88	1,00	1,40
(11121) - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLITICOS	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	20.400.697,00	23.004.160,00	22.380.768,24	22.073.158,14	0,96	0,00
(11121) - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLITICOS	(4547) - Realização e Promoção de Eventos	Evento realizado	unidade	40,00	60,00	1,50	5.514.000,00	8.760.537,00	8.760.507,51	8.558.807,18	0,98	1,54
(11121) - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLITICOS	(4548) - Publicidade de Atos Legais	Atos publicados	unidade	1.000,00	2.000,00	2,00	4.000.000,00	1.997.282,00	1.997.281,65	1.997.281,65	1,00	2,00
(11121) - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLITICOS	(4627) - Assessoria de Comunicação	Evento realizado	unidade	400,00	500,00	1,25	5.000.000,00	6.402.718,00	6.401.607,94	6.401.607,94	1,00	1,25
(11121) - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLITICOS	(4671) - Comunicação Online	Rede de informações ampliada	unidade	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(11124) - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	25.903.668,00	26.484.759,00	24.342.337,98	22.179.366,40	0,84	0,00
(11209) - Agência Reguladora de Serviços Públicos	(2985) - Regulamentação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos	Serviço fiscalizado	Unidades	0,00	0,00	0,00	1.431.953,00	918,00	918,00	918,00	1,00	0,00
(11210) - AGÊNCIA ESTADUAL DE MOBILIDADE URBANA E SERVIÇOS PÚBLICOS	(2985) - Regulamentação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos	Serviço fiscalizado	Unidades	0,00	0,00	0,00	0,00	598.244,12	373.725,89	350.194,67	0,59	0,00
(11211) - agência executiva metropolitana	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	0,00	3.051.759,00	2.700.559,32	2.496.767,57	0,82	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,82

Eficiência (C/H) 5,62

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Em linhas gerais, as ações executadas pelas Secretarias Estaduais e Autarquias que compõem o Programa 0317 - Gestão Governamental indicam o valor médio da eficácia em 0,82, que na escala de valoração adotada é considerada “não eficaz”, justifica-se tal valor em função de um grande número de ações serem medidas pela despesa e pelo fato das ações 2985 e 4671 não terem tido realizações. Quanto a sua eficiência, onde o mesmo obteve o índice de 5,62, na escala de valoração adotada para Eficiência é considerado “Muito Eficiente”, resultante de um bom trabalho realizado pelos órgãos em parceria com a SEPLAN com destaque para ação 4694 que mesmo sofrendo anulação na dotação inicial teve a sua meta cumprida.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O Programa Gestão Governamental contém Ações que são executadas pelas seguintes unidades orçamentárias / financeiras: Secretaria de Estado da Casa Civil; Comunicação Social e Assuntos Políticos; Agência Estadual

de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos; Agência Executiva Metropolitana; Comissão Central Permanente de Licitação e Secretaria de Estado de Governo. Dessa forma, as linhas estratégicas são executadas individualmente por cada órgão, que em linhas gerais, vem sendo realizadas de forma eficiente e eficaz, produzindo resultados de acordo com as diretrizes associadas ao Programa e ao objetivo principal que é assistir direta e imediatamente o Governador no desempenho de suas atribuições.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há Indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há Indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1. Recomenda-se que o lançamento das informações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas tempestivamente no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático; 2. Recomenda-se o estabelecimento de um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa; 3. Ressalta-se que trata-se da avaliação do segundo exercício do PPA (2017), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo; 4. Formular indicadores de desempenho.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0320) - Gestão da Política de C&TI, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Problema: Falta de articulação entre os diversos atores da área de Ciência, Tecnologia e Inovação exigindo a atuação de um Órgão Coordenador

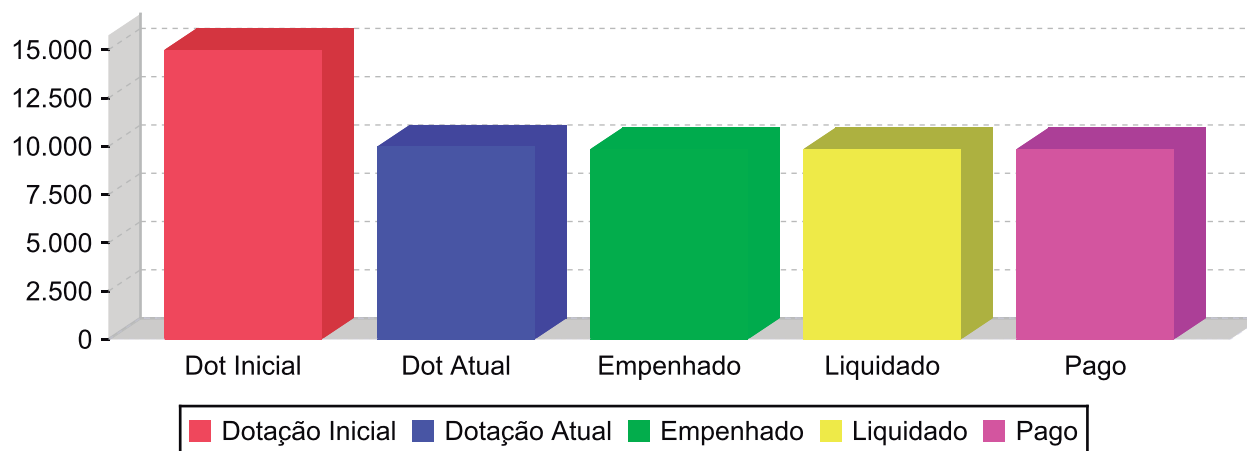
Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência e tecnologia, ensino superior e desenvolvimento tecnológico.

Público-Alvo: Sociedade

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 15.000,00 **Atual:** 10.000,00 **Variação(%)**: -33,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
15.000,00	10.000,00	9.868,00	9.868,00	9.868,00



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover e ampliar o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento da capacidade de produção, absorção, difusão científica, tecnológica e inovação, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção, baixa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir para a solução do problema identificado na elaboração do Plano. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo e definiu um indicador de resultado, favorecendo a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Os componentes do desenho do programa: objetivo, público-alvo, ações, indicadores, metas, produtos e serviços não são consistentes entre si e adequados qualitativamente para atender à demanda ou resolver o problema que lhe deu origem. Não utilizou argumentos consistentes para definir o público alvo e o produto das ações.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa, embora tenha utilizado estratégias adequadas como parcerias com prefeituras municipais através da disponibilização de espaços escolares, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para a obtenção de resultados. As cotas financeiras liberadas dentro do planejado, no entanto, se tornaram insuficientes para o custeio do Programa, embora uma de suas ações (4007), tenha sido plenamente executada.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do Programa não foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada não foi compatível com a meta planejada. Por outro lado, a análise de resultado do programa será comprometida em razão da não execução da meta física e financeira na ação 4612. O Programa tem ação incluída no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico- PDS. Dentre os resultados, a ação 4007 desempenhou: a realização de oficinas de robótica, de games, apresentação do planetário, oficinas de eletricidade básica e oficinas de matemática em 36 municípios maranhenses, além de apresentações do Planetário em eventos a convite de outras Secretarias.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(24101) - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	(4007) - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento realizado	Unidades	246,00	227,00	0,92	10.000,00	10.000,00	9.868,00	9.868,00	0,99	0,94
(24101) - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	(4612) - Gerenciamento e Monitoramento de Programas	Programas monitorados	unidade	8,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,46

Eficiência (C/H) 0,47

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 0,46 e o valor da eficiência em 0,47, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde que o Programa não foi eficaz e obteve uma baixa eficiência, justifica-se tal valor em função da ação 4007 não ter atingido a meta planejada e da ação 4612 não ter tido realizações.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A Diretriz é enfática ao citar a difusão da científica, da tecnologia e da inovação tecnológica, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população. Os resultados obtidos pelo programa contribuíram com a Diretriz de Governo a ele associado, no sentido de realização de eventos de cunho científico e tecnológico quando realiza oficinas de robótica, de games, de eletricidade básica, de matemáticas e apresentação do Planetário em 36 municípios maranhenses.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foram definidos estes indicadores.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Foi definido o indicador: Número de alunos beneficiados, embora como uma estratégia para avaliar o desempenho, não contribuiu qualitativamente com o objetivo e solução do problema do programa.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Após a realização da revisão do PPA 2016-2019, exercício 2018, o Órgão decidiu pela exclusão deste programa.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0325) - Gestão de Políticas para as Mulheres

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Mulher

Problema: Baixa cultura de avaliação e monitoramento entre os(as) gestores(as) públicos, especialmente os que estão ligados à execução direta dos programas e serviços; Ausência de instâncias específicas de pactuação e de uma agenda institucional de avaliação; Baixo financiamento de atividades de avaliação e monitoramento das políticas públicas; Espaços de co-gestão com pouco apoio técnico e com necessidade de capacitação sistemática de seus membros, tanto do governo quanto da sociedade civil, que qualifique sua atuação, de forma organizada, funcionando bem, mobilizados e representativos.

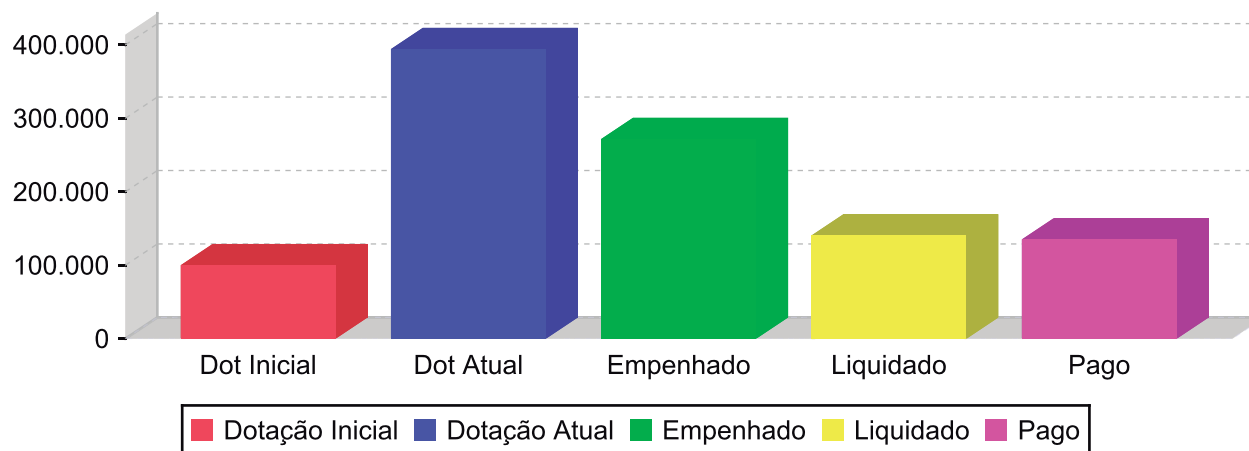
Objetivo: Coordenar o planejamento, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas setoriais e controle dos programas na área de políticas para as mulheres.

Público-Alvo: Governo do Estado.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 100.000,00 **Atual:** 394.338,76 **Variação(%)**: 294,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
100.000,00	394.338,76	271.950,85	140.552,95	135.122,79



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a execução de uma gestão pública com transparência ética e controle social, descentralizando as políticas públicas através da participação popular com foco e qualidade visando atender a satisfação das necessidades do cidadão.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de ações de prevenção à violência contra a mulher	Secretaria de Estado da Mulher	Ações	30/12/2017	47.492,95	12,00	20,00
Número de ações para melhoria da gestão estadual de Políticas para as Mulheres	Secretaria de Estado da Mulher	Ações	30/12/2017	49.943,50	32,00	26,00
Número de Municípios com Organismos de Políticas para as Mulheres Implantados	Secretaria de Estado da Mulher	Municípios	30/12/2017	12.700,00	75,00	81,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**6.1. Análise Crítica do Programa****Quanto à Concepção**

O programa apresenta em sua concepção relativa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema proposto na árvore de problemas e objetivos. Além disso, o programa foi associado à diretriz de governo: "Promover a execução de uma gestão com transparência ética e controle social, descentralizando as políticas públicas através da participação popular com foco e qualidade, visando atender à satisfação da necessidade do cidadão". Os produtos das ações deste programa foram bem definidos quando da elaboração do PPA em vigor, entretanto, no decorrer do exercício de 2017 constatou-se que os mesmos poderiam ser revistos, de maneira a refletirem de fato a atuação desta política setorial.

Quanto à Implantação/Execução

Na implementação do programa em 2017, assim como em 2016, a SEMU firmou parcerias que potencializaram o alcance dos resultados, com destaque para as ações de controle social que têm contribuído para o aprimoramento da atuação governamental no âmbito das Políticas para as Mulheres. Cumpre ressaltar que, apesar dos bons indicadores apresentados, fatores como a intempestividade de informações para a tomada de decisão, bem como a insuficiência e inadequação de insumos disponíveis para a execução das ações deste programa (recursos humanos, materiais, equipamentos logísticos e etc.) prejudicaram negativamente os resultados alcançados. Outro ponto que merece destaque, é que a SEMU tem realizado seminários quadrimestrais de avaliação, visando minimizar custos e potencializar resultados.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa em 2017 foram muito satisfatórios, uma vez que as metas alcançadas estiveram acima do planejado, de modo que a média de eficácia foi de 1,63. Por outro lado, apesar das despesas realizadas para obtenção dos resultados estarem acima do planejado, o programa apresentou bons índices de economicidade, uma vez que o alcance das metas foi superior ao crescimento dos gastos.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(52101) - Secretaria de Estado da Mulher	(4590) - Fortalecimento da Gestão do Conselho Estadual da Mulher	ação realizada	unidade	12,00	15,00	1,25	40.000,00	40.000,00	36.113,08	30.416,50	0,76	1,64
(52101) - Secretaria de Estado da Mulher	(4591) - Melhoria Contínua da Gestão Estadual e Transversalidades nas Políticas	Ação Realizada	unidade	32,00	22,00	0,69	20.000,00	70.899,60	49.943,50	49.943,50	0,70	0,98
(52101) - Secretaria de Estado da Mulher	(4804) - Fortalecimento e Apoio à Institucionalização de Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres - NR	ação realizada	unidade	48,00	92,00	1,92	20.000,00	26.961,73	16.696,27	12.700,00	0,47	4,07
(52101) - Secretaria de Estado da Mulher	(4805) - Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	ação realizada	unidade	12,00	32,00	2,67	20.000,00	256.477,43	169.198,00	47.492,95	0,19	14,40

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Média Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 1,63 e o valor da eficiência em 5,19, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde que o Programa foi eficaz e eficiente, principalmente em função da maioria das ações terem executado acima do que foi planejado aliado com um gasto correto, como podemos verificar na ação 4805.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Em face dos resultados alcançados é notório que de fato o programa está cumprindo com o objetivo proposto, do mesmo modo que suas ações estão sendo executadas em conformidade com o que é alvitrado por sua diretriz, através da promoção da melhoria contínua da gestão das políticas para as mulheres, sobretudo no tange à transparência e o controle social.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os indicadores de desempenho intermediário têm contribuído para mensuração do alcance dos resultados propostos, além de facilitar o processo de planejamento e avaliação das políticas públicas no âmbito da Secretaria da Mulher.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

O programa não possui indicadores de desempenho socioeconômicos do PPA que estejam diretamente ligados a sua problemática. Desta feita, faz-se necessário a confecção de um indicador no PPA com informações acerca das Políticas para as Mulheres onde as mesmas sejam geradas, tabuladas e analisadas pelos órgãos executores das referidas políticas.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomendações: 1. Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; 2. Rever os indicadores socioeconômico para que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Reavaliar os produtos das ações de maneira que reflitam de fato a atuação da política setorial. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0328) - Gestão de Administração Estratégica Governamental

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores

Problema: Ausência de estrutura física capaz de atender as necessidades funcionais, ausência de equipamentos e instalações para melhor funcionamento da SEGEPE.

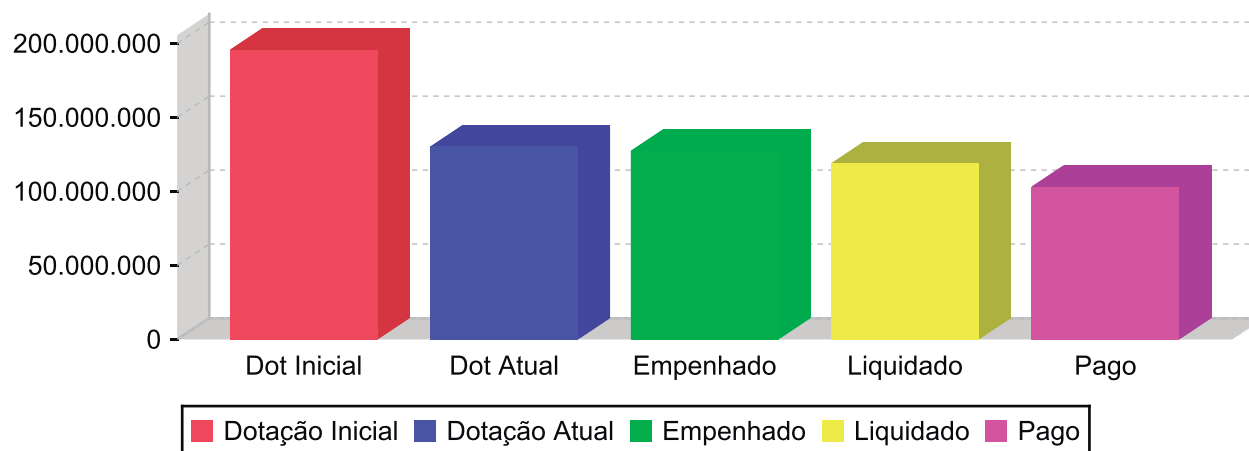
Objetivo: Planejar e formular as políticas de administração; coordenar, avaliar e controlar os programas sob responsabilidade da secretaria; e, garantir o funcionamento do sistema.

Público-Alvo: servidores, fornecedores e prestadores de serviços.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 195.760.970,00 **Atual:** 130.357.959,65 **Variação(%)**: -33,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
195.760.970,00	130.357.959,65	127.432.963,62	118.988.329,61	103.226.658,98



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a execução de uma gestão pública com transparência ética e controle social, descentralizando as políticas públicas através da participação popular com foco e qualidade visando atender a satisfação das necessidades do cidadão.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção, consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvores de problemas e objetivos. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo, mas não definiu um indicador de resultado, acarretando dificuldade de mensuração de seu desempenho no exercício avaliado.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa apresentou várias dificuldades que contribuíram negativamente para a obtenção de resultados. Destacam-se, a insuficiência de recursos humanos, financeiros e materiais e equipamentos.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, uma vez que o objetivo principal: planejar e formular as políticas; coordenar; avaliar; e, controlar os programas sob responsabilidade da secretaria, foi alcançado.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(58101) - Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores	(4256) - Valorização do Servidor Público	Servidor assistido	unidade	1.000,00	302,00	0,30	180.000,00	17.100,00	17.100,00	17.100,00	1,00	0,30
(58101) - Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores	(4410) - Modernização de Sistemas Corporativos	Sistema corporativo modernizado	unidade	1,00	1,00	1,00	8.622.719,00	20.565.503,00	20.539.409,75	20.539.409,75	1,00	1,00
(58101) - Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores	(4605) - Valorização do Aposentado - PAI	Aposentado beneficiado	unidade	21.000,00	15.182,00	0,72	230.000,00	114.812,00	114.771,42	109.696,88	0,96	0,76
(58101) - Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores	(4618) - Gestão Previdenciária	Sistema funcionando	unidade	1,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(58111) - Escola de Governo do Estado do Maranhão	(2828) - Capacitação de Servidores Públicos	Servidor capacitado	unidade	3.592,00	3.738,00	1,04	525.000,00	525.000,00	437.830,17	437.830,17	0,83	1,25
(58203) - Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	61.828.942,00	54.478.342,65	52.249.709,20	52.249.709,20	0,96	0,00
(60103) - Encargos Administrativos	(2537) - Encargos com Locação de Imóveis	Imóvel locado	unidade	69,00	66,00	0,96	14.839.000,00	11.740.559,00	11.647.162,81	11.180.885,30	0,95	1,00
(60103) - Encargos Administrativos	(2560) - Encargos com Pagamento de Água e Energia Elétrica	Unidade Consumidora paga	unidade	9.000,00	9.231,45	1,03	20.411.000,00	31.839.336,00	31.517.245,08	29.729.891,43	0,93	1,10
(60103) - Encargos Administrativos	(4452) - Criação, Provimento, Reestruturação e Revisão de Cargos e Funções	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	88.374.309,00	11.069.373,00	10.901.801,26	4.715.872,95	0,43	0,00
(60103) - Encargos Administrativos	(4656) - Gestão do Patrimônio Imobiliário	Imóvel identificado e legalizado	unidade	5,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(60103) - Encargos Administrativos	(4685) - Conservação de Bens Móveis	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	150.000,00	7.934,00	7.933,93	7.933,93	1,00	0,00
------------------------------------	-------------------------------------	---------------------	---------	------	------	------	------------	----------	----------	----------	------	------

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,50

Eficiência (C/H) 0,54

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 0,50 e o valor da eficiência em 0,54, que na escala de valoração adotada na metodologia corresponde que o Programa não foi eficaz e nem foi eficiente, justifica-se tal valor em função de um grande número de ações serem medidas pela despesa e pelo fato das ações 4256, 4605 e 2537 não terem executado o que foi planejado.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do programa atendeu às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, pelo alcance do objetivo principal de planejar e formular as políticas, coordenar, avaliar e controlar os programas sob responsabilidade da secretaria.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foram formulados indicadores de desempenho intermediários no programa.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não foram associados indicadores de desempenho socioeconômicos no programa

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomendações: 1. Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; 2. Formular indicadores de resultados, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Em relação a execução orçamentária e financeira das ações faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações, como é o caso, da ação 4618 - Gestão Previdenciária (SEGEPI) e 4656 - Gestão do Patrimônio Imobiliário (ENCADM). Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0345) - Gestão da Política de Agricultura e Pecuária

Unidade Executora: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

Problema: A segmentação do Sistema SAGRIMA provoca a desintegração das ações, a perda da visão sistêmica, a ineficiência e oneração, dificultando o gerenciamento integrado e o desenvolvimento da política rural no Estado.

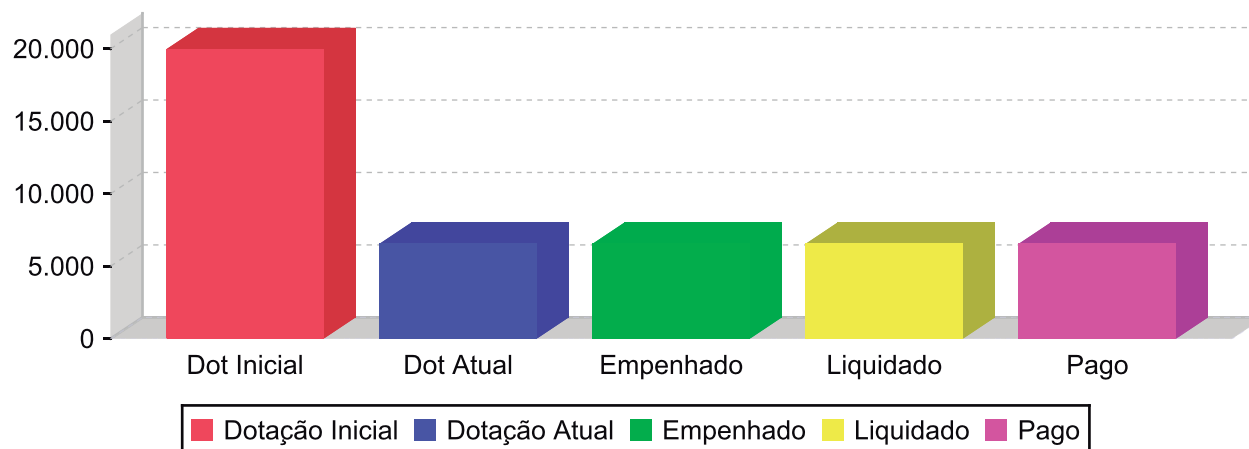
Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de agricultura e pecuária.

Público-Alvo: Governo do Estado.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 19.987,00 **Atual:** 6.560,00 **Variação(%)**: -67,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
19.987,00	6.560,00	6.560,00	6.560,00	6.560,00



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa foi concebido em conformidade com as diretrizes de Governo inclusive compatível com a matriz de análise que evidenciou a necessidade de utilizar formas de aperfeiçoar tipos de processos governamentais, ainda considerando que os processos de planejamento, administrativos, gestão da política e atividades que objetivam causar algum impacto na realidade social, política ou econômica maranhense requer ações de médio e longo prazo, o objetivo do programa ainda pode ser considerado compatível com a solução do problema, tem-se como público alvo prestadores de serviços governamentais para a população, no tocante às ações, as mesmas estão contribuindo para alcançar o objetivo do programa à medida que o processo de capacitação, melhoria nas rotinas administrativas e adoção de processos de reuniões de acompanhamento e avaliativos têm ajudado a tomadas de decisões, o programa não possui ação inserida no Plano de Desenvolvimento Econômico- PDS, visto que este tem as suas diretrizes com objetivo de melhorar a formulação das políticas do setor cujos resultados são transversais às ações constante no PDS pela prática da intersectoralidade como acontece no âmbito do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento – SEPAB. Os produtos (bens e serviços) foram definidos em consonância com os recursos disponíveis. O programa possui ação intersetorial com a Escola de Governo, na utilização da grade de cursos, com IMESC, na obtenção de dados sócios econômicos de interesse do setor e Gespública – nas práticas da boa gestão. Contudo, existem dificuldade e complexidade na articulação e desenvolvimento de ações intersectoriais de interesse do órgão na condução da Política Agropecuária.

Quanto à Implantação/Execução

A autonomia gerencial praticado tem as suas limitações administrativa, orçamentária e financeira que poderia ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus gestores e a mandatária do poder público, que representa o planejamento e as ações estratégicas do Estado, que tenha fixação de metas de desempenho para o órgão. O orçamento inicial aprovado destinado ao programa foi suficiente para o cumprimento das metas previstas para se trabalhar os mecanismos de aperfeiçoamento da política setorial. O orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) foi suficiente para o cumprimento das metas realizadas, as cotas financeiras foram liberadas e utilizadas em tempo hábil. Como parcerias institucionais para a implantação do programa, a Gespública iniciou um trabalho de diagnósticos sobre as rotinas e prestação de serviços ao público meta. No tocante a equipe técnica o órgão carece destes para que possam implementar as exigências teóricas e técnicas de planos, programas, projetos e atividades que compõem uma gestão da Política Pública. Vale destacar que o programa não teve uma infraestrutura e logística, materiais e equipamentos em quantidade e qualidade suficientes para sua implementação, visto que existem setores que poderiam ser aparelhados principalmente com equipamentos e ferramentas de planejamento tal como o Sistema de Informações Geoprocessadas. Para controle de custos a SAGRIMA conta com o Setor de Material o qual tem a evolução de preços dos insumos necessários para o funcionamento da Secretaria e a Asplan que possui os custos unitários das ações que norteiam quando da elaboração do orçamento anual.

Quanto aos Resultados

Os resultados do programa estão em consonância com os objetivos setoriais, embora sejam de pouca visibilidade, alguns resultados práticos foram obtidos quer seja uma melhor estruturação do acompanhamento e avaliação das ações estratégicas, com o uso de ferramentas convencionais, bem como a capacitação na melhoria administrativa na área de licitações, podemos destacar os principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa e das orientações estratégicas de governo (diretrizes): 1. Falta de sensibilidade governamental; 2. Poucos recursos para atender efetivamente a necessidade do órgão, 3. Ausência de capacitação em processos gestão da Política Setorial. Já os principais fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados foram: 1. Busca de parcerias; 2. Sensibilizar técnicos governamentais com expertise para transferência de conhecimentos e 3. comprometimento da equipe técnica. Na estrutura da secretaria não existe um Conselho Deliberativo que venha desempenhar o papel de avaliação do programa, sendo assim não foi realizada nenhuma previsão de avaliação. Vale ressaltar que por se tratar de atividade meio de apoio as ações finalísticas, tem-se como resultar o aprimoramento do controle de orçamento do órgão e a indução de processo de análise e avaliação por meio de reuniões técnicas. Certamente processos mais dinâmicos e eficientes podem ajudar as atividades fins a realizar serviços e fazer entregas à sociedade com efetividade. Quanto à demanda do órgão, a despesa mensal ou bimestral não é atendida pela cota liberada, pois o decreto de execução orçamentário ao limitar os recursos para empenho o faz de forma linear.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(13101) - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	(2828) - Capacitação de Servidores Públicos	Servidor capacitado	unidade	3,00	2,00	0,67	19.987,00	6.560,00	6.560,00	6.560,00	1,00	0,67

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Média Eficiência = $0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

O produto obtido na execução física do programa caracteriza-se como não eficaz, sua média alcançou índice igual a 0,67, sendo executada 66,67% da meta prevista utilizando-se 100% dos recursos financeiros autorizados. A execução financeira tem como coeficiente igual a 0,67 que corresponde a média eficiência.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O aprimoramento do referencial teórico e prático do servidor público, foco principal do programa, tem mostrado a melhoria na prestação de serviços, no tocante a capacitação em procedimento licitatórios, contudo pela disponibilidade de recursos, as diretrizes do Programa tem sido prejudicado por não atingir uma clientela maior.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há Indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há Indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verificou-se por meio da execução física que a Ação 2828 não foi eficaz. Recomenda-se: 1- Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente, bem como um acompanhamento e monitoramento das ações programadas no SISPCA; 2- Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas, considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado; 3- Formular indicadores de resultados que possibilitem a mensuração do desempenho do Programa em parceria com a SEPLAN/IMESC; 4- Avaliar a necessidade de manter o programa quando da elaboração de um novo PPA, tendo em vista possuir apenas uma ação que pode ser incluída em outro programa.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0347) - Planejamento e Gestão Governamental

Unidade Executora: Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

Problema:

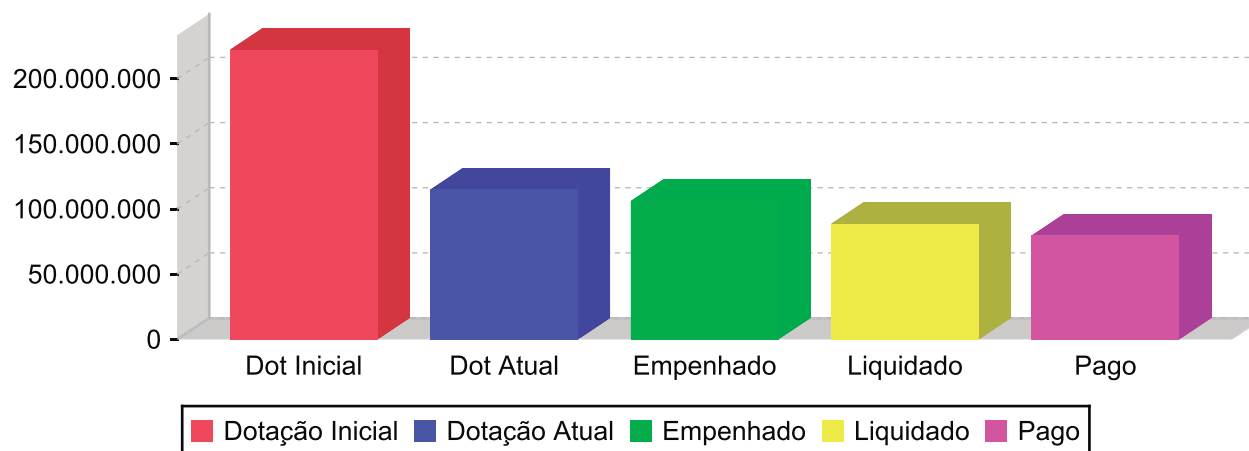
Objetivo: Planejar e formular as políticas de planejamento estratégico e gestão governamental.

Público-Alvo: Governo do Estado.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 222.255.569,00 **Atual:** 114.988.966,39 **Variação(%)**: -48,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
222.255.569,00	114.988.966,39	106.224.683,50	88.713.925,52	79.737.853,11



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a execução de uma gestão pública com transparência ética e controle social, descentralizando as políticas públicas através da participação popular com foco e qualidade visando atender a satisfação das necessidades do cidadão.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta, em sua concepção, aderência entre atributos, objetivo e público alvo. No que se refere ao problema, não foi definido na elaboração por tratar-se de programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

Quanto à Implantação/Execução

O Programa possui equipe técnica qualificada para desenvolver as ações, apesar da insuficiência de servidores para atender às demandas com a devida agilidade. Há a necessidade de melhorar o quadro de pessoal, a infraestrutura, adquirir máquinas e equipamentos, favorecendo, dessa forma, a realização das ações e o atingimento das metas.

Quanto aos Resultados

Em que pesem as necessidades apontadas visando à melhoria da SEPLAN, como um todo, os resultados alcançados foram satisfatórios. A SEPLAN coordenou a elaboração dos principais documentos legais vinculados ao sistema de planejamento e orçamento governamentais. Foram realizadas ações de orientação aos órgãos, no que concerne à execução orçamentária e financeira, os procedimentos quanto à prestação de contas, restos a pagar, balanços, encerramento contábil de 2017. Realizou-se a gestão do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza – FUMACOP, o acompanhamento da execução das intervenções financiadas com recursos provenientes de operações de crédito firmadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, bem como, as orientações relativas à aprovação de novos projetos, pagamentos, prestação de contas e demais requisitos contratuais, exigidos pela citada instituição financeira. Coordenou-se, ainda, as rodadas de classificação de risco realizadas, tanto por instituições internacionais, como as Agências Fitch Ratings e Moody's, como também por instituições nacionais como o BNDES e Secretaria do Tesouro Nacional – STN, com vista à apresentação de aspectos relacionados ao equilíbrio fiscal, capacidade do Governo de Arrecadação, de flexibilizar as despesas de pessoal, dívidas e capacidade do Estado de honrar os compromissos financeiros. Por fim, a análise dos resultados do Programa foi comprometida em razão de algumas das suas ações terem migrado para a Secretaria de Governo – SEGOV.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(11124) - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	(3208) - Modernização e Ampliação dos Serviços da Rede de Tecnologia da Informação e Comunicação – Viva Maranhão	fibra optica implantada	km	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(11124) - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	(3238) - Desenvolvimento do Sistema Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação	sistema desenvolvido	unidade	1,00	11,00	11,00	300.000,00	505.904,00	505.904,00	505.904,00	1,00	11,00
(11124) - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	(4366) - Gestão do Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação	sistema gerenciado	unidade	1,00	12,00	12,00	35.323.072,00	36.558.596,00	36.505.278,06	28.163.332,92	0,77	15,58
(22101) - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	(3201) - Desenvolvimento e Gerenciamento Institucional – Viva Maranhão	Relatório gerencial elaborado	unidade	24,00	24,00	1,00	30.000.000,00	32.376.050,00	28.299.372,65	21.171.223,97	0,65	1,53
(22101) - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	(3205) - Melhoria da Gestão Territorial – Viva Maranhão	Zoneamento elaborado	unidade	1,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
(22101) - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	(3207) - Modernização do Sistema de Planejamento e Orçamento – Viva Maranhão	Sistema implantado	unidade	1,00	0,00	0,00	100.000,00	2.463.000,00	0,00	0,00	0,00	
(22101) - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	(4368) - Gestão dos Recursos do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza - FUMACOP	MEDIDO PELA DESPESA	unidade	0,00	0,00	0,00	114.644.614,00	184.407,39	0,00	0,00	0,00	0,00
(22101) - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	27.532.319,00	20.999.698,00	20.287.402,93	19.948.993,81	0,95	0,00

(22101) - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	(4602) - Gestão por Resultado	Meta de resultado gerida	unidade	1,00	1,00	1,00	8.395.564,00	5.064.935,00	4.757.250,78	3.054.995,74	0,60	1,66
(22205) - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico	(3205) - Melhoria da Gestão Territorial – Viva Maranhão	Zoneamento elaborado	unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1,00	0,00
(60104) - Encargos Financeiros	(4304) - Serviços da Rede Bancária	Tarifa e serviço pago	unidade	5.500.000,00	4.680.000,00	0,85	5.760.000,00	15.236.376,00	14.469.475,08	14.469.475,08	0,95	0,90

Média:

Eficácia (B/A) = C 2,59

Eficiência (C/H) 3,07

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 2,59 e o valor da eficiência em 3,07, que na escala de valoração adotada na metodologia corresponde que o Programa foi eficaz e eficiente, principalmente em função das ações 3268 e 4366 terem executado acima do planejado. Apenas a ação 4304 não executou o planejado.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do Programa, no exercício avaliado, atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas do Governo, notadamente, pelo fato de seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não possui indicador de desempenho intermediário.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não possui indicador de desempenho Socioeconômico do PPA.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomendações: 1. Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; 2. Formular indicadores de resultados, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Em relação a execução orçamentaria e financeira das ações faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações e empenho. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0202) - Controle Interno do Poder Executivo

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Transparência e Controle

Problema: Necessidade de controle dos atos de gestão pública com foco na gestão de políticas públicas conduzidas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

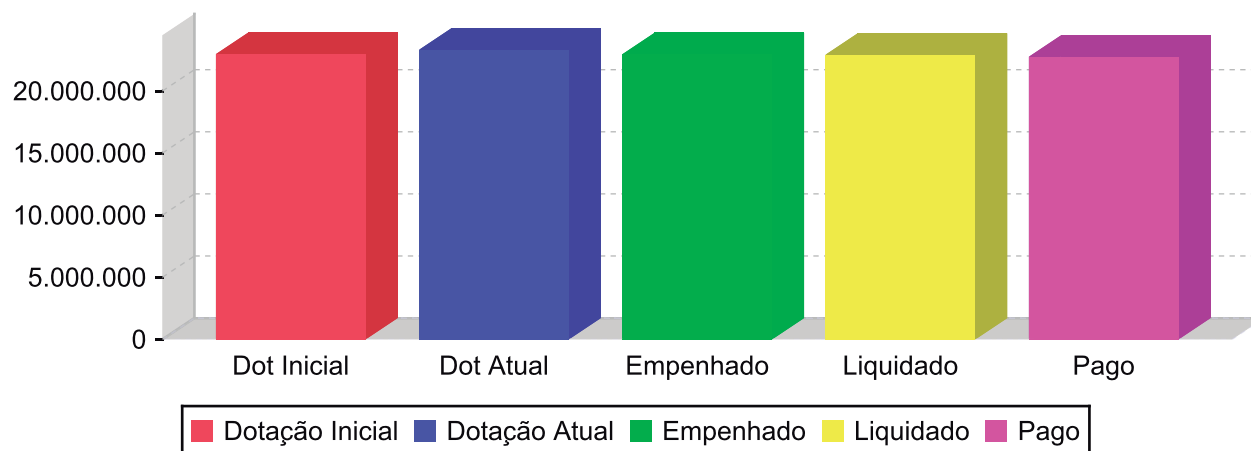
Objetivo: Controlar os atos de gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Público-Alvo: Governo do Estado.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 22.971.566,00 **Atual:** 23.324.336,00 **Variação(%)**: 2,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
22.971.566,00	23.324.336,00	22.963.217,97	22.925.921,62	22.759.622,20



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a execução de uma gestão pública com transparência ética e controle social, descentralizando as políticas públicas através da participação popular com foco e qualidade visando atender a satisfação das necessidades do cidadão.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
teste	000	Ações	25/04/0018	0,00	0,00	0,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O problema continua atual, com objetivo compatível com a sua solução. O público-alvo encontra-se caracterizado e as ações contribuem para o alcance favorável no resultado do Programa, tendo suas metas, produtos e serviços adequados ao objetivo previamente definidos. O programa não possui ações no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico-PDS e não possui ação intersetorial, somente desenvolve parcerias com outros órgãos.

Quanto à Implantação/Execução

O programa apresenta autonomia gerencial institucionalizada que facilita a execução e o andamento das ações. Foram realizadas parcerias com órgãos de controle e fiscalização (MPE/MA, TCU, TCE/MA, SEFAZ/MA, CGU e CGM/SÃO LUIS) para a realização de audiências públicas, em diversos municípios maranhenses. O programa possui equipe técnica qualificada para desenvolver as ações, contudo há carência na infraestrutura e quanto aos materiais e equipamentos. Mesmo com essa insuficiência, o órgão realiza o controle dos gastos públicos, por meio de auditoria, fiscalização, rede e controle da Gestão Pública.

Quanto aos Resultados

O resultado do programa foi submetido a apreciação de instância superior por meio de apresentação de relatórios de gestão demonstrando todas as atividades/ações realizadas pela Secretaria. As ações foram potencializadas por meio das parcerias com os órgãos de controle e fiscalização (MPE/MA, TCE/MA e SEFAZ/MA) que realizaram investigações e auditorias em diversos órgãos no intuito de combater a corrupção. O programa não realizou pesquisa com o público-alvo nem avaliação pelo Conselho de Políticas e não apresenta meta no PDS. O resultado está em consonância com o seu objetivo, tendo a participação do público-alvo para o atingimento das metas, contribuindo assim, para o alcance da diretriz de governo ao qual está alinhada. O orçamento e a cota financeira foram suficientes para o seu desenvolvimento.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(11122) - Secretaria de Estado da Transparência e Controle	(2322) - Capacitação de Recursos Humanos	Servidor capacitado	unidade	65,00	138,00	2,12	128.982,00	125.982,00	125.933,50	125.933,50	1,00	2,12
(11122) - Secretaria de Estado da Transparência e Controle	(4051) - Investigação de Atos de Improbidade	Denúncia investigada	unidade	210,00	330,00	1,57	81.425,00	25.715,00	25.434,83	25.434,83	0,99	1,59
(11122) - Secretaria de Estado da Transparência e Controle	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	22.552.681,00	23.086.376,00	22.728.239,15	22.690.942,80	0,98	0,00
(11122) - Secretaria de Estado da Transparência e Controle	(4691) - Fiscalização da Administração Pública Estadual	Relatório de Auditoria Produzido	unidade	215,00	155,00	0,72	125.000,00	51.552,00	48.915,99	48.915,99	0,95	0,76
(11122) - Secretaria de Estado da Transparência e Controle	(4692) - Ouvidoria e Controle Social	Manifestação Realizada	unidade	45,00	66,00	1,47	49.730,00	19.730,00	19.714,00	19.714,00	1,00	1,47
(11122) - Secretaria de Estado da Transparência e Controle	(4704) - Transparência da Gestão Pública	Acesso Realizado	unidade	30,00	45,00	1,50	33.748,00	14.981,00	14.980,50	14.980,50	1,00	1,50

Média:

Eficácia (B/A) = C 1,48

Eficiência (C/H) 1,49

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 1,48 e o valor da eficiência em 1,49, que na escala de valoração adotada na metodologia corresponde que o Programa foi eficaz, principalmente em função das ações 2322, 4051, 4692 e 4704, onde as metas executadas superaram as metas planejadas. Apenas a ação 4691 não atingiu sua meta, em virtude de uma anulação na dotação inicial em mais de 50%.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa encontra-se alinhado com a diretriz do Governo, contribuindo para o combate à corrupção por meio do controle de gastos públicos, da prevenção, fiscalização e auditoria dos órgãos e entidades públicas, resultando no alcance do objetivo e na solução do problema identificado.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não possui indicadores de desempenho intermediários definidos no programa.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não possui indicadores de desempenho socioeconômico definidos no programa.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1. Prover medidas que visem melhorar o desempenho do sistema de avaliação SISPCA, para que torne-se mais eficaz quanto a sua utilização e disponibilidade; 2. Manter alocação dos recursos do programa; 3. Manter o lançamento contínuo das metas físicas e financeiras no SISPCA, visando o correto monitoramento do Programa pelo Núcleo Temático; 4. Formular indicadores de desempenho.



ENFRENTAR AS INJUSTIÇAS SOCIAIS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2016-2019
EXERCÍCIO 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0600) - Fortalecimento da Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Unidade Executora: Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Problema: Alta taxa de unidades de ensino em condições precárias de funcionamento.

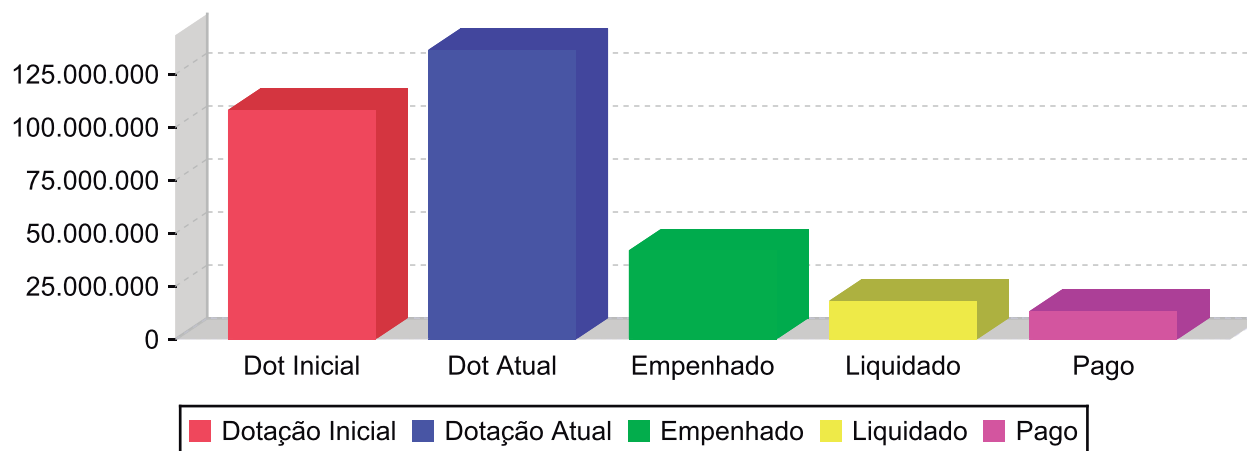
Objetivo: Dotar as unidades de ensino de condições mínimas para a oferta de ensino com qualidade. -

Público-Alvo: Alunos oriundos do ensino fundamental maior, jovens e adultos. -

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 108.197.102,00 **Atual:** 136.579.834,60 **Variação(%)**: 26,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
108.197.102,00	136.579.834,60	41.979.102,49	18.218.941,42	13.388.732,13



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover e ampliar o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento da capacidade de produção, absorção, difusão científica, tecnológica e inovação, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO						
Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
NUMERO DE ALUNOS ASSISTIDOS	SISPCA/IEMA	Unidades	30/12/2017	1.405,00	1.405,00	1.354,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção, alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir para a solução do problema identificado na elaboração do Plano. Está associado a uma diretriz de governo e definiu um indicador intermediário para mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Os componentes do desenho do programa: objetivo, ações, indicadores, metas, produtos e serviços são consistentes entre si e adequados qualitativamente para atender à demanda ou resolver o problema que lhe deu origem, exceto o público-alvo, que precisa ser revisado. Os bens e serviços (produtos) estão bem definidos para a mensuração das metas e as ações contribuem para o alcance dos objetivos pretendidos.

Quanto à Implantação/Execução

Quanto à implementação, o programa possui autonomia gerencial e equipe técnica qualificada em número suficiente, conseguindo assim, executar de forma satisfatória as atividades. As ações do programa são coordenadas e acompanhadas pela instituição, com vistas ao fortalecimento da rede de educação tecnológica do Maranhão. Os atributos do programa estão compatíveis e potencializaram o alcance dos resultados. As cotas financeiras foram liberadas conforme programação orçamentária. O programa ainda contou com infraestrutura e logística, materiais e equipamentos adequados e suficientes para sua implementação, que é facilitado pelo forte controle dos custos e dos gastos efetuados. O Programa não tem ação incluída no Plano de Desenvolvimento Sócio-Econômico - PDS e se desenvolve nos municípios de Axixá, Coroatá, Bacabeira, Matões, Pindaré, São José de Ribamar, Santa Inês São Domingos, Santa Helena, Timon, São Luís, Cururupu, Brejo e Presidente Dutra.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados pelo Programa, mesmo tendo os seus valores executados inferiores, físico e financeiro, em relação ao planejado, podemos considerar bem significativo, pois, a metodologia de avaliação o aponta como de Não Eficácia, entretanto, o princípio que norteia a Eficácia é grau de atingimento da meta, ou seja, mesmo que as metas planejadas não foram superadas, o seu índice alcançou 81% de execução e a eficiência foi considerado Muito Eficiente no usos dos seus recursos na entrega de seus produtos. Quanto aos benefícios gerados para a sociedade, pode-se citar escolas equipadas e mobiliadas funcionando em tempo integral, professores, técnicos e gestores preparados para compartilhar uma educação de qualidade ao público-alvo. Ressaltam-se os fatores de sucesso referentes à assistência alimentar aos alunos, escolas funcionando bem equipadas e mobiliadas, e, existência de profissionais qualificados. Dentro do esperado, o programa contribuiu para o alcance da diretriz de governo a que está associado.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)												
Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(24206) - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	(2056) - Assistência Alimentar	Aluno assistido	Unidades	1.405,00	1.354,00	0,96	7.807.234,00	4.938.962,60	4.443.776,20	3.543.353,95	0,72	1,34
(24206) - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	(3253) - Implantação e Melhoramento de Unidades de Ensino	unidade implantada	Unidades	20,00	13,00	0,65	91.584.980,00	131.317.225,00	37.297.111,79	14.437.372,97	0,11	5,91
(24206) - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	8.804.888,00	323.647,00	238.214,50	238.214,50	0,74	0,00
Média:		Eficácia (B/A) = C				0,81	Eficiência (C/H)				3,63	
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0												
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50												
Fonte: SISPCA/SIAFEM												

resultado poderá ser explicado através da ação 3253, que apesar de não ter atingido a meta planejada em sua totalidade, fez 65% usando apenas 12% da dotação inicial. Apresenta ainda, o valor da eficácia de 0,81, considerado Não Eficácia, uma vez que os resultados das metas físicas executadas foram menores que o planejado.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com a Diretriz de Governo a ele associado, no sentido de dotar as unidades de ensino de condições mínimas, para ofertar um ensino de qualidade aos alunos oriundos do ensino fundamental, jovens e adultos, através das ações de Assistência Alimentar e Implantação e Melhoramentos das UE's em funcionamento.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O programa apresentou como indicador de desempenho intermediário, o número de alunos assistidos, tendo como planejado 1405 alunos e 1354 alunos beneficiados, demonstrando um ótimo desempenho, contribuindo efetivamente para o alcance do objetivo do problema.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

O Indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA é o número de alunos beneficiados, que busca facilitar a mensuração das metas para contribuir com o alcance dos objetivos. Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores definidos.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1.Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, permitindo o acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2.Redefinição do problema central do programa, melhor especificando o público- alvo; 3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, para acompanhar mais de perto a execução do programa; 4. Realizar a capacitação periódica das equipes técnicas dos Órgãos em relação aos processos de Gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 5. Estabelecer a institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações; 6. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo na execução e avaliação do programa; 7. É importante reavaliar o a necessidade orçamentária do Programa, pois houve uma suplementação de recurso orçamentário em 26%, e que, embora tenha favorecido a execução do programa, o valor pago foi bem inferior à dotação atual do Programa, bem como o que foi empenhado e liquidado. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0131) - Produção e Difusão Cultural

Unidade Executora: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO

Problema: Fragilidade do mercado cultural maranhense.

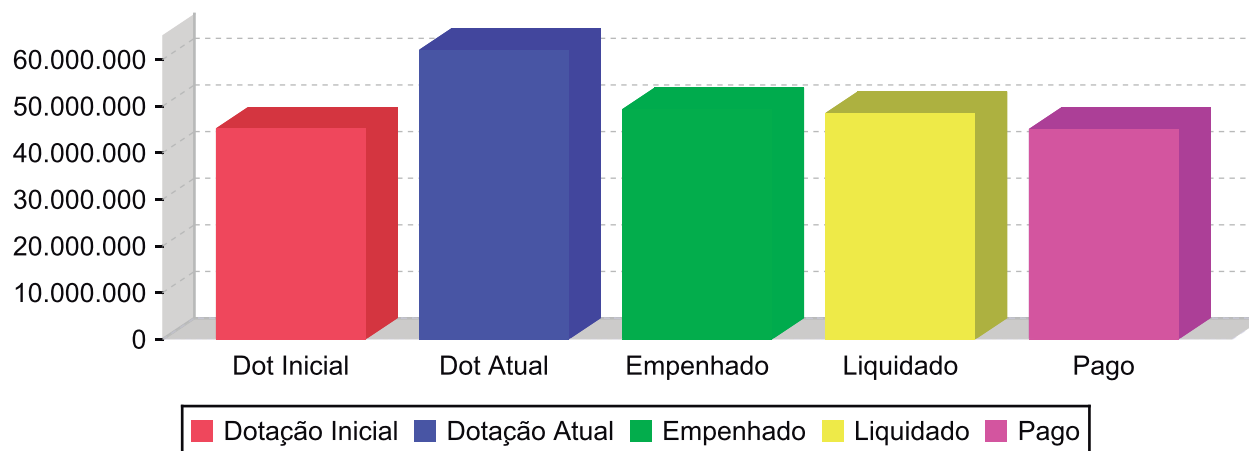
Objetivo: Fortalecer o mercado cultural maranhense mediante a ampliação da produção, da difusão, do acesso aos bens culturais e do fomento às atividades artísticas.

Público-Alvo: sociedade

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 45.258.350,00 **Atual:** 62.127.876,66 **Variação(%)**: 37,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
45.258.350,00	62.127.876,66	49.406.939,13	48.596.639,13	45.130.602,22



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Valorizar a cultura e identidades locais fomentando a criação e produção cultural, bens patrimoniais e promoção do turismo regional sustentável.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa foi concebido a partir da identificação da fragilidade do mercado cultural maranhense, principalmente, na prestação adequada do serviço e da necessidade do fomento de ações de valorização cultural. O problema continua apesar do aumento significativo de ações de fomento e difusão nos dois últimos exercícios, possui ações compatíveis com o tratamento do problema e abrange um grande público alvo, considerando a diversidade da classe artística do Estado. As ações planejadas atendem ao objetivo do programa, estão em conformidade com as metas propostas e com a dotação orçamentária recebida.

Quanto à Implantação/Execução

Várias ações foram realizadas ao longo do exercício de 2017, visando o fortalecimento da classe artística maranhense tornando-a apta e qualificada ao credenciamento. Este credenciamento tem por objetivo habilitar propostas de atividades artísticas e culturais para compor a programação oficial do Estado. Todas as ações foram acompanhadas pelo corpo técnico da SECTUR que contaram com materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades. O orçamento inicial não foi suficiente. Houve suplementação orçamentária devido o aumento do número de espaços culturais.

Quanto aos Resultados

Apesar das alterações orçamentárias o desempenho do programa foi ótimo, superando as metas planejadas a partir do apoio de mais de 50 projetos. Recebeu avaliação positiva da mídia nacional nos Eventos de São João e Carnaval, apoiou manifestações culturais dos Festejos do Divino Espírito Santo, Natal e Réveillon movimentando a economia do Estado com importantes índices de ocupação hoteleira e geração de empregos temporários. Foram formadas parcerias institucionais com os municípios para realização de eventos em várias cidades do Maranhão e MinC / ANCINE e FUNART na realização de Projetos como Caravana Teatral e Construção de Cinemas.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4505) - Capacitação de Artistas, Técnicos, Produtores e Empreendedores Culturais	Pessoa capacitada	unidade	100,00	136,00	1,36	50.000,00	50.000,00	32.830,00	32.830,00	0,66	2,07
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4646) - Fortalecimento dos Equipamentos Culturais	Evento cultural realizado	unidade	30,00	45,00	1,50	149.700,00	149.700,00	97.629,00	89.829,00	0,60	2,50
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4706) - Fomento e Promoção à Diversidade Cultural	null	Unidades	9,00	6,00	0,67	10.000,00	515.000,00	431.419,00	369.319,00	0,72	0,93
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4707) - Realização dos Projetos de Grande Porte do Estado	Evento realizado	Unidades	60,00	71,00	1,18	13.000.000,00	16.036.440,00	15.855.415,13	15.675.015,13	0,98	1,21
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4712) - Realização do Mapeamento Cultural do Estado	Município mapeado	unidade	14,00	53,00	3,79	20.000,00	20.000,00	1.151,00	1.151,00	0,06	65,78
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4713) - Apoio às Manifestações Artístico-Culturais	Projeto apoiado	unidade	40,00	24,00	0,60	31.928.650,00	45.256.736,66	32.988.495,00	32.428.495,00	0,72	0,84
(14901) - Fundo de Desenvolvimento da Cultura Maranhense	(4663) - Incentivo à Arte e a Cultura	Projeto apoiado	unidade	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Considerando a análise de Eficácia e Eficiência das metas, onde observa-se os indicadores 1,30 Eficaz e 10,09 Muito Eficiente conclui-se que o programa atingiu seu objetivo.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O resultado alcançado contribuiu com as diretrizes do Governo através de suas ações com atingimento das metas, e em alguns casos, houve superação, contribuindo dessa forma para a diminuição do problema.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há indicadores de desempenho intermediário.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Contribuiu para potencializar a economia do Estado por ocasião dos eventos ocorridos.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

O Maranhão possui uma rica diversidade de manifestações culturais, que ocupam o calendário do Estado o ano todo. O carnaval e os festejos juninos são as duas manifestações mais fortes e expressivas da cultura maranhense. Fortalecer este mercado cultural é o nosso objetivo, porém, é necessário um esforço conjunto para o seu efetivo alcance. O governo do Estado, através de investimentos, busca incentivar este segmento ser um agente com capacidade de gerar riqueza e renda para a população. RECOMENDAÇÕES: 1. Proceder o lançamento da metas física dentro da real necessidade da ação, a fim de evitar lançamentos que facilmente sejam alcançados; 2. Verificar a necessidade de proceder a revisão dos atributos do programa com destaque para o público alvo que precisa ser melhor delimitado; 3. Formular indicadores de desempenho, que possibilitem uma melhor mensuração do desempenho do programa; 4. Quanto à execução orçamentária financeira das ações, faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentação e empenho. Destacamos a Ação 4663 que trata do Incentivo à arte e a cultura, por 2 anos consecutivos não apresentou movimentação físico financeiro; 5. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, a fim de acompanhar mais de perto a execução do programa, considerando que esta avaliação se refere ao segundo exercício do PPA (2017), ressalta-se a necessidade de que as medidas corretivas aqui tratadas possam melhorar de forma significativa o desempenho do programa nos próximos anos, e assim contribuir para o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0177) - Ensino de Graduação Superior

Unidade Executora: Universidade Estadual do Maranhão

Problema: Significativa parcela da população maranhense não possui formação de nível superior, dificultando a absorção dos conhecimentos científicos e tecnológico e interferindo, negativamente na qualidade do ensino ministrado nas escolas maranhenses.

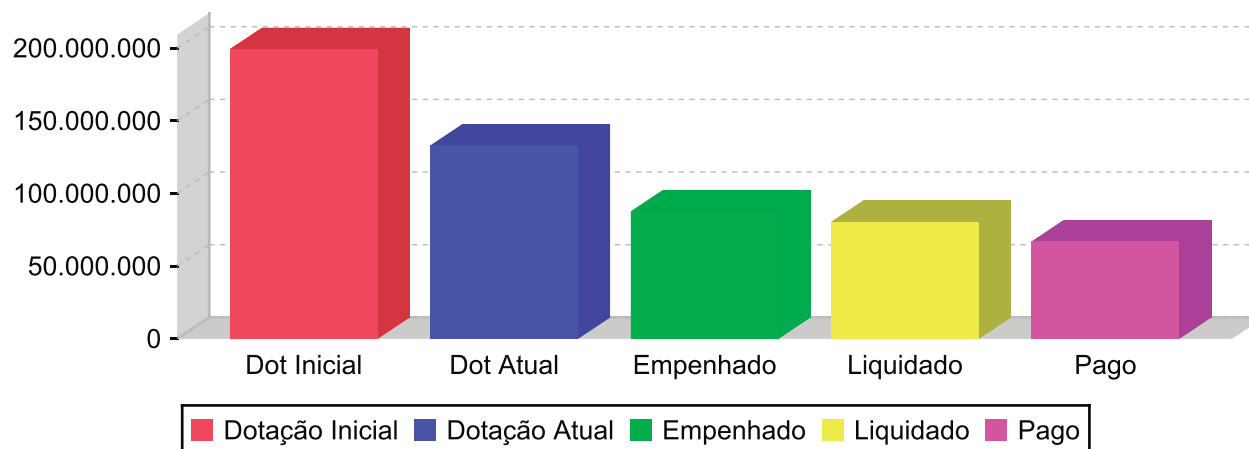
Objetivo: Graduar profissionais em cursos de licenciatura e bacharelado de modo a melhorar o nível de empregabilidade, formando uma oferta local competitiva.

Público-Alvo: Egressos do ensino médio.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 199.326.776,00 **Atual:** 132.957.162,54 **Variação(%)**: -33,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
199.326.776,00	132.957.162,54	87.569.292,41	80.401.119,15	66.898.557,70



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover e ampliar o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento da capacidade de produção, absorção, difusão científica, tecnológica e inovação, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de pessoas capacitadas	UEMA/SISPCA	Alunos beneficiados	29/12/2017	1.926,00	1.926,00	1.854,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção, consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir para a solução do problema identificado na elaboração do Plano. Além disso, o Programa foi associado a uma diretriz de governo e definiu um indicador de resultado, contribuindo para a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Os componentes do desenho do programa: objetivo, público-alvo, ações, indicadores, metas, produtos e serviços são consistentes entre si e adequados qualitativamente para atender à demanda ou resolver o problema que lhe deu origem. O programa tem por objetivo, graduar profissionais, aumentando o nível de capacitação e empregabilidade, formando uma oferta competitiva no mercado de trabalho; visando a graduação de nível superior voltada para egressos do nível médio, com o público alvo bem caracterizado. Os atributos do programa estão definidos com o objetivo, devido ao alinhamento ao problema central.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa, embora tenha utilizado estratégias adequadas como parcerias com o governo e com empresas públicas e privadas, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para a obtenção de resultados. Destacam-se a ausência de investimentos em infraestrutura e logística para atender melhor seu público-alvo e o corte de aproximadamente de 33% em relação à dotação atual. O Órgão contou com equipe técnica qualificada da Pró-Reitoria de Graduação - PROG, Órgão executivo da UEMA, em número suficiente para coordenação das ações e com dedicação exclusiva, infraestrutura e logística para sua execução. O Programa faz parte de projetos estratégicos do Governo, como o Programa Ensinar, com o objetivo de formar professores para exercício da docência na educação básica a partir de conhecimentos específicos.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, no entanto, a meta alcançada foi compatível com a meta planejada, em algumas ações. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados, ultrapassaram muito em relação ao planejado, concorrendo dessa forma, para uma baixa economicidade dos gastos com o programa e comprometendo os resultados na direção esperada. A análise de resultado do programa alinha-se às orientações estratégicas de governo, contando com a participação dos beneficiários das ações. Tais fatores contribuíram para determinar a qualidade dos produtos entregues, de forma a possibilitar a continuidade das melhorias promovidas ou readequações dos produtos a serem disponibilizados ao público-alvo. O Programa tem ação incluída no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico- PDS.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico						Financeiro				
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(24201) - Universidade Estadual do Maranhão	(2118) - Formação de Profissionais de Nível Superior	Aluno graduado	unidade	1.926,00	1.854,00	0,96	123.282.035,00	83.010.054,54	56.318.363,54	54.778.513,74	0,66	1,46
(24201) - Universidade Estadual do Maranhão	(3229) - Expansão e Estruturação de Campi	vagas ofertadas	unidade	13.367,00	13.367,00	1,00	55.044.741,00	22.666.569,00	15.648.225,67	12.677.130,52	0,56	1,79
(24201) - Universidade Estadual do Maranhão	(4801) - Manutenção do Campi	Unidades em funcionamento	unidade	12,00	8,00	0,67	15.000.000,00	5.684.981,00	5.240.484,57	5.140.393,24	0,90	0,74
(24201) - Universidade Estadual do Maranhão	(4802) - Restaurante Universitário	REFEIÇÃO SERVIDA	unidade	404.220,00	292.948,00	0,72	6.000.000,00	2.373.466,00	2.333.571,70	2.333.571,70	0,98	0,74
(24207) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIAO TOCANTINA DO MARANHÃO	(2118) - Formação de Profissionais de Nível Superior	Aluno graduado	unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	2.781.188,00	634.427,59	605.287,59	0,22	0,00
(24207) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIAO TOCANTINA DO MARANHÃO	(3229) - Expansão e Estruturação de Campi	vagas ofertadas	unidade	0,00	600,00	0,00	0,00	14.669.282,00	6.112.794,76	3.929.286,10	0,27	0,00
(24207) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIAO TOCANTINA DO MARANHÃO	(4801) - Manutenção do Campi	Unidades em funcionamento	unidade	2,00	2,00	1,00	0,00	1.671.622,00	1.269.196,26	936.936,26	0,56	1,78
(24207) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIAO TOCANTINA DO MARANHÃO	(4802) - Restaurante Universitário	REFEIÇÃO SERVIDA	unidade	1,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	12.228,32	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,54

Eficiência (C/H) 0,82

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Média Eficiência = $0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa, indica o valor da Eficiência de 0,82, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, corresponde a uma Média Eficiência. Considerando a relação quantidade do produto planejado e o executado, obteve o índice 0,54, portanto, Não Eficácia, vale ressaltar que, o princípio da Eficácia (produto) é a mediada do grau de atingimento das metas fixadas. Entretanto, identifica-se que as ações (2118) - Formação de Profissionais de Nível Superior, (3229) - Expansão e Estruturação de Campi e (4802) - Restaurante Universitário, relacionadas à UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO - UEMASUL, comprometem de forma bastante significativa o desempenho do Programa dado a não atualização da execução de suas metas físicas.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados obtidos na execução do programa contribuíram com a Diretriz de Governo e Linhas Estratégicas da UEMA, na medida em que se propuseram à ampliar o acesso à educação superior no Estado.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O indicador intermediário contribuiu de forma significativa para o objetivo do programa, tendo como resultado a graduação de 1854 pessoas, de 1926 esperadas.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Existe o indicador no painel alinhado no programa: número de pessoas beneficiadas, que é adequado qualitativamente para atender à demanda e resolver o problema que deu origem ao Programa.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

O Programa de Ensino de Graduação Superior é de grande relevância para a Sociedade Maranhense. Em 2017, foram graduados 1.854 alunos e ofertadas 4.220 vagas com a expansão de CAMPI, além do fornecimento de mais de 292.948 refeições no Restaurante Universitário. Face ao exposto, sugere-se as seguintes recomendações: 1. Proceder lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, permitindo o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas; 2. Verificar a necessidade de adequação das metas físicas considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado; 3. Verificar a necessidade de rever os atributos do programa, a exemplo do objetivo que precisa ser redefinido; 4. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, para acompanhar mais de perto a execução do programa; 5. Realizar a capacitação periódica das equipes técnicas dos Órgãos em relação aos processos de Gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 6. Estabelecer a institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações; 7. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo na execução e avaliação do programa. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0193) - Mais Segurança Alimentar e Nutricional

Unidade Executora: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

Problema: Elevado índice da população maranhense em situação de insegurança alimentar nutricional, sem condições de acesso à alimentação adequada (PNAD 2013).

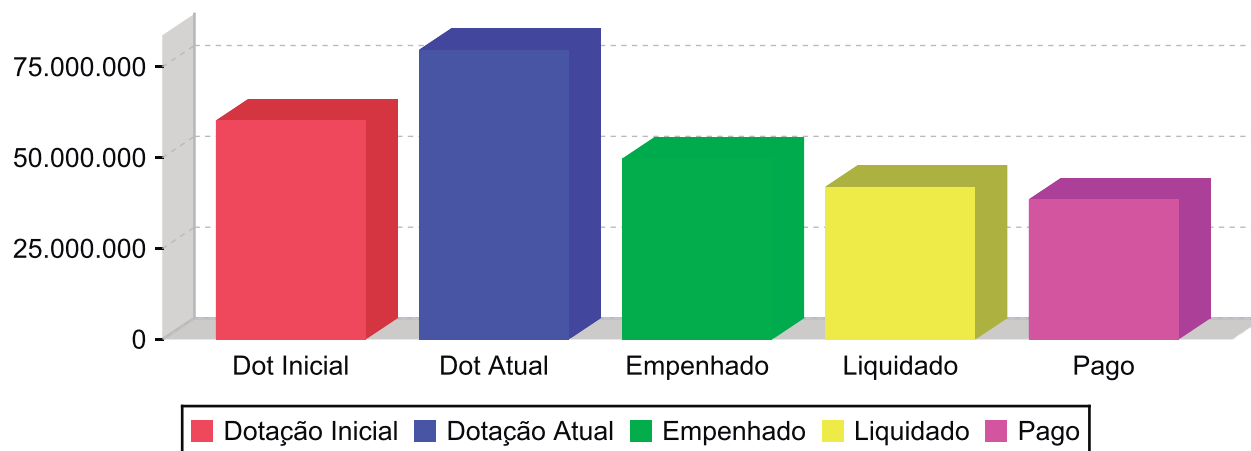
Objetivo: Reduzir o índice de insegurança alimentar e nutricional do Estado do Maranhão

Público-Alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 60.223.350,00 **Atual:** 79.702.639,08 **Variação(%)**: 32,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
60.223.350,00	79.702.639,08	49.756.855,23	42.040.765,20	38.531.145,48



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Assegurar o acesso às políticas públicas de assistência social e direitos humanos.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

Ao relacionarmos o problema identificado com a situação analisada podemos afirmar que continua atual, pois há uma prevalência de 60,9% da população maranhense em situação de insegurança alimentar e nutricional. O objetivo do Programa ainda pode ser considerado compatível com a sua solução pelo fato de que enquanto permanecer o alto índice de insegurança alimentar e nutricional no Estado, o objetivo continuará compatível. O público-alvo está corretamente caracterizado e delimitado, considerando que o mesmo está inserido no problema e atende aos critérios estabelecidos no seu objetivo. Suas ações contribuem para o alcance do seu objetivo, pois resultam em bens e serviços (produtos) que impactam positivamente para a redução do índice de insegurança alimentar e nutricional no Estado do Maranhão. O Programa apresenta ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico - PDS. Os produtos foram bem definidos para a mensuração das metas. O programa utiliza em sua concepção o localizador de gasto "Todo o Estado" e não apresenta ação intersetorial, embora a Política se configure como intersetorial, as ações são realizadas em distintas Secretarias.

Quanto à Implantação/Execução

Existe autonomia gerencial especificamente para o Programa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social através da Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional. O orçamento inicial aprovado não foi suficiente para o cumprimento das metas previstas, apesar de receber suplementações de 32% em relação à dotação inicial. As cotas financeiras foram liberadas e suficientes conforme o previsto na programação orçamentária. Foram formadas parcerias institucionais para implementação do Programa, que também contou com equipe técnica qualificada composta de técnicos de nível superior, porém, em pequena quantidade para execução das ações. O Programa não teve infraestrutura e logística, materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para a sua implantação, pois a disponibilidade de materiais e equipamentos foi insuficiente para a execução das ações, principalmente em se tratando de veículos para o seu monitoramento, tanto na capital quanto no interior do Estado.

Quanto aos Resultados

Os resultados do Programa foram submetidos à apreciação das instâncias superiores de decisão do órgão por meio de relatórios de gestão sobre a execução das ações. Os resultados alcançados não foram potencializados por ações de programação de outros órgãos setoriais ou entidades vinculadas, é exclusivo da SEDES, porém, considerando a intersetorialidade da Política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, existem ações desenvolvidas na Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA, Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial – SEIR, Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF e Secretaria de Estado da Saúde – SES com os seus respectivos resultados também potencializaram a Política. Foi realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários (público-alvo) sobre os resultados alcançados por meio de questionários de sondagem junto aos beneficiários. Houve participação social dos beneficiários (público-alvo) do programa durante a sua execução de cursos de capacitação, avaliação nutricional, palestras educativas. Como fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa podemos citar: Adesão Municipal ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, Ampliação do atendimento e do número de Equipamentos de Política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN (Restaurantes Populares), execução concluída do Convênio Federal fortalecendo SISAN que possibilitou a capacitação de gestores e agentes públicos sociais. Como entraves enfrentados para o alcance dos resultados e das orientações estratégicas de governo (diretrizes) podemos citar: equipe técnica reduzida, infraestrutura e logística insuficientes. O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA realiza periodicamente o monitoramento das ações. A ação "Gestão do Programa" contribuiu significativamente para melhorar a gestão, embora o recurso aportado tenha sido insuficiente para uma gestão eficiente. Existem Ações contempladas no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico - PDS, 3244 - Implantação de Infraestrutura de Segurança Alimentar e Nutricional- SAN e 3067 - Construção de Aparelhamento da rede de Proteção Social, ambas com movimentações físico e financeiro.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	(3243) - Implantação de Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN	Município Beneficiado	unidade	50,00	0,00	0,00	235.000,00	1.330.000,00	679.056,00	30.000,00	0,02	0,00
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	(3244) - Implantação de Infraestrutura de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN	Equipamento implantado e/ou bem doado.	unidade	23,00	2,00	0,09	23.400.000,00	26.707.171,00	11.882.441,94	7.599.036,19	0,28	0,31
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	135.000,00	379.152,00	377.834,50	361.401,50	0,95	0,00
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	(4753) - Capacitação em Educação Alimentar e Nutricional	Pessoa capacitada	unidade	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento	(4781) - Alimentação em Restaurantes Populares e	Refeição Fornecida.	unidade	4.990.071,00	4.039.536,00	0,81	34.000.000,00	38.412.481,00	33.801.625,89	32.120.633,50	0,84	0,97

Social	Cozinhas Comunitárias.											
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	(4782) - Banco de Alimentos	Alimentos Arrecadados	tonelada	1,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	125.828,90	0,00	0,00	0,00
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	(4783) - Distribuição de Leite	Leite distribuído.	litro	6.313.181,00	1.155.875,00	0,18	1.948.350,00	12.373.835,08	2.890.068,00	1.929.694,01	0,16	1,17

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,18

Eficiência (C/H) 0,40

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A execução desse Programa de acordo com a escala de valoração, foi de Não Eficácia (0,18) em função da não execução das ações 3243 - Implantação de Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, 4753 - Capacitação em Educação Alimentar e Nutricional, 4782- Banco de Alimentos. No que se refere a Eficiência de acordo com a escala de valoração, o Programa foi de Baixa Eficiência (0,40), os valores obtidos foram em função das ações 3243, 4753 e 4782 e 3244 não terem suas metas físicas e financeiras planejadas executadas.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do Programa, no exercício 2017, atendeu à diretriz definida na orientação estratégica de governo, notadamente pelo fato de seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto do problema enfrentado.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Nenhum indicador de Desempenho Intermediário

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Nenhum indicador de Desempenho Socioeconômicos associado ao Programa.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

O Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional orienta ações de governo no tocante à segurança alimentar e nutricional, constituindo instrumento de monitoramento e avaliação dessas ações, ao tempo que oferece a sociedade análises e recomendações que possam contribuir para o entendimento e garantia da alimentação adequada à população, na perspectiva de um direito humano a ser assegurado. RECOMENDAÇÕES: 1. Proceder de forma tempestiva o lançamento das metas físicas e financeiras, bem como o acompanhamento e monitoramento das ações programadas no SISPCA; 2. Em relação a execução orçamentária e financeira das ações, faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações de empenho. Do total de 6 ações finalísticas que compõem o Programa, 2 não tiveram movimentação, por dois anos consecutivos, 2016 e 2017; 3. Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas, considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado; 4. Avaliar as ações que necessitam de aperfeiçoamento a fim de melhorar o desempenho do Programa; 5. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, a fim de acompanhar mais de perto a execução do programa; 6. Formular indicadores de desempenho que possibilitem uma melhor mensuração do desempenho do Programa. Considerando que esta avaliação é referente ao primeiro exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0504) - Maranhão Patrimônio Cultural

Unidade Executora: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO

Problema: Degradação do Patrimônio Cultural Maranhense.

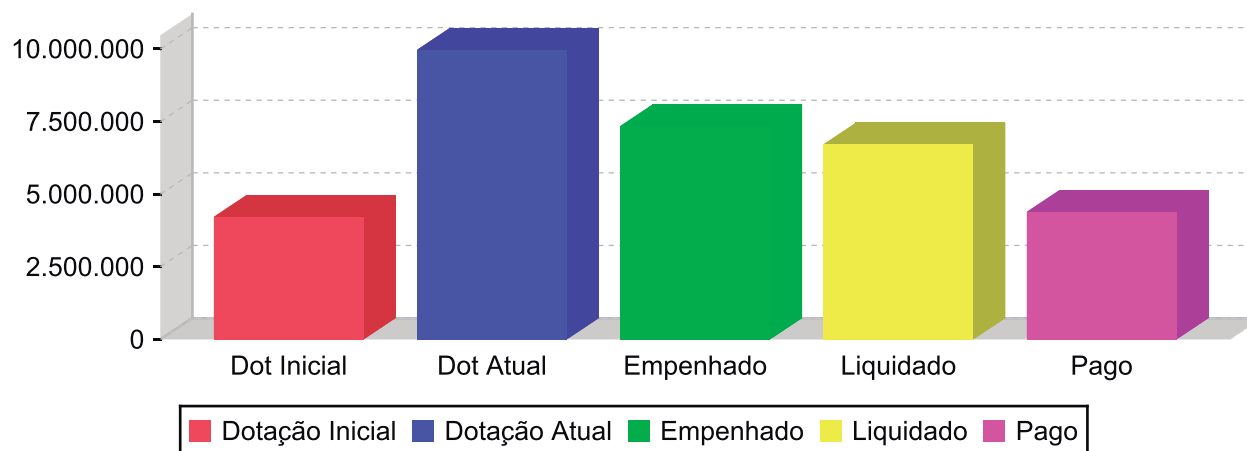
Objetivo: Preservar o patrimônio cultural do Estado do Maranhão.

Público-Alvo: Sociedade maranhense.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 4.220.000,00 **Atual:** 9.972.482,99 **Variação(%)**: 136,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
4.220.000,00	9.972.482,99	7.347.146,77	6.718.302,12	4.391.490,04



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Valorizar a cultura e identidades locais fomentando a criação e produção cultural, bens patrimoniais e promoção do turismo regional sustentável.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

PESQUISAS REALIZADAS

BEM RESTAURADOS

PROJETOS APOIADOS

PROJETOS ELABORADOS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

Este programa tem por objetivo realizar ações que visem a conservação do patrimônio do Estado, sejam eles materiais ou imateriais. Para bens móveis, foram planejados projetos de pesquisa nas áreas arqueológicas, paleontologias e etnológicas considerando as mais de 3 mil peças de fosseis encontradas em solo maranhense e as 04 etnias indígenas existentes em nosso Estado, ainda, projetos de restauração de imóveis tombados e de objetos de artes de grande valor histórico e projetos de dinamização e implantação de espaços culturais para manutenção da difusão da cultura maranhense. O problema da degradação do patrimônio permanece considerando os três mil casarões e espaços do Centro Histórico tombado pela UNESCO, mas as ações planejadas estão em consonância para o atingimento da meta.

Quanto à Implantação/Execução

Trata-se de um programa específico e de mão de obra especializada considerando as exigências desta atividade. A dotação inicial foi insuficiente para atender os projetos realizados pela SECTUR no exercício sendo suplementado o valor de R\$ 5.000.000,00. Foram efetuadas Parceias com o MinC para o PAC das Cidades Históricas por finalidade a restauração de bens históricos fazendo-se necessária a contratação de empresa gerenciadora de obras em imóveis tombados. Cinco novos espaços culturais de visitação foram abertos e modernizados, são eles: O museu do Forte de Santo Antônio, Museu da Imagem e do Som, Museu da Embarcações, Museu do Reggae e Museu de Artes Visuais . O quadro técnico da SECTUR para execução está alocado na superintendência de Patrimônio e possui quantitativo de pessoas insuficiente a necessidade do programa.

Quanto aos Resultados

Os resultados foram satisfatórios, estão em consonância com os objetivos propostos e deve ser continuado uma vez que trata do maior acervo arquitetônico e histórico português no Brasil, além da manutenção da dinamização dos espaços culturais existentes, Neste contexto, registramos um importante passo na conservação de parte de seu acervo, através da iniciativa do governo estadual, ao colocar em prática ações que intervirão diretamente na manutenção de importantes monumentos distribuídos em todo o Estado, O Programa, Maranhão Patrimônio Cultural, é um programa da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo que atende este fim.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(2681) - Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	Bem cultural restaurado	unidade	4,00	15,00	3,75	4.080.000,00	4.529.001,00	3.917.958,05	3.788.968,14	0,84	4,48
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4498) - Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológicas	Pesquisa realizada	unidade	2,00	4,00	2,00	10.000,00	10.000,00	7.221,00	7.221,00	0,72	2,77
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4500) - Elaboração de Projetos de Restauração e Conservação de Bens Imóveis	Projeto elaborado	unidade	4,00	1,00	0,25	10.000,00	10.000,00	6.827,00	6.827,00	0,68	0,37
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4644) - Dinamização e Apoio ao Patrimônio Cultural	Projeto apoiado	unidade	5,00	1,00	0,20	100.000,00	1.708.356,99	1.365.201,28	1.364.066,28	0,80	0,25
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4705) - Implantação, Dinamização e Modernização de Espaços Culturais	Espaço cultural implantado.	Unidades	0,00	6,00	0,00	20.000,00	3.715.125,00	2.049.939,44	1.551.219,70	0,42	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

De forma geral o programa mostra-se Eficaz e Eficiente, no entanto, identifica-se a necessidade no desenvolvimento de ações de elaboração e projetos .

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

A preservação e o cuidado com a manutenção do patrimônio cultural construído é um grande desafio da atualidade. No âmbito do patrimônio cultural do nosso Estado, esforços têm sido canalizados visando a consolidação de uma política de proteção de acervos, assim como ações efetivas de restauração de bens culturais que se encontram em estado de conservação ruim. Algumas iniciativas se fazem válidas ao resgatar e garantir a permanência da identidade cultural, além de incentivar outras ações que atuarão na manutenção da memória coletiva. O poder público estadual, através da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, tem se empenhado na preservação e conservação destes monumentos assim como, inúmeros elementos artísticos integrados que compõem o acervo cultural do nosso Estado. RECOMENDAÇÕES: 1. Proceder o lançamento das metas física e financeira tempestivamente no SISPCA de forma a permitir acompanhamento e monitoramento das ações programadas; 2. Formular indicadores de desempenho que possibilitem uma melhor mensuração do desempenho e monitoramento do Programa; 3. Analisar os atributos do Programa, que por ocasião na revisão do PPA possam ser melhorados, desde que estejam em conformidade com a árvore de problemas e objetivos; 4. Revisar o objetivo do Programa; 5. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, a fim de acompanhar mais de perto a execução do programa; 6. Quanto à execução orçamentária e financeira das ações faz-se necessário acompanhar e analisar a ausência de informações nas metas planejadas, assim como, uma superação excessiva nas metas realizadas, o que nos leva a questionar se as metas planejadas foram bem dimensionadas atendendo a que se propõe o Programa. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA (2017), ressaltamos a necessidade de que as medidas corretivas aqui recomendadas consigam de forma proativa melhorar substancialmente o desempenho do Programa nos próximos anos, contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0539) - Proteção e Promoção Social

Unidade Executora: Fundo Estadual de Assistência Social

Problema: Elevado percentual da população em situação de vulnerabilidade e risco social sem acesso aos serviços socioassistenciais ofertados pelo Estado.

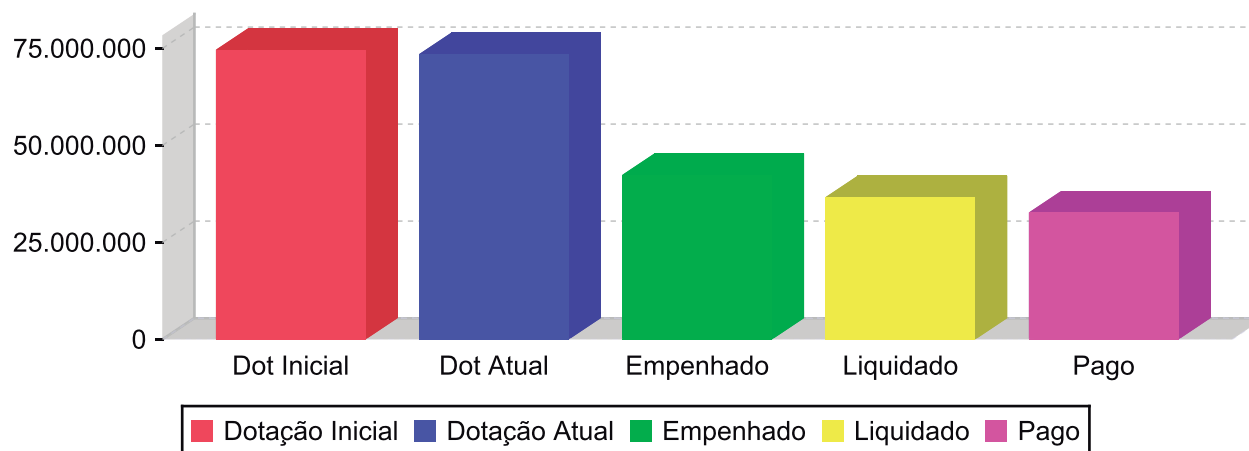
Objetivo: Promover o acesso da população em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais ofertados pelo Estado.

Público-Alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 74.659.000,00 **Atual:** 73.531.231,76 **Variação(%)**: -2,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
74.659.000,00	73.531.231,76	42.413.483,18	36.673.722,40	32.698.890,16



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Assegurar o acesso às políticas públicas de assistência social e direitos humanos.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

COBERTURA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA -SAMU

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
324234	23423	Acervo(s)	25/04/2018	2.343,24	2.343,24	2,34

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

Ao relacionarmos o problema identificado com a situação analisada podemos afirmar que o problema continua atual, pois mesmo com todos os esforços ainda há uma situação de vulnerabilidade acentuada no Maranhão. O objetivo do programa ainda pode ser considerado compatível com a sua solução pela necessidade do Estado se fazer presente para minorar o processo de vulnerabilidade social. Seu público-alvo está corretamente caracterizado e delimitado, considerando que o programa contempla famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. Suas ações contribuem para o alcance do seu objetivo. Os produtos foram bem definidos para a mensuração das metas. O programa utiliza em sua concepção o localizador de gasto "Todo o Estado" e não apresenta ação intersetorial, pois a Política de Assistência Social preconiza o comando único em suas ações.

Quanto à Implantação/Execução

Há autonomia gerencial especificamente para o programa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, através da Secretaria Adjunta de Renda e Cidadania e da Secretaria Adjunta de Assistência Social. O orçamento inicial aprovado destinado ao programa não foi suficiente para o cumprimento das metas previstas, considerando as suplementações, ao final da execução (Lei+Crédito), contribuíram significativamente o alcance das mesmas. As cotas financeiras foram liberadas e suficientes conforme previsto na programação orçamentária aprovada. Foram formadas parcerias institucionais para implementação do programa, a exemplo das parcerias com as Secretarias Municipais de Assistência Social e com a Escola de Governo (EGMA) através de apoio logístico para a execução das ações. O programa não contou com equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações e com dedicação exclusiva para sua execução, pois embora a equipe técnica seja qualificada, há pouco recursos humanos para assessoramento, monitoramento, cofinanciamento estadual, capacitações, dentre outras atribuições para a magnitude que o programa exige. O programa não teve infraestrutura e logística, materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para a sua implantação, pois para atender plenamente a sua implantação, seria necessário um quantitativo maior de veículos e equipamentos de informática.

Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo Programa foram submetidos à apreciação às instâncias superiores de decisão do órgão por meio de relatórios de gestão. Os resultados alcançados não foram potencializados por ações de incluídas em programas de outros órgãos, pois as ações do Programa foram realizadas, exclusivamente, pela SEDES. Foi realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários (público-alvo) sobre os resultados do programa por meio de Capacitação e Monitoramento da Política. Houve participação social dos beneficiários (público-alvo) durante a sua execução, a exemplo da participação nas Conferências, inclusive com a proposição de ações para a implementação da Política, como também, a representatividade do Conselho Estadual de Assistência Social. Como fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados podemos citar: equipe técnica comprometida, capacitação dos trabalhadores do SUAS e assessoramento e acompanhamento técnico às gestões municipais. Como entraves enfrentados para o alcance dos resultados e das orientações estratégicas de governo (diretrizes) podemos citar: quadro técnico insuficiente, equipamento de informática obsoleto e indisponibilidade de veículos. A ação “Gestão do Programa” contribuiu significativamente para melhorar a gestão. As metas físicas que expressam o produto (bens e serviços) entregáveis ao público-alvo continuam suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa, sobretudo as ações de cofinanciamentos e acolhimentos institucionais, por não contemplarem na totalidade a demanda estadual. O benefício gerado pelo programa a sociedade (efetividade) contribuiu para o acesso da população em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais ofertados.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	(3067) - Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social	Equipamento social concluído	unidade	159,00	137,00	0,86	6.000.000,00	12.505.760,00	4.215.531,55	3.930.835,61	0,31	2,74
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	(4425) - Isenção do Pagamento da Fatura de Água	Unidade Consumidora Residencial Beneficiada	unidade	65.067,00	50.673,00	0,78	25.000.000,00	21.407.113,00	21.407.112,52	18.817.785,26	0,88	0,89
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	(4696) - Bolsa Família - Escola	Aluno atendido	unidade	1.019.513,00	106.797,00	0,10	40.080.000,00	20.557.308,00	8.244.973,68	8.090.248,36	0,39	0,27
(15903) - Fundo Estadual de Assistência Social	(4297) - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade para Pessoa Idosa	atendimento realizado	unidade	57.600,00	48.000,00	0,83	608.000,00	2.001.430,00	1.815.780,16	1.085.490,18	0,54	1,54
(15903) - Fundo Estadual de Assistência Social	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	1.405.050,00	5.711.562,24	3.491.629,52	3.085.358,96	0,54	0,00

(15903) - Fundo Estadual de Assistência Social	(4456) - Promoção de Eventos para o Fortalecimento das Ações Afirmativas	Evento realizado	unidade	2,00	0,00	0,00	56.000,00	30.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(15903) - Fundo Estadual de Assistência Social	(4796) - Vigilância Socioassistencial	Municípios monitorados	Unidades	160,00	68,00	0,42	450.000,00	809.212,67	142.227,22	142.227,22	0,18	2,42
(15903) - Fundo Estadual de Assistência Social	(4797) - Capacitação da Política de Assistência Social	Pessoa capacitada	unidade	24.037,00	14.971,00	0,62	815.950,00	6.742.306,85	1.202.934,00	1.122.522,64	0,17	3,74
(15903) - Fundo Estadual de Assistência Social	(4798) - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Média Complexidade	Atendimento realizado.	unidade	54.691,00	0,00	0,00	224.000,00	1.060.379,00	8.013,00	8.013,00	0,01	0,00
(15903) - Fundo Estadual de Assistência Social	(4799) - Regionalização dos serviços de Proteção Social Especial	Atendimento Realizado	unidade	10,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(15903) - Fundo Estadual de Assistência Social	(4800) - Serviços de Proteção Social Básica	Atendimento realizado	Unidades	3.906,00	860,00	0,22	10.000,00	2.695.600,00	1.885.281,53	391.241,17	0,15	1,52

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,38

Eficiência (C/H) 1,30

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do Programa indica o valor da Eficácia em 0,38 e o da Eficiência em 1,30, que na escala de valoração adotada na metodologia corresponde, respectivamente, a Não Eficácia, em função da maioria das ações do Programa não terem atingidas as metas planejadas e as ações 4456 - Promoção de Eventos para o Fortalecimento das Ações Afirmativas e 4796 - Vigilância Socioassistencial que não tiveram movimentação, isso em função dos recursos financeiros serem insuficientes para aprovação dos projetos, e a Muito Eficiente que pode ser explicado pela movimentação das ações 3067 - Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social, 4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção, Especial de Alta Complexidade para Pessoa Idosa, 4796 - Vigilância Socioassistencial, 4797 - Capacitação da Política de Assistência Social e 4800 - Serviços de Proteção Social Básica que avançaram bem na execução das atividades no exercício avaliado.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do programa, no exercício 2017, atendeu à diretriz definida na orientação estratégica de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto do problema enfrentado.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há Indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não foram associados indicadores de desempenho socioeconômicos (painel) no programa.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

O Programa finalístico Proteção e Promoção Social está associado a uma diretriz de governo e atendeu a maioria das necessidades definidas na sua concepção podendo afirmar que o problema continua atual, pois mesmo com todos os esforços ainda há uma situação de vulnerabilidade acentuada no Estado. RECOMENDAÇÕES: 1. Proceder o lançamento das metas Física e financeira tempestivamente no SISPCA de forma a permitir acompanhamento e monitoramento das ações programadas; 2. Formular indicadores de desempenho que possibilitem uma melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Analisar os atributos do Programa, que por ocasião da revisão do PPA possam ser melhoradas, desde que estejam em conformidade com a árvore de problemas e objetivos; 4. Quanto a execução orçamentária e financeira das ações, faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações e empenho, das 10 ações finalísticas que compõem o Programa, duas ações (4456 e 4799) não efetuaram nenhuma movimentação nos dois anos consecutivos; 5. Formular indicadores que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa. 6. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, a fim de acompanhar mais de perto a execução do programa.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0541) - Garantia do Direito do Consumidor

Unidade Executora: Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão

Problema: Vulnerabilidade do Consumidor na Relação de Consumo

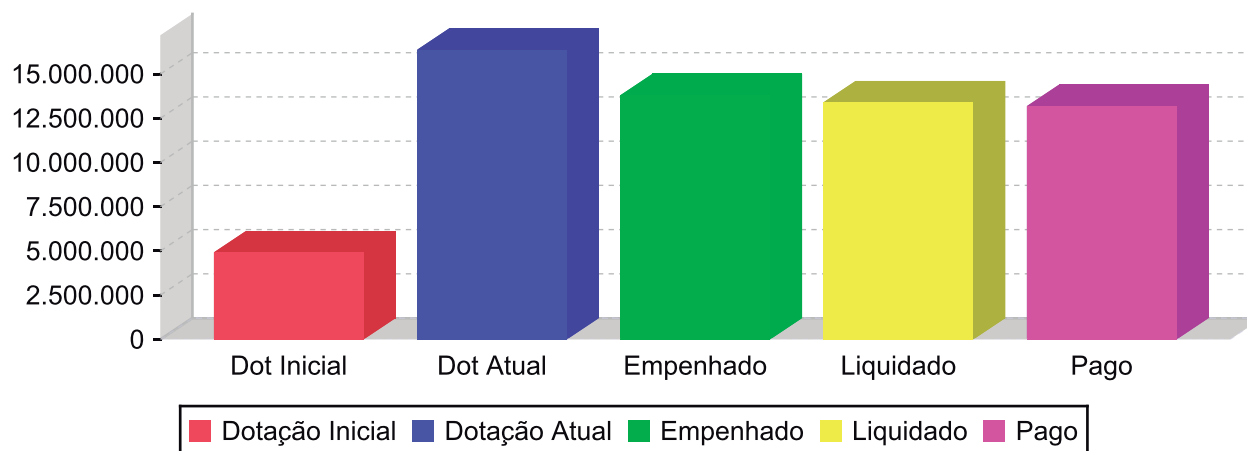
Objetivo: Garantir a defesa dos consumidores, zelando por seus direitos na relação de consumo e informando-os de seus deveres.

Público-Alvo: Consumidores no Estado do Maranhão.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 4.918.664,00 **Atual:** 16.372.058,23 **Variação(%)**: 233,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
4.918.664,00	16.372.058,23	13.801.060,02	13.402.909,62	13.183.943,11



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Assegurar o acesso às políticas públicas de assistência social e direitos humanos.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nº de fiscalizações realizadas	RELATÓRIO DE GESTÃO PROCON	unidade	29/12/2016	1.600,00	1.660,00	2.856,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

No que se refere à concepção do programa, o problema continua atual. O direito do consumidor é inerente a uma relação constante, que nunca finda. O público alvo está corretamente caracterizado e delimitado, pois são todos os consumidores, a população em geral, que procuram o órgão para solucionar suas dúvidas e efetuar suas reclamações, em caso de lesão aos seus direitos. Este programa não tem ação incluída no PDS, mas contribui de forma significativa para o desenvolvimento social e estrutural do Maranhão. Quanto ao objetivo do programa, este continua compatível com a solução do problema, porque sempre que houver relação de consumo, haverá discrepâncias, de modo que o PROCON deverá atuar como baliza para a solução das lides consumeristas. Com relação as ações estarem contribuindo para o alcance dos objetivos do programa, em 2017, diversas ações foram realizadas com o objetivo de conscientizar o consumidor maranhense, para que este nunca deixe de buscar seus direitos, ações estas que envolveram todos os segmentos da sociedade, desde o público infantil ao público idoso. Os produtos das ações foram bem definidos para mensuração das metas, que foram pensadas em busca da proteção e garantias dos direitos do consumidor, sendo que ao mesmo tempo, se orientou o consumidor e fornecedor acerca de seus direitos e deveres.

Quanto à Implantação/Execução

O PROCON é uma autarquia com autonomia relativa mas possui autonomia gerencial especificamente para o Programa Garantia do Direito do Consumidor. Uma das principais parcerias formadas foi entre o PROCON/SEDIHPOP para aprimoramento do Projeto de Municipalização dos PROCON's, além de outras parcerias com Defensoria Pública, Vigilância Sanitária, SEDUC e outras entidades. O orçamento inicial aprovado não foi suficiente, sendo necessários alguns remanejamentos de dotações e mesmo assim não teve como cumprir com todos os compromissos assumidos.

Quanto aos Resultados

A garantia de efetivação dos direitos dos consumidores, seja por meio de ações de fiscalização, com a supressão de práticas abusivas, bem como com o atendimento, orientação de consumidores, inclusive com a realização de audiências de mediação. As ações tiveram um alcance significativo e a fusão de alguns espaços para atendimento PROCON/VIVA possibilitaram maior proximidade com a população. Com relação ao indicador intermediário - Nº de Fiscalizações realizadas, identifica-se um número superior ao esperado, 2.856 fiscalizações realizadas e com relação ao indicador - Nº de atendimentos a população, identifica-se um resultado superior ao esperado com 50.998 atendimentos realizados, considerando que a incorporação do VIVA CIDADÃO ao PROCON possibilitou o aumento de pessoas atendidas.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(54202) - Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	3.557.664,00	14.447.123,00	13.411.434,22	13.195.283,82	0,91	0,00
(54202) - Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão	(4465) - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	Unidades	40.200,00	50.998,65	1,27	405.000,00	305.000,00	237.625,80	207.625,80	0,68	1,86
(54202) - Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão	(4466) - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do Código de Defesa do Consumidor	Fiscalização realizada	Unidades	1.660,00	2.856,00	1,72	106.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	
(54901) - Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	250.000,00	1.013.935,23	0,00	0,00	0,00	0,00
(54901) - Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor	(4465) - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	Unidades	0,00	1,00	0,00	300.000,00	300.000,00	152.000,00	0,00	0,00	0,00
(54901) - Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor	(4466) - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do Código de Defesa do Consumidor	Fiscalização realizada	Unidades	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Média Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Quanto a análise dos produtos e seus resultados, verifica-se que os índices alcançados foram de não eficácia (0,75) e baixa eficiência (0,47), apesar do bom desempenho das ações (4465) - Atendimento ao Consumidor e (4466) - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do Código de Defesa do Consumidor, vinculadas ao Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão, o mesmo não ocorreu nas ações replicadas ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor, que não tiveram movimentação de recursos nas ações, o que prejudicou o desempenho do programa. Ressalta-se ainda que, o Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor não executa diretamente e a utilização dos recursos depende da análise e aprovação do Conselho Gestor do PROCON.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

As ações realizadas tiveram como norte as diretrizes de Governo e linhas estratégicas. As ações tiveram um alcance significativo. A fusão de alguns espaços para atendimento PROCON/VIVA possibilitaram atendimento mais próximo da população.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Com relação ao indicar intermediário - Nº de fiscalizações realizadas (2.856), identifica-se um atendimento superior ao esperado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Com relação ao indicador- Nº de atendimento a população, identifica-se resultado bastante superior ao esperado, infere-se que a fusão dos serviços do PROCON e VIVA tenha possibilitado o aumento de pessoas atendidas.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verificou-se por meio da execução física, que o programa não obteve um desempenho satisfatório, portanto recomenda-se: 1- Melhor adequar os recursos para a realização do programa; 2 - Adequar as ações desenvolvidas que não alcançaram os resultados esperados; 3 -Lançar as metas físicas e financeiras, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático; 4 - Implantar processo de avaliação sistemático (pelo menos semestral) que possibilite ajustes no período de execução do Programa; 5 - Realizar capacitação sobre a construção e mensuração de indicadores; 6- Discutir a possibilidade de revisão dos produtos das ações, visando a melhor adequação dos mesmos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0554) - Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

Problema: Necessidade de garantir infraestrutura, suprimentos, logística e informação para promover a custódia e reintegração dos presos.

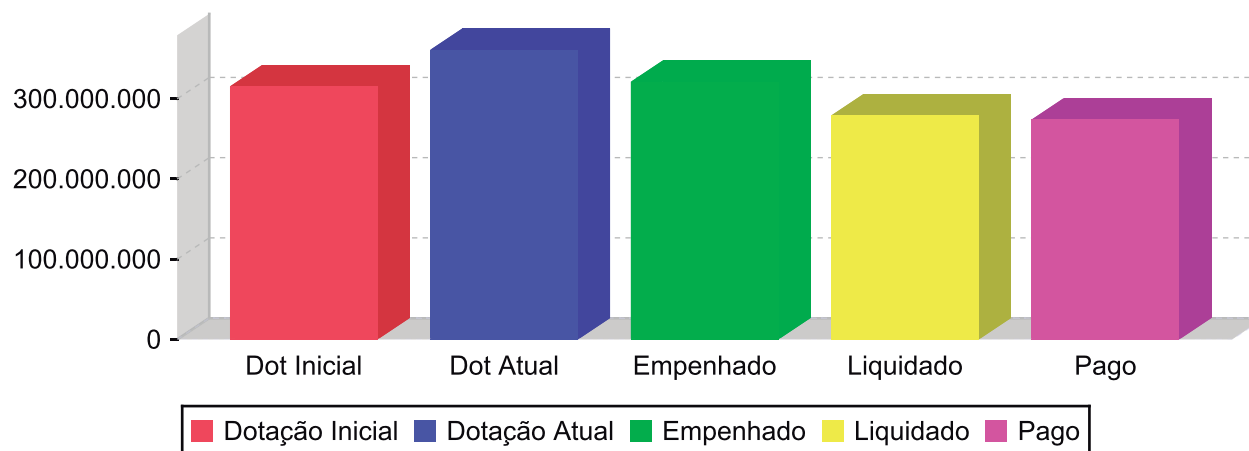
Objetivo: Garantir o cumprimento da pena e reintegração social.

Público-Alvo: Internos e egressos do Sistema Prisional Maranhense

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 315.416.676,00 **Atual:** 361.112.388,42 **Variação(%)**: 14,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
315.416.676,00	361.112.388,42	321.147.496,08	279.111.246,45	274.112.047,98



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Garantir a Defesa Social, reestruturando o Sistema de Segurança Pública e Penitenciário.

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de homicídios	Coordenação de informação e Estatística Penitenciária/SEAP	Número	30/12/2014	26,00	0,00	0,00
Número de fugas	Coordenação de informação e Estatística Penitenciária/SEAP	Número	30/12/2015	63,00	0,00	58,00
Número de Rebeliões	Coordenação de informação e Estatística Penitenciária/SEAP	Número	30/12/2015	0,00	0,00	0,00
Número de motins	Coordenação de informação e Estatística Penitenciária/SEAP	Número	30/12/2015	4,00	0,00	16,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

As ações realizadas contribuíram para a minimização do problema identificado, porém permanece a necessidade de garantir a infra-estrutura, suprimentos, logística e informação para promover a custódia e reintegração dos presos. O objetivo do programa voltado para garantir o cumprimento da pena e reintegração social dos apenados ainda pode ser considerado compatível com a solução do problema identificado inicialmente, pois mantém relação direta com a finalidade do Sistema Penitenciário e sua conjuntura. O público alvo permanece o determinado pelo Programa. A análise realizada leva a verificar que as ações desenvolvidas contribuíram para o alcance dos objetivos uma vez que tanto a eficácia quanto a eficiência dos Programas foram acima da média prevista. Os produtos (bens e serviços) das ações foram bem definidas para mensuração das metas estabelecidas, pois é possível visualizar o alcance das metas em consonância com as ações e produtos. .

Quanto à Implantação/Execução

Foram estabelecidas parcerias com as Secretarias de Estado da Educação, Saúde, Mulher, e ainda, com várias parcerias com empresas para realização de Oficinas de Trabalho (MASAN, INOVA, APAC's, CICLISMO) , bem como com as instituições governamentais e não governamentais que atuam na área da Administração Penitenciária, viabilizando assim, a estruturação de ações que impactaram diretamente no público alvo, como o Banco do Brasil, para o pagamento dos presos que trabalham em Oficinas oferecidas pela Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público, Prefeituras Municipais, Igrejas, SENAI, Sesi, SENAC, SESC, Secretária Municipal de Segurança Alimentar, SENAR, SEMU, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), Instituições de Ensino Superior como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e também órgãos públicos, Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Secretarias Estaduais de Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), de Trabalho e Economia Solidária (SETRES), Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São Luís (SEMAPA), Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP), Escola de Governo do Maranhão (EGMA) e o Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente (IBRAEMA) . O programa contou com equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações e com dedicação exclusiva para sua execução, entretanto, há necessidade de contratação de pessoal operacional para atuar diretamente nas Unidades Prisionais, o que já foi previsto para o próximo exercício. A SEAP realiza o controle de custo com o acompanhamento mensal dos gastos, o que, inclusive favorece a identificação antecipada da necessidade de suplementação orçamentária.

Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram submetidos à apreciação das instâncias superiores de decisão pois, há um acompanhamento pela gestão superior dos dados/resultados mensais e trimestrais através das ferramentas de gestão adotadas - GESPEN e Planilhas do SISPCA e acompanhamento de contratos e Convênios. Ainda não há ferramentas para medir o grau de satisfação da clientela alvo, entretanto, o índice de participação nas ações implementadas retratam a sua satisfação com estas. Especialmente nas ações de Humanização, a participação dos beneficiários é indispensável para suas realizações pois são direcionadas para os apenados (saúde, educação, qualificação profissional, atendimento jurídico, etc). Os fatores que mais contribuíram para o resultado satisfatório do Programa estão direcionados para a disposição política de realizar as construções e reformas nas unidades prisionais, o foco da gestão em garantir a segurança e humanização, implantação das assistências, ampliação do número de vagas para reduzir a superlotação com a respectiva estruturação (equipamentos, mobiliários, recursos humanos e materiais disponibilizados). Dentre os principais resultados citamos: a implantação do Programa Rumo Certo, iniciativa inédita de aumento do nível da escolaridade e profissionalização no âmbito do sistema prisional contando com a parceria de várias instituições de ensino e também de órgãos públicos, com o objetivo de beneficiar pessoas presas, seus familiares e egressos, através de capacitação profissional, potencialização da alfabetização e a ampliação da educação formal no sistema penitenciário do Maranhão. A primeira Central 0800 de Monitoração Eletrônica do Maranhão que foi implantada para tender as 28 unidades de suporte, as autoridades judiciárias, medidas protetivas e os monitorados por tornozeleira eletrônica em todo o Estado, atendendo pelo número 0800-643-5508. O aumento do número de vagas com a conclusão da Construção da Unidade Prisional de Timon e Reformas/ampliações num total de 7 (sete) em Itapecuru, Codó, São Luís (em 4 UPR'S e Complexo Penitenciário São Luís), ampliando o número de vagas para 1.981 de 2015 a 2017, e 303 oriundas das assunções de delegacias em vários municípios do Estado, que possibilitou ambientes mais humanizados e menos ociosos; a construção de 09 Galpões multiusos nas UPRs de Caxias, Açailândia, Chapadinha, Davinópolis, Viana, Itapecuru, Pedreiras, Rosário, Bacabal, de São Luís na UPR 6. Na UPR de Itapecuru Mirim estão sendo construídas novas celas, e, encontram-se em construção a Cadeia Pública de São Luís Gonzaga, a reforma e ampliação da UPR de Zé Doca, construção de 3.200 beliches e treliches em Unidades Prisionais do Estado com vistas ao aumento do número de vagas, reforma e ampliação da UPR de Porto Franco e Feminina de Pinheiro, construção da entrada unificada e estação de tratamento de esgoto da UPR São Luís VI, e início da construção do Presídio de Segurança Máxima, em São Luís, com recursos do Estado e BNDES. No Complexo Penitenciário São Luís, foi instalado o Espaço Multiuso da Supervisão de Segurança Interna (SSI), destinado a contribuir na formação dos Agentes Estaduais de Execução Penal, nele os servidores terão noções de defesa pessoal, instrução e manuseio de armas. O Programa tem interface com o Projeto Estratégico do Governo, o Rua Digna, contribuindo na produção de bloquetes, confeccionados pelos próprios presos nas Unidades Prisionais, em parceria com a SETRES. Quanto aos entraves para o alcance dos resultados destacamos a existência de equipamentos ainda em fase de substituição/aquisição (carros, equipamentos de revista, armas etc), a existência de uma visão ainda restrita no corpo funcional quanto à necessidade de um planejamento eficaz e, conseqüentemente eficiente, juntamente com a necessidade de melhor sistematização de informações e sua socialização. ,

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(56101) - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	(3107) - Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Prisionais	Taxa de ocupação e número de vagas criadas	unidade	1,00	7,00	7,00	17.300.000,00	23.307.876,26	12.307.876,26	2.011.266,54	0,09	81,12
(56101) - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	(4244) - Ressocialização de Apenados	Preso trabalhando, estudando, capacitado, com Plano Individual de Ressocialização elaborado e nº de presos nas APAC's.	unidade	3.400,00	5.125,00	1,51	4.056.000,00	6.256.000,00	6.164.816,27	6.144.816,27	0,98	1,53
(56101) - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	201.601.266,00	166.415.762,00	166.254.141,10	166.254.141,10	1,00	0,00
(56101) - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	(4684) - Manutenção das Unidades Prisionais	Unidade prisional mantida	unidade	43,00	44,00	1,02	73.032.699,00	102.831.373,69	97.879.618,99	86.728.773,54	0,84	1,21
(56101) - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	(4687) - Modernização da Gestão Prisional	Equipamento adquirido	unidade	380,00	518,00	1,36	19.369.111,00	17.342.005,62	16.243.763,41	13.671.917,35	0,79	1,73
(56901) - Fundo Penitenciário Estadual	(3107) - Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Prisionais	Taxa de ocupação e número de vagas criadas	unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	44.784.444,44	22.179.953,85	4.183.005,45	0,09	0,00
(56901) - Fundo Penitenciário Estadual	(4244) - Ressocialização de Apenados	Preso trabalhando, estudando, capacitado, com Plano Individual de Ressocialização elaborado e nº de presos nas APAC's.	unidade	27,00	179,00	6,63	57.600,00	174.926,41	117.326,20	117.326,20	0,67	9,88
(56901) - Fundo Penitenciário Estadual	(4687) - Modernização da Gestão Prisional	Equipamento adquirido	unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 2,50

Eficiência (C/H) 13,17

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa, indica o valor da eficácia de 2,50 que na escala de valorização adotada na metodologia desta avaliação, revela que o programa foi eficaz. O valor obtido evidencia bom desempenho do Programa Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social, com a superando os resultados planejados em todas as ações. No que se refere à eficiência, a avaliação efetuada da relação das metas física e financeira do programa, indica 13,17, o que corresponde a Muito Eficiência. Ressaltamos ainda, o salto qualitativo dado pelo Maranhão, em comparação com o ano de 2015, que o eleva para a quinta posição entre os estados em que menos faltam vagas nos presídios. Reflexo dos investimentos feitos com construções, reformas e ampliações de Unidades Prisionais, abrindo 1.981 novas vagas, ultrapassando assim, a meta estabelecida pelo Governo naquele período, que foi 1.840 vagas.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A Execução do Programa atende às Diretriz nas orientações estratégicas, com ações de segurança e ressocialização dos apenados - 10.785 em todo o Sistema Penitenciário do Maranhão, evidenciando que, vários investimentos foram realizados para que a SEAP encerrasse o ano de 2017 sem nenhum registro de óbito por homicídio, bem como sem registro de rebelião, bem diferente das ocorrências dos anos de 2013 e 2014.

Destacam-se como investimentos que contribuíram para esses fatos, aquisições de equipamentos, viaturas, armamentos, capacitações e outros serviços de monitoramento e, em especial, a oferta de ações de ressocialização com cursos, capacitações, oficinas de trabalho, educação regular com ofertas de vagas nas próprias Unidades Prisionais, saúde com implementação de campanhas e regularidade de atendimento ambulatorial e de emergência, ações religiosas e de atendimento jurídico. A instalação da Portaria Unificada no Complexo Penitenciário de São Luís equipada com 2 Body Scans (escâneres corporais) colaborou para o fim da revista vexatória aos visitantes contendo equipamentos de última geração: esteiras de raios-X, pórticos, bancos e raquetes detectores de metais, e, câmeras de segurança que acompanham o cumprimento dos procedimentos de segurança. São aparelhos encontrados em países de primeiro mundo, cujo investimento colocou o Maranhão em último lugar no ranking que mede a taxa de violência nos presídios do país, sem registro de homicídios. Foram apreendidos 2.963 objetos ilícitos durante o período – 72 visitantes. Há de se considerar ainda para o alcance dos resultados, a capacitação de 1.796 servidores do Sistema Penitenciário através da Academia de Gestão Penitenciária nas áreas de formação de auxiliares e agentes penitenciários, operador de Spark (Dispositivo Elétrico Incapacitante), Sobrevivência policial, Atendimento à portaria, Curso Básico de Pistolas, Técnicas de Utilização, Manejo e Emprego da Tonfa, tornozeleira eletrônica, Elaboração e Gerenciamento De Projetos, Curso de Close Quarter Battle - Combate em Ambiente Confinado, Negociador Penitenciário, Curso Básico de Inteligência Penitenciária, Drogas Psicotrópicas e Saúde no Sistema Prisional, Curso de Nivelamento para a Supervisão de Segurança Externa, Gestão e foco em resultados.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Em relação aos Indicadores de Desempenho Intermediário, a SEAP apresentou em relação ao Número de Homicídios, em 2017, o índice 0 (zero), sem nenhuma ocorrência nas Unidades Prisionais, conforme já ressaltado em itens anteriores. Quanto ao Número de Rebeliões, também não evidenciou nenhuma, em todo o Estado, nas 44 Unidades Prisionais, pois, os 16 (dezesesseis) motins foram contornados e, não evoluíram para rebeliões como em anos anteriores registrados. Em relação ao Número de Fugas - 58 (cinquenta e oito), estas ainda aconteceram, porém, devidamente monitoradas suas causas e circunstâncias para inibição em outros momentos pela segurança das Unidades Prisionais, o que será fortalecido com os equipamentos e melhorias das instalações e, capacitações de agentes e auxiliares penitenciários.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não registramos Indicadores de Desempenho Socioeconômico no PPA.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1.Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, permitindo o acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2.Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, para acompanhar mais de perto a execução do programa; 3.Realizar a capacitação periódica das equipes técnicas dos Órgãos em relação aos processos de Gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0560) - Saneamento Básico

Unidade Executora: FES/Unidade Central

Problema: Baixa Cobertura do Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário na zona rural e em domicílios de pequenas comunidades

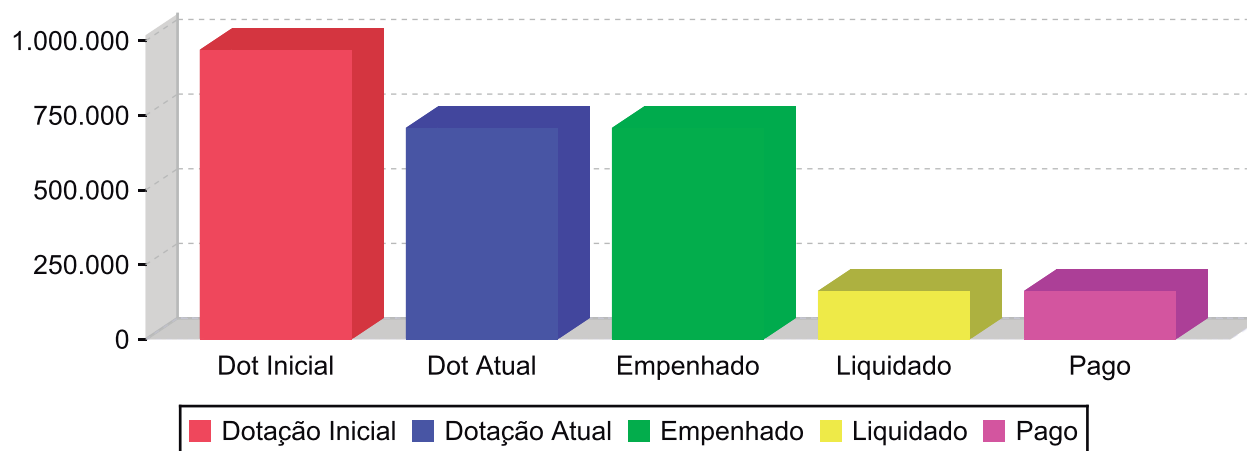
Objetivo: Reduzir o déficit do índice de cobertura do saneamento básico do Estado.

Público-Alvo: Sociedade maranhense sem cobertura do saneamento básico rural.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 970.000,00 **Atual:** 708.434,23 **Variação(%)**: -27,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
970.000,00	708.434,23	708.281,55	162.255,55	162.255,55



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Garantir à população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, focado na integralidade do atendimento.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa apresenta, em sua concepção, consistência nos principais componentes qualitativos, definidos através da elaboração da árvore de problemas e objetivos. O público-alvo está caracterizado e delimitado, assim como os atributos qualitativos, porém, não foram estabelecidos indicadores de resultado para mensurar o desempenho do programa.

Quanto à Implantação/Execução

Não houve execução do Programa, uma vez que não houve liberação orçamentária para o desempenho das atividades. Vale ressaltar, que a Ação 3152 - Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água e Esgoto houve atraso no cronograma de desembolso do Convênio Federal destinados a elaboração dos Projetos Executivos de Sistemas de Água e Esgoto nos municípios do Estado.

Quanto aos Resultados

Não houve execução do Programa, uma vez que não houve liberação orçamentária para o desempenho das atividades. Vale ressaltar, que a Ação 3152 - Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água e Esgoto houve atraso no cronograma de desembolso do Convênio Federal destinados a elaboração dos Projetos Executivos de Sistemas de Água e Esgoto nos municípios do Estado.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(21901) - FES/Unidade Central	(3132) - Implantação de Módulos Sanitários Domiciliares	Módulo sanitário implantado	unidade	0,00	0,00	0,00	50.000,00	162.408,23	162.255,55	162.255,55	1,00	0,00
(21901) - FES/Unidade Central	(3148) - Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água	Unidade Implantada	unidade	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(21901) - FES/Unidade Central	(3152) - Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água e Esgoto	Projeto Elaborado	unidade	0,00	0,00	0,00	270.000,00	546.026,00	546.026,00	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,00

Eficiência (C/H) 0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Média Eficiência = $0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

No que se refere ao recurso empenhado e liquidado, no valor de R\$ 136.762,60 = devolução da aplicação financeira do Termo de Compromisso nº TC PAC nº 1036/2009. No que se refere ao recurso empenhado e liquidado, no valor de \$ 20.466,31 = pagamento de despesa indenizatória.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Não houve execução nesse Programa, uma vez que foi remanejado o recurso para outra ação.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Nenhum indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Nenhum indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Deve-se observar a necessidade de manter ou não o Programa, pois já no exercício de 2016, houve a extinção do setor de saneamento da Secretaria de Saúde - SES e a desvinculação da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, que passou a integrar a Secretaria de Estado de Cidades e Desenvolvimento Humano - SECID, e no exercício de 2017 não houve a execução do mesmo, uma vez que o recurso foi remanejado para outra ação.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0563) - Enfrentamento à Violência e Discriminação contra a Mulher

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Mulher

Problema: Alto índice de violência contra as mulheres no Maranhão, que se constitui numa das principais formas de violação dos direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.

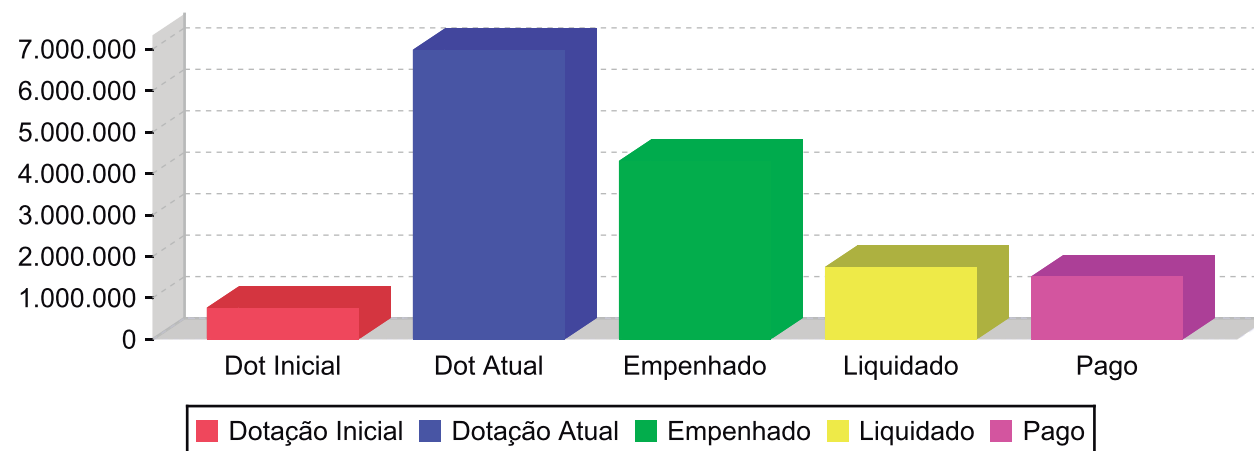
Objetivo: Reduzir os índices de violência, na perspectiva de erradicar todas as violências contra as mulheres

Público-Alvo: mulheres em situação de violências

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 765.000,00 **Atual:** 6.986.543,57 **Variação(%):** 813,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
765.000,00	6.986.543,57	4.306.611,48	1.746.695,43	1.515.306,93



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Assegurar o acesso às políticas públicas de assistência social e direitos humanos.

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de ações para fortalecimento das Rede de Enfrentamento e Atendimento à Mulher em Situação de Violência	Secretaria de Estado da Mulher	Ações	30/12/2017	622.728,93	56,00	51,00
Número de ações voltadas para a garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha	Secretaria de Estado da Mulher	Ações	30/12/2017	602.696,75	178,00	192,00
Número de mulheres qualificadas para autonomia econômica	Secretaria de Estado da Mulher	Mulher	30/12/2017	185.272,75	5.860,00	7.416,00
Número de mulheres atendidas pelas unidades móveis	Secretaria de Estado da Mulher	Mulher	30/12/2017	787.954,75	29.860,00	35.217,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa apresenta em sua concepção relativa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, os quais têm contribuído para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Cumpre ressaltar também, que os produtos das ações deste programa foram bem definidos, estando em consonância com o objetivo e problemas apontados para o mesmo.

Quanto à Implantação/Execução

Para a implementação do programa a SEMU firmou parcerias institucionais que potencializaram o alcance dos resultados, com especial destaque para as ações da "Carreta da Mulher Maranhense" realizadas em parceria com a Secretaria de Saúde, e a implantação da Casa da Mulher Brasileira de São Luís, a qual congrega vários órgãos especializados no atendimento à mulher vítima de violência. Entretanto, também cumpre dizer que fatores como a intempetividade das informações e precariedade e/ou ausência de insumos têm afetado negativamente o alcance das metas propostas. Por fim, informamos que a SEMU promove seminários quadrimestrais de avaliação visando minimizar custos e potencializar resultados.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram muito satisfatórios, uma vez que a meta alcançada se manteve bem acima do planejado, de tal modo que a média de eficácia foi de 1,16. Por outro lado, apesar de as despesas realizadas para obtenção dos resultados estarem bem acima do planejado, o programa apresentou bons índices de economicidade, visto que o alcance das metas foi superior ao crescimento dos gastos.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(52101) - Secretaria de Estado da Mulher	(4806) - Fortalecimento da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres	ação realizada	unidade	56,00	51,00	0,91	20.000,00	3.891.054,20	2.035.082,69	622.728,93	0,16	5,69
(52101) - Secretaria de Estado da Mulher	(4807) - Garantia da Segurança Cidadã e Acesso à Justiça	ação realizada	unidade	10,00	14,00	1,40	20.000,00	20.000,00	13.752,50	13.315,00	0,67	2,10
(52101) - Secretaria de Estado da Mulher	(4808) - Garantia da Aplicabilidade da Lei Maria da Penha	ação realizada	unidade	178,00	192,00	1,08	370.000,00	735.000,00	723.815,14	602.696,75	0,82	1,32
(52101) - Secretaria de Estado da Mulher	(4809) - Garantia dos Direitos Sexuais, Direitos Reprodutivos, Enfrentamento à Exploração Sexual, ao Tráfico de Mulheres e ao Feminicídio.	Pessoa atendida	unidade	24.000,00	27.801,00	1,16	315.000,00	329.876,00	322.682,00	322.682,00	0,98	1,18
(52101) - Secretaria de Estado da Mulher	(4810) - Promoção da Autonomia, Inserção e Permanência das Mulheres em Relações de Trabalho Não-Discriminatórias	mulher qualificada e trabalhando	unidade	5.860,00	7.416,00	1,27	40.000,00	2.010.613,37	1.211.279,15	185.272,75	0,09	13,73

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre a meta física e financeira do programa, indica média de eficiência correspondente a 4,87, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a Muito Eficiente. O valor obtido pode ser explicado principalmente pelos bons índices de eficiência das ações 4807, 4809 e 4810.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

É evidente que os resultados gerados pela execução das ações deste programa têm contribuído para o alcance do objetivo proposto, principalmente no tange às ações voltadas para a prevenção da violência contra a mulher, o que tem concorrido para o empoderamento das mulheres maranhenses, bem como para a garantia ao acesso às políticas públicas. Destaca-se as ações de atendimento, desenvolvidas através das unidades móveis Carreta da Mulher Maranhense e Ônibus Lilás que em 2017 alcançaram um total de 35.217 mulheres maranhenses.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os indicadores de desempenho intermediário têm contribuído para mensuração do alcance dos resultados propostos, além de facilitar o processo de planejamento e avaliação das políticas públicas no âmbito da Secretaria da Mulher.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

O programa não possui indicadores de desempenho socioeconômicos do PPA que estejam diretamente ligados a sua problemática. Desta feita, faz-se necessário a confecção de um indicador no PPA com informações acerca das Políticas para as Mulheres onde as mesmas sejam geradas, tabuladas e analisadas pelos órgãos executores das referidas políticas.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Para que o programa tenha suporte e êxito em suas políticas de realizações de redução sobre o alto índice de violência contra a mulher, faz-se necessário: Proceder regularmente o lançamento das metas físicas e financeira, o acompanhamento e monitoramento das ações; Formular indicadores de resultados que possibilitem a mensuração do desempenho do programa, considerando que esta avaliação é referente ao PPA em vigor; Continuar com as Políticas Públicas voltada para as mulheres que possa contribuir para uma gestão transparente.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0571) - Memória Republicana

Unidade Executora: Fundação da Memória Republicana Brasileira

Problema: Os acervos e registros de fatos da história republicana brasileira e maranhense necessitam de tratamentos específicos para a construção da memória do nosso povo. A precária e incipiente disseminação de informações socioculturais e educativas relativas à memória republicana brasileira e histórica do Maranhão tem, dentre outras coisas, dificultado estudos e pesquisas de várias áreas do conhecimento e a preservação de um importante patrimônio cultural.

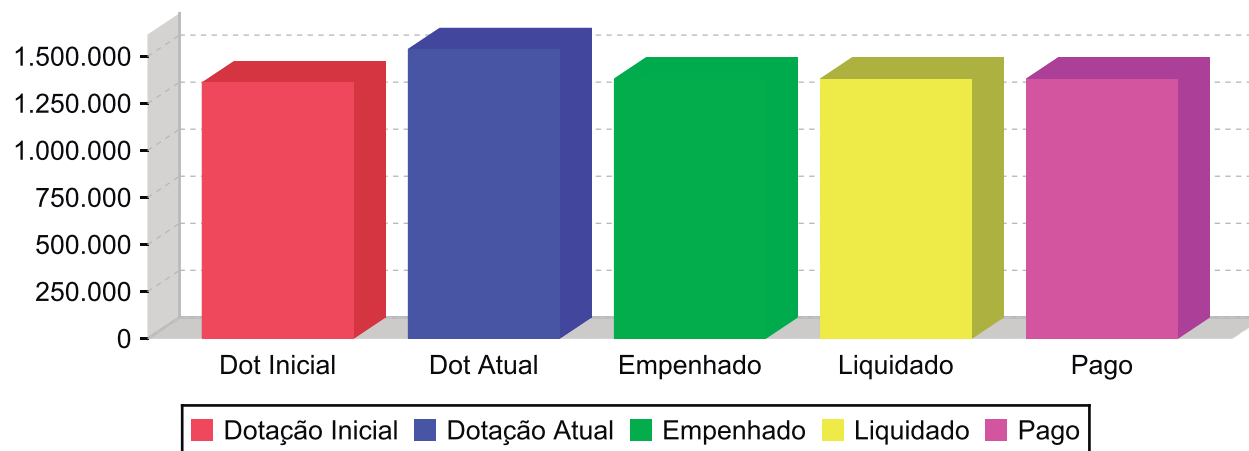
Objetivo: Ampliar a disseminação de conhecimentos socioculturais e educativos relativos à memória republicana brasileira

Público-Alvo: Universidades, Escolas do Ensino Fundamental e Médio, Pesquisadores, Professores, Estudantes e Público em geral.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 1.361.202,00 **Atual:** 1.538.964,65 **Variação(%)**: 13,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
1.361.202,00	1.538.964,65	1.381.452,06	1.381.452,06	1.381.452,06



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Valorizar a cultura e identidades locais fomentando a criação e produção cultural, bens patrimoniais e promoção do turismo regional sustentável.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O problema identificado em relação à situação analisada ainda continua atual. O programa ainda é considerado compatível visto que contempla soluções para os problemas detectados. O público alvo é muito abrangente e precisa ser revisto quanto à sua eficiência em atingir este público alvo, por meio da publicização das atividades e do acervo. As ações não são suficientes para o alcance dos objetivos, e seus produtos precisam de revisão pois há um descompasso entre as ações e os seus produtos, dificultando a mensuração das metas. O programa apresenta baixa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos e não possui indicadores de desempenho capazes de mensurar a eficácia e eficiência do programa.

Quanto à Implantação/Execução

O Programa possui autonomia gerencial, através da própria Fundação. O orçamento inicial foi insuficiente, tendo sido necessário remanejamento de verba para o atendimento de despesas com a manutenção da unidade, o que inviabilizou o cumprimento de quase todas as ações finalísticas. As cotas foram liberadas e suficientes conforme previsto na programação orçamentaria aprovada. Foram formalizadas parcerias institucionais, destacando-se a SEGE, SESC, SECTUR, Associação cultural da Música Maranhense, IBRAM, Museu Nacional e Memorial JK, Casa de Apoio da Fundação Antonio Jorge Dino. Há uma carência muito grande de corpo técnico especializado. O Programa contou com infraestrutura e logística necessária. Este órgão realiza o controle de custo por unidade, de forma que cada despesa é executada conforme a finalidade de cada unidade administrativa. Atualmente existe um plano interno para cada investimento. A despesa mensal/bimestral cabe na cota liberada. O programa não está inserido no PDS.

Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programas não são submetidos à apreciação das instâncias superiores de decisão do órgão, pois o Conselho Curador possui dificuldade para se reunir e debater acerca das ações do programa. Os resultados gerados pelo programa foram potencializados através de parcerias com outras instituições. No âmbito da qualificação das políticas públicas para cultura e educação tivemos parceria com diversas instituições. A participação social foi bastante significativa, pois, principalmente a população da comunidade sempre esteve inserida nas atividades. Os fatores de mais sucesso foram: Promoção de eventos em datas comemorativas beneficiando a comunidade local, cursos oferecidos gratuitamente às crianças e adolescentes da comunidade, e Ações Sociais. Os resultados alcançados pelo programa estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão, visto que o planejamento contempla o determinado em lei específica, como o PPA. Os principais entraves foram nos recursos orçamentários, devido baixo orçamento anual e consequente remanejamento orçamentário entre ações e planos internos, ocasionando assim, a não execução de quase todas as ações finalísticas. Não possui indicador de desempenho definido. A contribuição para o alcance da diretriz do Governo ao qual estamos alinhados foi abaixo do desejado.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(14201) - Fundação da Memória Republicana Brasileira	(3150) - Estudos e Pesquisas Socioculturais e Educacionais	Pesquisa realizada	unidade	0,00	0,00	0,00	8.000,00	15.000,00	1.735,00	1.735,00	0,12	0,00
(14201) - Fundação da Memória Republicana Brasileira	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	1.337.202,00	1.488.366,65	1.375.227,06	1.375.227,06	0,92	0,00
(14201) - Fundação da Memória Republicana Brasileira	(4639) - Restauração, Conservação e Aquisição de Bens	Bem divulgado	unidade	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	4.490,00	4.490,00	0,56	0,00
(14201) - Fundação da Memória Republicana Brasileira	(4640) - Desenvolvimento de Práticas Educacionais	Pessoa informada	unidade	0,00	0,00	0,00	8.000,00	27.598,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,00

Eficiência (C/H) 0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Na avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeira do programa indica os valores da eficácia e da eficiência de 0,00, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, revela a não eficácia e baixa eficiência do programa. O resultado pode ser explicado, devido a movimentação de recursos realizados na ação 4450, que é de atividade meio e pelas ações 3150, 4640 e 4639 que não houveram realizações em virtude do processo de licitação não ter ocorrido no ano de 2017.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Quanto às diretrizes, tem-se valorizado a cultura e identidade locais, além de se fomentar, criar e produzir culturalmente. A ação 4640, que trata do desenvolvimento de Práticas Educacionais, teve uma suplementação significativa de recursos, no entanto não houve execução em virtude do processo de licitação não ter ocorrido no ano de 2017.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há indicador de desempenho intermediário.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há indicadores de desempenho relativo ao programa.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1. Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente, bem como, uma revisão, acompanhamento e monitoramento das ações programadas no SISPCA; 2. Em relação a execução orçamentária financeira das ações, faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações e empenho, das 4 ações que compõe o Programa 1 não teve movimentação e 3 foram suplementadas e não executadas na sua totalidade; 3. Avaliar as ações que necessitam ser aperfeiçoadas a fim de melhorar o desempenho do Programa; 4. Submeter a próxima revisão do PPA os atributos do programa, como o público alvo e os produtos das ações; 5. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, a fim de acompanhar mais de perto a execução do programa; 6. Formular indicadores de resultados que possibilitem a mensuração do desempenho do Programa. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar de forma substancial o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0575) - Mais Vida no Trânsito

Unidade Executora: Departamento Estadual de Trânsito

Problema: Elevados índices de acidentes de trânsito.

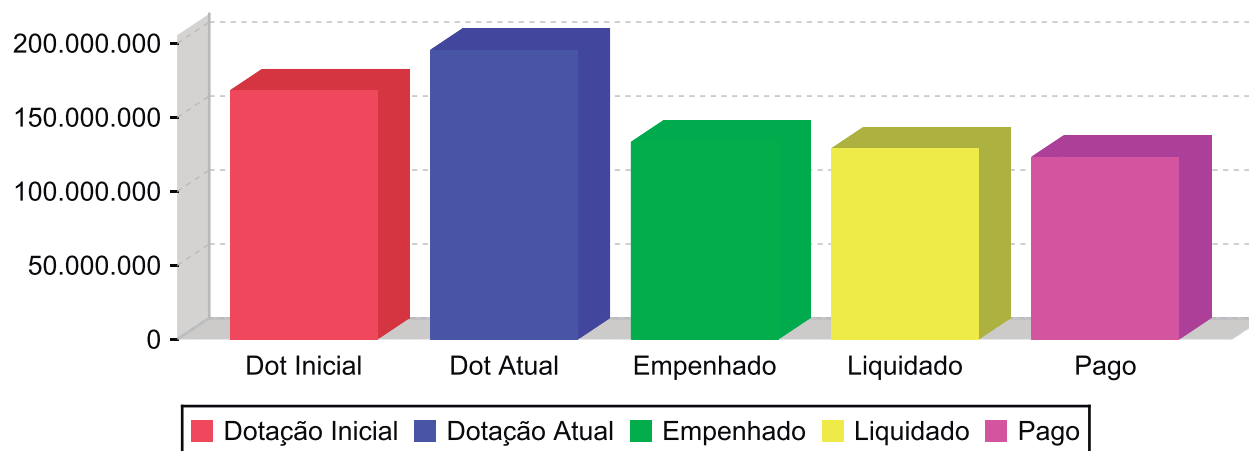
Objetivo: Reduzir os índices de acidentes de trânsito, aprimorando as políticas de educação para o trânsito, a fiscalização e o atendimento ao público.

Público-Alvo: Pedestres e condutores de veículos.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 168.291.674,00 **Atual:** 195.685.872,48 **Variação(%)**: 16,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
168.291.674,00	195.685.872,48	133.419.723,29	129.068.404,29	123.486.020,91



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Garantir a Defesa Social, reestruturando o Sistema de Segurança Pública e Penitenciário.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de óbitos por acidente de trânsito	Secretaria de Segurança Pública	unidade	29/12/2016	1.628,00	1.628,00	849,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa está bem estruturado, contendo um público alvo corretamente caracterizado, com objetivo compatível para a solução do problema e contemplando ações bem definidas para mensuração das metas. As ações são pensadas e desenvolvidas em um contexto intersetorial, iniciando na convocação dos servidores de outros setores, que participam diretamente de todas as ações, principalmente as externas. Além disso, o Departamento faz um trabalho de articulação com outros órgãos e entidades como: Secretaria Estadual e Municipal de Educação e Saúde / Campanha SOS Vidas/ Escolas/Secretaria Estadual de Esporte/Vida no trânsito/PRF, entre outros, para que, de fato, o programa tenha um resultado qualitativo, alcançando os objetivos do programa.

Quanto à Implantação/Execução

O programa tem autonomia gerencial, foi formadas parcerias com outras instituições, tais como: Polícia Militar, Guarda Municipal, DPRF, BPRV (PMMA), e SENAT, para implementação do programa nas campanhas Maio Amarelo, Semana Nacional de Trânsito, Curso de aperfeiçoamento para mototaxista, motofrentista, além de outras voltadas para a educação para o trânsito, contendo infraestrutura e logística, materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficiente para a devida implantação, para atender as necessidades do programa. O orçamento foi suficiente para o cumprimento das metas, conforme previsto na programação orçamentária aprovada, desta forma, atendendo todas as demandas solicitadas no plano de atividade específico das ações desenvolvidas.

Quanto aos Resultados

Para que sejam alcançados os indicadores do programa, é necessário o envolvimento dos beneficiários (Público-alvo). Neste sentido, o Departamento buscou estratégias para a participação de ações como: Blitz (incluindo a ampliação da LEI SECA), palestras e oficinas. Há, também, fatores de sucesso que contribuem para o alcance dos resultados, a valer: a receptividade do público-alvo nas ações educativas; estabelecimento de parcerias com órgãos que integram o sistema de trânsito e a qualificação e empenho da equipe. Tais fatores demonstraram-se fundamentais para o alcance dos objetivos propostos. Os resultados contribuíram para que os indicadores melhorassem, especialmente no que diz respeito à redução no número de vítimas de acidentes de trânsito. Foram implementadas ações para fortalecimento da ouvidoria visando a possibilitar um canal de comunicação entre o público-alvo e a autarquia. Este programa contribui para o alcance das diretrizes de Governo ao qual está alinhado, a exemplo dos programas sociais para habilitação de condutores (CNH JOVEM e CNH RURAL). As ações desenvolvidas dentro deste programa estão obtendo o resultado esperado, sensibilizando as pessoas, por meio da ampliação de parcerias, envolvimento da sociedade civil nas campanhas relacionadas à temática, entre outros. Ademais, há um conjunto de projetos estratégicos, a exemplo da Operação Lei Seca.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(19201) - Departamento Estadual de Trânsito	(3222) - Expansão e Estruturação das Unidades de CIRETRANS e Postos de Atendimento	Unidades instaladas	unidade	0,00	0,00	0,00	14.896.564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(19201) - Departamento Estadual de Trânsito	(4009) - Licenciamento de Veículos	Veículo licenciado	unidade	831.671,00	1.094.213,00	1,32	6.731.459,00	7.896.459,00	6.514.589,75	6.511.223,09	0,82	1,60
(19201) - Departamento Estadual de Trânsito	(4010) - Habilitação de Condutores	Condutor habilitado	unidade	417.912,00	172.116,00	0,41	25.464.499,00	55.904.412,48	32.772.523,33	30.200.610,65	0,54	0,76
(19201) - Departamento Estadual de Trânsito	(4189) - Fiscalização do Trânsito e de Veículos	Veículos fiscalizados.	unidade	20.400,00	66.063,00	3,24	2.500.000,00	5.580.000,00	1.892.105,45	1.892.105,45	0,34	9,55
(19201) - Departamento Estadual de Trânsito	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	108.049.047,00	109.625.764,00	88.090.193,55	86.528.357,29	0,79	0,00
(19201) - Departamento Estadual de Trânsito	(4607) - Cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro	Valores transferidos decorrentes do cumprimento de obrigações legais.	R\$ Arrecadado	0,00	0,00	0,00	2.550.868,00	9.000.000,00	133.671,37	133.671,37	0,01	0,00
(19201) - Departamento Estadual de Trânsito	(4608) - Educação para o Trânsito	Campanhas educativas.	unidade	0,00	1.864,00	0,00	2.500.000,00	2.580.000,00	911.692,60	733.489,20	0,28	0,00

(19201) - Departamento Estadual de Trânsito	(4688) - Manutenção das Unidades de CIRETRANS e Postos de Atendimento	Unidade em funcionamento	unidade	0,00	0,00	0,00	5.599.237,00	5.099.237,00	3.104.947,24	3.068.947,24	0,60	0,00
---	---	--------------------------	---------	------	------	------	--------------	--------------	--------------	--------------	------	------

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,71

Eficiência (C/H) 1,70

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeira do programa indica a não eficácia, com o índice obtido de 0,71. Entretanto no que refere-se a escala de valoração da eficiência, foi considerado muito eficiente, tendo uma média de 1,70. Houve um implemento no esforço fiscalizatório e de campanhas educativas, o que gerou um índice de redução de vítimas por acidente de trânsito, conforme acompanhamento do indicador do programa. As ações administrativas da autarquia, aliadas ao aumento da fiscalização, geraram um acréscimo de 19% na dotação, por conta de excesso de arrecadação.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Este programa contribui para o alcance das diretrizes de governo, ao qual está alinhado, a exemplo dos programas sociais para habilitação de condutores (CNH JOVEM e CNH RURAL).

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

A redução do número de óbitos por acidente de trânsito, deve-se a medidas adotadas pela Instituição tais como: realização de 1.800 ações educativas e realização de mais de 1.000 operações de fiscalizações viárias, autuando 1.018 motoristas infratores que dirigiam sob a influência de álcool.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não foi informado indicador de desempenho socioeconômicos do PPA.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1.Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, permitindo o acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2. Verificar a necessidade da revisão dos atributos das ações que não tiveram um bom desempenho. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0577) - Mais Segurança

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Problema: Alto índice de crimes violentos letais intencionais, tráfico de drogas e deficit de unidades do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, tanto na capital quanto no interior do estado.

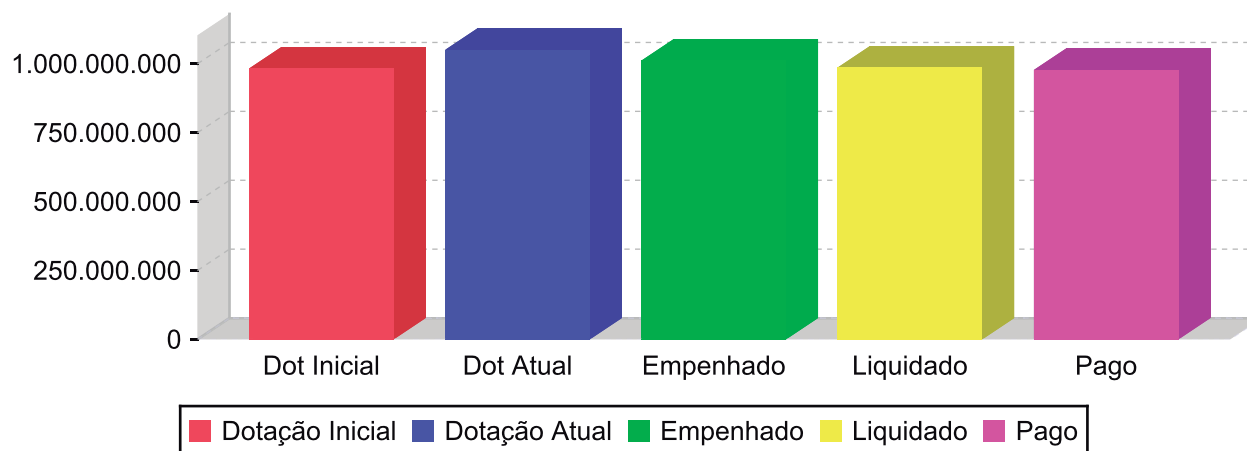
Objetivo: Garantir a preservação da vida e a incolumidade das pessoas, por meio de políticas públicas multisetoriais, com ênfase na redução da criminalidade.

Público-Alvo: Sociedade em geral

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 982.941.198,00 **Atual:** 1.050.937.293,82 **Variação(%)**: 7,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
982.941.198,00	1.050.937.293,82	1.011.798.931,19	986.448.440,65	977.633.971,72



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Garantir a Defesa Social, reestruturando o Sistema de Segurança Pública e Penitenciário.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI	Unidade de Estatística e Análise Criminal da SSP-MA	Percentual	04/03/2018	29,48	23,58	27,80

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O problema identificado em relação à situação analisada, durante a elaboração do PPA/2016-2019, permanece atual, bem como seu objetivo compatível com a solução e/ou minimização do problema, considerando que as estratégias utilizadas e os produtos das ações foram bem definidos para permitir a mensuração das metas. Acrescenta-se que o público está corretamente caracterizado, pois a sociedade é o público-alvo do programa, que tem em seu bojo ações de prevenção e repressão à criminalidade, bem como, Implantação e Modernização de Unidades do Sistema de Segurança e Aparelhamento e Estruturação Tecnológica. Quanto às ações citadas, estas têm o maior aporte de recursos centralizado na SSP, que recebe as demandas de suas unidades, e gerencia os investimentos, faz as aquisições e distribuição dos equipamentos. Por outro lado, as ações de prevenção à criminalidade são realizadas em geral, de forma integrada entre as unidades do sistema, em razão desta ação ser um dos pilares do Pacto pela Paz, sendo realizadas pelas polícias civil e militar, de forma integrada, contemplando a intersetorialidade, bem como ação de formação e valorização de policiais.

Quanto à Implantação/Execução

O orçamento inicial aprovado destinado ao Programa não foi suficiente para o cumprimento das metas definidas no planejamento, cabendo ressaltar que no orçamento inicial só havia recurso para a fonte 114. Assim, houve necessidade de suplementação, e ao final da execução foi satisfatório para o cumprimento das metas. O Programa contou com parcerias institucionais, por meio de convênios já firmados antes da implantação do programa, tais como: o aparelhamento do IGF e Ministério da Ciência e Tecnologia para a Implantação do Centro de Acesso à Tecnologia e Inclusão digital no Município de Imperatriz, estas já estavam firmadas antes da implantação do programa e só foram fortalecidas. Secretaria de Políticas para as Mulheres, por meio de convênios que foram executados em 2017 e SENAI, através de convênio para realização de cursos de capacitação oferecidos a jovens em estado de vulnerabilidade social no âmbito do Pacto pela Paz; por parte da Polícia Militar acrescenta-se o Convênio com o DETRAN, para realização de ações preventivas relacionadas ao policiamento ostensivo, principalmente de trânsito. Convênio SEDUC, com objetivo de realizar ações preventivas e palestras nas escolas; e Ensino Fundamental e Médio com qualidade e fundamentado em valores morais, éticos e de cidadania, através dos Colégios Militares.

Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram submetidos à apreciação das instâncias superiores por meio de reuniões mensais e relatórios, tais resultados foram potencializados por ações comuns dos órgãos da SSP, Polícia Civil, Polícia Militar, e Corpo de Bombeiros Militar e FESP, a exemplo das ações de Implantação e Modernização de Unidades e Aparelhamento e Estruturação Tecnológica. Complementarmente, cabe ressaltar que as ações de prevenção foram potencializadas pelo Programa de Governo Pacto pela Paz criado pela Lei nº 10.387/2015 que também tem ações executadas pela Prevenção à Criminalidade dentro do Mais Segurança, tais como: premiação pecuniária aos policiais civis e militares do Estado que mais apreenderem arma de fogo em situação irregular; reativação de 42 Conselhos Comunitários pela Paz; Patrulha Maria da Penha e Crack é Possível Vencer. A caracterização da participação social dos beneficiários está presente nos Conselhos Comunitários. Destacam-se como fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa: 1) Implantação do Pacto pela Paz com ações de prevenção; Aumento da área de atuação do Corpo de Bombeiros; Aumento do policiamento ostensivo gerando mais segurança para a população. Enquanto que, os principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa foram; Insuficiência de recursos para investimento; 2) Transferência da execução das obras para a SINFR; 3) Liberação das cotas com valores bem inferiores ao das despesas mensais. Os resultados alcançados pelo programa estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão e entidades vinculadas. O Programa contribuiu para o alcance da diretriz do governo dentro do esperado, pois destaca-se avanços no reaparelhamento das polícias com o incremento da frota de veículos, a implantação do Laboratório Forense - ILAF e do Instituto de Genética Forense, Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro, além de algumas obras de construção e reformas concluídas. Considera-se que o benefício que o programa gerou para a sociedade foi a presença mais efetiva no policiamento ostensivo; a redução dos índices de criminalidade produzindo maior sensação de segurança à população, a elucidação de crimes com autoria definida e o aumento das ações preventivas, a partir do Pacto pela Paz que é um programa estratégico do Governo e tem como eixo norteador ações de prevenção à criminalidade, com a participação da sociedade civil organizada e representada pelos Conselhos Comunitários pela Paz.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(19101) - Secretaria de Estado da Segurança Pública	(3226) - Implantação e Modernização de Unidades do Sistema de Segurança Pública	Unidade concluída.	Unidades	15,00	24,00	1,60	14.030.000,00	15.990.887,00	7.645.508,25	6.486.018,51	0,41	3,94
(19101) - Secretaria de Estado da Segurança Pública	(3252) - Aparelhamento e Estruturação Tecnológica	Unidade aparelhada.	Unidades	495,00	310,00	0,63	17.400.000,00	48.924.896,91	32.546.565,71	25.192.899,44	0,51	1,22
(19101) - Secretaria de Estado da Segurança Pública	(4733) - Valorização, Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor capacitado.	Unidades	602,00	443,00	0,74	100.000,00	100.000,00	78.870,00	78.870,00	0,79	0,93

(19101) - Secretaria de Estado da Segurança Pública	(4831) - Prevenção a Criminalidade	evento realizado	unidade	46,00	64,00	1,39	15.894.889,00	20.154.808,92	17.767.178,19	17.685.278,19	0,88	1,59
(19101) - Secretaria de Estado da Segurança Pública	(4832) - Repressão a Criminalidade	Ocorrências atendidas com resolutividade	unidade	84.000,00	116.444,00	1,39	10.000.000,00	10.000.000,00	9.998.623,31	9.935.360,01	0,99	1,40
(19102) - Polícia Civil	(2947) - Prevenção ao Uso de Drogas	evento realizado	unidade	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(19102) - Polícia Civil	(3226) - Implantação e Modernização de Unidades do Sistema de Segurança Pública	Unidade concluída.	Unidades	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(19102) - Polícia Civil	(3252) - Aparelhamento e Estruturação Tecnológica	Unidade aparelhada.	Unidades	0,00	0,00	0,00	500.000,00	474.850,00	474.850,00	474.850,00	1,00	0,00
(19102) - Polícia Civil	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	5.153.722,00	5.603.722,00	5.598.316,27	5.598.316,27	1,00	0,00
(19102) - Polícia Civil	(4700) - Prevenção do Crime	operação policial realizada	Unidades	0,00	25,00	0,00	2.000.000,00	7.007.033,00	6.259.475,87	5.556.264,44	0,79	0,00
(19102) - Polícia Civil	(4701) - Repressão do Crime	Operação realizada	Unidades	0,00	43.076,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(19102) - Polícia Civil	(4733) - Valorização, Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor capacitado.	Unidades	0,00	558,00	0,00	200.000,00	60.040,00	52.440,00	52.440,00	0,87	0,00
(19110) - Polícia Militar do Estado	(3226) - Implantação e Modernização de Unidades do Sistema de Segurança Pública	Unidade concluída.	Unidades	2,00	14,00	7,00	9.385.506,00	9.666.097,00	9.119.648,23	977.048,30	0,10	69,25
(19110) - Polícia Militar do Estado	(3252) - Aparelhamento e Estruturação Tecnológica	Unidade aparelhada.	Unidades	60,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(19110) - Polícia Militar do Estado	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	725.085.744,00	743.542.082,00	736.704.851,79	734.089.693,23	0,99	0,00
(19110) - Polícia Militar do Estado	(4700) - Prevenção do Crime	operação policial realizada	Unidades	32.370,00	16.470,00	0,51	23.420.000,00	21.039.952,00	20.693.549,44	20.257.559,75	0,96	0,53
(19110) - Polícia Militar do Estado	(4733) - Valorização, Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor capacitado.	Unidades	3.676,00	1.526,00	0,42	1.100.000,00	1.038.000,00	1.019.184,00	1.019.184,00	0,98	0,42
(19111) - Corpo de Bombeiros Militar	(3226) - Implantação e Modernização de Unidades do Sistema de Segurança Pública	Unidade concluída.	Unidades	22,00	6,00	0,27	50.000,00	400.000,00	399.361,28	199.761,63	0,50	0,55
(19111) - Corpo de Bombeiros Militar	(3252) - Aparelhamento e Estruturação Tecnológica	Unidade aparelhada.	Unidades	25,00	24,00	0,96	50.000,00	3.967.776,00	3.865.812,00	98.160,00	0,02	38,80
(19111) - Corpo de Bombeiros Militar	(4152) - Ações para o Cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico	Edificação vistoriada	Unidades	4.800,00	15.267,00	3,18	3.600.000,00	3.600.000,00	3.115.399,31	3.115.399,31	0,87	3,68
(19111) - Corpo de Bombeiros Militar	(4153) - Serviços de Defesa Civil	Pessoa assistida	unidade	600,00	179,00	0,30	200.000,00	650.601,96	579.883,96	579.883,96	0,89	0,33
(19111) - Corpo de Bombeiros Militar	(4247) - Resgate e Salvamento	Pessoa atendida	unidade	5.520,00	15.255,00	2,76	4.647.944,00	4.862.344,50	4.534.135,54	4.402.535,54	0,91	3,05
(19111) - Corpo de Bombeiros Militar	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	144.673.393,00	149.154.202,53	148.523.411,03	148.473.426,53	1,00	0,00
(19111) - Corpo de Bombeiros Militar	(4733) - Valorização, Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor capacitado.	Unidades	600,00	193,00	0,32	200.000,00	100.000,00	99.941,73	99.941,73	1,00	0,32
(19902) - Fundo Especial de Segurança Pública	(3226) - Implantação e Modernização de Unidades do Sistema de Segurança Pública	Unidade concluída.	Unidades	13,00	2,00	0,15	2.250.000,00	1.750.000,00	336.885,68	292.444,21	0,17	0,92
(19902) - Fundo Especial de Segurança Pública	(3252) - Aparelhamento e Estruturação Tecnológica	Unidade aparelhada.	Unidades	13,00	23,00	1,77	2.250.000,00	2.750.000,00	2.385.039,60	1.783.105,60	0,65	2,73

Média:

Eficácia (B/A) = C 1,02

Eficiência (C/H)

6,07

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação do produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou a média de 1,02, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação revela a eficácia do programa. E na avaliação efetuada entre metas físicas e financeira indica o valor da eficiência de 6,07, considerado na escala de valoração como muito eficiente. O resultado pode ser explicado, devido a atuação das ações 3226 - Implantação e Modernização de Unidades do Sistema de Segurança Pública, 4831 - Prevenção a Criminalidade, 4832 - Repressão a Criminalidade, executadas pela Secretaria de Segurança e das ações 3226 - Implantação e Modernização de Unidades do Sistema de Segurança Pública, realizada pela Polícia Militar, das ações (4152) - Ações para o Cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico, 4247) - Resgate e Salvamento do Corpo de Bombeiros e a ação (3252) - Aparelhamento e Estruturação Tecnológica do Fundo Especial da Segurança Pública, que alavancaram o índice de eficácia e eficiência do programa, compensando a não eficácia das demais ações do programa.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

As ações constantes do Programa Mais Segurança contribuíram para o alcance da diretriz e linha estratégica de governo ao qual está alinhado, principalmente pelas ações estratégicas realizadas no ano de 2017: Aumento do efetivo da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, reaparelhamento das Polícias com aquisição de viaturas e motocicletas, ampliação das ações de prevenção do Programa Pacto pela Paz (criação de conselhos pela Paz na capital e interior, Crack é Possível Vencer, Patrulha Maria da Penha, Cursos profissionalizantes para jovens, premiação dos policiais militares), promoção de policiais e bombeiros militares, expansão de unidades dos Bombeiros Militares no interior do estado, implantação dos serviços do CTA nos municípios de Imperatriz e Presidente Dutra, a melhoria das estruturas físicas das unidades policiais no interior do estado e na capital.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O indicador intermediário, CVLI - Crimes Violentos Letais Intencionais, criado pela SENASP/MJ em 2006. Os índices de crimes violentos estão diminuindo nos últimos anos devido a redução do número de homicídios na Grande São Luís e no Estado, conforme os seguintes indicadores informados pela Unidade de Estatística e Análise Criminal - SSP: Redução do número de homicídios na Grande São Luís, de 910 casos, em 2014, para 540 em 2017.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não temos indicador de Desempenho Socioeconômicos do PPA.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0578) - Mais Esporte Mais Lazer

Unidade Executora: Secretaria de Estado do Esporte e Lazer

Problema: Número reduzido de ações governamentais de grande abrangência na área de esporte e lazer, bem como infraestrutura insuficiente para atender as demandas do esporte e lazer no Maranhão.

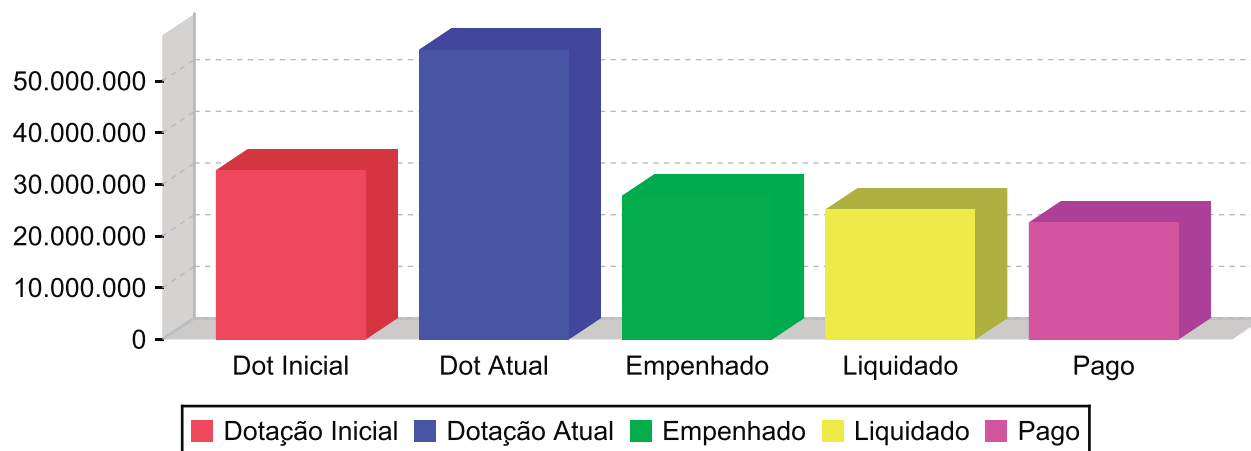
Objetivo: Ampliar, democratizar e qualificar o acesso ao esporte e lazer enquanto direito social, integrado às demais políticas públicas.

Público-Alvo: População em geral (da criança ao idoso, povos e comunidades tradicionais, entre outros), estudantes, atletas, profissionais do esporte e lazer.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 32.693.951,00 **Atual:** 56.043.835,54 **Variação(%)**: 71,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
32.693.951,00	56.043.835,54	27.830.780,86	25.137.365,59	22.604.359,93



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Estimular práticas esportivas e de lazer possibilitando a melhoria na qualidade de vida da população.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS

NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS

NÚMERO DE ATLETAS BENEFICIADOS

TAXA DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS COM AÇÕES DE ESPORTE E LAZER

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**6.1. Análise Crítica do Programa****Quanto à Concepção**

O programa utiliza os requisitos necessários: problema contextualizado com a situação atual, objetivo compatível com o problema, público-alvo bem caracterizado e delimitado. As ações estão contribuindo para o alcance do objetivo do programa com os seus respectivos produtos (bens e serviços) bem definidos para mensuração das metas. O programa possui ação no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico-PDS, ação intersetorial e alta consistência em relação aos seus atributos qualitativos e quantitativos, contribuindo de forma positiva para a solução do problema identificado.

Quanto à Implantação/Execução

O programa teve sua implementação baseada em estratégias adequadas como: autonomia gerencial estabelecida através de Portaria e obedecendo a estrutura organizacional da Secretaria, parcerias institucionais com a Secretaria de Educação, de Saúde, de Segurança Pública, Prefeituras Municipais, UFMA, UEMA, UNICEUMA, Ministério do Esporte, Federações Amadoras e Ligas Esportivas e controle de custo por unidade. Esses fatores visam o fortalecimento do Programa para o alcance dos resultados.

Quanto aos Resultados

O programa apresentou resultados relativamente satisfatórios em virtude das diversas parcerias institucionais firmadas, assim também, da participação social dos beneficiários (público-alvo) do programa durante a sua execução e, do comprometimento da equipe técnica. Tais resultados alcançados estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão. Vários benefícios foram gerados: dentre eles, destacam-se: ampliação da inserção de alunos da rede de ensino nos Jogos Escolares Maranhenses, diversificação no apoio às modalidades esportivas, promoção de atividades de lazer para idosos (Projeto A Longa Vida), ampliação do número de municípios contemplados com lazer comunitário (Projeto Mais Lazer para Todos) e, manutenção dos espaços e equipamentos de esporte e lazer. Por outro lado, tiveram entraves para obtenção de melhores resultados, como: orçamento insuficiente para com as demandas do esporte e do lazer, não liberação da cota financeira de acordo com o crédito, reduzido número de técnicos da área de desporto educacional e de rendimento, infraestrutura e logística, materiais e equipamentos em qualidade e quantidade insuficientes e a falta de pesquisa de satisfação junto aos beneficiários (público alvo) sobre os resultados do programa.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico						Financeiro				
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(45101) - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	(3259) - Infraestrutura Esportiva	Espaço esportivo concluído	unidade	9,00	3,00	0,33	10.371.853,00	32.130.842,93	6.214.295,96	5.385.955,05	0,17	1,99
(45101) - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	11.641.362,00	10.430.053,00	10.086.862,58	10.055.453,56	0,96	0,00
(45101) - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	(4703) - Mais Esporte Educacional	Pessoa beneficiada	unidade	74.300,00	78.000,00	1,05	4.134.830,00	3.782.749,61	2.810.118,91	2.691.703,94	0,71	1,48
(45101) - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	(4714) - Mais Lazer	Pessoa beneficiada	unidade	101.000,00	61.500,00	0,61	217.150,00	3.488.130,00	3.326.406,59	2.015.621,63	0,58	1,05
(45101) - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	(4715) - Maranhão Mais Conquistas	Atleta beneficiado	unidade	6.150,00	3.350,00	0,54	1.277.720,00	1.117.720,00	535.545,36	535.545,36	0,48	1,14
(45101) - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	(4717) - Manutenção e Conservação dos Espaços de Esporte e Lazer	Espaço de esporte e lazer mantido e/ou conservado.	unidade	19,00	17,00	0,89	4.990.000,00	5.058.304,00	4.857.551,46	4.453.086,05	0,88	1,02

(45101) - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	(4718) - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico do Esporte e Lazer	Pessoa Beneficiada	unidade	150,00	0,00	0,00	61.036,00	36.036,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	--	--------------------	---------	--------	------	------	-----------	-----------	------	------	------	------

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,57

Eficiência (C/H) 1,11

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A análise da relação entre as metas físicas e financeiras (eficiência) e do produto (eficácia), indica o Programa como NÃO EFICAZ, devido a falta de melhor planejamento quando da execução física. Por outro lado, em relação à EFICIÊNCIA o Programa obteve um desempenho de MUITO EFICIENTE. Esse resultado apresentado tem como explicação a execução financeira das ações de modo global, com exceção da ação 4718 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico do Esporte e Lazer que teve sua execução (oferta de cursos às diversas modalidades esportivas) pela Lei de Incentivo, sendo disponibilizado parte do orçamento para realização de outras ações.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa contribuiu de acordo com o esperado para o alcance da diretriz de governo ao qual está alinhado, uma vez que as ações proporcionaram o estímulo às práticas esportivas e de lazer possibilitando a melhoria da qualidade de vida da população.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

A SEDEL não possui Indicador de Desempenho Intermediário

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Os indicadores foram favoráveis à mensuração do Programa, uma vez que proporcionaram melhor identificação quantitativa no resultado das ações.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1. Lançamento das informações das metas físicas e financeiras de forma tempestiva no SISPCA, a fim de permitir um melhor monitoramento do Programa pelo Núcleo Temático; 2. Adequação das metas físicas e financeiras; 3. Adequação dos recursos disponibilizados para a realização do Programa; 4. Realização de concurso para agentes de esporte e recreação, uma vez que o número desses servidores é insuficiente para a demanda existente e a grande maioria está próximo da aposentadoria; 5. Ampliação na aquisição de materiais e equipamentos de esporte e lazer para atender a demanda existente, uma vez que existe um grande número de entidades que ficam sem o atendimento necessário; 6.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0584) - Mais Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Problema: Baixa oferta de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação aos alunos do ensino superior.

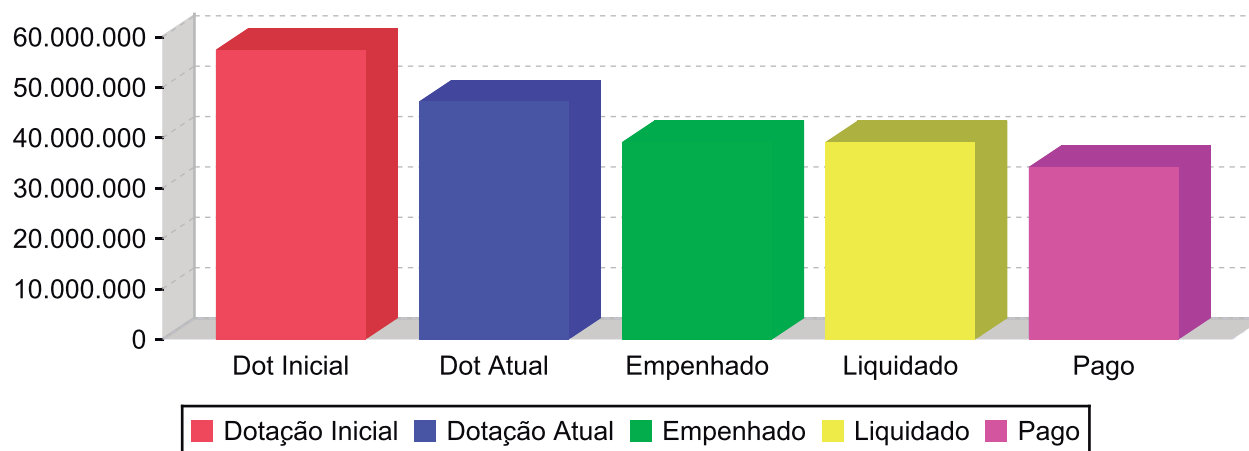
Objetivo: Aumentar oferta da ciência, tecnologia, ensino superior e inovação tecnológica para alunos do ensino superior.

Público-Alvo: Alunos do ensino superior

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 57.495.073,00 **Atual:** 47.219.680,67 **Variação(%)**: -18,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
57.495.073,00	47.219.680,67	39.197.559,82	39.174.359,82	34.226.509,71



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover e ampliar o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento da capacidade de produção, absorção, difusão científica, tecnológica e inovação, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
NUMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS	SISPCA/SECTI	Unidades	30/12/2017	93.415,00	93.415,00	91.053,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta, em sua concepção, boa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, portanto, contribuindo de forma razoável para a solução do problema identificado e objetivos. Está associado a uma diretriz de governo e definiu um indicador de resultado facilitando a mensuração de seu desempenho no exercício de 2017. Visa ainda, atender não só as demandas de alunos do ensino superior voltados para graduação, pós-graduação, e, especificamente, na área de ciência, tecnologia e inovação, mas também alunos que pretendem ingressar nas IES. O objetivo do programa está compatível com a proposta de solução do problema, bem como as metas físicas estão em sintonia com os atributos do programa. Os demais componentes do desenho do programa, tais como o problema e o público-alvo, poderiam ser revisados para melhor adequação.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa, utilizou estratégias adequadas como parcerias com prefeituras municipais através da disponibilização de espaços escolares e Instituições escolares e Instituições Privadas, que potencializam o alcance dos resultados. O programa, dada sua especificidade, caracteriza-se como multisetorial, além de possuir uma equipe que está capacitada e qualificada para a coordenação da logística de implementação. Foram efetivadas parcerias com Instituições de Ensino Superior, Prefeituras Municipais, e os órgãos vinculados da SECTI, contribuindo, de forma significativa, para a execução do programa. O Orçamento inicial foi suficiente para execução do programa, pois as despesas são previstas apenas para o custeio das equipes técnicas durante o acompanhamento da execução da ação. As despesas com material didático, contratação de professores, são efetuadas pelo IEMA. A FAPEMA, também possui ações que contribuem para o alcance dos objetivos do programa.

Quanto aos Resultados

Apesar de todos os esforços, os resultados alcançados na execução do Programa não foram satisfatórios, uma vez que apenas 2 ações atingiram suas metas, as demais, cumpriram acima de 90%. Os resultados alcançados pelo programa também contribuíram para Diretriz de governo a ele associado. As parcerias realizadas com as IES, as Prefeituras municipais e a aceitação do público-alvo contribuíram efetivamente para o resultado do programa. Destaca-se a participação de mais de 40.000 pessoas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, 24.253 estudantes presentes nos Aulões do ENEM, distribuição de Vales-livros para 25.000 alunos da rede pública de ensino, encaminhamento de 150 estudantes da para realizarem Intercâmbio Internacional de Idiomas Estrangeiros em outros países, a concessão de 1.0741 bolsas de pós-graduação e 409 auxílios de iniciação científica, além da realização e outros eventos científicos e tecnológicos.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(24101) - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	(4730) - Fortalecimento da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica	Pessoa beneficiada	Unidades	42.000,00	41.800,00	1,00	35.000,00	34.500,00	33.763,00	33.763,00	0,98	1,02
(24101) - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	(4731) - Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação	Aluno beneficiado	Unidades	25.400,00	25.000,00	0,98	2.206.474,00	5.015.786,05	743.000,00	743.000,00	0,15	6,64
(24101) - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	(4732) - Diversificação ao Acesso e a Permanência no Ensino Superior	Aluno contemplado	Unidades	26.015,00	24.253,00	0,93	40.000,00	39.500,00	39.125,00	39.125,00	0,99	0,94
(24202) - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenv. Científico e Tecnológico do Maranhão	(4168) - Fomento à Pesquisa	Auxílio a pesquisa concedido	unidade	445,00	409,00	0,92	17.421.365,00	12.791.220,62	11.312.449,65	11.312.449,65	0,88	1,04
(24202) - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenv. Científico e Tecnológico do Maranhão	(4290) - Divulgação da Produção Científica e Tecnológica	divulgação realizada	unidade	600,00	593,00	0,99	4.981.819,00	4.231.819,00	4.231.634,10	4.231.634,10	1,00	0,99
(24202) - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenv. Científico e Tecnológico do Maranhão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	5.410.413,00	5.327.413,00	3.481.331,60	3.481.331,60	0,65	0,00
(24202) - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenv. Científico e	(4739) - Fomento a Qualificação Superior	Bolsa concedida	unidade	1.720,00	1.741,00	1,01	19.927.274,00	16.068.180,00	15.648.351,51	15.648.351,51	0,97	1,04

Tecnológico do Maranhão												
(24202) - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenv. Científico e Tecnológico do Maranhão	(4740) - Mais Inovação	Projeto aprovado	Unidades	31,00	30,00	0,97	7.472.728,00	2.746.462,00	2.743.104,96	2.743.104,96	1,00	0,97
(54101) - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	(4732) - Diversificação ao Acesso e a Permanencia no Ensino Superior	Aluno contemplado	Unidades	1.200,00	1.200,00	1,00	0,00	964.800,00	964.800,00	941.600,00	0,98	1,02

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,97

Eficiência (C/H) 1,70

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa, indica o valor da eficiência de 1,70, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, corresponde a uma alta eficiência. O Programa teve o valor de 0,97, o que significa uma não eficácia, mas percebe-se que as metas físicas e financeira foram compatíveis, o que demonstra um bom desempenho do programa.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados pelo programa contribuíram para Diretriz de governo a ele associado, quando busca oportunizar aos estudantes o ingresso em IES, quando busca aumentar os números de vagas para alunos do ensino superior, quando beneficia a sociedade com eventos de cunho científico e tecnológico como a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, quando oportuniza alunos e a população em geral a participar de oficinas de robótica, games, eletricidade básica e outros eventos.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O indicador intermediário contribuiu de forma significativa para o objetivo do programa, tendo como resultado o beneficiamento de 91.053 pessoas, em relação ao esperado de 93.415.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Existe o indicador de desempenho socioeconômico: número de alunos beneficiados, cujos resultados contribuíram para a melhoria do indicador, e consequentemente, para o objetivo e solução do problema.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1.Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, permitindo o acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2.Revisar o público alvo; 3.Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, para acompanhar mais de perto a execução do programa; 4.Realizar a capacitação periódica das equipes técnicas dos Órgãos em relação aos processos de Gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 5.Estabelecer a institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações; 6.É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo na execução e avaliação do programa. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado. Verificou-se, por meio da execução física, que houve um expressivo esforço na execução das ações relacionadas à ciência, tecnologia e inovação, diversificação ao acesso, permanência e fomento ao ensino superior, propiciando acessibilidade a populações vulneráveis e excluídas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0585) - Cidadania Digital para Todos

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Problema: BAIXO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DO MARANHÃO COM ACESSO À INTERNET E ACESSO ONLINE A SERVIÇOS DE QUALIDADE.

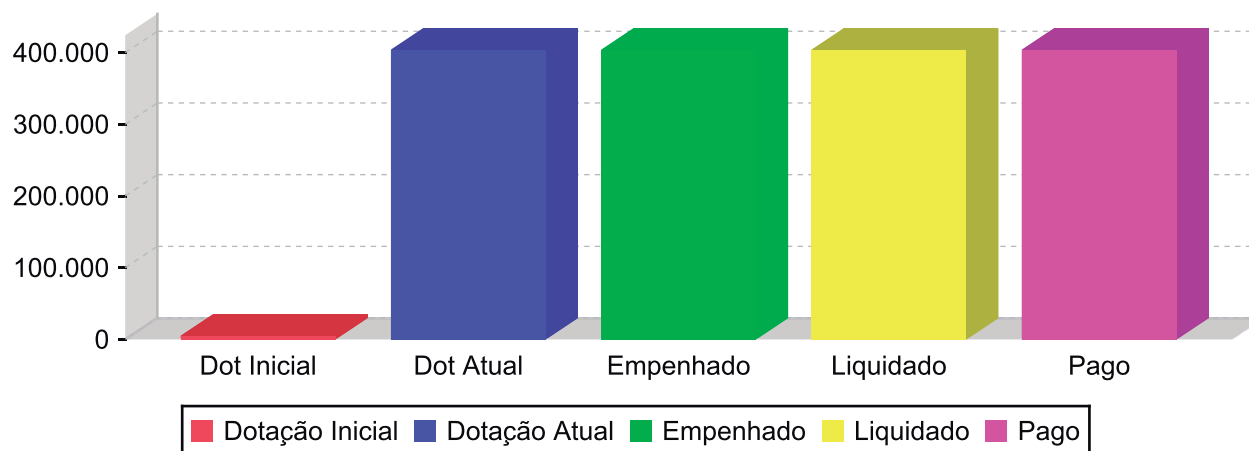
Objetivo: Aumentar percentual da população do Maranhão com acesso à internet.

Público-Alvo: Sociedade Maranhense

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 5.000,00 **Atual:** 404.000,00 **Variação(%):** 7.980,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
5.000,00	404.000,00	403.915,00	403.915,00	403.915,00



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover e ampliar o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento da capacidade de produção, absorção, difusão científica, tecnológica e inovação, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
NUMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS	SISPCA/SECTI	unidade	30/12/2017	3.311.600,00	3.311.600,00	2.773.500,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir parcialmente para a solução do problema identificado na elaboração do Plano. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo e definiu um indicador de resultado, facilitando a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Os componentes do desenho do programa: objetivo, ações, indicadores, metas, produtos e serviços são consistentes entre si e adequados qualitativamente para atender à demanda ou resolver o problema que lhe deu origem, podendo ser revisado o público-alvo.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa utilizou estratégias adequadas como parcerias com prefeituras municipais, através da cessão dos locais para a instalação dos pontos de acesso que potencializam o alcance dos resultados, no entanto, apresentou algumas dificuldades que poderão contribuir negativamente para a obtenção de resultados, como por exemplo: o orçamento inicial foi insuficiente para o programa, em decorrência da demanda existente; a ação 4734 não teve lançamento de informações nas metas física e financeira. O programa foi desenvolvido para atender as demandas da população sem acesso à internet. Houve portanto, a instalação de vários pontos de acesso à internet grátis - MARANET na região metropolitana e mais 05 municípios do estado. Mesmo com esses avanços, a demanda ainda é muito elevada.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do Programa não foram satisfatórios, uma vez que na ação 4734 não houveram realizações e a meta da ação 3242 não foi atingida na sua totalidade, apesar dos inúmeros benefícios já proporcionados, como a satisfação da população no local onde foram instalados os Ponto de Acesso, a oportunidade da população de se conectar com o mundo por meio do acesso à internet e a utilização dessa ferramenta para acessar todo tipo de informação e formas de comunicação. As metas alcançadas na ação 3242 são compatíveis com os objetivos estratégicos definidos pelo Governo, a partir das orientações estratégicas, traduzidas pelo PPA pela visão estratégica, diretrizes, linhas estratégicas e indicadores socioeconômicos contidos no painel e indicador intermediário estabelecido pelo próprio Órgão.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(24101) - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	(3242) - Implantação dos Pontos do Saber e Digitais para Acesso a Internet	Pessoa beneficiada	unidade	3.311.600,00	2.773.500,00	0,84	4.000,00	404.000,00	403.915,00	403.915,00	1,00	0,84
(24101) - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	(4734) - Fomento às Inovações Digitais	Pessoa beneficiada	Unidades	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,42

Eficiência (C/H) 0,42

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do Programa, indica o valor da eficiência de 0,42, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, corresponde a uma Baixa Eficiência. O índice da eficácia teve o mesmo valor, de 0,42, denotando o Programa com Não Eficácia. Resultado que pode ser explicado através da ação 3242 que não executou o que foi planejado e a ação 4734, onde não houveram realizações.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados pelo programa contribuíram para a Diretriz de Governo a ele associado, no sentido de promover a inclusão sociocultural e educativa de pessoas, além da prestação de serviços a estudantes e pequenos empresários. Pode-se observar a evolução dos resultados alcançados em relação ao exercício anterior. Isto ocorreu em função da expansão do atendimento a esses serviços, que o objetivo do programa, portanto, contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O programa apresentou como indicador de desempenho intermediário, o número de pessoas atendidas com o aumento da implantação de pontos de acesso à internet gratuita - MARANET, planejado para atender 3.311.600, atendendo 2.773.500.000 pessoas/ano. Isso demonstra uma melhoria para esse indicador.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Foi definido o indicador Número de pessoas beneficiadas, como uma estratégia para avaliar o desempenho, contribuindo qualitativamente com o objetivo e solução do problema do programa.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1.Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, permitindo o acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2.Redefinição público- alvo; 3.Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, para acompanhar mais de perto a execução do programa; 4.Realizar a capacitação periódica das equipes técnicas dos Órgãos em relação aos processos de Gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 5.Estabelecer a institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações; 6.É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo na execução e avaliação do programa. 7. É importante verificar a necessidade orçamentária do Programa, pois houve uma suplementação considerável para sua execução, que inclusive apresentou um bom desempenho. Houve um expressivo esforço na execução das ações relacionadas à cidadania digital, através da implantação dos "pontos do saber" e ampliação dos pontos de acesso à internet, promovendo a inclusão social de todos por meio da acessibilidade. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0588) - Minha Casa Meu Maranhão

Unidade Executora: Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

Problema: O Maranhão possui um dos piores deficits habitacionais do país, chegando a 483 mil moradias, sendo 289 mil no campo e 194 mil na cidade, conforme PNAD/IBGE 2010. É o Estado com o maior índice de casa de palha e taipa, e de casa sem esgotamento sanitário e coleta de lixo. Acarretando de sobremaneira problemas na área da saúde.

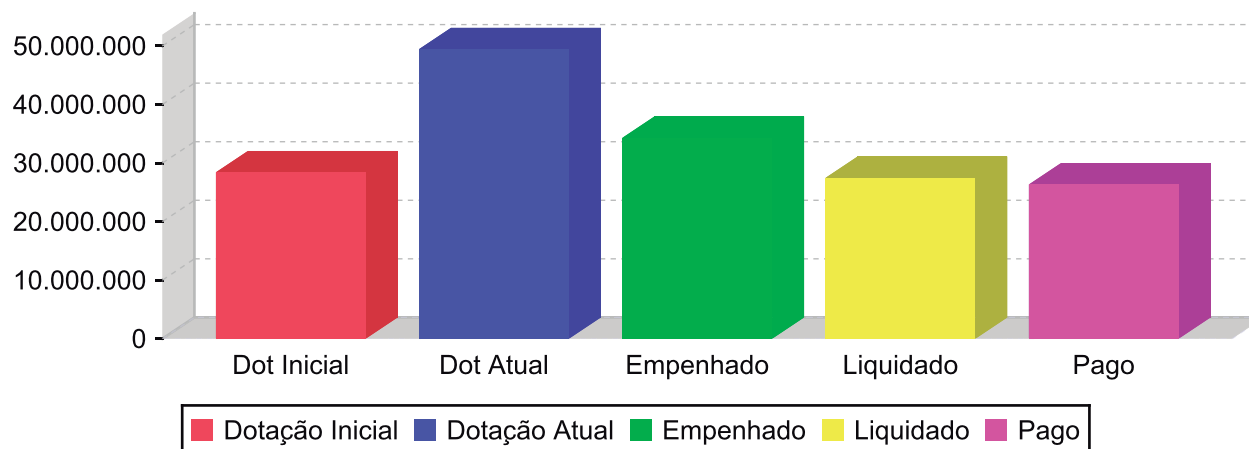
Objetivo: Melhoria da qualidade de vida e redução do déficit habitacional.

Público-Alvo: População do Estado

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 28.418.288,00 **Atual:** 49.459.546,00 **Varição(%)**: 74,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
28.418.288,00	49.459.546,00	34.304.588,49	27.474.748,45	26.330.860,68



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Realizar investimentos em infraestrutura de políticas públicas em aglomerados subnormais, saneamento básico, logística de transporte, mobilidade e acessibilidade, melhorando a qualidade de vida e ambiental.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa foi concebido de modo a atender as demandas advindas da sociedade. Apresenta média consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, sendo capaz de contribuir para a solução dos problemas identificados na árvore do problema, porém, é necessário a formulação de indicadores de desempenho que possibilitem a mensuração do desempenho do programa. O objetivo do programa e o produto foram bem definidos para a mensuração das metas. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo, direcionado ao seu público alvo, que é realizar investimentos em infraestrutura de políticas públicas em aglomerados subnormais, saneamento básico, logística de transportes, mobilidade e acessibilidade, melhorando a qualidade de vida e ambiental, e ações estratégicas com implementação de políticas de habitação rural e urbana para a redução do déficit habitacional da população de baixa renda. Contou com duas ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico-PDS, a 3235 e 3236. Não foi definido nenhum indicador como instrumento de mensuração do programa.

Quanto à Implantação/Execução

Existe autonomia gerencial específica para o programa por meio da Secretaria Adjunta de Habitação. O orçamento inicial aprovado não foi suficiente para o cumprimento das metas, havendo a necessidade de suplementações, ao final do exercício a execução foi satisfatória para o cumprimento das metas. As cotas financeiras liberadas foram insuficientes para atender as despesas mensais conforme previsto na programação. O Programa contou com parcerias institucionais na implementação do programa, tais como: CAIXA, no programa de habitação do servidor; Ministério das Cidades; com recursos do FAR, PAC; SEFAZ, no programa Cheque Minha Casa; FESMA e SAF, no mais IDH. No que se refere ao controle de custos por unidade, essa prática ainda não é utilizada. Acrescenta-se que existe um Plano Interno para cada investimento não havendo nenhuma incompatibilidade com as ações a que estão vinculadas. O programa faz parte dos projetos estratégicos do governo como: Mais IDH (Construção de habitações), Cheque Moradia (4 mil beneficiados). O programa contou com equipe técnica qualificada, porém insuficiente para o desempenho das ações, tendo assim que contar com equipe credenciada para a realização de ações sociais no que diz respeito cumprimento do PTTS do projeto de habitação.

Quanto aos Resultados

Os resultados foram acompanhados através de reuniões periódicas e relatórios e foram potencializados por ações do Mais IDH, e Cheque Minha Casa. Através do Trabalho Técnico Social realizados durante a execução das obras e pós ocupação da unidades habitacionais, obteve-se uma pesquisa de satisfação pelos beneficiários, bem como a participação dos mesmos através da contratação da mão-de-obra local. O trabalho interdisciplinar da SECID, a gestão permanente de contratos e convênios e a parceria entre as secretarias, foram fatores críticos de sucesso que contribuíram para o alcance das metas, bem como os resultados alcançados pelo planejamento estratégico do órgão. Destaca-se como sendo um dos principais entraves enfrentados, a baixa capacidade financeira operacional e o período de chuva que prejudicaram o acesso às obras. O programa obteve ainda monitoramento das ações pelo Comitê Gestor do Mais IDH, através de reuniões, bem como por representantes do público alvo (beneficiários) através de questionários do Trabalho Técnico Social. As metas físicas (bens e serviços) entregues ao público não foram suficientes para o alcance dos objetivos do programa, devido o elevado déficit habitacional no Estado e a falta de recursos federais que suportem a meta programada. Porém o resultado do programa contribui acima do esperado para as diretrizes do governo ao qual estava alinhado, principalmente para a evolução do indicador de saúde, pois além da moradia digna, contribuiu também com o abastecimento de água.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(3235) - Habitação Rural	Unidade Habitacional adequada	Unidades	986,00	1.216,00	1,23	12.000.000,00	29.721.077,00	22.770.252,28	16.462.132,29	0,55	2,23
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(3236) - Habitação Urbana	Unidade Habitacional adequada	Unidades	197,00	7.840,00	39,80	16.418.288,00	19.738.469,00	11.534.336,21	11.012.616,16	0,56	71,33

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Média Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Considerando a média exposta no quadro acima, deduzimos que há uma eficácia satisfatória, uma vez que a escala de valoração adotada, considera eficaz, a partir de um resultado igual a 1. Na mesma perspectiva, foi alcançada também uma eficiência muito boa, tendo uma média acima de 1. O orçamento previsto para execução das ações ao final foi satisfatório, no aspecto quantitativo, em razão disso houve acréscimo nas execuções em 2017.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa atende a diretriz definida na orientação estratégica do governo, avançou com ações estratégicas de implementação de políticas de habitação rural e urbana para a redução do déficit habitacional da população de baixa renda. Vale ressaltar que a implantação de obras de habitação rural foram em sua maioria para municípios de menor IDH do Estado do Maranhão.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há Indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há Indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1.Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, permitindo o acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2. Formular indicadores de resultados, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3.Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, para acompanhar mais de perto a execução do programa; 4.Realizar a capacitação periódica das equipes técnicas dos Órgãos em relação aos processos de Gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0589) - Inclusão Socioprodutiva Mais Renda e Cidadania

Unidade Executora: Gerência de Inclusão Socioprodutiva

Problema: Elevado índice da população maranhense em situação de pobreza (IPEA 2010)

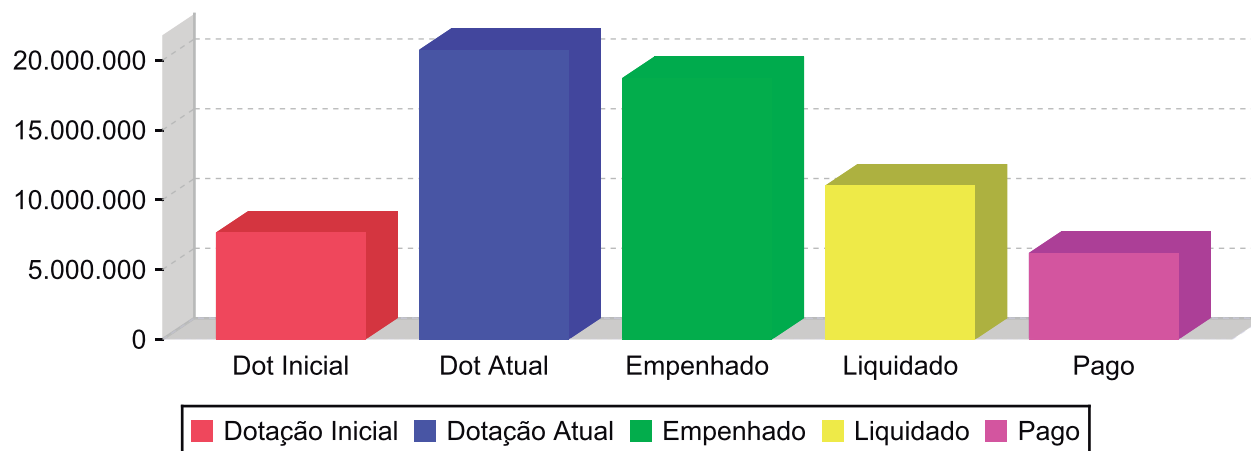
Objetivo: Reduzir o número de pessoas em situação de pobreza.

Público-Alvo: Famílias inscritas no CadÚnico

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 7.655.000,00 **Atual:** 20.756.053,48 **Variação(%)**: 171,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
7.655.000,00	20.756.053,48	18.739.586,64	11.040.258,97	6.191.923,41



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Ampliar as políticas públicas de qualificação profissional, geração de emprego e renda elevando a produtividade do trabalhador e inserção no mercado de trabalho.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

Ao relacionarmos o problema identificado com a situação analisada podemos afirmar que continua atual, pois o Estado ainda possui elevados índices de pobreza, sendo mais acentuado no meio rural. O objetivo do programa ainda pode ser considerado compatível com a sua solução pois contribui para reverter o atual quadro de pobreza que assola quase todo o território maranhense. Seu público alvo está corretamente caracterizado e delimitado, considerando que contempla famílias que vivem em estado de pobreza ou extrema pobreza e precisam do auxílio do governo para conseguirem suprir algumas necessidades, preferencialmente, as básicas. Suas ações contribuem para o alcance do seu objetivo. Os produtos foram bem definidos para a mensuração das metas. O programa utiliza em sua execução o localizador de gasto "Todo o Estado" e não apresenta ação intersetorial, pois é exclusivo da SEDES.

Quanto à Implantação/Execução

Há autonomia gerencial especificamente para o Programa, pois a Gerência de Inclusão Socioproductiva é um órgão desconcentrado. O orçamento inicial aprovado não foi suficiente para o cumprimento das metas previstas, considerando as suplementações realizadas ao longo do exercício. O orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) não foi suficiente para o cumprimento das metas realizadas, considerando a variação de 171,00% da dotação inicial em relação à dotação atual. As cotas financeiras foram liberadas e suficientes conforme previsto na programação orçamentária aprovada. Foram formadas parcerias institucionais para implementação do programa, a exemplo das parcerias com as prefeituras municipais, por meio de apoio de logística e mobilização do público alvo. O programa contou com equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações e com dedicação exclusiva para sua execução, porém se houvesse a liberação dos recursos necessários para atender a demanda a equipe atual não seria suficiente para a execução, considerando a abrangência do Programa em todo o Estado.

Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram submetidos à apreciação às instâncias superiores de decisão do órgão por meio de relatórios de Gestão e reuniões sobre a execução das ações. Os resultados alcançados pelo programa não foram potencializados por ações de programas de outros órgãos setoriais ou entidades vinculadas, pois todas as ações do Programa pertencem exclusivamente a GISP. Foi realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários (público alvo) sobre os resultados por meio de depoimentos, matérias jornalísticas e enquetes realizadas pela Assessoria de Comunicação (ASCON/SEDES). Houve participação social dos beneficiários (público alvo) do programa durante a sua execução através de palestras com técnicos, assistentes sociais e mobilizações com o público ao longo da sua execução. Como fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados podemos citar: Dedicção da equipe, Realização de palestras e Seleção do público alvo. Como entraves enfrentados para o alcance dos resultados e das orientações estratégicas de governo (diretrizes) podemos citar: Baixa visão empreendedora, Falta de uma etapa para a validação do perfil traçado e Baixo nível de escolaridade. Não houve previsão de avaliação do programa pelos membros do Conselho de Política associada ao setor, pois não há conselho associado ao setor. A ação "Gestão do Programa" contribuiu significativamente para melhorar a gestão, embora o recurso aportado tenha sido insuficiente para uma gestão eficiente. As metas físicas que expressam o produto (bens e serviços) entregáveis ao público alvo continuam suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa. O benefício gerado pelo programa a sociedade (efetividade) contribuiu para a retirada do público da situação de extrema pobreza. Apresentando ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico - PDS, Com movimentação físico financeiro: 3250 - Implantação de Infraestrutura para o Desenvolvimento Rural, 3256 - Recuperação de Estruturas para o Desenvolvimento Rural, e sem movimentações: 3247- Melhoria Habitacional com foco na proteção social na área rural, 3248 - Construção de habitação com foco na proteção social na área rural, 3249 - Construção de habitação com foco na proteção social na área urbana e 3258 - Melhoria habitacional com foco na proteção social.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(15101) - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	(4756) - Assistência às Famílias Carentes	Pessoa atendida	unidade	207,00	0,00	0,00	45.000,00	8.304,00	6.995,00	6.995,00	0,84	0,00
(15112) - Gerência de Inclusão Socioproductiva	(3247) - Melhoria Habitacional com foco na proteção social na área Rural	reforma realizada	unidade	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(15112) - Gerência de Inclusão Socioproductiva	(3248) - Construção de habitação com foco na Proteção Social na Área Rural	Unidade residencial construída	unidade	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(15112) - Gerência de Inclusão Socioproductiva	(3249) - Construção de Habitação com foco na Proteção Social, na Área Urbana	Unidade residencial construída	unidade	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(15112) - Gerência de Inclusão Socioprodutiva	(3250) - Implantação de Infraestrutura para o Desenvolvimento Rural	Infraestrutura e ou equipamento implantado	unidade	21,00	15,00	0,71	100.000,00	6.323.366,00	5.668.406,82	4.038.384,44	0,64	1,12
(15112) - Gerência de Inclusão Socioprodutiva	(3256) - Recuperação de Estruturas para o Desenvolvimento Rural	Infraestrutura recuperada	unidade	7,00	0,00	0,00	100.000,00	4.049.915,00	3.237.652,08	469.112,05	0,12	0,00
(15112) - Gerência de Inclusão Socioprodutiva	(3258) - Melhoria habitacional com Foco na Proteção Social na Área Urbana	Unidade residencial reformada	unidade	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(15112) - Gerência de Inclusão Socioprodutiva	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	6.840.000,00	7.434.819,00	7.386.129,11	6.375.092,60	0,86	0,00
(15112) - Gerência de Inclusão Socioprodutiva	(4697) - Realização de Atividades Lúdicas e Socioeducativas	Aluno beneficiado	unidade	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(15112) - Gerência de Inclusão Socioprodutiva	(4787) - Fomento a Empreendimentos Produtivos aos Quilombolas, Indígenas e demais povos	Pessoa atendida	unidade	1.443,00	0,00	0,00	160.000,00	2.939.649,48	2.440.403,63	150.674,88	0,05	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,08

Eficiência (C/H) 0,12

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A execução do Programa de acordo com a escala de valoração, foi de não eficácia (0,08) e de Baixa Eficiência (0,12) esses valores podem ser justificados pela não execução das metas das ações 4758, 3247, 3248, 3249, 3256, 3258, 4697 e 4787. Na ação 4756 - Assistência às Famílias carentes o recurso liquidado correspondente à regularização do SIAFEM de recursos confiscados sob autorização judicial. As ações 3247 - Melhoria Habitacional com Foco na Proteção Social na Área Rural, 3248 - Construção de Habitação com Foco na Proteção Social na Área Rural, 3249 - Construção de Habitação com Foco na Proteção Social na Área Urbana, 3258 - Melhoria Habitacional com Foco na Proteção Social na Área Urbana, e 4697 - Realização das Atividades Lúdicas e Sócioeducativas tiveram suas dotações anulada ao longo do exercício para reforço de outras ações.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do Programa, no exercício 2017, atendeu à diretriz definida na orientação estratégica de governo, notadamente pelo fato de seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto do problema enfrentado.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Nenhum indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Nenhum indicador de Desempenho Socioeconômicos do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

O Programa finalístico Inclusão Socioprodutiva Mais Renda e Cidadania está associado a diretriz de Governo, e possui ação multissetorial (1068) atendida no Programa da Caema, a qual esta responsável pela ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água do Estado do Maranhão. RECOMENDAÇÕES: 1. Proceder o lançamento das metas físico financeiro tempestivamente, para facilitar o processo acompanhamento e monitoramento do SISPCA; 2. Quanto à execução orçamentária -financeira, faz-se necessário aqui, analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações de empenho, das 9 ações finalísticas, 5 não tiveram movimentações; 3. Verificar a necessidade de adequações das metas físicas planejadas considerando que houve um descompasso entre o planejado e o executado neste exercício de 2017; 4. Avaliar as ações que necessitem ser aperfeiçoadas a fim de melhorar o desenho do Programa; 5. Formular indicadores de desempenho que possibilitem a mensuração do desempenho do programa; 6. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, a fim de acompanhar mais de perto a execução do programa. Considerando-se que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0590) - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Unidade Executora: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

Problema: Violação dos Direitos Humanos

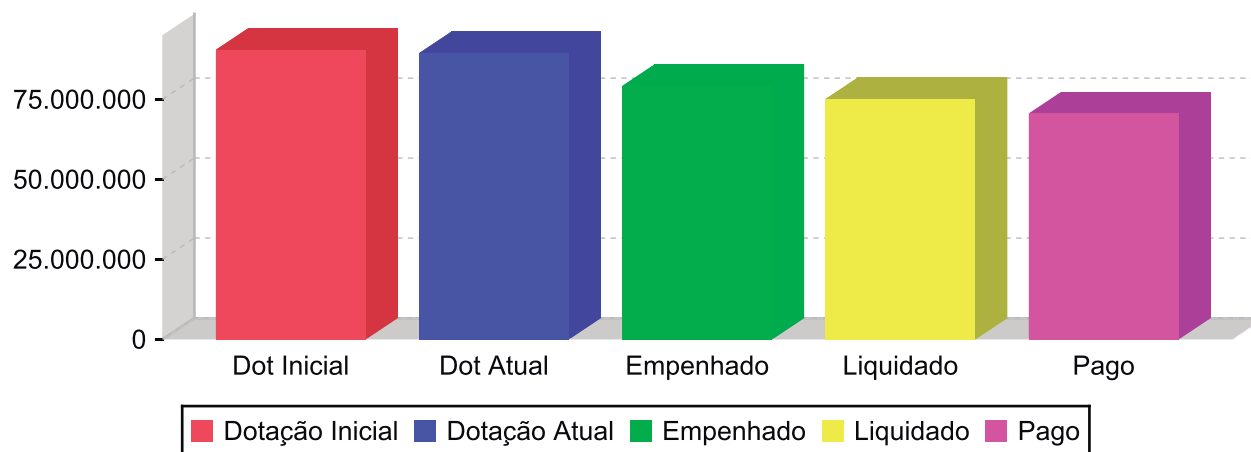
Objetivo: Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos e a participação popular

Público-Alvo: Cidadãos e vítimas de violações dos direitos humanos

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 90.524.365,00 **Atual:** 89.467.181,69 **Variação(%)**: -1,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
90.524.365,00	89.467.181,69	79.227.417,16	75.143.646,66	70.582.551,41



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Assegurar o acesso às políticas públicas de assistência social e direitos humanos.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE ADOLESCENTES NÃO-REICIDENTES EM ATOS INFRACIONAIS
NÚMERO DE ATENDIMENTOS À POPULAÇÃO

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nº DE OPERADORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO FORMADOS	RELATÓRIO DE GESTÃO DA FUNAC	Pessoa	02/01/2016	600,00	600,00	896,00
Nº DE PESSOAS CAPACITADAS SOBRE TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS	RELATÓRIO DE GESTÃO	Pessoa	19/12/2015	2.111,00	1.200,00	6.655,00
Nº de Políticas de Direitos Humanos fortalecidas	Relatório de Gestão	unidade	18/12/2016	85,00	295,00	110,00
Nº de Espaços de Participação Popular fortalecidos.	Relatório de Gestão	unidade	18/12/2015	8,00	29,00	505,00
Nº de expansão das Unidades de Atendimento ao cidadão/VIVA	RELATÓRIO DE GESTÃO	unidade	19/12/2015	1,00	10,00	15,00
Eventos de enfrentamento às violências	RELATÓRIO DE GESTÃO	unidade	19/12/2015	3,00	50,00	180,00
Nº de articulação de ações e políticas de desenvolvimento e direitos humanos	RELATÓRIO DE GESTÃO	Unidades	19/12/2016	2,10	2,00	3,50

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos está associado à Diretriz do Governo do Maranhão em consonância com o Terceiro Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) e tem garantido acesso do cidadão à direitos e a participação popular. As ações do Programa foram planejadas visando promover cultura e educação em direitos humanos, garantir a promoção, proteção e defesa dos cidadãos ameaçados ou que por algum motivo se vejam privados dos seus direitos, bem como, favorecer a participação popular e o acesso a direitos básicos de cidadania.

Quanto à Implantação/Execução

Considerando a complexidade e a perspectiva intersetorial da implantação do Programa, foram definidas diferentes estratégias de implantação, destacando-se as parcerias com Órgãos Estaduais, Federais, Organizações da Sociedade Civil, Prefeituras Municipais, Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas, Órgão Internacional, e outros, bem como a mobilização permanente de diversos agentes públicos na perspectiva da formação de uma consciência centrada no respeito ao outros, na solidariedade e no compromisso contra todas as formas de discriminação, opressão e violência com base no respeito à dignidade humana. Foram enfrentados problemas na execução de algumas ações, na medida que a demora no repasse dos recursos orçamentários e financeiros dificultaram a realização de pagamentos em tempo hábil, no entanto, foram feitas adequações orçamentárias, pelo Órgão Central e priorização de Ações pelo Órgão Setorial, para que o Programa chegasse a um bom desempenho no final do exercício.

Quanto aos Resultados

Considerando a complexidade e as especificidades relativas à promoção e garantia de direitos humanos, entendeu-se que ainda há muito a ser feito, no entanto, os resultados foram satisfatórios e as metas alcançadas foram compatíveis com as metas planejadas. Houve Ação do PDS, entretanto, não houve execução física e nem financeira.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(54101) - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	23.562.630,00	13.250.841,00	12.696.730,24	12.069.208,32	0,91	0,00

(54101) - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	(4470) - Educação e Cultura em Direitos Humanos	Pessoa capacitada	unidade	1.200,00	6.655,00	5,55	177.000,00	471.000,00	160.693,50	160.693,50	0,34	16,26
(54101) - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	(4757) - Fortalecimento e Municipalização de Políticas Públicas de Direitos Humanos	Política fortalecida	unidade	295,00	110,00	0,37	380.000,00	479.837,00	370.270,51	370.270,51	0,77	0,48
(54101) - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	(4758) - Acompanhamento e Atendimento às Vítimas de Violação de Direitos Humanos	Pessoa atendida	unidade	4.460,00	2.482,00	0,56	3.890.742,00	4.574.334,00	3.814.096,81	3.812.172,76	0,83	0,67
(54101) - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	(4759) - Enfrentamento às Violências na Perspectiva dos Direitos Humanos	Evento Realizado	unidade	50,00	180,00	3,60	160.000,00	170.000,00	168.598,13	164.928,13	0,97	3,71
(54101) - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	(4760) - Articulação de Ações e Políticas de Desenvolvimento e Direitos Humanos	Articulação realizada	unidade	200,00	350,00	1,75	960.000,00	4.831.154,00	3.627.366,70	1.425.759,30	0,30	5,93
(54101) - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	(4762) - Articulação e Apoio à Participação Popular	Espaço fortalecido	unidade	29,00	505,00	17,41	845.000,00	674.000,00	667.973,74	660.973,74	0,98	17,76
(54110) - Viva Cidadão	(3240) - Expansão das Unidades de Atendimento ao Cidadão	Serviços Implantados e/ou Ampliados	unidade	10,00	9,00	0,90	1.275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(54110) - Viva Cidadão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	3.648.588,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(54110) - Viva Cidadão	(4763) - Garantia do Atendimento ao Cidadão	Cidadão atendido	unidade	2.921.120,00	3.111.846,00	1,07	16.076.412,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(54201) - Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão	(3066) - Construção e Aparelhamento das Unidades de Atendimento	Unidade de atendimento construída/equipada	unidade	1,00	0,00	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(54201) - Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão	(4292) - Execução de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade	Adolescente atendido	unidade	10.302,00	5.302,00	0,51	10.420.000,00	18.951.160,69	18.941.898,68	18.941.898,68	1,00	0,51
(54201) - Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	25.918.993,00	26.924.709,00	25.266.902,62	25.266.902,62	0,94	0,00
(54201) - Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão	(4735) - Formação de Operadores do Sistema Socioeducativo	Operadores do Sistema Socioeducativo qualificado	unidade	755,00	404,00	0,54	80.000,00	430.000,00	99.425,65	99.425,65	0,23	2,31
(54202) - Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão	(3240) - Expansão das Unidades de Atendimento ao Cidadão	Serviços Implantados e/ou Ampliados	unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	647.800,00	397.800,00	397.800,00	0,61	0,00
(54202) - Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	0,00	2.790.574,00	2.329.876,80	2.086.577,53	0,75	0,00
(54202) - Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão	(4763) - Garantia do Atendimento ao Cidadão	Cidadão atendido	unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	12.111.198,00	10.655.210,18	9.656.462,32	0,80	0,00
(54902) - Fundo Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente	(4633) - Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Entidade apoiada	unidade	3,00	0,00	0,00	630.000,00	660.574,00	30.573,60	30.573,60	0,05	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 2,30

Eficiência (C/H) 3,40

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0**Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50****Fonte: SISPCA/SIAFEM**

COMENTÁRIOS

A execução do Programa de acordo com a escala de valoração, foi de Eficácia (média 2,30) e MUITO EFICIENTE (média 3,40), esses valores podem ser justificados pela superação das metas das ações 4470, 4759, 4760, 4762, 4763.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados estão em alinhamento com a diretriz de Governo e demais instrumentos governamentais.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O indicador - Nº de pessoas capacitadas sobre temática de direitos humanos, foi bem superior ao esperado, com um resultado de 6.655, pois houve um empenho na realização de atividades de capacitação/formação por todos os setores da SEDIHPOP; O indicador - Nº de espaços de participação popular fortalecidos, também foi superior ao esperado, com um resultado de 505, pois, além dos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos vinculados à SEDIHPOP, foram trabalhados outros espaços de participação popular, tais como: Comitê de Enfrentamento ao Trabalho escravo, Comitê de Enfrentamento ao Tráfico Humano, Comissões; Comitês do Mais IDH e os de participação popular.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Com relação aos indicadores de desempenho constantes no PPA, identificamos que no indicador - Nº de vítimas de violação de direitos humanos, o resultado foi abaixo do esperado com um número de 2.482, esta redução no número de vítimas de violação de direitos humanos atendidas, deu-se devido ao encerramento de 02 convênios com organização da sociedade civil que realizavam atendimento a vítimas de trabalho escravo e vítimas de violação de direitos humanos, bem como à mudança nos critérios de contabilização do indicador, entretanto, nos demais indicadores, o resultado foi igual ao esperado ou superior.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1. Lançar as metas físicas e financeiras, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático; 2. Implantar processo de avaliação sistemático (pelo menos semestral) que possibilite ajustes no período de execução do Programa; 3. Realizar capacitação sobre a construção e mensuração de indicadores; 4. Discutir a possibilidade de revisão dos produtos das ações, visando a melhor adequação dos mesmos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0593) - Pesquisa e Pós Graduação

Unidade Executora: Universidade Estadual do Maranhão

Problema: Escassez de profissionais qualificados, bem como de pesquisadores nas universidades estaduais e faculdades.

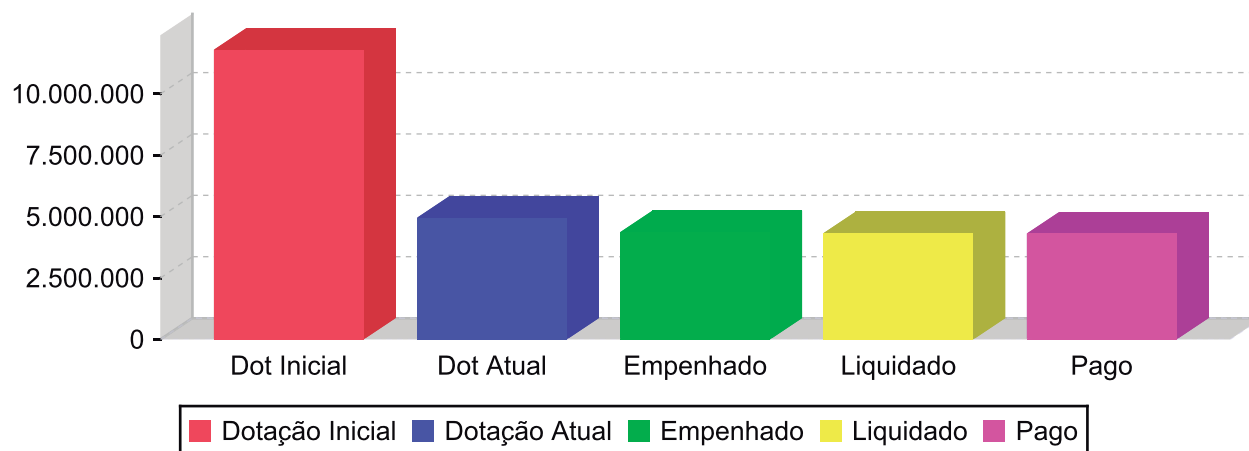
Objetivo: Promover a qualificação de profissionais, fortalecendo a qualidade da pesquisa e do ensino de pós graduação.

Público-Alvo: Profissionais com nível superior

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 11.800.000,00 **Atual:** 4.958.793,00 **Varição(%)**: -58,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
11.800.000,00	4.958.793,00	4.372.478,21	4.329.778,21	4.311.378,21



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover e ampliar o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento da capacidade de produção, absorção, difusão científica, tecnológica e inovação, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

PESQUISAS REALIZADAS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção, consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir para a solução do problema identificado na elaboração do Plano. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo e a um indicador de constante no Plano Plurianual, favorecendo a mensuração no exercício avaliado. Os componentes do desenho do programa - objetivo, público-alvo, ações, indicador, metas, produtos e serviços são consistentes entre si e adequados qualitativamente para atender à demanda e resolver o problema que lhe deu origem.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa, utilizou estratégias adequadas como parcerias que potencializam o alcance dos resultados com o Governo Federal e Estadual, com Universidades e Instituição Pública sediada dentro e fora do Estado do Maranhão e Parcerias de Pós Graduação. O Programa contou com equipe técnica qualificada da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, em número suficiente para coordenação das ações e com dedicação exclusiva, infraestrutura e logística para a sua execução. Seus objetivos são compatíveis com o problema que o caracteriza. Suas ações, bem como suas metas físicas estão bem caracterizadas dentro da proposta do programa. Quanto aos termos qualitativos, o programa poderia ser melhor executado, se não houvesse o contingenciamento de recursos.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do Programa foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada foi compatível com a meta planejada. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados, foram reduzidas em 58%, comprometendo os resultados na direção esperada. O Programa tem ação incluída no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico- PDS.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(24201) - Universidade Estadual do Maranhão	(4167) - Pós-Graduação de Profissionais	Aluno pós-graduado	unidade	151,00	71,00	0,47	10.600.000,00	3.604.634,00	3.023.032,79	3.023.032,79	0,84	0,56
(24201) - Universidade Estadual do Maranhão	(4803) - Produção e Difusão Científica e Tecnológica	trabalho científico publicado	unidade	239,00	183,00	0,77	1.200.000,00	981.486,00	977.594,00	977.594,00	1,00	0,77
(24207) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIAO TOCANTINA DO MARANHÃO	(4167) - Pós-Graduação de Profissionais	Aluno pós-graduado	unidade	100,00	60,00	0,60	0,00	372.673,00	371.851,42	329.151,42	0,88	0,68

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,61

Eficiência (C/H) 0,67

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A Avaliação Física e Financeira e do Produto (meta física) vem a ser a mensuração de cada ação do Programa dada a vinculação da utilização dos recursos, orçamentários e financeiros, na obtenção dos produtos por meio da relação meta física planejada e executada, portanto, em conformidade com a escala de valores adotada, o Programa obteve o valor de 0,67 o que reflete Média Eficiência nessa relação. Quanto a Eficácia do Programa que vem a ser o grau do alcance das metas, ou seja, a relação entre a quantidade do produto planejado e o efetivamente entregue para a sociedade, nesta análise, não se trata se o Programa é mais ou menos eficaz, mas, deve ser uma relação de alcance das metas, que neste caso o valor obtido foi 0,61, portanto, Não Eficácia. Vale, portanto, uma análise mais apurada de maneira a identificar os desvios em relação ao não alcance pleno da eficiência e eficácia desejados.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados obtidos pelo programa, contribuíram com a Diretriz de Governo a ele associado, quando se propõe a promover qualificação de profissionais, fortalecendo a qualidade da pesquisa e do ensino de pós-graduação.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O Programa não apresentou indicador de desempenho intermediário.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Os indicador de desempenho socioeconômico do PPA demonstra favoravelmente a mensuração dos resultados do programa no exercício avaliado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1. Proceder lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, permitindo o acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2. Formular indicador de desempenho intermediário que represente o desempenho do programa; 3. Adequação qualitativa do problema central do programa ao objetivo e ao público alvo; 4. Reformular o indicador do PPA. Ex.: Pesquisas Realizadas não se configura como indicador para promover inclusão sócio-cultural e educativa; 5. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, para acompanhar mais de perto a execução do programa; 6. Realizar a capacitação periódica das equipes técnicas dos Órgãos em relação aos processos de Gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 7. Estabelecer a institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações; 8. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo na execução e avaliação do programa. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0595) - Escola Digna

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Educação

Problema: O sistema público de ensino na Educação Básica não atende à demanda da sociedade maranhense.

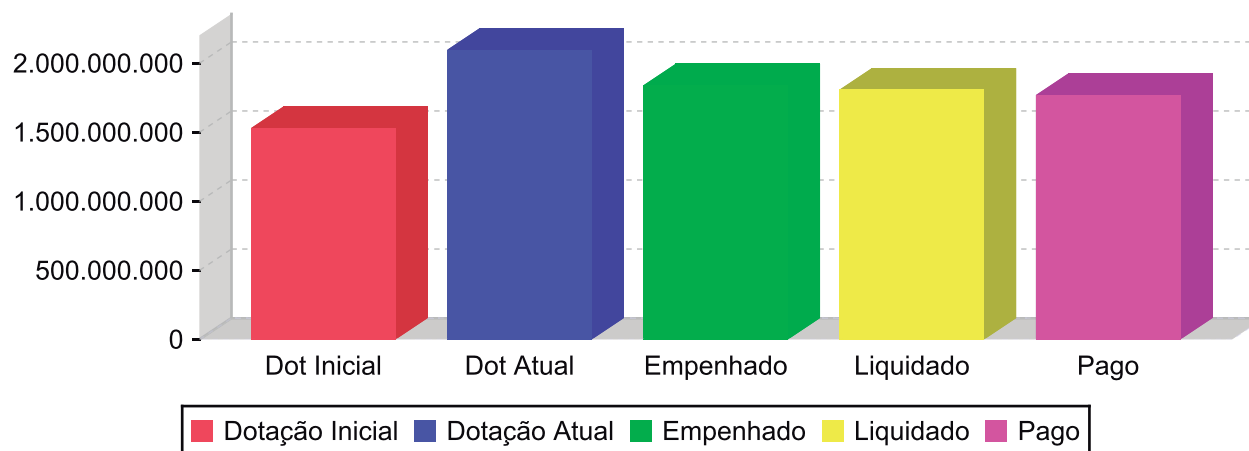
Objetivo: Garantir educação pública digna e de qualidade.

Público-Alvo: Obrigação estatal de garantir e ampliar o acesso e a permanência na escola e de proporcionar a melhoria contínua - da qualidade da Educação Básica para viabilizar o desenvolvimento humano. -

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 1.530.669.206,00 **Atual:** 2.097.892.700,10 **Variação(%)**: 37,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
1.530.669.206,00	2.097.892.700,10	1.840.719.142,95	1.809.355.905,74	1.769.510.834,36



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover e ampliar o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento da capacidade de produção, absorção, difusão científica, tecnológica e inovação, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS

TAXA DE REPROVAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL

TAXA DE MATRÍCULA DO ENSINO MÉDIO PARA A POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS

TAXA DE APROVAÇÃO DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL

TAXA DE ANALFABETISMO (PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE)

TAXA DE ABANDONO DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL

IDEB DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
TAXA DE ABANDONO (ANOS INICIAIS E FINAIS)	Censo Escolar/ MEC/INEP	Alunos	29/12/2016	5,40	5,00	0,00
TAXA DE REPROVAÇÃO (ANOS INICIAIS E FINAIS)	Censo Escolar/ MEC/INEP	Alunos	29/12/2016	12,80	11,00	0,00
TAXA DE APROVAÇÃO (ANOS INICIAIS E FINAIS)	Censo Escolar/ MEC/INEP	Alunos	29/12/2016	81,80	84,00	0,00
TAXA DE MATRICULAS DO ENSINO INTEGRAL PARA A REDE ESTADUAL DE ENSINO	Censo Escolar/ MEC/INEP	Alunos	29/12/2016	1,73	1,50	1,73
TAXA DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE-ENSINO FUNDAMENTAL	Censo Escolar/ MEC/INEP	Alunos	29/12/2016	40,20	40,00	0,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção, alta consistência entre os atributos qualitativos ou quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na elaboração do plano. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo, e definiu indicadores de resultado, facilitando a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Os componentes do desenho do Programa: objetivo, ações, metas, indicadores, produtos e serviços são consistentes entre si e adequados qualitativamente para atender à demanda e resolver o problema que lhe deu origem. Ressalta-se que o público-alvo precisa ser revisado. O programa permanece consistente, no que se refere ao alcance dos objetivos, estando em consonância com os aspectos qualitativos e quantitativos. Os resultados obtidos por meio das ações elaboradas a partir de eixos balizadores, buscam solucionar ausências de políticas educacionais mais eficientes, pelo emprego de atividades conjuntas, sobretudo no regime de colaboração com os municípios, como forma de ampliar o atendimento na melhoria dos índices educacionais, notadamente em pontos cruciais como: aprovação, abandono, reprovação e fluxo escolar.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa, utilizou estratégias adequadas como parcerias, que potencializaram o alcance dos resultados, com as quais ampliou-se o atendimento, garantindo o alcance das metas de cada segmento. Colaboraram para execução, a SINFRA, UEMA, UNDIME, SEDIHPOP, SEDES, SEFAZ e MST. Por meio do Programa, foram realizadas ações como: 1) a promoção de assessoramento técnico às Secretarias municipais de educação, através da equipe técnica e qualificada da SEDUC, que contribuiu para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico dos profissionais da educação nas redes municipais; 2) a formação continuada para qualificação do corpo de docentes da rede estadual, na busca por melhores índices de aprendizagem. Outras contribuições continuam sendo essenciais, como a continuada substituição das escolas inadequadas por estruturas condizentes para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Alguns entraves, no entanto, postergaram a execução de algumas atividades, sendo necessárias alterações no cronograma de execução e atendimento, muitas vezes ocasionadas pela logística de acesso e aquisição de equipamentos e/ou insumos para execução. No Órgão, houve ainda estudos para implantação do custo por unidade como forma de ampliar sua eficácia. Conta ainda, com projetos estratégicos do governo como o Mais IDEB e Mais IDH, inseridos entre as 10 ações finalísticas que compõem o Programa Escola Digna.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do Programa foram satisfatórios, porém, identificaram-se alguns entraves que impossibilitaram a entrega de alguns produtos, no entanto, a SEDUC trabalha com estratégias para sua superação. Embora a meta alcançada não tenha sido compatível com a meta planejada, em sua totalidade de ações, sendo compatível ou superior, apenas em 4 ações, por outro lado, a participação dos beneficiários das ações foi significativa para a determinação da qualidade dos produtos entregues, estando o público-alvo atestando e avaliando os efeitos das mudanças implementadas, o que possibilitou a continuidade ou adequação das atividades a serem disponibilizadas. A participação da população acerca das demandas territoriais em parceria com a SEPLAN e SEDIHPOP cujas necessidades foram incorporadas às ações da SEDUC, agregam os efeitos da participação popular. Contribuíram significativamente para os resultados alcançados, a redução de unidades escolares com infraestrutura inadequada para a prática do processo de ensino-aprendizagem de 722 para 465 redução em cerca de (35,6%); ampliação do número de atendimentos às pessoas não alfabetizadas por meio do “Sim, eu Posso” que atendeu a 19.677 pessoas matriculadas; o processo de formação continuada dos profissionais em educação chegando a 12.475 profissionais formados, 8.963 pessoas a mais quando comparadas ao ano passado; o atendimento do ensino médio em tempo integral possibilitou 5.000 novas matrículas nos 11

Centros “Educa Mais”; a ampliação da jornada de trabalho de 20 horas para 40 horas, associada a prorrogação dos contratos dos professores possibilitou a continuidade do atendimento escolar sem prejuízo ao aprendizado; processo avaliatório realizado com 249.909 estudantes como teste para os exames nacionais, isoladamente por meio da ação de iniciação profissional a FNL/CINTRA desenvolveu oficinas com cursos que beneficiam a comunidade escolar proporcionando o atendimento a 100% da meta planejada. Notadamente, verifica-se que os resultados obtidos asseguraram aos estudantes e demais beneficiários, garantias, direitos e deveres, sendo os investimentos empregados na educação, essenciais para a busca de melhores resultados, ainda que, não se tenha percebido alterações impactantes nos índices, pode-se perceber avanços na qualidade do ensino ofertado.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(17101) - Secretaria de Estado da Educação	(3254) - Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Fundamental e suas Modalidades	Unidade escolar dignificada	unidade	15,00	3,00	0,20	0,00	1.608.305,00	375.994,80	375.994,80	0,23	0,86
(17101) - Secretaria de Estado da Educação	(3255) - Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Médio e suas Modalidades	Unidade escolar construída, ampliada, reformada ou adaptada	unidade	149,00	193,00	1,30	14.788.150,00	115.853.509,94	74.332.299,89	56.366.648,62	0,49	2,66
(17101) - Secretaria de Estado da Educação	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	4.971.843,00	1.410.781,00	1.251.850,00	1.249.938,00	0,89	0,00
(17101) - Secretaria de Estado da Educação	(4729) - Formação Continuada dos Profissionais do Ensino Médio e suas Modalidades	Profissional formado	PROFISSIONAL	13.940,00	10.651,00	0,76	200.000,00	2.802.829,46	1.002.952,00	1.002.952,00	0,36	2,14
(17101) - Secretaria de Estado da Educação	(4738) - Formação Continuada dos Profissionais do Ensino Fundamental e suas Modalidades	Profissional formado	PROFISSIONAL	11.296,00	1.924,00	0,17	0,00	7.783.685,04	1.473.044,97	1.246.976,35	0,16	1,06
(17101) - Secretaria de Estado da Educação	(4741) - Fortalecimento do Ensino Fundamental e suas Modalidades	Aluno atendido	unidade	1.370,21	870,47	0,64	585.728.446,00	541.812.744,51	528.314.455,75	527.882.684,60	0,97	0,65
(17101) - Secretaria de Estado da Educação	(4747) - Democratização da Alfabetização no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos	Pessoa alfabetizada	unidade	56.504,00	19.677,00	0,35	6.450.000,00	31.554.021,53	10.449.140,20	9.928.888,20	0,31	1,11
(17101) - Secretaria de Estado da Educação	(4748) - Fortalecimento e Universalização do Ensino Médio e suas Modalidades	Aluno atendido	unidade	1.174,61	1.260,48	1,07	795.182.087,00	1.129.382.002,62	1.114.178.274,14	1.114.161.113,14	0,99	1,09
(17101) - Secretaria de Estado da Educação	(4811) - Avaliação Institucional da Aprendizagem no Ensino Médio e suas Modalidades	Aluno avaliado	unidade	254.815,00	249.909,00	0,98	66.000,00	1.376.000,00	1.248.000,00	1.248.000,00	0,91	1,08
(17101) - Secretaria de Estado da Educação	(4814) - Apoio e Desenvolvimento da Gestão Educacional	Escola beneficiada	unidade	5,81	4,41	0,76	20.843.680,00	37.890.722,00	31.681.131,87	31.681.131,87	0,84	0,91
(17203) - Fundação Nice Lobão	(3254) - Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Fundamental e suas Modalidades	Unidade escolar dignificada	unidade	1,00	0,00	0,00	95.000,00	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
(17203) - Fundação Nice Lobão	(3255) - Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Médio e suas Modalidades	Unidade escolar construída, ampliada, reformada ou adaptada	unidade	2,00	1,00	0,50	175.000,00	426.799,00	393.424,00	126.799,00	0,30	1,68
(17203) - Fundação Nice Lobão	(4617) - Iniciação Profissional	Trabalhador qualificado profissionalmente	unidade	309,00	309,00	1,00	76.000,00	70.488,00	70.487,10	70.487,10	1,00	1,00
(17203) - Fundação Nice Lobão	(4741) - Fortalecimento do Ensino Fundamental e suas Modalidades	Aluno atendido	unidade	2.866,00	2.641,73	0,92	185.000,00	225.352,00	218.919,42	218.919,42	0,97	0,95
(17203) - Fundação Nice Lobão	(4748) - Fortalecimento e Universalização do Ensino Médio e suas Modalidades	Aluno atendido	unidade	2.850,00	2.710,00	0,95	378.000,00	490.159,00	486.622,72	466.329,18	0,95	1,00
(17203) - Fundação Nice Lobão	(4815) - Incentivo à Ciência e à Pesquisa e Aplicação das Tecnologias	Aluno Atendido	unidade	1.410,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(17901) - Fundo Escola Digna	(3254) - Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Fundamental e suas Modalidades	Unidade escolar dignificada	unidade	97,00	47,00	0,48	45.900.000,00	105.099.250,58	25.215.745,09	19.380.486,49	0,18	2,63

(17901) - Fundo Escola Digna	(3255) - Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Médio e suas Modalidades	Unidade escolar construída, ampliada, reformada ou adaptada	unidade	25,00	11,00	0,44	55.600.000,00	120.104.050,42	50.025.801,00	43.948.556,97	0,37	1,20
------------------------------	---	---	---------	-------	-------	------	---------------	----------------	---------------	---------------	------	------

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,62

Eficiência (C/H)

1,18

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação no aspecto da Eficiência, o valor de 1,18, na escala de valoração adotada, indica ser Muito Eficiente a relação entre os recursos orçamentários e financeiros efetivamente utilizados para a obtenção dos produtos por meio da relação entre a meta prevista e a meta executada. Em relação a avaliação da Eficácia, que trata do grau de atingimento das metas fixadas, na escala de valoração alcançou Média Eficiência com o índice 0,62, ou seja, consiste na relação entre a quantidade de bens e serviços planejado e a quantidade entregue, devemos observar que a análise desta valoração não representa se o Programa vem a ser mais ou menos eficaz, representa apenas a relação média de alcance de metas. Observa-se que as ações (3254) - Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Fundamental e suas Modalidades, (4738) - Formação Continuada dos Profissionais do Ensino Fundamental e suas Modalidades, (4747) - Democratização da Alfabetização no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos existe a necessidade de revisão do planejamento da programação. As ações (3254) - Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Fundamental e suas Modalidades e (4815) - Incentivo à Ciência e à Pesquisa e Aplicação das Tecnologias, ambas da Fundação Nice Lobão, não foram executadas e precisam ser revistas quanto à sua continuidade.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

As ações executadas pela Secretaria de Educação refletem o compromisso para educação assumido pelo Governo do Estado, refletidas nas metas estabelecidas pelo PPA 2016-2019, adotando simultaneamente estratégias para promover uma mudança significativa no cenário educacional que, ao longo dos anos, sofreu descaso quanto à implementação das políticas públicas imprescindíveis ao enfrentamento das injustiças sociais e garantia dos direitos à população, logo, em consonância com as diretrizes de governo ampliou o acesso à educação, resultado da intervenções na rede física que em regime de colaboração com os municípios substituiu espaços inadequados por estruturas que pudessem acolher de forma digna os estudantes do ensino fundamental, a capacitação do corpo pedagógico revelou-se como outro elemento qualificador do ensino e a garantia de professores em sala de aula foi preponderante para a redução da evasão escolar. Dentre outras ações, o programa possibilitou a ampliação do acesso à alfabetização de jovens, adultos e idosos; promoveu a avaliação dos estudantes da rede estadual, sobretudo, os concluintes, como preparação para os exames nacionais, ampliou o atendimento aos estudantes por meio do fortalecimento do ensino, que além das garantias já assistidas ampliou o acesso ao ensino médio em tempo integral, como um direito ao acesso por educação de qualidade. Logo, o resultado das ações compreendem o que determinam as diretrizes e objetivos estratégicos do programa.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não houve disponibilidade dos dados apurados para o exercício de 2017, cujos resultados serão divulgados no 2º semestre. Para efeito de acompanhamento dos indicadores intermediários destacam-se a redução na taxa de abandono de 5,8 em 2015 para 5,4 em 2016, considerando uma maior presença do professor em sala de aula, e a ampliação do atendimento na Educação em tempo integral que ampliou o atendimento em 2017 em cerca de 1,5% quando comparada ao 0,26% de 2016. Outros indicadores, no entanto, não resultaram em números positivos como as taxas de reprovação e aprovação que no Ensino Fundamental ficaram em 12,8 e 81,8 respectivamente, quando comparados aos resultados de 2015, possivelmente impulsionados pelo processo de transição do Ensino Fundamental para a rede municipal. Os resultados do IDEB 2017 ainda não foram disponibilizados, não podendo assim, ser utilizado como referência para o último levantamento que se deu em 2015.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não houve disponibilidade dos dados apurados para o exercício de 2017, cujos resultados serão divulgados no 2º semestre. Os números aqui apresentados compreendem os indicadores de Desempenho Socioeconômico, que refletem os alcances identificados no Ensino Médio, e tem por objetivo demonstrar os seus resultados e implicações. Quanto ao rendimento escolar, os indicadores apresentaram resultados modestos, no entanto, esboçam contínuos avanços quer sejam pelas atividades de suporte desenvolvidas, quer sejam na metodologia empregada, sendo assim, percebe-se uma retração no abandono cujo índice caiu para 8,7, na aprovação que permaneceu inalterada em 79,4 e um pequeno aumento na reprovação chegando a 11,9. Estes resultados são impulsionados, sobretudo, pelo 1º ano, onde constata-se a deficiência no aprendizado referente ao ano anterior, logo, ações em curso como as assessorias e formações junto a rede municipal, por meio do regime de colaboração, foram providenciadas. No que tange à correção do fluxo escolar, identifica-se retração ao último índice apurado ficando em 38,5. Os resultados do IDEB 2017 ainda não foram disponibilizados, não podendo assim, serem utilizados como referência para o último levantamento que se deu em 2015.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Considerações: 1) No item 5: Indicador de desempenho intermediário, não há lançamento para todos os indicadores, pois ainda não se tem dados no que se refere ao Apurado 2017, exceto o de "Taxa de matrículas no ensino médio integral", que possui dados em "Resultado Esperado em 2017" e "Apurado em 2017". 2) Verificou-se, por meio da execução física, que houve a reforma, ampliação e modernização de um expressivo quantitativo de unidades escolares, bem como ações relacionadas à melhoria da gestão escolar. 3) Constatou-se a necessidade de revisão dos atributos do Programa, a exemplo da delimitação do público-alvo, apresentado na Identificação do Programa. 4) Sobre a dotação orçamentária, foi verificada uma suplementação de 37% de recursos e uma execução que torna necessário analisar as ações e rever a necessidade de permanência daquelas que não apresentaram movimentação de empenho. 5) Das 18 ações que compõem o programa, 3 delas não tiveram execução. 6) Convém ainda verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas e executadas, uma vez que verifica-se descompasso entre o Planejado x Executado. Por exemplo, quanto à Ação 3254 - Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Fundamental e suas Modalidades, esta apresentou uma meta executada bem menor que a meta planejada; e a Ação 4815 - Incentivo à Ciência e à Pesquisa e Aplicação das Tecnologias apresentou meta física planejada apenas, sem execução. 7) Reforça-se a necessidade de proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, bem como, um acompanhamento e monitoramento das ações programadas. 8. Redefinição do problema central do programa, melhor especificando o público- alvo. 9. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, para acompanhar mais de perto a execução do programa; 10. Realizar a capacitação periódica das equipes técnicas

dos Órgãos em relação aos processos de Gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 11. Estabelecer a institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações; 12. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo na execução e avaliação do programa. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0596) - Saúde para Todos

Unidade Executora: FES/Unidade Central

Problema: Fragilidade na estrutura de atendimento à saúde da população em procedimentos ambulatorial e hospitalar; na política estadual de sangue e hemoderivados; na política estadual de investigação laboratorial de média e alta complexidade e captação, notificação e distribuição de órgãos. Dificuldade do acesso à população aos serviços de saúde de média e alta complexidade no sistema único de saúde.

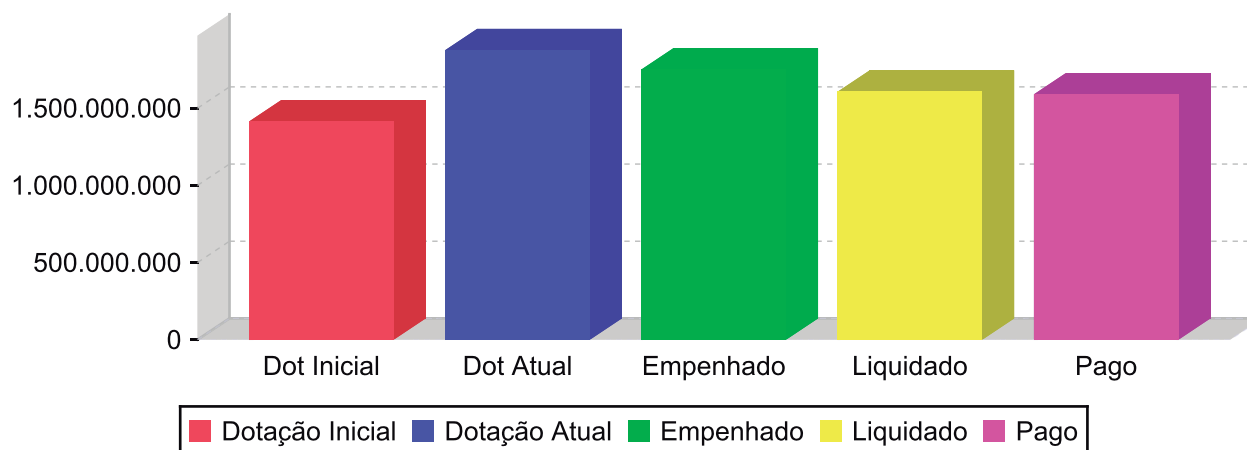
Objetivo: Prestar assistência à saúde de média e alta complexidade à população.

Público-Alvo: Usuários do SUS

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 1.414.167.305,00 **Atual:** 1.876.642.128,79 **Variação(%)**: 33,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
1.414.167.305,00	1.876.642.128,79	1.751.312.181,39	1.607.203.627,50	1.589.618.479,92



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Garantir à população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, focado na integralidade do atendimento.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

LEITOS DE INTERNAÇÃO POR HABITANTES (MIL)

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de pessoas atendidas com medicamentos Especializados	Receituário de atendimento	Pessoas Atendidas	04/01/2018	0,00	170.000,00	212.822,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa foi concebido e desenvolvido de modo a satisfazer às demandas advindas da sociedade. Apresenta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Tanto o público alvo das ações, como o objetivo e o produto foram bem definidos para a mensuração das metas estabelecidas. Considerando que o aumento da demanda por acesso ao atendimento no SUS decorre, principalmente, do crescimento da população, da exposição a doenças infecto-contagiosas, da baixa renda da população e da migração de um universo considerável de usuários dos Planos Privados de Saúde, torna-se necessária a intensificação de ações que possam contribuir para o fortalecimento da assistência à saúde e ao mesmo tempo, possibilitem a ampliação do acesso a ações e serviços de média e alta complexidade, reafirmando o problema que gerou este Programa.

Quanto à Implantação/Execução

Considerando a dimensão das ações e serviços em saúde, o tamanho da Rede Estadual de Estabelecimentos de Saúde e a necessária implantação e ampliação de novos estabelecimentos inaugurados e entregues à população no exercício em análise, esta Secretaria de Estado da Saúde - SES, dispõe de uma equipe técnica qualificada e com autonomia gerencial, porém em número insuficiente para prestar um atendimento mais qualificado e com maior cobertura territorial, justificando-se a necessidade de realização de concursos públicos para ampliar o quadro de funcionários desta SES. Cita-se que, com o advento da abertura de novos estabelecimentos de saúde, o custo de manutenção mensal destas Unidades hospitalares demandou do Tesouro do Estado um aumento considerável de desembolso, que não foi acompanhado pela capacidade instalada do Estado de arrecadar, levando em conta o período de crise financeira e econômica por qual passam todos os Estados. Contudo, o orçamento inicial aprovado e suas suplementações contribuíram imensamente para o alcance dos resultados e metas planejadas.

Quanto aos Resultados

A Gestão Estadual aumentou a oferta das ações de média e alta complexidade, ampliando o acesso à população, porém, para o cumprimento das metas físicas é necessário organização de serviços, incremento de aporte de recursos financeiros, monitoramento e avaliação das ações para o alcance do objetivo do Programa, definição das responsabilidades dos Entes Federados e implementar ações de pesquisas de satisfação aos usuários do SUS, para melhoria e humanização junto ao público alvo. Entre os fatores que mais contribuíram para o alcance dos resultados foram as parcerias estabelecidas ao longo de sua implantação com as prefeituras municipais, instituições públicas e privadas tais como a Organização Mundial de Saúde (OMS), e empresas que são vinculadas a Rede Privada de prestação de Serviços em Saúde. Por outro lado, destaca-se, ainda, uma grande fragilidade das gestões municipais em assumir integralmente as redes municipais de atenção à saúde, demandando, por conseguinte, um grande esforço do Governo investir, principalmente, nos municípios de menor IDH e nos territórios com menor serviços assistenciais. Vale ressaltar, que todas as ações foram submetidas, analisadas, apreciadas e votadas pelo Conselho Estadual de Saúde (CES) que tem 50% de sua representatividade constituída de usuário da Política do SUS, configurando pesquisa de satisfação sobre as ações desenvolvidas. Outrossim, por meio de Resoluções, este plenário do CES aprova desde a elaboração das ações, a execução processual através dos Relatórios Quadrimestrais e Anual de Gestão, tal como mensalmente submetemos à Comissão Intergestores Bipartide (CIB), que é a instância de deliberação e pactuação da Política Estadual de Saúde, onde tem assento os 217 secretários municipais de saúde e técnicos da SES que submetem à apreciação das ações planejadas. Paralelamente a estes procedimentos, a cada quatro meses as informações sobre Unidade de Saúde por Natureza Jurídica, Unidades de Saúde por Tipo de Estabelecimento, Demonstrativo da Produção por Financiamento, Auditorias Realizadas, Relatório de Execução Orçamentária e Indicadores de Saúde, são levadas ao conhecimento, análise e apreciação da Comissão Parlamentar de Saúde da Assembleia Legislativa. Ações e serviços são realizados no âmbito das Unidades de Saúde Ambulatoriais e Hospitalares; Reabilitação física/motora, auditiva, visual intelectual, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção; capacitação dos profissionais da assistência hospitalar e ambulatorial; Transporte inter-hospitalar Aéreo e Terrestre dos pacientes; Equipar as Unidades Próprias do Estado; Apoios aos municípios para prestar atendimento de média e alta complexidade.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(21901) - FES/Unidade Central	(3128) - Modernização e Ampliação dos Serviços de Saúde	Etapas concluídas.	Percentual	30,00	14,00	0,47	82.600.000,00	179.666.295,89	87.228.994,57	71.935.756,69	0,40	1,17

(21901) - FES/Unidade Central	(4439) - Medicamentos dos Componentes Especializados e Estratégicos da Assistência Farmacêutica e dos Programas da SES-MA	Pessoa atendida	unidade	170.000,00	118.217,23	0,70	26.000.000,00	32.854.472,00	29.655.163,44	22.149.153,21	0,67	1,03
(21901) - FES/Unidade Central	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	16.000.000,00	10.690.000,00	10.690.000,00	9.054.674,14	0,85	0,00
(21901) - FES/Unidade Central	(4653) - Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica	Município Atendido	unidade	217,00	217,00	1,00	16.034.543,00	16.034.543,00	16.025.901,98	14.695.013,11	0,92	1,09
(21901) - FES/Unidade Central	(4788) - Política Estadual de Investigação Laboratorial de média e Alta Complexidade	Exames realizados	Unidades	90.000,00	94.424,00	1,05	8.803.615,00	15.307.170,35	10.081.265,37	7.116.953,43	0,46	2,26
(21901) - FES/Unidade Central	(4793) - Atendimento a Saúde da População	procedimento realizado	Unidades	23.906.066,00	82.757.661,00	3,46	1.217.101.347,00	1.576.943.176,00	1.555.735.216,35	1.445.460.370,22	0,92	3,78
(21901) - FES/Unidade Central	(4794) - Política Estadual de Sangue e Hemoderivados	Hemocomponentes produzidos	Unidades	600.442,00	1.450.855,00	2,42	45.374.000,00	43.972.671,55	41.535.639,68	36.431.706,70	0,83	2,92
(21901) - FES/Unidade Central	(4830) - Central de captação, Notificação e Distribuição de Órgãos	Órgão captado.	Unidades	12,00	128,00	10,67	1.440.000,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00	1,00	10,67
(21946) - Fundo Estadual de Combate ao Câncer	(4630) - Ações de Combate ao Câncer	procedimento realizado	unidade	0,00	0,00	0,00	793.800,00	793.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(21947) - FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	(2947) - Prevenção ao Uso de Drogas	evento realizado	unidade	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 2,20

Eficiência (C/H) 2,55

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Quanto à escala de valoração do indicador de Eficácia de 2,20, tornando-se eficaz, é importante destacar que as ações com menor alcance de meta física estão associadas a fatores externos da equipe técnica desta SES, que, apesar de um esforço de coordenação, monitoramento e avaliação junto das empresas e prestadores de serviços terceirizados para os quais foram contratados, ainda escapam da nossa governança alguns fatores que dificultaram o cumprimento integral das metas, tais como na Ação (3128) - Modernização e Ampliação dos Serviços de Saúde, cujo produto final é a etapa concluída. Cabe relembrar o status de algumas das obras que estavam paralisadas por questões contratuais com as construtoras. Na Ação (4439) - Medicamentos dos Componentes Especializados e Estratégicos da Assistência Farmacêutica e dos Programas da SES-MA, cujo produto é pessoa atendida, o resultado que consta no quadro acima, não expressa o real universo de pessoas atendidas em 2017 que chegou a 201.822, isto ocorreu por falta de lançamento dos últimos atendimentos por parte de alguns profissionais que prestam o atendimento aos usuários do SUS. No que se refere à valoração do indicador de Eficiência de 2,55, o que significa Muito Eficiente, registra-se o fato da abertura de mais de 650 leitos colocado à disposição da população, abertura de serviços especializados na área de oncologia, traumatologia e ortopedia, do neurodesenvolvimento a crianças e adolescente, cirurgias especializadas de estômago e ampliação da rede materno infantil, o que demonstrando, para além do simples fato do alcance dessa média de eficiência, mas, principalmente, abertura de novas oportunidades à saúde da população maranhense.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa permanece demonstrando sua eficiência e eficácia no alcance dos resultados junto à população, principalmente quanto à preocupação primordial de buscar aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde, estando portanto, integralmente e diretamente alinhado às diretrizes definidas pelo Governo. Entre suas linhas estratégicas tem priorizado ações que viabilizem o aprimoramento e implantação das Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, sempre, articuladamente com as Comissões de Intergestores Regionais (CIR), e em pactuação com as gestões municipais através das plenárias da Câmara Intergestora Bipartite (CIB), por compreender que nenhum resultado que altere ou melhore indicadores sociais seja alcançado de forma isolada e dissociada das iniciativas municipais.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

A necessidade de registrar o indicador intermediário se faz necessário devido à preocupação do Governo em promover o acesso hospitalar, e porque, através deste Indicador, a gestão estadual tem condições de aferir a suficiência e eficiência da atenção prestada à vítima antes e após chegada ao hospital auxiliando na avaliação, planejamento e adequada estruturação da rede de atenção à urgência e emergência.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Programa: 0596 - Saúde para Todos, através da Ação 4793 - Atendimento a Saúde da População foram contratualizados 61 estabelecimentos de saúde privados/ filantrópicos, sob Gestão Estadual, que executam ações de assistência de Média e Alta Complexidade, no âmbito do Estado; com essa mesma finalidade, 217 Municípios receberam recursos financeiro fundo a fundo, sendo 41 por meio do incentivo SAMU; 217 com repasse para Farmácia Básica; 67 por liberação de Emenda Parlamentar; 107 municípios devido à vinculação do teto MAC Gestão Estadual, cabendo destacar que, através da Resolução CIB nº 143/2017, 81 municípios foram habilitados como Gestão Plena passando a receber, diretamente, os recursos MAC no Fundo Municipal; por meio do Incentivo Estadual de Qualificação da Gestão (IEQG), 72 municípios tiveram as ações e serviços de saúde fortalecidos

por meio dos recursos transferidos Fundo a Fundo como forma de apoio ao funcionamento das unidades locais existentes (hospitais de 20 leitos, 40 e 50 leitos). Ressalta-se que, no âmbito da ampliação de atendimento às pessoas que demandam os serviços de Assistência Média e Alta Complexidade foram computados na base de dados do DATASUS, no período de janeiro a outubro, 75.915.077 procedimentos realizados por meio do funcionamento 60 estabelecimentos estaduais de saúde. Entretanto, com a inauguração do Hospital Estadual de Traumatologia e Ortopedia (HTO), do Hospital Regional de Balsas e da Casa de Apoio ao Hospital do Câncer, a Rede Estadual passa a ser composta por 63 unidades de serviços de saúde. Como forma de garantir um transporte sanitários dos pacientes com qualidade e seguro, foram entregues 131 novas ambulâncias aos municípios. Justifica-se a manutenção do programa e, apesar de todos os esforços, reconhecemos que permanece o desafio muito grande para articular, estimular, apoiar, acompanhar com vistas a habilitação e qualificação do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU), haja vista que nem todos os 217 municípios maranhense possuem este serviço implantado; apoiar a ampliação do acesso à rede de atenção à urgência e emergência hospitalar e (re)estruturação do sistema de referenciamento. Por fim, continuaremos parcerizando e articulando outros sujeitos e instâncias sociais visando sempre o aprimoramento das redes de atenção à saúde e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1. Verificou-se, por meio da execução física, que houve a conclusão, reforma, ampliação dos hospitais, bem como ações relacionadas à melhoria da gestão em saúde, o que deverá se traduzir em melhores resultados dos indicadores nos próximos anos; 2- Sobre a execução orçamentária, foi verificada uma suplementação dos recursos inicialmente alocados, que vieram a ser aplicados; 3 - Em relação à execução orçamentária financeira das ações, faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência daquelas que não apresentaram movimentação de empenho, devido à falta de Operacionalização das Instâncias Deliberadoras e controladoras dos orçamentos, tais como, o Fundo de Combate ao Câncer e o de Entorpecentes; 4 - Reforça-se a necessidade de proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, bem como, um acompanhamento e monitoramento das ações programadas; 5 - Considerando que esta avaliação é referente ao segundo ano do PPA, reforça-se a necessidade da implementação de uma metodologia de monitoramento e avaliação, que propicie uma verificação tempestiva da execução, a aplicação de medidas corretivas e preventivas, e que busque superar as dificuldades encontradas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0597) - Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde

Unidade Executora: FES/Unidade Central

Problema: Fragilidade nos índices e indicadores de morbimortalidade associada às condições sensíveis e evitáveis a atenção primária em saúde no Estado do Maranhão.

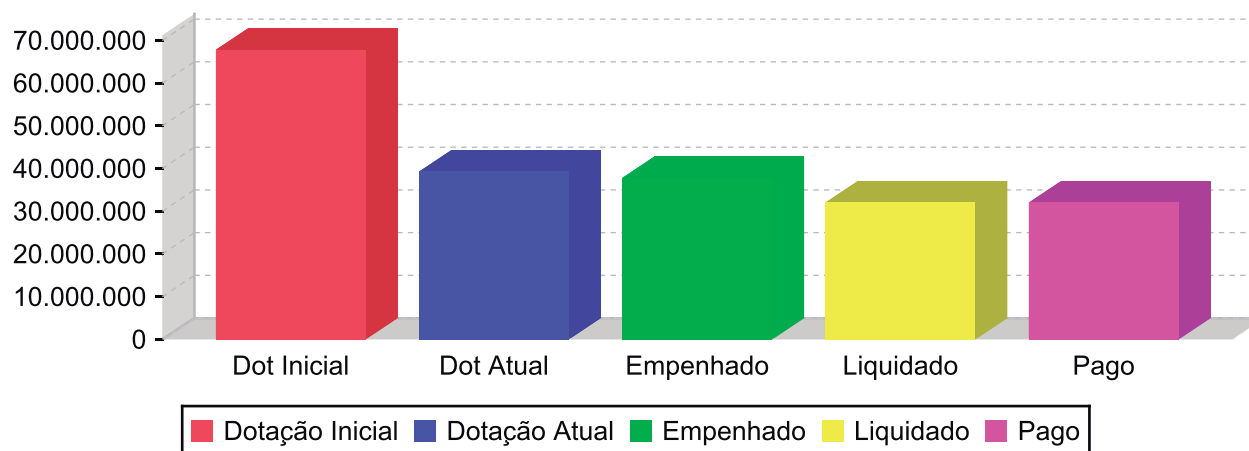
Objetivo: Promover a redução da morbimortalidade com ênfase na mulher, criança, idoso, com controle da hipertensão arterial, diabetes mellitus, hanseníase e uso nocivo de drogas.

Público-Alvo: mulheres, crianças, idosos, pessoas com hipertensão arterial, diabetes mellitus, hanseníase e usuários de drogas, observando a equidade e as especificidades étnico racial.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 67.818.225,00 **Atual:** 39.295.588,00 **Variação(%)**: -42,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
67.818.225,00	39.295.588,00	37.824.036,55	32.055.904,96	32.040.181,16



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Garantir à população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, focado na integralidade do atendimento.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

MÉDIA DA AÇÃO COLETIVA DE ESCOVAÇÃO DENTAL SUPERVISIONADA

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	DAB/MS	Percentual	30/12/2017	82,14	95,00	83,96

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa foi concebido e desenvolvido de modo a satisfazer às demandas advindas da sociedade. Apresenta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Tanto o público alvo das ações como o objetivo e o produto, foram bem definidos para a mensuração das metas estabelecidas, considerando a principal finalidade do programa, que é o fortalecimento da atenção primária.

Quanto à Implantação/Execução

A partir dos elementos norteadores estabelecidos nas pactuações estaduais, o gerenciamento ocorre através das áreas técnicas distintas e pertinentes ao problema, de forma ascendente desde o planejamento, direcionamento das ações, monitoramento, avaliação e tomada de decisão. Considerando a magnitude do problema enfrentado, sugere-se maior aporte financeiro para o alcance dos produtos das ações estabelecidas, porém todas as cotas solicitadas foram atendidas. Na maioria das ações estabelecidas foi observado um crédito o que melhorou o processo de execução das atividades e por conseguinte das metas estabelecidas. Ocorreram ações de favorecimento pontuais e direcionados aos público de interesse do Programa realizadas em conjunto as Secretarias de Estado da Mulher e a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular. Cada ação conta, em média, com 05 técnicos específico para o desenvolvimento das ações do programa. As aquisições de equipamentos bem como a logística apresentaram morosidades no processo de aquisição, fato que comprometeu o processo de trabalho, prejudicando sua implantação e ou implementação de ações e serviços. Os custos são controlados buscando sempre maior eficiência e eficácia das ações e atividades voltadas para o desenvolvimento e implementação do Programa.

Quanto aos Resultados

Os resultados encontram-se em consonância com os objetivos setoriais do Órgão e entidades vinculadas, mesmo apresentando dificuldade em juntar todos os atores sociais envolvidos ao mesmo tempo para o mesmo fim. Observamos, que as fragilidades no desenvolvimento de ações intersetoriais e a necessidade de estruturação da rede assistencial secundária e terciária, diminui a intensificação de ações de atenção primária, essa priorização da atenção secundária e terciária em detrimento do fortalecimento da atenção primária de saúde prejudica o alcance de melhores resultados.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(21901) - FES/Unidade Central	(4555) - Implementação das Políticas de Atenção à Saúde do Homem e da Pessoa Idosa	Município beneficiado	unidade	217,00	0,00	0,00	396.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(21901) - FES/Unidade Central	(4557) - Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança e Adolescente e Jovem	Município beneficiado	unidade	217,00	10,00	0,05	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	1,00	0,05
(21901) - FES/Unidade Central	(4575) - Implementação da Política de Alimentação e Nutrição nos Diferentes Ciclos da Vida	Município beneficiado	unidade	217,00	217,00	1,00	9.100.000,00	10.073.094,00	10.000.002,28	9.282.464,88	0,92	1,09
(21901) - FES/Unidade Central	(4610) - Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família - PSF e Saúde Bucal - PSBU	Município beneficiado	unidade	217,00	217,00	1,00	57.414.225,00	27.339.780,00	26.987.560,67	21.936.966,48	0,80	1,25
(21901) - FES/Unidade Central	(4784) - Implementação da Política de Saúde Mental, Alcool e Outras Drogas	Município beneficiado	Unidades	217,00	0,00	0,00	408.000,00	1.382.714,00	336.473,60	336.473,60	0,24	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Média Eficiência = $0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

De acordo com a metodologia adotada, o Programa obteve como indicador de Eficiência o valor 0,48, conforme a escala de valoração vem a ser Baixa Eficiência, quanto Eficácia, 0,41 considerado como Não Eficaz. Os seus resultados podem ser explicados da seguinte forma: Ação (4555) - Implementação das Políticas de Atenção à Saúde do Homem e da Pessoa Idosa, ficou comprometida, essa situação está diretamente ligada a ausência de dotação orçamentária para execução das atividades; Ação (4557) - Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança e Adolescente e Jovem, teve um comprometimento quanto a sua liquidação financeira, muito de suas atividades foram desenvolvidas em parcerias com demais departamentos de forma a alcançar o máximo de sua eficácia; Ação (4575) - Implementação da Política de Alimentação e Nutrição nos Diferentes Ciclos da Vida, apresenta excelentes índices, tanto na eficiência quanto na eficácia demonstrando um processo de trabalho qualificado para o alcance do proposto; e, Ação (4784) - Implementação da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, foi ineficaz e ineficiente, devidos as ausências de execução física.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Sempre possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade e resolutivos, caracterizados como a porta de entrada preferencial do sistema de saúde, com território adscrito de forma a permitir o planejamento e a programação descentralizada, e em consonância com o princípio da equidade, buscando efetivar a integralidade em seus vários aspectos, a saber: integração de ações programáticas e demanda espontânea; articulação das ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, vigilância à saúde, tratamento e reabilitação, trabalho de forma interdisciplinar e em equipe, e coordenação do cuidado na rede de serviços.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 ou mais), médias (20-49) e baixas (menos de 20), em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas. Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Dessa forma, o Estado se encontra num patamar médio, mas com maiores investimentos como os que vêm sendo feito a médio/longo prazo, buscando obter classificação baixa. No que se refere aos indicadores maternos declarados, temos um reflexo da qualidade da assistência à saúde da mulher. Taxas elevadas de mortalidade materna estão associados à insatisfatória prestação de serviços de saúde a esse grupo. Para estimar a cobertura populacional realizada pelas equipes de atenção básica, foi criado o indicador de cobertura, o qual consiste no percentual de cobertura populacional da Atenção Básica/AB, de um dado município por Equipes da Atenção Básica Tradicional (EABT) e da Estratégia Saúde da Família (ESF). Como é um indicador que depende exclusivamente dos municípios, o Estado contribui com uma relação de apoio para maximizar os número de territórios cobertos pela estratégia.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

O indicador médio da ação coletiva de escovação dental supervisionada não reflete satisfatoriamente o desempenho socioeconômico do setor saúde na sua integralidade.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1- Melhorar a gestão do programa para construir cenários visando tomada de decisões mais eficazes e eficientes pautadas em estudos técnicos; 2 - Observar a necessidade de manter as ações (4555) Implementação das Políticas de Atenção à Saúde do Homem e da Pessoa Idosa e da (4784) Implantação de Infraestrutura, que contribuíram diretamente para o resultado negativo do Programa; 3 - Avaliar a queda de rendimento da ação (4557) Implantação de Políticas de atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança e Adolescente e Jovem, em relação ao exercício de 2016; 4 - Reforça-se a necessidade de proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, bem como, um acompanhamento e monitoramento das ações programadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0598) - Fortalecimento da Vigilância em Saúde

Unidade Executora: FES/Unidade Central

Problema: Altas taxas de morbimortalidade de doenças, agravos e permanência de riscos à saúde da população, devido às fragilidades nas ações de Vigilância em Saúde em âmbito estadual e municipal, no que diz respeito às dificuldades na implantação e implementação dos serviços e programas das Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador.

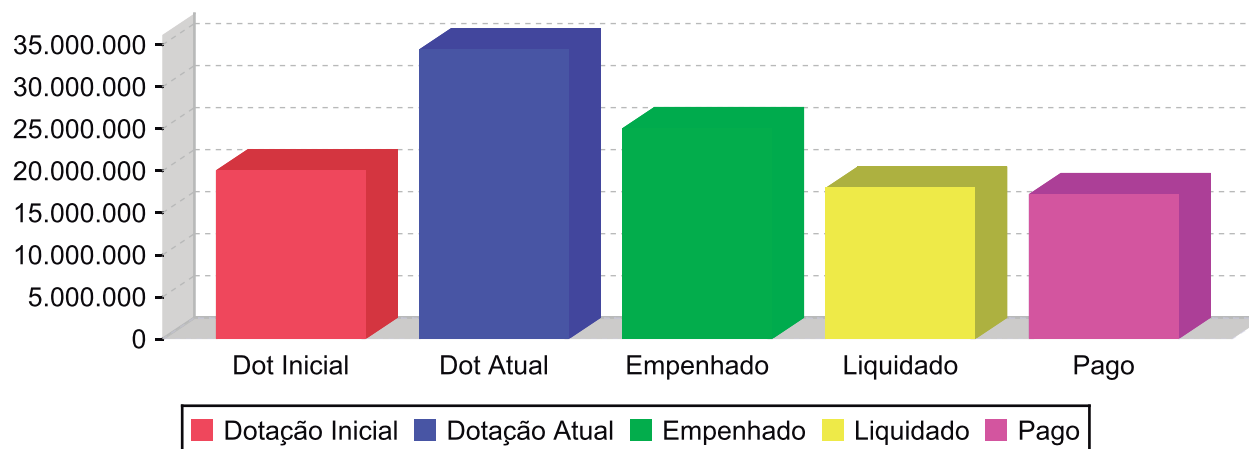
Objetivo: Fortalecer as ações de Vigilância em Saúde visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos, mitigação de riscos a saúde e redução das taxas de mortalidade materna, infantil e outros óbitos por causas evitáveis.

Público-Alvo: População do Estado

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 20.067.762,00 **Atual:** 34.460.858,83 **Variação(%)**: 72,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20.067.762,00	34.460.858,83	25.083.830,19	17.987.062,69	17.232.463,15



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Garantir à população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, focado na integralidade do atendimento.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Percentual de municípios que alcançaram a meta de imóveis visitados para o combate ao <i>Aedes aegypti</i>	SISPNC	Percentual	18/02/2020	76,00	70,00	76,00
Proporção de análises realizadas em amostras de água para o consumo humano quanto aos parâmetros: coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	sisagua	Porcentagem	30/12/2017	100,00	37,05	17,11
Percentual de Municípios que realizam no Mínimo (seis) grupos de Ações de Vigilância Sanitária	siasus/datasus	Porcentagem	30/12/2017	100,00	100,00	69,12
Percentual de preenchimento do campo ocupação do total das notificações de agravos a saúde do trabalhador	sinan	Porcentagem	30/12/2017	95,00	95,00	99,90
Número de casos novos de Sífilis congênita em menores de 1 ano de idade	sinan	unidade	02/04/2017	355,00	302,00	560,00
Número de casos novos de Aids em menores de 5 anos	sinan	unidade	02/04/2017	14,00	13,00	8,00
Proporção de cura de casos de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial	sinan	Percentual	05/03/2018	61,40	77,00	61,40
Proporção de registro de óbito com causa básica definida	sim	Percentual	04/03/2018	94,70	95,00	94,80
Proporção de cura de casos novos de hanseníase diagnosticada nos anos da coorte	sinan	Percentual	18/02/2018	84,50	88,00	81,30
Incidência Parasitária Anual de Malária (IPA)	sivep	NAO INFORMADO	05/03/2018	0,10	0,10	0,10
Número absoluto de óbitos por dengue	sinan	unidade	05/03/2018	4,00	11,00	4,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa foi concebido com o objetivo de fortalecer as ações de Vigilância em Saúde visando a prevenção e controle de doenças e agravos, mitigação de riscos a saúde e redução das taxas de mortalidade materna, infantil e outros óbitos por causas evitáveis. Em relação à Vigilância Epidemiológica, a população maranhense continua apresentando altas taxas de incidência de doenças infecciosas, como Hanseníase, Tuberculose, Dengue, Chikungunya, Leishmanioses, entre outras. Na mortalidade geral, prevalecem doenças crônicas degenerativas como cânceres, cardiopatias, diabetes. Apesar de alguns avanços no sistema de Vigilância em Saúde, as fragilidades persistem, principalmente no componente municipal, que é o executor direto das ações. Em 2017, as ações do componente estadual foram comprometidas devido à deficiência de infraestrutura para deslocamento das equipes de monitoramento e assessoria técnica. Há falta de estrutura física adequada para sediar serviços importantes, como Serviço de Verificação de Óbitos, Central Estadual de Apoio Logístico de Controle Vetorial e Centrais Regionais de Armazenamento e Gestão de Inseticidas, Componentes Regionais dos Laboratórios de Saúde Pública para descentralização de diagnóstico. As ações de prevenção, promoção e assistência tem contribuído para atender o programa, através da descentralização de ações, capacitações, distribuição de insumos, monitoramento das ações, assessoria técnica, normatização, necessitando de implementação de infraestrutura para melhores resultados.

Quanto à Implantação/Execução

No âmbito da Vigilância Epidemiológica, há carência de implementação de infraestrutura como construção e reforma de espaços físicos para sediar serviços específicos como Serviço de Verificação de Óbitos, Central Estadual de Apoio Logístico de Controle Vetorial e Centrais Regionais de Armazenamento e Gestão de Inseticidas, Componentes Regionais dos Laboratórios de Saúde Pública para descentralização de diagnóstico; melhoria do parque tecnológico como aquisição de computadores e softwares e expansão da rede lógica. No processo de prevenção e controle das doenças foram instituídas parcerias com Instituições Municipais, Estaduais, Federais e da Sociedade Civil Organizada, a exemplo do enfrentamento da Dengue, Chikungunya e Zika e suas consequências. Houve suplementação orçamentária para algumas ações no decorrer do exercício 2017, subsidiando o alcance não só das metas estipuladas, mas de outras atividades emergenciais. A equipe técnica atual é qualificada porém insuficiente para executar toda a demanda de ações necessárias, inclusive para dar cobertura a serviços que devem ser implantados e implementados.

Quanto aos Resultados

Existem três fatores que contribuíram efetivamente para o alcance dos resultados esperados, como a garantia de financiamento federal, a celebração de contratos de apoio logístico complementar para execução das atividades e estabelecimento de parcerias para execução das ações planejadas. Em contrapartida, enfrentamos alguns entraves como Financiamento estadual para estruturação dos serviços com investimentos (equipamentos

e obras), Falta de estrutura das Unidades Regionais de Saúde e Insuficiência quadro de recursos humanos. A execução este programa gerou diversos benefícios à população do Estado do Maranhão, como redução da morbidade por malária, mobilização da sociedade para o combate aos mosquitos, conscientização da população quanto às ações de prevenção e controle de doenças, ausência de surtos por doenças imunopreveníveis. Todas as ações que compõem o Programa são desenvolvidas como intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, quando se contribui para qualificação dos serviços, o alcance é sempre finalístico, pois todas as atividades serão multiplicadas e disseminadas junto à população, os investimentos junto aos municípios demonstram como o Programa alcança seus objetivos. Dessa forma o principal benefício gerado é a redução nas taxas de morbimortalidade da população. Hoje a Força Estadual de Saúde do Estado do Maranhão é o componente da Saúde no Plano Mais IDH.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)													
Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro						
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)	
(21901) - FES/Unidade Central	(4565) - Descentralização das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental	Serviço descentralizado	unidade	42,00	194,00	4,62	300.000,00	287.160,00	208.653,12	204.453,12	0,71	6,49	
(21901) - FES/Unidade Central	(4789) - Execução das Ações de Vigilância Sanitária, Ambiental e Gerenciamento de Risco	Estabeleciment o inspecionado	Unidades	2.720,00	2.664,00	0,98	2.320.297,00	3.579.693,83	2.056.437,34	1.172.507,71	0,33	2,99	
(21901) - FES/Unidade Central	(4791) - Vigilância e controle da Hanseníase	Pessoa beneficiada	Unidades	0,00	0,00	0,00	225.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(21901) - FES/Unidade Central	(4795) - Promoção, Vigilância e Controle de HIV/AIDS, Hepatites Virais e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis DST	Município beneficiado	Unidades	217,00	217,00	1,00	1.615.000,00	1.413.353,00	1.346.817,45	516.057,45	0,37	2,74	
(21901) - FES/Unidade Central	(4817) - Vigilância, Prevenção, Controle de Doenças e Agravos e Promoção da Saúde	Município beneficiado	Unidades	217,00	217,00	1,00	15.020.965,00	28.634.719,00	21.143.364,28	15.831.031,33	0,55	1,81	
(21901) - FES/Unidade Central	(4818) - Vigilância em Saúde do trabalhador	Município beneficiado	Unidades	54,00	42,00	0,78	586.500,00	545.933,00	328.558,00	263.013,08	0,48	1,61	
Média:		Eficácia (B/A) = C					1,40	Eficiência (C/H)					2,60
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0													
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50													
Fonte: SISPCA/SIAFEM													

COMENTÁRIOS
Diante dos resultados apresentados quanto à eficácia e eficiência do programa, e de acordo com a metodologia de adotada, o Programa apresentou-se Eficaz com índice de 1,40 e Muito Eficiente com Índice de 2,60, com a exceção do resultado da Ação (4791) - Vigilância e Controle da Hanseníase, que foi criada equivocadamente, não tendo a indicação da área programática, tendo suas ações financiadas e asseguradas pela ação durante o exercício de 2017 pela Ação (4817) - Vigilância, Prevenção, Controle de Doenças e Agravos e Promoção da Saúde.
6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)
Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas
Infelizmente o PPA 2016-2019 não possui diretriz que contempla a área de Vigilância em Saúde, área esta que trabalha de maneira intensiva e rotineira a prevenção, o controle de diversas doenças transmissíveis e não transmissíveis, além da promoção da saúde e da prevenção de acidentes e violências, reduzindo assim a morbimortalidade por por essas doenças, principalmente as imunopreveníveis e as não transmissíveis por meio de políticas de controle de doenças, promoção e recuperação da saúde e fortalecendo o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde, ordenando, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.
Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)
Quanto aos indicadores de Desempenho Intermediário, citamos que: Os indicadores de Tuberculose e Hanseníase não têm sido atingidos no Estado devido à fragilidade na atenção primária na identificação precoce dos casos e deficiência do acompanhamento dos pacientes. A reduzida estrutura para diagnóstico laboratorial, baciloscopia e cultura tem comprometido a avaliação da resposta terapêutica oportuna e o estabelecimento da cura dentro dos critérios estabelecidos. Quanto a proporção de registro de óbito com causa básica definida, a meta alcançada dada a disponibilidade de 3 SVOs em regiões estratégicas do Estado. O IPVA de malária, a meta foi alcançada e em tendência de redução. Número de óbitos por dengue, a meta foi alcançada dado ao investimento em capacitação de profissionais da rede assistencial. Proporção de análise realizadas em amostra de água para consumo humano (quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez) metas não alcançadas por problemas fora da governabilidade do Estado. Os municípios com nova gestão, mostram também novas equipes, tendo a Vigilância Sanitária Ambiental (VSA) estadual realizado capacitação em ações e programas aos municípios das 19 Regiões de Saúde. Os Laboratórios que foram descentralizados pelo LACEN, nos municípios de Pedreiras e Chapadinha estiveram fora de operação por problemas nos equipamentos e aquisição de insumos, não atendendo assim, aos municípios das URS próximas a eles.

Não há indicadores referentes a Vigilância em Saúde no PPA.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1- Verificou-se, por meio da execução física, que houve um desempenho satisfatório, com destaque para os esforços do governo em relação a Vigilância em Saúde, o que deverá se traduzir em melhores resultados para o exercício de 2018; 2 - Verificar a necessidade de manter a Ação (4791) Vigilância e Controle da Hanseníase, sendo, segundo informação do órgão, criada de maneira equivocada, tendo suas ações financiadas e asseguradas pela ação durante o exercício de 2017 pela Ação (4817) - Vigilância, Prevenção, Controle de Doenças e Agravos e Promoção da Saúde; 3- Reforça-se a necessidade de proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, bem como um acompanhamento e monitoramento das ações programadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0599) - Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão

Unidade Executora: Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Problema: Alta taxa da população sem atendimento escolar.

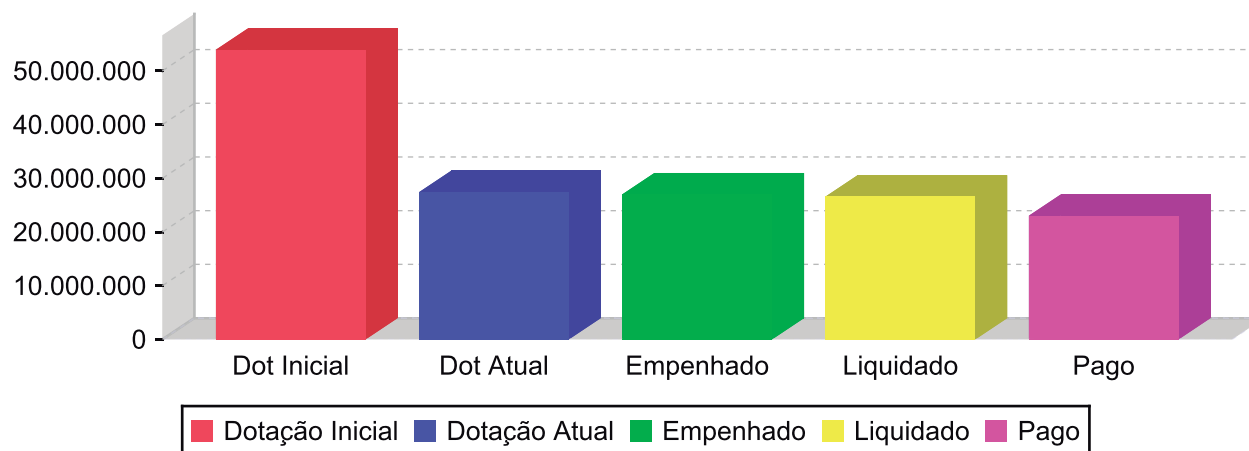
Objetivo: Assegurar condições para universalização do acesso, permanência e sucesso escolar dos estudantes do ensino médio em tempo integral, nas modalidades concomitante e subsequente nível técnico e tecnológico.

Público-Alvo: Jovens e adultos do Estado.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 53.941.046,00 **Atual:** 27.423.458,40 **Variação(%)**: -49,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
53.941.046,00	27.423.458,40	27.019.725,57	26.607.540,72	23.027.351,97



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover e ampliar o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento da capacidade de produção, absorção, difusão científica, tecnológica e inovação, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
NUMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS	SISPCA/IEMA	Unidades	30/12/2017	30.195,00	30.195,00	25.615,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção, consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir para a solução do problema identificado na elaboração do Plano. Além disso, o Programa foi associado a uma diretriz de governo e definiu um indicador de resultado, facilitando a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Os componentes do desenho do Programa- objetivo, ações, indicadores, metas, produtos e serviços são consistentes entre si e adequados qualitativamente para atender à demanda ou resolver o problema que lhe deu origem, necessitando de uma revisão apenas com o público-alvo, para melhor clareza de informação.

Quanto à Implantação/Execução

Quanto à implantação, o programa foi executado de forma satisfatória. Os atributos compatíveis para a sua implantação, potencializaram o alcance dos resultados. O Programa ainda contou com infraestrutura, logística e equipe técnica suficiente para a execução das ações demandadas. A implementação do programa foi satisfatória, e utilizou-se de estratégias adequadas como parcerias, que potencializam o alcance dos resultados. No entanto, apresentou algumas dificuldades que poderão contribuir negativamente para a obtenção de resultados, pois, mesmo com a criação de mais vagas na rede pública de ensino com a implantação dos IEMA's, INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, que garantem atendimento aos estudantes nas escolas de ensino médio em tempo integral, ainda é alta a taxa da população sem atendimento escolar. O orçamento inicial foi reduzido em 49%, mas a dotação atual garantiu a execução do Programa.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do Programa foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada foi compatível com a meta planejada. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados, foram reduzidas em 49%. A análise de resultado considerou o Programa como Eficiente. Alguns fatores positivos foram identificados: o desenvolvimento de práticas inovadoras de avaliação; o apoio às atividades de ciência, tecnologia e inovação; e a implementação do ensino mediado por novas tecnologias. As metas físicas que expressam os bens e serviços entregáveis ao público-alvo, continuam suficientes para alcançar o objetivo do programa. Quanto aos benefícios, o programa proporcionou aos docentes, a experimentação de novas práticas pedagógicas, apoio aos alunos no desenvolvimento de atividades de ciência e tecnologia e a oferta de ensino mediado por novas tecnologias. O Programa tem ação incluída no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico- PDS.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(24206) - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	12.897.402,00	196.437,00	119.571,10	119.571,10	0,61	0,00
(24206) - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	(4825) - Qualificação Profissional de Agentes de Educação	Profissional qualificado	Unidades	200,00	9,00	0,04	918.498,00	61.488,00	2.076,00	2.076,00	0,03	1,33
(24206) - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	(4826) - Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas e Avaliativas	Aluno beneficiado	Unidades	1.405,00	1.354,00	0,96	13.777.471,00	22.443.561,00	22.426.035,81	22.426.035,81	1,00	0,96
(24206) - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	(4827) - Apoio às Atividades de CT&I	Aluno beneficiado	Unidades	14.295,00	12.109,00	0,85	4.592.490,00	3.831.813,00	3.592.819,45	3.221.572,10	0,84	1,01
(24206) - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	(4828) - Oferta de Ensino Mediado por Novas Tecnologias	Aluno beneficiado	Unidades	14.295,00	12.143,00	0,85	21.755.185,00	890.159,40	879.223,21	838.285,71	0,94	0,90

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Média Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa, indica o valor da eficiência de 1,09, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, corresponde a uma relação Muito Eficiente. O valor pode ser explicitado, primeiramente, da meta física executada ter sido compatível com a meta física planejada e com o uso dos recursos orçamentários e financeiros para a obtenção do produto. Já sobre o índice da Eficácia, o Programa apresentou 0,68, sendo considerado Não Eficaz. Tal resultado pode ser explicado pela execução física financeira do planejado nas ações, onde a Ação 4825 - Qualificação Profissional de Agentes de Educação apresentou uma execução bem abaixo do esperado, influenciando de forma significativa no resultado apresentado.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram e se alinharam à Diretriz de Governo a ele associado, no sentido atender a população maranhense, assegurando o acesso à educação de qualidade, a difusão das atividades científicas e tecnológicas e garantindo ao cidadão a ampliação de suas capacidades, através do conhecimento científico.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O programa apresentou como indicador de desempenho intermediário, o número de alunos beneficiados no desenvolvimento de suas ações, planejando um atendimento de 30.195 alunos, porém obteve como resultado 25.615 beneficiados. Isso demonstra que este indicador poderá ser mais consistente nos próximos exercícios.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Existe o indicador de desempenho socioeconômico: número de alunos beneficiados, cujos resultados contribuíram para a melhoria do indicador, e consequentemente, para o objetivo e solução do problema.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1.Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, permitindo o acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2.Redefinição do público- alvo; 3.Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, para acompanhar mais de perto a execução do programa; 4.Realizar a capacitação periódica das equipes técnicas dos Órgãos em relação aos processos de Gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 5.Estabelecer a institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações; 6.É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público-alvo na execução e avaliação do programa; 7. É importante verificar a necessidade de recurso orçamentário do programa, pois houve uma anulação de 49% em relação à dotação inicial, apesar de não ter comprometido a execução; Verificou-se que pela execução física, que houve expressivo esforço na execução de ações relacionadas ao Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, o que deverá se traduzir em melhores resultados educacionais dos indicadores; Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0103) - Extensão Universitária

Unidade Executora: Universidade Estadual do Maranhão

Problema: Considerável parcela da população maranhense vive em estado de pobreza absoluta sendo necessário o desenvolvimento de ações voltadas para a inclusão social dessas pessoas

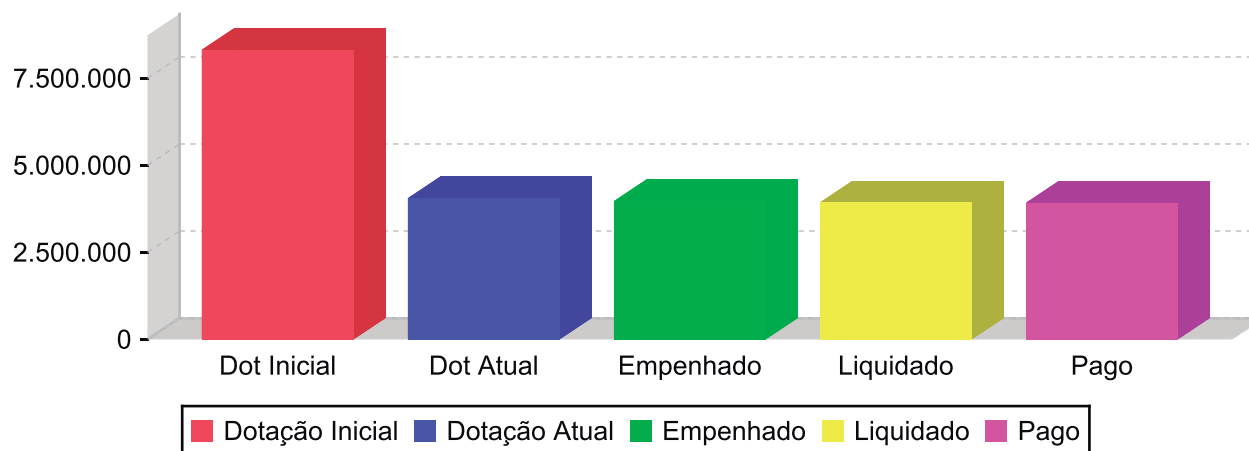
Objetivo: Promover a inclusão sócio-cultural e educativa de pessoas com renda de até dois salários mínimos e prestar serviços extensionistas a estudantes e pequenos empresários.

Público-Alvo: Moradores de comunidades carentes, empresários e estudantes.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 8.320.000,00 **Atual:** 4.057.009,00 **Variação(%)**: -51,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8.320.000,00	4.057.009,00	3.971.972,16	3.935.272,16	3.925.064,09



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover e ampliar o acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento da capacidade de produção, absorção, difusão científica, tecnológica e inovação, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de pessoas capacitadas	UEMA/SISPCA	Pessoas Atendidas	29/12/2017	102,00	102,00	100,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta, em sua concepção, alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir para a solução do problema identificado na elaboração do plano. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo e definiu indicadores de resultado, facilitando a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Os componentes do desenho do programa: objetivo, público-alvo, ações, indicador, metas, produtos e serviços são consistentes entre si e adequados qualitativamente para atender à demanda e resolver o problema que lhe deu origem.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa utilizou-se de estratégias adequadas que potencializaram o alcance dos resultados, como parcerias institucionais, através do projeto Mais Extensão, por meio de ações extensionistas para proporcionar a participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento do Projeto, nos 30 municípios de menor IDH, e também utilizou-se de infraestrutura e logística, materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação. O Programa faz parte de projetos estratégicos do Governo, como o Projeto Mais Extensões, vinculado ao Índice de Desenvolvimento Humano. Apesar das estratégias adequadas, apresentou algumas dificuldades que poderão contribuir negativamente para a obtenção de resultados. Destaca-se: a ausência de lançamentos de informações nas metas físicas e financeiras na ação 2938 e 4755.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa não foram satisfatórios, uma vez que algumas ações não atingiram a meta planejada. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados, foram reduzidas em 51% em relação ao planejado, concorrendo dessa forma, para uma baixa economicidade dos gastos com o programa e comprometendo os resultados na direção esperada.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(24201) - Universidade Estadual do Maranhão	(2938) - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	100,00	55,00	0,55	4.000.000,00	845.739,00	771.468,46	771.468,46	0,91	0,60
(24201) - Universidade Estadual do Maranhão	(4180) - Produção e Difusão de Dados Geoambientais	Dado geoambiental disponível	Unidades	4,00	4,00	1,00	2.320.000,00	1.726.340,00	1.726.339,25	1.726.339,25	1,00	1,00
(24201) - Universidade Estadual do Maranhão	(4755) - Promoção de Cursos de Extensão	aluno beneficiado	unidade	102,00	100,00	0,98	2.000.000,00	1.184.930,00	1.178.824,45	1.178.824,45	0,99	0,99
(24207) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO	(2938) - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	75,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(24207) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO	(4755) - Promoção de Cursos de Extensão	aluno beneficiado	unidade	0,00	130,00	0,00	0,00	300.000,00	295.340,00	258.640,00	0,86	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,51

Eficiência (C/H)

0,52

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Média Eficiência = $0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa, indica o valor da eficiência de 0,52, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, corresponde a uma média eficiência e uma não eficácia. O valor pode ser explicitado, pelo desempenho das ações 2938 e 4755 (UEMASUL), pelo fato de não ter sido executada a ação 2938 que compõe o programa, e também, por ter pela ausência de meta física planejada na ação 4755.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados pelo programa contribuíram com a Diretriz de Governo a ele associado, no sentido de promover a inclusão sócio-cultural e educativa de pessoas com renda de até dois salários mínimos, assim como a prestação de serviços a estudantes e pequenos empresários.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Foi adequado o número de titulações de pessoas em cursos de extensão ação 4755. Isso demonstra que os resultados do programa no exercício avaliado contribuíram para a melhoria do indicador e, conseqüentemente, para o objetivo e solução do problema.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

A execução do programa foi adequada ao número de pessoas capacitadas em cursos de extensão, por meio da ação 4755.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verificou-se, por meio da execução física, que houve um expressivo esforço na execução das ações relacionadas à extensão universitária, através da promoção de eventos científicos, tecnológicos e sócio-culturais, o que deverá se traduzir na melhoria da qualificação dos alunos da rede pública estadual. Recomendações: 1.Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, permitindo o acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2.Redefinição do problema central do programa, melhor especificando o público- alvo. 3.Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, para acompanhar mais de perto a execução do programa; 4.Realizar a capacitação periódica das equipes técnicas dos Órgãos em relação aos processos de Gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 5.Estabelecer a institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações; 6.É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo na execução e avaliação do programa. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.



DESENVOLVIMENTO PARA TODOS

PROGRAMA
MAIS RENDA
Desenvolvimento é o nosso foco

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2016-2019
EXERCÍCIO 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0591) - Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Sustentabilidade Ambiental

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

Problema: Baixo Nível de Renda do Agricultor Familiar

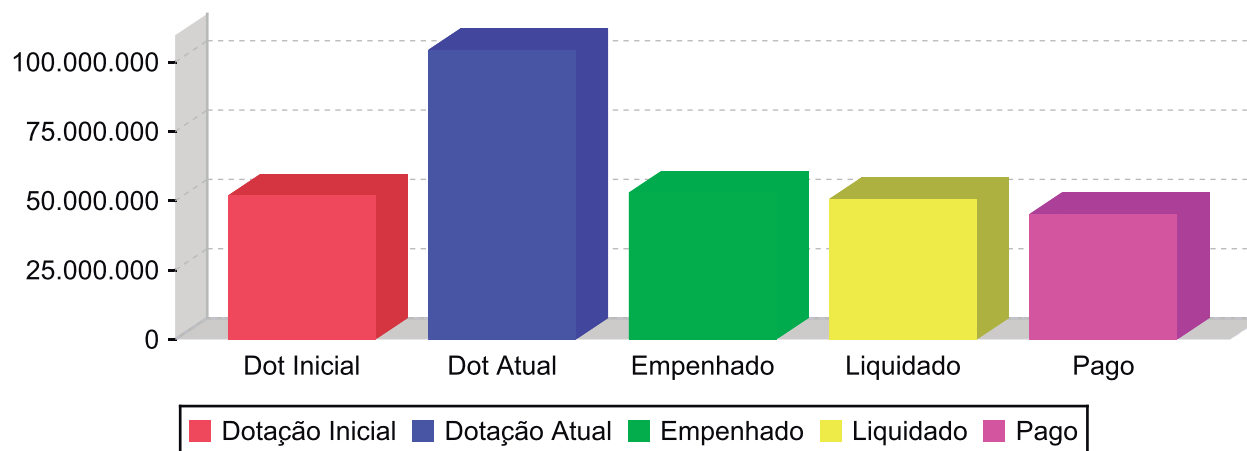
Objetivo: Promover o desenvolvimento sustentável nas regiões articuladas com os Municípios, valorizando os produtos da agricultura familiar e do extrativismo para elevação da produção de alimentos local.

Público-Alvo: Agricultores (as) familiares, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, assentados de projetos estaduais e federais, quilombolas e indígenas.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 51.882.261,00 **Atual:** 104.441.994,43 **Variação(%):** 101,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
51.882.261,00	104.441.994,43	52.940.498,09	50.641.815,65	45.250.856,62



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
agricultor familiar beneficiado/assistido	SEPLAN/SAF	Agricultor Assistido	29/12/2017	51.882.261,00	104.441.994,43	45.250.856,62

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O problema continuou em relação à situação analisada. Houve diferenças importantes no que concerne ao acesso dos agricultores familiares a serviços públicos básicos, que consequentemente ocasionou e ocasiona a baixa geração de renda na atividade produtiva desenvolvida. O objetivo do programa é compatível com as soluções propostas para o problema. O governo estadual trabalhou com a estratégia de colocar a agricultura familiar como um dos vetores para o desenvolvimento social e econômico. O público está caracterizado e delimitado conforme avaliação da setorial. Para o desenvolvimento pleno do programa não foram incorporadas ações estruturantes suficientes para o desenvolvimento da agricultura familiar. o programa não possui Ação no PDS. Os produtos (bens e serviços) das ações foram bem definidas para mensuração das metas A localização de gastos por região/município ocorreu em algumas Ações do Programa e visou atender às demandas mais específicas dos municípios como por exemplo convênios municipais com repasse de recurso à prefeitura e emendas parlamentares com repasse às prefeituras.

Quanto à Implantação/Execução

Existe autonomia gerencial que é feita por meio da delegação de competências às superintendências e seus departamentos para execução do Programa. O orçamento disponibilizado (lei) não foi suficiente para o cumprimento das metas previstas nas Ações. Houve contingenciamento orçamentário de 30% e dificuldades nas liberações de cotas financeiras , em decorrência disso houve priorização de Ações do Programa pelas instâncias superiores da SAF. O orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) mediante suplementações orçamentárias provenientes do FUMACOP, convênios federais e de emendas parlamentares viabilizaram em parte as Ações e metas pela Secretaria Apesar das cotas financeiras terem sido liberadas em conformidade com a programação orçamentária aprovada, houve dificuldades relacionadas a operacionalização em tempo hábil e de forma célere. Foram formadas parcerias com: Órgãos públicos federais: Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Meio Ambiente (MMA) para convênios federais; Instituições Privadas: Instituto de Agronegócios do Maranhão – INAGRO para prover apoio técnico operacional na execução de atividades finalísticas da secretaria; Convênios com o SEBRAE para apoio às feiras agrotecnológicas (AGRITECS) e repasse de recurso a Associações em alguns municípios mediante chamadas públicas das cadeias da mandioca, mel e caju, extrativismo babaçu e extrativismo juçara. Houve insuficiência no quantitativo e na qualificação da equipe técnica em virtude do pequeno contingente de técnicos devidamente qualificados e especializados no mercado e agravado pela ausência de um concurso público direcionado levando à contratação terceirizada de consultoria técnica - INAGRO. Com relação à infraestrutura e logística em qualidade e quantidade não foi suficiente para desempenho efetivo das atividades relacionadas à implantação de várias Ações do Programa pelos técnicos da Secretaria. Ainda sim, várias Ações foram desempenhadas com sucesso beneficiando agricultores familiares do Estado pelo Programa Desenvolvimento da Agricultura Familiar. A despesa mensal – bimensal cabe na cota liberada muitas vezes é insuficiente para cobrir as despesas mensais. O programa possui projetos estratégicos do governo Tais como: Mais IDH, Água para Todos e etc.

Quanto aos Resultados

Os resultados foram apresentados às instâncias superiores e tiveram o devido acompanhamento feito por estas, desde as etapas iniciais de execução das atividades até a entrega aos agricultores familiares beneficiados. Os resultados foram mensurados através de relatórios, reuniões internas, visitas in loco. Os resultados alcançados foram potencializados pelas Ações das suas vinculadas: Agência Estadual de Extensão Rural do Maranhão - AGERP e Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA. Não houve pesquisa de satisfação endereçada ao público-alvo para aferir a eficiência do Programa devido a ausência de aplicação pelo Órgão de instrumentos que possibilitassem uma comunicação binária entre a Secretaria e os beneficiários diretos representados por entidades organizadas. Houve participação e interação social através dos representantes da Secretaria e nas escutas das demanda dos beneficiários , representantes de entidades e associações nas localidades e durante a entrega de bens e serviços aos agricultores familiares. Os fatores críticos de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa foram: Suplementação orçamentária mediante recursos do FUMACOP e de emendas parlamentares que possibilitaram a aquisição e distribuição de bens e serviços a vários municípios; Os resultados do Programa foram potencializados pelas Ações das suas vinculadas: Agência Estadual de Extensão Rural do Maranhão - AGERP e Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA que contribuíram para a efetividade das Ações; Convênios federais com Ministérios de Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Meio Ambiente, FUNASA para viabilização de convênios federais; Parcerias com entidades terceirizadas como por exemplo: INAGRO ,na viabilização do contingente de apoio técnico para operacionalização de atividades finalísticas da Secretaria. Os três principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa e das orientações estratégicas de governo (diretrizes) foram: Entraves técnicos e burocráticos na elaboração de projetos que retardaram ou inviabilizaram a execução de ações; Contingente técnico operacional insuficiente para realização das Ações que impactaram em resultados; Infraestrutura deficitária para desenvolvimento das atividades. Não existe nenhuma Ação específica do Programa incluída no PDS. Não houve aplicação de um instrumento de avaliação pelo órgão inviabilizando o feedback por meio de avaliação por parte do público-alvo para aferir a eficiência do Programa. A Ação Gestão do Programa contribuiu para a implementação de apoio técnico operacional nas atividades finalísticas da SAF com a contratação de empresa. As metas físicas não foram suficientes para atingir a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar. O resultado do programa está contribuindo para a evolução do indicador porque existe compatibilidade entre o indicador e o resultado do programa. Os benefícios que o programa gerou para a sociedade(efetividade) foram: Incentivos mediante incremento na capacidade produtiva para que os produtores pudessem investir e produzir com aumento de renda; disponibilidade de recursos, particularmente terras, água, mão de obra e capital que subsidiasse o incremento à produção; o acesso aos mercados, insumos, informações e serviços, que influenciassem de forma decisiva a capacidade efetiva de produção; O programa contribuiu e está alinhado para o alcance da diretriz de Governo.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	8.123.000,00	15.139.002,00	15.129.710,10	15.129.710,10	1,00	0,00
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4765) - Promoção e Apoio à Irrigação e Gestão de Recursos Hídricos	Agricultor familiar beneficiado	unidade	3.000,00	1.781,00	0,59	25.031.737,00	53.468.599,76	12.035.094,09	11.773.463,68	0,22	2,70
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4766) - Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL	AGRICULTOR FAMILIAR BENEFICIADO	unidade	8.000,00	12.892,00	1,61	13.987.000,00	27.984.363,39	20.592.123,13	18.600.663,50	0,66	2,42
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4767) - Fomento e Apoio a Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar	agricultor familiar beneficiado	unidade	1.400,00	1.364,00	0,97	300.000,00	1.324.071,75	453.468,40	453.468,40	0,34	2,84
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4768) - Promoção e Apoio à Disponibilização e Produção de Sementes	Agricultor familiar atendido	unidade	300,00	300,00	1,00	10.000,00	10.000,00	9.998,32	9.998,32	1,00	1,00
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4769) - Promoção e Apoio à Agroindustrialização Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	300,00	300,00	1,00	10.000,00	10.000,00	9.998,81	9.998,81	1,00	1,00
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4770) - Apoio aos Seguros da Agricultura Familiar	Agricultor familiar assegurado	unidade	3.400,00	3.423,00	1,01	100.000,00	349.146,00	349.146,00	349.146,00	1,00	1,01
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4771) - Promoção e Apoio à Infraestrutura no Campo	agricultor familiar beneficiado	unidade	300,00	300,00	1,00	10.000,00	10.000,00	9.998,94	9.998,94	1,00	1,00
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4772) - Desenvolvimento do Extrativismo, Conservação dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural Sustentável	PRODUTOR BENEFICIADO	unidade	1.500,00	1.789,00	1,19	200.000,00	1.567.938,00	1.342.243,90	1.342.243,90	0,86	1,39
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4773) - Promoção e Apoio ao Programa Nacional de Crédito Fundiário	PRODUTOR BENEFICIADO	unidade	4.400,00	19,00	0,00	910.524,00	1.679.814,53	112.926,00	112.926,00	0,07	0,06
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4774) - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	90.000,00	87.774,00	0,98	3.200.000,00	2.899.059,00	2.895.790,40	2.850.198,00	0,98	0,99

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,94

Eficiência (C/H) 1,45

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Na avaliação efetuada entre as metas físicas e financeiras, o Programa, na escala de valoração, apresentou índice Muito Eficiente (1,45), porém não foi eficaz com o índice (0,94), das 10 ações que compõem o programa 09 foram eficientes apenas a Ação (4773) - Promoção e Apoio ao Programa Nacional de Crédito Fundiário foi de baixa eficiência levando o programa a Não Eficácia.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa contribui e está alinhado para o alcance da diretriz de promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

o indicador intermediário é compatível com o Programa e existe compatibilidade entre o indicador e o resultado do Programa

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

NÃO SE APLICA

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verificou-se por meio da execução física financeira que a Ação 4766- Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL atendeu a um expressivo quantitativo de agricultores familiares, contribuindo para o aumento da produtividade no campo. Recomenda-se Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de modo a permitir um melhor acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2- Em relação a execução orçamentária financeira das ações, faz-se necessário rever as ações que não tiveram movimentação; 3- Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado na ação 4773 - Promoção e Apoio ao Programa Nacional de Crédito Fundiário; 4- Sugere-se formular indicadores de resultados que possibilitem a mensuração do desempenho do Programa.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0160) - Reforma e Regularização Fundiária

Unidade Executora: Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

Problema: Fatores de instabilidade e insegurança para os agricultores, impedindo investimentos produtivos nas áreas, além de dificultar o acesso às políticas públicas e aos recursos dos programas de Governo, especialmente o acesso ao crédito, aumentando a exclusão social.

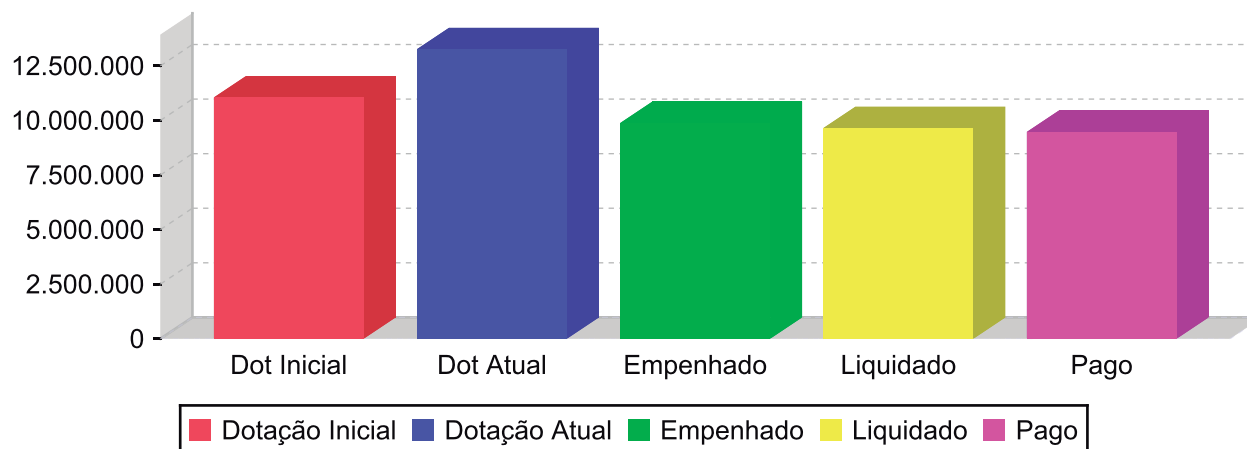
Objetivo: Garantir o acesso a terra para famílias de trabalhadores rurais

Público-Alvo: Trabalhadores rurais

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 11.051.092,00 **Atual:** 13.267.280,03 **Varição(%)**: 20,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
11.051.092,00	13.267.280,03	9.884.523,00	9.654.571,00	9.472.993,84



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES	ITERMA	Famílias	31/12/2016	100.000,00	5.000,00	6.524,00
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	ITERMA	Famílias	30/12/2017	109.000,00	3.000,00	782,00
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM QUILOMBOS	ITERMA	Famílias	30/12/2017	25.000,00	100,00	4,00
ARRECAÇÃO DE TERRAS	ITERMA	hectare	30/12/2017	100.000,00	25.000,00	17.092,36

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa apresenta em sua concepção alta consistência nos seus principais componentes definidos através da identificação de problemas e objetivos. O público alvo está bem delimitado e caracterizado juntamente com as metas físicas e ações suficientes para atender o objetivo, muito embora a complexidade do desenvolvimento do programa, algumas vezes, compromete sua integral realização.

Quanto à Implantação/Execução

O órgão gerencial possui autonomia institucionalizada quanto a implementação do Programa. O orçamento inicial foi insuficiente e seu contingenciamento (fonte 101), O Programa não teve infraestrutura, logística , materiais e equipamentos suficientes, pouca mão-de-obra (técnicos), para coordenação de ações, foram os problemas encontrados para sua execução. No final do exercício foi efetivado convênio para dar reforço ao cumprimento do programa, com recursos do FUMACOP.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram apreciados por instâncias superiores além de avaliação junto ao público alvo por meio de depoimentos apresentados nas reuniões realizadas junto aos trabalhadores rurais. As metas físicas previstas não atingidas, correspondem ao fato de que os processos de arrecadação sumária das terras não foram concluídos, inviabilizando a regularização fundiária das terras ocupadas. Entre os principais entraves para a implementação destacamos: quadro técnico insuficiente, infraestrutura, materiais e equipamentos em quantidade e qualidade insuficiente. Entretanto, o comprometimento da Diretoria Executiva, da administração e servidores públicos correspondente a autarquia, bem como a valorização do Órgão pelo Governo do Estado e o constante apoio da Secretaria de Agricultura Familiar, foram cabais para atingir algumas das metas esplanadas neste trabalho, de modo que houve a minimização da exclusão social, garantia de famílias de trabalhadores rurais com acesso ao crédito e por fim a fixação do trabalhador do campo em áreas assentadas

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(61201) - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão	(1764) - Assentamento de Trabalhadores	Famílias assentadas	unidade	0,00	5.098,00	0,00	100.000,00	580.000,00	288.247,50	61.447,50	0,11	0,00
(61201) - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão	(3228) - Arrecadação de Terras	Terra arrecadada	hectare	0,00	17.092,36	0,00	20.000,00	40.000,00	22.023,00	22.023,00	0,55	0,00
(61201) - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão	(4396) - Regularização Fundiária	Famílias beneficiadas com a titulação.	unidade	0,00	782,00	0,00	517.655,00	3.311.155,00	1.080.842,28	1.080.842,28	0,33	0,00
(61201) - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	10.388.437,00	9.291.125,03	8.490.078,22	8.486.926,22	0,91	0,00
(61201) - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão	(4477) - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Famílias quilombolas beneficiadas.	unidade	0,00	4,00	0,00	25.000,00	45.000,00	3.332,00	3.332,00	0,07	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Média Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Observamos que não houve lançamento das metas planejadas no SISPCA, fato que inviabiliza uma análise mais segura do desempenho do Instituto frente ao seu plano de ação. Contudo, entendendo dos objetivos que se quer apurar, calculamos a média da eficácia, ou seja, a relação da meta executada em relação à meta estabelecida, atingiu um índice de 0,50. Podemos pontuar este resultado como agressivo, se considerarmos as peculiaridades dos processos de regularização fundiária, que exige constates tomadas de decisões frente aos conflitos agrários e complexidades das ações fundiárias. Não se trata de um sistema de fácil solução, mas que requer medidas judiciais e administrativas tempestivas para a obtenção dos seus objetivos. De certo que apostamos numa meta alta para os resultados apurados, mas que são perfeitamente aceitáveis dentro da matéria fundiária.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A diretriz associada ao programa de regularização fundiária continua mantendo coerência com as ações desenvolvidas, bem como as ações estratégicas que buscam envolver as prefeituras, sindicatos e associações de trabalhadores rurais, tem promovido satisfação nos agricultores do campo, permitindo o acompanhamento constante das ações.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há indicadores de desempenho intermediários definidos no programa

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Os indicadores de desempenho constante no PPA, a saber: terras arrecadadas, famílias beneficiadas com ações de titulações e famílias beneficiadas com ações de assentamentos, são suficientes para avaliar o desempenho das ações fundiárias do ITERMA, cujas unidades de medidas são terras e famílias. Os resultados dos indicadores, mesmo abaixo da meta, revelam um resultado como agressivo, se considerarmos as peculiaridades dos processos de regularização fundiária, que exige constates tomadas de decisões frente aos conflitos agrários e complexidades das ações fundiárias. Não se trata de um sistema de fácil solução, mas que requer medidas judiciais e administrativas tempestivas para a obtenção dos seus objetivos.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verifica-se, por meio da execução física e financeira, que não houve lançamento das metas físicas planejadas no SISPCA, o que ocasionou não eficácia e não eficiência do programa. Recomendações: 1. Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0521) - Desenvolvimento da Economia Solidária

Unidade Executora: Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária

Problema: Baixo fomento e desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários.

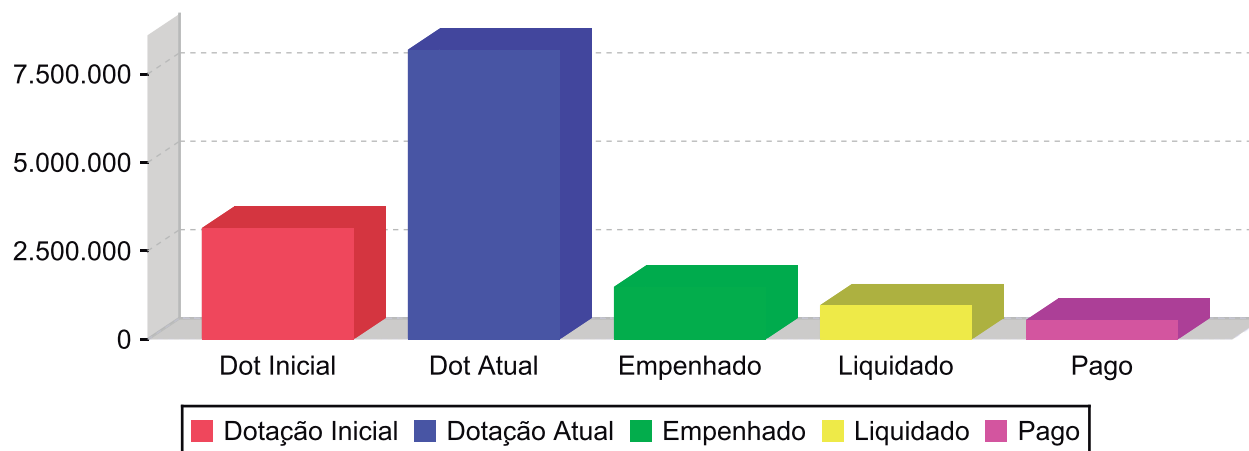
Objetivo: Fomentar e desenvolver os empreendimentos econômicos solidários.

Público-Alvo: Empreendedores econômicos solidários.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 3.146.033,00 **Atual:** 8.189.258,10 **Variação(%)**: 160,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
3.146.033,00	8.189.258,10	1.484.899,67	963.028,37	547.891,97



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Ampliar as políticas públicas de qualificação profissional, geração de emprego e renda elevando a produtividade do trabalhador e inserção no mercado de trabalho.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta o problema atual e suas ações são compatíveis com as soluções apresentadas, tendo em vista que o mesmo tem sua política voltada para o desenvolvimento e fortalecimento do associativismo gerando renda aos cooperados. O público alvo está corretamente caracterizado e delimitado. As ações intersetoriais têm seus produtos bem definidos na mensuração das metas. O Programa tem ação no PDS.

Quanto à Implantação/Execução

O Programa tem estrutura de organização com autonomia gerencial, por meio da qual desenvolve o trabalho desde a captação de recursos até a gestão e a avaliação. Várias parcerias foram realizadas com o intuito de fortalecer a transversalidade e tornar mais eficiente a execução das ações que buscam envolver os grupos existentes e recensear interessados nos diversos municípios, incentivar o associativismo e o cooperativismo entre os catadores. O Programa possui controle de custo por unidade, conta com equipe técnica qualificada, mas ainda há carência de pessoal, infraestrutura, logística, materiais e equipamentos para melhor realização das ações.

Quanto aos Resultados

O Programa obteve resultado satisfatório, as ações foram trabalhadas através de oficinas e seminários visando o desenvolvimento e fortalecimento de grupos solidários e eliminando a figura do atravessador no processo da cadeia produtiva. Houve, também, a participação do Estado na Expo Catadores, em Brasília, objetivando a articulação e integração dos grupos com vistas ao fortalecimento produtivo, econômico e social. Destaca-se, ainda, a viabilização do espaço para implantação do Centro de Referência de Economia Solidária.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(51101) - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária	(3260) - Implantação de Espaços Multifuncionais de Economia Solidária	Centros de Economia Solidária Implantado	unidade	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00	79.000,00	79.000,00	0,99	0,00
(51101) - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária	(4316) - Empreendimentos de Economia Solidária	Empreendimento Beneficiado	unidade	256,01	232,00	0,91	3.026.033,00	5.516.972,46	1.286.989,25	765.117,95	0,14	6,53
(51101) - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária	(4710) - Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Catadores, em Grupos Atuantes com Resíduos Sólidos	grupo beneficiado	unidade	47,00	8,00	0,17	40.000,00	2.592.285,64	118.910,42	118.910,42	0,05	3,71

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,36

Eficiência (C/H) 3,29

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Média Eficiência = $0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa, indica o valor da eficácia de 0,36, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, revela a não Eficácia do programa que pode ser explicada pelo desempenho da Ação 3260 - Implantação de Espaços Multifuncionais a meta física planejada e executada não foram lançadas, porém consiste de uma ação ainda em processo de implementação e, no ano em curso foi elaborado o projeto arquitetônico da reforma do prédio permanente, bem como a realização de contratação por meio de dispensa de licitação, para estruturação da sede provisória no que diz respeito a Layout, implantação, estruturação e assessoria e a Ação 4710 - Fomento para Organização e o Desenvolvimento de Catadores em Grupos Atuantes com Resíduos Sólidos, que foi executada apenas 017% da sua meta planejada. No

que se refere a Eficiência, a avaliação efetuada das metas física e financeira do programa, indica que o programa foi Muito Eficiente com valor de 3,29, o valor obtido podem ser explicados, pela execução da meta da Ação 4316 - Empreendimentos da Economia Solidária em 091%.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa foi implementado em conformidade com as diretrizes do governo estadual dentro das linhas estratégicas previstas como eixos da política pública de emprego trabalho e renda, bem como pelas propostas de governo de número 57 “apoiar projetos de expansão de Economia Solidária como estruturante de um novo modelo de desenvolvimento” tendo como ação estratégica : CONSOLIDAR e desenvolver a política pública da Economia Solidária como modelo de desenvolvimento de base sustentável. Trata-se de uma proposta de desenvolvimento, com foco na atividade produtiva, que supera o modelo de subordinação do trabalho e relações assalariadas, para processos participativos de construção coletiva laboral, desde a produção, demandas de formação e a comercialização.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os indicadores de desempenho consistem de número de grupos beneficiados. E os intermediários buscou criar parâmetro pra o alcance do indicador maior, como número de feiras e de capacitações realizadas. Os indicadores foram adequados aos objetivos propostos.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

O programa contribuiu com a melhoria da renda dos grupos participantes, no que diz respeito ao número de feiras realizadas que possibilitou a capacitação e a comercialização dos produtos oriundos da economia solidária e proporcionou a melhoria do trabalho e da renda.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomenda-se: 1- Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de modo a permitir um melhor acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2- Rever a necessidade de manter ou cancelar ações não executadas; 3- Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado em algumas ações; 4- Adequação dos recursos disponibilizados para a realização do Programa;

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0522) - Mais Turismo

Unidade Executora: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO

Problema: Baixa Atividade Turística no Estado em Detrimento de suas Potencialidades.

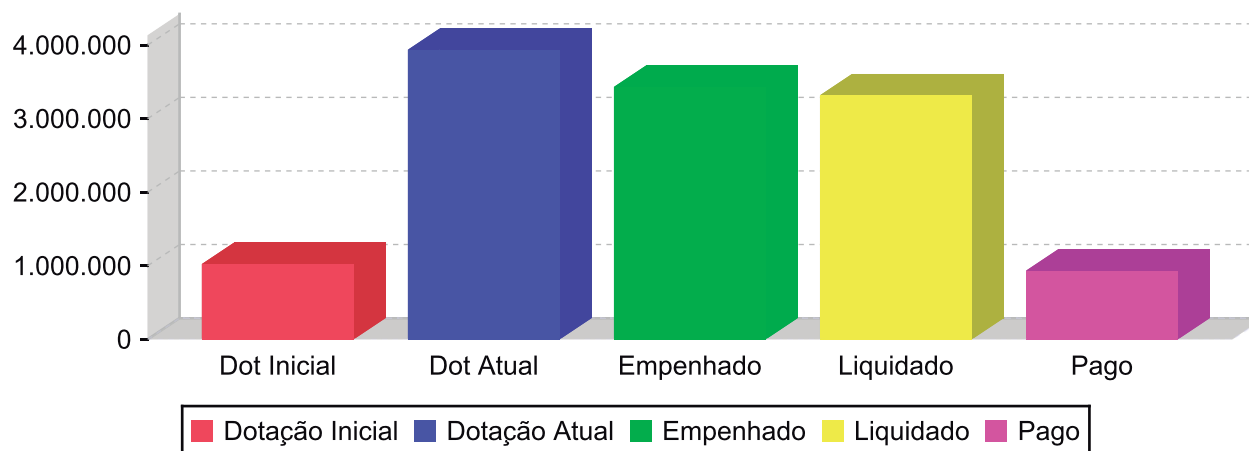
Objetivo: Estruturar o turismo de forma sustentável.

Público-Alvo: Turistas, empreendedores e comunidades com potencial turístico.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 1.023.990,00 **Atual:** 3.937.339,00 **Variação(%)**: 285,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
1.023.990,00	3.937.339,00	3.432.063,58	3.318.068,81	934.051,48



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Valorizar a cultura e identidades locais fomentando a criação e produção cultural, bens patrimoniais e promoção do turismo regional sustentável.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa foi concebido com foco na consolidação do Estado como destino de excelência nos principais mercados emissores e integra ações de promoção, publicidade e participação em eventos que divulgam e agregam valor à imagem do Maranhão de maneira pública, ofertando-o como produto aos mercados nacional, internacional e regional, possibilitando o aumento do fluxo turístico no Estado. Busca o aumento da capacidade produtiva e organizativa dos artesãos e trabalhadores manuais no estado do Maranhão com consequente geração de renda e trabalho. O programa possui público alvo caracterizado e indicadores de metas que refletem o objetivo do programa, consistência e deve acontecer de forma continuada.

Quanto à Implantação/Execução

O programa é executado pela equipe técnica da SECTUR responsável pela divulgação e promoção do Maranhão, enquanto destino turístico, com foco na consolidação do Estado como destino de excelência nos principais mercados emissores. Articulação com o Ministério do Turismo e Embratur e possui os principais eixos de atuação: Promoção e divulgação do Maranhão; Realização de campanhas promocionais; Realização e apoio a campanhas de incentivo; Participação em Feiras e eventos regionais, nacionais e internacionais; Realização de workshops junto as operadoras; Realização de capacitação de agentes de viagens; Realização de Rodadas de negócios; Apoio a eventos culturais, científicos, tradicionais, esportivos, dentre outros; Apoio à imprensa nos trabalhos de divulgação do Maranhão nos mais diversos tipos de mídia; O orçamento inicial foi insuficiente havendo a necessidade de suplementação devido a crescente participação em eventos turísticos e de representação do Estado. Possui estrutura definida e obteve suporte logístico conforme planejado. Os Polos criados pelo Ministério para o Estado do Maranhão foram divididos em 10 Pólos: Polo São Luis (4); Polo Amazônia Maranhense (3); Polo Chapada das Mesas (5); Polo Cocais (5); Polo Delta das Américas (4); Polo Floresta dos Guarás (7); Polo Lagos e Campos Floridos (7); Polo Lençóis Maranhenses (3); Polo Munin (5); Polo Serras Guajajara, Timbira e Kanela (3). No entanto, existe a necessidade de se investir em recursos humanos para que com responsabilidade e competência, possamos desenvolver este Programa com atributos consistentes, contribuindo para o engrandecimento turístico-cultural e ambiental do nosso Estado e atuando com base nos princípios de sustentabilidade ambiental, sociocultural e político-institucional, norteando a sua regionalização e promovendo os direitos do consumidor turista.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados foram positivos havendo superação da meta. Foram alcançados parcerias intersetoriais além de tornar o Maranhão membro da Comissão Integrada do Turismo do Nordeste/CTI-Nordeste com o objetivo difundir a promoção do nordeste como destino nacional e internacional. Os resultados alcançados foram apresentados ao Conselho Representativo através de reunião de plenário. Este programa possui ações direcionadas por macro regiões o que possibilita o alcance parcial em alguns casos. Deve ser um programa contínuo pois o problema ainda persiste.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(2737) - Marketing e Promoção do Destino Maranhão	Evento realizado	unidade	18,00	30,00	1,67	700.000,00	1.012.140,00	1.004.183,07	1.004.183,07	0,99	1,68
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4320) - Segmentação e Formatação de Produtos Turísticos	Produto turístico consolidado	unidade	4,00	6,00	1,50	79.990,00	2.810.326,00	2.347.180,51	2.233.185,74	0,79	1,89
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4786) - Melhoria Habitacional com foco na Proteção Social em Áreas Urbanas e Rurais	reforma realizada	unidade	10,00	10,00	1,00	50.000,00	10.097,00	9.638,00	9.638,00	0,95	1,05
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4820) - Fortalecimento da Produção Associada ao Turismo	grupo estruturado	unidade	50,00	51,00	1,02	85.000,00	85.000,00	66.239,00	66.239,00	0,78	1,31

(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4821) - Promoção à Atração de Investimentos no Turismo	montante de negócio turístico realizado	unidade	1,00	0,00	0,00	34.000,00	18.000,00	3.047,00	3.047,00	0,17	0,00
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4822) - Estudos e Pesquisas	dado publicado	unidade	10,00	3,00	0,30	60.000,00	1.776,00	1.776,00	1.776,00	1,00	0,30
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4823) - Turismo Sustentável e Infância	evento realizado	unidade	5,00	3,00	0,60	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,87

Eficiência (C/H) 0,89

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Apesar da maioria das metas apresentarem superação, destacando o grande aumento das taxas de ocupação hoteleira e movimentação turística na capital, ainda identificamos a dificuldade quanto a atração de investimentos no Estado fazendo com que o programa seja médio em eficácia e eficiência.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O resultado alcançado contribui de forma proativa com as diretrizes do Governo que desenvolvendo ações conforme planejamento, contribuindo assim para a diminuição do problema.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há indicador de desempenho intermediário.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

O indicador contribuiu para potencializar a economia do Estado por ocasião dos grandes eventos.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

O Maranhão possui potencial para alavancar e trazer para o nosso Estado desenvolvimento econômico através da promoção do turismo e divulgação de nossa cultura. RECOMENDAÇÕES: 1. Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras de forma precisa, dentro da realidade a que se aplica o Programa; 2. Formular indicadores de resultados que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Analisar os atributos dos programas, que por ocasião da revisão do PPA possam ser melhorados, desde que estejam em conformidade com a árvore de problemas e objetivos; 4. Quanto à execução orçamentária e financeira das ações, faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentação e empenho. Dentre as 7 ações que compõem o Programa uma não teve nenhuma movimentação por dois anos consecutivos. 5. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao Órgão, a fim de acompanhar mais de perto a execução do programa; 6. Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas, considerando descompasso entre o planejado e executado; 7. Realizar pesquisa satisfação, em especial dos eventos de grande porte no segundo ano do PPA (2017), atuando com medidas corretivas a fim de melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir de forma proativa para o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0544) - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

Unidade Executora: Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

Problema: Garantir a universalização dos ATER nas regiões.

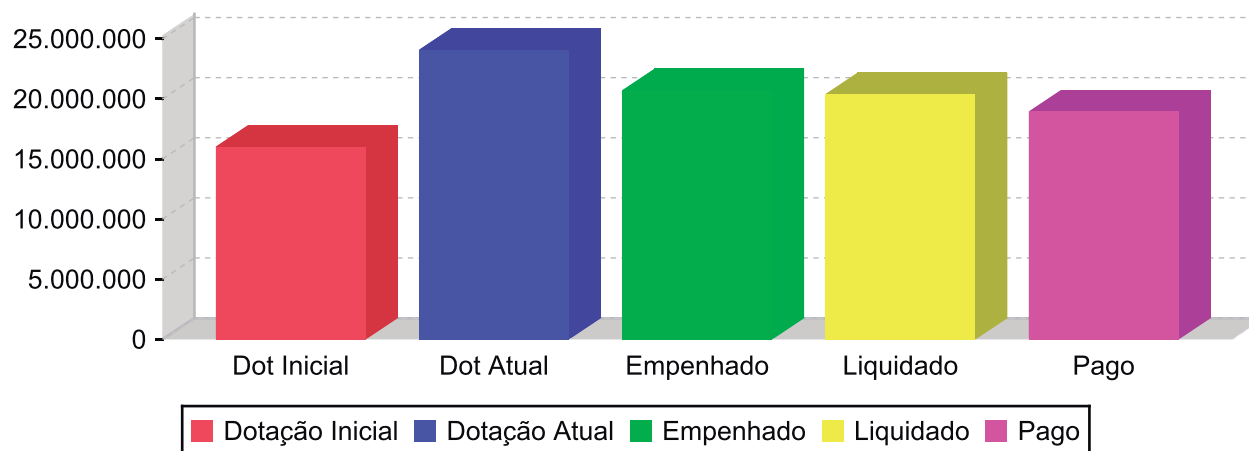
Objetivo: Melhorar e universalizar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

Público-Alvo: Agricultores Familiares, Quilombolas, Assentados, Agro-extrativistas, Pescadores artesanais, Aquicultores, Indígenas, vazanteiros, artesãos, Ribeirinhos, mulheres e jovens e agricultores.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 16.034.640,00 **Atual:** 24.094.891,36 **Variação(%)**: 50,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
16.034.640,00	24.094.891,36	20.726.236,58	20.407.363,46	18.955.657,16



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	AGERP/MA	Produtores rurais assistidos	30/12/2016	59.223,00	65.000,00	64.475,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

Quando da concepção do Programa utilizou-se como ferramenta, árvore de objetivos e problemas, onde foram definidas as ações/atividades de ATER, tendo como foco nas demandas advindas dos agricultores e agricultoras familiares e das instituições intersetoriais parceiras em todo o Estado do Maranhão. O problema identificado em relação à situação analisada continua atual, com o objetivo compatível para a solução do problema, tendo os beneficiários corretamente caracterizados e delimitados. Os produtos das ações foram bem definidos para mensuração das metas, com localizador de gastos definido para todo o Estado. O programa tem ação intersetorial, por meio de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica (ACT's), parcerias com as Prefeituras e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's). O programa não possui ação incluída no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico (PDS).

Quanto à Implantação/Execução

Na AGERP/MA existe autonomia gerencial para a execução do programa, realizada pela Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural quanto à identificação das demandas, definição das atividades de ATER e locais de implantação. Quanto ao orçamento inicial, este foi insuficiente pela inclusão dos programas Mais IDH, Mais Produção – Cadeias Produtivas, Programa Aquisição de Leite (PAA – Leite), Diques da Produção e Cadastro Ambiental Rural (CAR) que não foram contemplados no Programa de ATER, contudo, com o orçamento final Lei + Crédito, foi suficiente para o cumprimento das metas. Existe plano interno para cada investimento compatível com as ações a ele vinculado, cujas despesas mensais cabem na cota liberada conforme previstas na Programação Orçamentária. O controle de custo é realizado por meio de relatórios. Foram formadas parcerias institucionais para implementação do programa com: a SAGRIMA, SEDES, SAF, SEDIHPOP, SEIR, SEAD, ANATER, MDS, Prefeituras Municipais e Organizações Sociais. Embora a AGERP/MA disponha de uma equipe técnica qualificada, ainda há dificuldades quanto à exclusividade, infraestrutura e logística para a execução do Programa.

Quanto aos Resultados

Os resultados do Programa foram submetidos à apreciação das instâncias superiores por meio de relatórios e foram potencializados por ações de outros órgãos setoriais e entidades vinculadas por meio de atividades de distribuição de sementes – Programa Mais Sementes, kits de irrigação (quintais produtivos) – Mais Irrigação e assistência técnica – Programa Mais Produção – Cadeias Produtivas. Não foi prevista na avaliação do Programa a realização de pesquisa de satisfação junto aos beneficiários sobre os resultados. Houve participação social dos beneficiários no Programa durante a sua execução. Identifica-se como fatores críticos de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa, a formação de parcerias institucionais, a liberação dos recursos do PPA 2017 e o comprometimento da equipe. Como entraves para o alcance dos resultados do programa, destacam-se: quantidade de técnicos insuficientes, baixa remuneração salarial e deficiência na estrutura física e logística. A ação “Gestão do Programa” contribuiu favoravelmente para a melhoria da execução do programa, por garantir as despesas não contempladas na descrição das ações/atividades. As metas físicas estão corroborando para a eficiência do Programa, contudo continuam aquém da real necessidade para atendimento aos seus objetivos. Os benefícios que o programa gerou para a sociedade se traduzem pela melhoria da qualidade de vida do público atendido pelos serviços de ATER. O Programa Possui projetos estratégicos tais como: Mais IDH, Mais Sementes e Mais Produção – Inclusão Sócio Produtiva.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico						Financeiro				
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(4775) - Apoio ao Sistema Estadual da Assistência Técnica	Agricultor familiar assistido	unidade	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(3079) - Reestruturação das Agências de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	unidade	20,00	20,00	1,00	340.000,00	3.053.465,02	1.282.130,00	1.247.477,00	0,41	2,45
(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(3241) - Sistema Informatizado de ATER	Sistema implantado.	unidade	1,00	0,00	0,00	18.000,00	346,00	346,00	346,00	1,00	0,00
(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	14.700.000,00	16.222.062,00	15.719.752,09	15.435.531,97	0,95	0,00
(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(4647) - Capacitação de Agentes da Agricultura Familiar	Pessoa capacitada	unidade	515,00	44,00	0,09	241.640,00	445.132,16	24.350,00	24.350,00	0,05	1,56

(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(4649) - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	Agricultor familiar assistido.	unidade	4,00	4,00	1,00	10.000,00	10.000,00	9.885,00	9.885,00	0,99	1,01
(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(4778) - Execução dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	Agricultor familiar assistido	unidade	65.000,00	64.475,00	0,99	715.000,00	4.353.886,18	3.689.773,49	3.689.773,49	0,85	1,17

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,51

Eficiência (C/H)

1,06

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A execução desse Programa de acordo com a escala de valoração, foi de não eficácia (0,51) em função da não execução das ações 4775 - Apoio ao Sistema Estadual da Assistência Técnica, esta coordenada pela SAF e a 3241 - Sistema Informatizado de ATER. Contudo o Programa foi Muito Eficiente (1,06), em função dos resultados das ações 3079 - Reestruturação das Agências de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, 4649- Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar e 4778 - Execução dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, que foi executada 85% de sua meta.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

No exercício 2017, referente ao PPA 2016-2019 o Programa tem se mantido fiel à diretriz e aos resultados mostrando consistência cooperação e coadunação quanto as linhas estratégicas do Governo, mantendo bons resultados mesmo diante das adversidades.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O indicador de despenho intermediário está compatível com os resultados esperados.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não se aplica. Pois até o presente momento o Órgão não possui indicador de desempenho socioeconômico.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verificou-se por meio da execução física, que as Ações 3079 ,4778 e 4649 atingiram suas metas em 100%, contribuindo para a Universalização dos serviços a todos os agricultores familiares maranhenses. Recomenda-se: 1- Sugere-se verificar se está havendo alocação adequada de recursos nas ações finalísticas; 2- Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de modo a permitir um melhor acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 3- Sugere-se rever a necessidade de permanência da ação 4775 - Apoio ao Sistema Estadual da Assistência Técnica, já que não houve execução orçamentária e financeira no exercício 2017; 4- Verificar a necessidade de redefinição do problema central, quando da elaboração do novo PPA.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0546) - Defesa Agropecuária

Unidade Executora: Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão

Problema: Baixo nível de sanidade dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

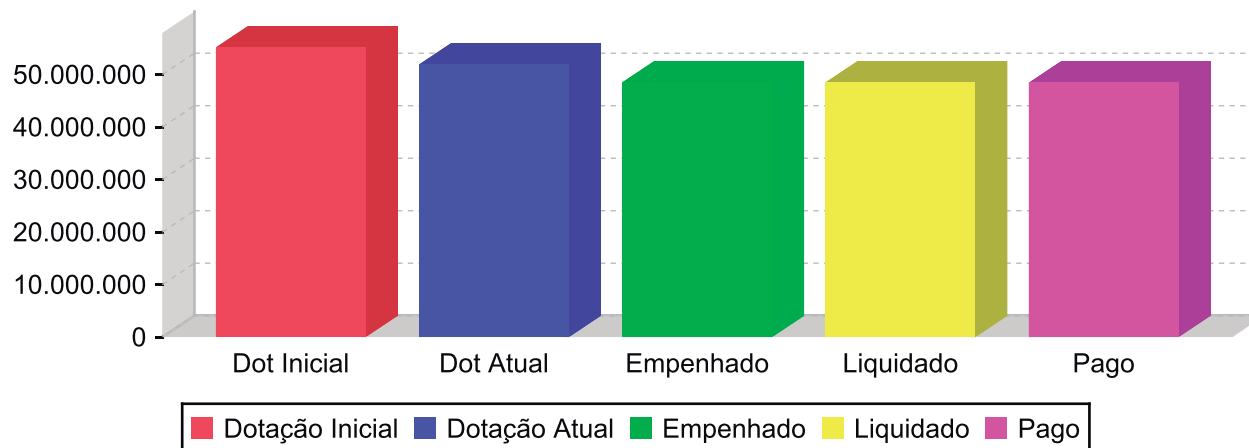
Objetivo: Aumentar o nível de segurança alimentar em produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, através de ações de defesa agropecuária, que assegurem a oferta de produtos e subprodutos de qualidade e promoção da saúde pública e preservação do meio ambiente.

Público-Alvo: Produtores rurais, proprietários de estabelecimentos que produzem produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, proprietários de lojas de revendas de produtos veterinários e de agrotóxicos, proprietários de empresas prestadoras de serviços de aplicação de agrotóxicos, condutores de veículos que transportam animais, produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, proprietários de animais que participam de eventos agropecuários (exposições, feiras, leilões, vaquejadas, rodeios, prova de laço, prova de tambor), sindicatos, associações e cooperativas de produtores rurais e outras entidades afins.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 55.164.787,00 **Atual:** 51.921.418,00 **Variação(%)**: -6,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
55.164.787,00	51.921.418,00	48.525.134,20	48.500.840,79	48.440.954,17



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**6.1. Análise Crítica do Programa****Quanto à Concepção**

O problema identificado em relação à situação analisada continua atual porque, embora se tenha alcançado avanços sanitários na defesa animal e vegetal, ainda existem enfermidades e pragas prevalentes no Estado que afetam a produção agropecuária. Necessita-se ainda fomentar a agroindústria, principalmente aquela de origem familiar garantindo a segurança alimentar e qualidade de vida do produtor ligado ao setor primário. Entretanto, a deficiência estrutural, a carência de recursos humanos e financeiros compromete a sanidade dos rebanhos e lavouras e a qualidade dos produtos de origem vegetal e animal em todas as cadeias e arranjos produtivos. Outrossim, o objetivo do programa ainda pode ser considerado compatível com a solução do problema em virtude dos avanços sanitários alcançados não serem estáticos e dependerem de intensa vigilância epidemiológica a fim de que pragas vegetais e enfermidades animais erradicadas não voltem a ser endêmicas, pondo em risco a economia do Estado e saúde da população. O público alvo (beneficiários) está corretamente caracterizado e delimitado, bem como as ações estão suficientes para atender o objetivo do programa posto que este fora estruturado em ações demandadas pelos eixos e diretrizes de governo do Estado, Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento e Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). As metas físicas expressam o produto (bens e serviços) entregáveis ao público alvo continuam suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa em virtude de terem sido revisadas e ajustadas no exercício orçamentário 2017, na revisão do PPA 2016-2019. O setor não dispõe de funcionalidade de um Conselho para deliberar assuntos da Política de Defesa Agropecuária do Maranhão. Utiliza-se para discutir e expor os resultados das ações de defesa agropecuária os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-MA); de Desenvolvimento Rural Sustentável da Política de Fortalecimento da Agricultura Familiar–(Cedru); e as câmaras setoriais das principais cadeias produtivas do Estado, além do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária - FONESA. No programa não foi prevista avaliação do mesmo por representações do público alvo, nem apresenta ação incluída no Plano de Desenvolvimento Social do Maranhão – PDS.

Quanto à Implantação/Execução

A Aged-Ma tem a prerrogativa institucional (autoridade sanitária) de planejar e executar o Programa de Defesa Agropecuária no Estado, em consonância com as diretrizes e normas instituídas pelo Ministério da Agricultura (MAPA), em concordância com os interesses da política setorial da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -Sagrima. O orçamento inicial aprovado destinado ao programa foi suficiente para o cumprimento das metas previstas visto que as metas físicas do programa foram planejadas e ajustadas ao orçamento inicial aprovado. Entretanto, As cotas financeiras não foram liberadas conforme previsto na programação orçamentária aprovada. Para execução do programa foram firmadas parcerias institucionais, através de termos de cooperação técnica, entre eles: Faema/Senar, Fundepec, Uema, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Estadual, Secretaria de Estado da Fazenda – Sefaz, Polícia Militar, Conselho de Medicina Veterinária, com vistas ao alcance do objetivo do programa. O programa contou com equipe técnica qualificada e com dedicação exclusiva para sua execução, mas não em número suficiente para coordenação das ações. O programa não teve materiais e equipamentos em quantidade suficientes para sua implantação. A estrutura física oriunda da capilaridade da Aged em sua maioria é deficiente inclusive não oferecendo condições satisfatórias de trabalho.

Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram submetidos à apreciação às instâncias superiores de decisão do órgão por meio de relatórios e reuniões técnicas de análise e avaliação. Depois de serem convalidados são encaminhados para o conhecimento das instâncias superiores. Os resultados alcançados pelo programa foram potencializados por ações de programas de outros órgãos setoriais ou entidades vinculadas nas AGRITEC's a AGED fora demandada pela sociedade no que tange à regularização da agroindústria familiar e sanidade dos organismos aquáticos, potencializando assim as ações de educação sanitária da Agência. Os resultados obtidos pelo programa lançados no SISPCA são compatíveis com aqueles existentes no PPA, LDO e LOA, visto que foram planejados de acordo com o orçamento disponível e ajustados de acordo com a realidade da Agência. Houve participação social dos beneficiários (público alvo) do programa durante a sua execução com vacinação animal compulsória que determina ao criador a aquisição das vacinas específicas, na realização dos exames e testes imunológicos com fins de emissão de GTA e outras documentações sanitárias; na contribuição para o Fundepec; colaborando no recolhimento itinerante de embalagens vazias de agrotóxico, através da iniciativa da Associação dos Criadores, Sindicatos Rurais, Prefeituras e dos Comitês Municipais de Saúde Animal que divulgam as campanhas e fazem doação de insumos, além de apoiarem a execução das atividades. Não foi realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários (público alvo) sobre os resultados do programa. Os resultados alcançados pelo programa estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão pois seguem as diretrizes e eixos de governo, assim como, as ações estratégicas do setor agropecuário do Estado por meio do Plano Agrícola e Pecuária do Maranhão – PAP, do Plano Nacional de Defesa Agropecuária - PNDA e da Organização Mundial de Saúde Animal. Destacam-se como fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa: • Sensibilização e adesão do público alvo as ações do Programa; • Boa capilaridade dos escritórios, presentes grande parte dos municípios maranhenses; • Adequado planejamento das ações de acordo com o orçamento disponível na agência. enquanto os três principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa foram: • Precariedade da estrutura física e logística das Unidades e Barreiras; • Contingenciamento do orçamento da fonte 101 • Não liberação das cotas da fonte 118 em sua totalidade e conforme o previsto.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(13202) - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	51.574.787,00	48.029.633,00	47.518.495,53	47.516.395,53	0,99	0,00
(13202) - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	(4520) - Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	Pessoa beneficiada	unidade	24.495,00	28.813,00	1,18	58.955,00	249.874,00	164.964,00	164.964,00	0,66	1,78
(13202) - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	(4521) - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais	Fiscalização realizada	unidade	54.947,00	45.755,00	0,83	1.950.660,00	2.139.526,00	283.353,00	273.660,44	0,13	6,51
(13202) - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	(4523) - Fiscalização do Trânsito de Animais e seus Produtos e Subprodutos	Fiscalização realizada	unidade	77.000,00	89.145,00	1,16	291.017,00	291.017,00	110.925,50	110.925,50	0,38	3,04
(13202) - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	(4524) - Fiscalização dos Estabelecimentos de Produtos e Subprodutos de Origem Animal	Fiscalização realizada	unidade	1.036,00	1.177,00	1,14	96.270,00	96.270,00	44.383,50	44.383,50	0,46	2,46
(13202) - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	(4525) - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	Fiscalização realizada	unidade	47.000,00	91.502,00	1,95	540.000,00	500.000,00	62.867,50	62.867,50	0,13	15,48
(13202) - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	(4528) - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins	Fiscalização realizada	unidade	1.943,00	1.982,00	1,02	150.000,00	150.000,00	47.066,00	47.066,00	0,31	3,25
(13202) - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	(4737) - Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa com Vacinação	Fiscalização realizada	Unidades	20.670,00	20.572,00	1,00	503.098,00	465.098,00	293.079,17	280.578,32	0,60	1,65

Média: Eficácia (B/A) = C 1,18 Eficiência (C/H) 4,81

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50
Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

4520 - Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária Houve superação das metas físicas devido ao incremento de recursos oriundos do convênio com o Fumacop (Fonte 0322) e participação comunitária efetiva quanto à ação da AGED nas AGRITEC'S. 4521 - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais A aparente eficiência do programa se deve à dotação inicial contemplar previsão orçamentária de convênio com o MAPA o qual não foi efetivado no exercício financeiro 2017. 4523 - Fiscalização do Trânsito de Animais e seus Produtos e Subprodutos O incremento da meta física se deu em virtude da intensificação da fiscalização do trânsito de animais, seus produtos e subprodutos por meio das blitz volantes, visando coibir o transporte irregular de cargas, assim como garantir a oferta de alimentos seguros ao consumidor. 4524 - Fiscalização dos Estabelecimentos de Produtos e Subprodutos de Origem Animal Houve superação da meta física devido ao registro oficial de estabelecimentos beneficiadores de carne, abatedouros, que demandam visitas diárias de acompanhamento do abate de bovinos. 4525 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais A meta física executada supera o planejado em virtude da aquisição do programa SIAPEC e implantação do mesmo nas barreira fitossanitárias de forma aprimorar o detalhamento do trânsito das cargas vegetais no Estado do Maranhão.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados obtidos do Programa revelam um grau satisfatório de atingimento dos objetivos que orientaram a sua consolidação, haja vista que expressa a variação do setor agropecuário.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Os resultados alcançados contribuíram com o indicador de Desempenho Socioeconômicos do Programa.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verificou-se por meio da execução física que houve superação das metas nas ações 4520, 4523 e 4525 e que as demais ações foram eficazes e eficientes. Recomenda-se: 1- Continuar procedendo o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente, bem como o acompanhamento e monitoramento das ações programadas no SISPCA;

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0572) - Mais Pescado

Unidade Executora: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

Problema: Baixa produção extrativa e de cultivo aquícola.

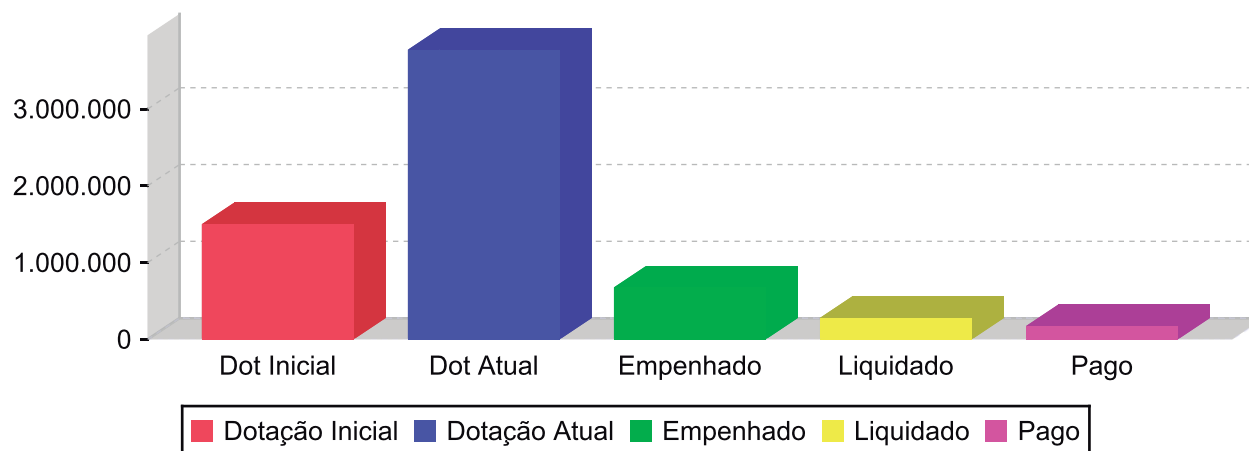
Objetivo: Promover o incremento da produção pesqueira extrativa e de cultivo no Estado

Público-Alvo: Pescadores e aquicultores

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 1.500.000,00 **Atual:** 3.772.950,00 **Variação(%)**: 152,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
1.500.000,00	3.772.950,00	676.939,22	286.314,10	173.446,00



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL DA PESCA ARTESANAL (EM TONELADAS)

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO						
Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de Produtores Aquícolas/ano	SAGRIMA	unidade	29/12/2008	1.352,00	1.250,00	1.600,00
Pescadores Aquícolas Legalizados	SAGRIMA	unidade	29/12/2008	175.934,00	185.934,00	140.000,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção conformidade com as diretrizes de governo, pois o incentivo e a sensibilização de empreendedores privados para investir no setor pesqueiro e aquícola do Estado são ações permanentes e constantes da SAGRIMA, contudo, ainda apresenta índices de baixa produção das atividades de pesca extrativa e do cultivo aquícola. O objetivo do programa é perfeitamente compatível por contribuir com a solução da problemática identificada, haja vista que os esforços de se buscar a instalação de Empresa de porte na produção de camarões marinhos no município de Santa Rita. O mesmo acontece com a produção de ostras. No tocante ao público alvo o mesmo continua sendo corretamente caracterizado. As ações estão contribuindo para alcançar o objetivo do Programa, embora insuficientes em função do tamanho do público meta, as ações qualitativamente têm demonstrado resultados significativos tais como: aumento de produção em mais de 170.070 dos assistidos nos municípios de Viana e Matinha. Elevação de 46,34% na renda gerado do beneficiário das ações, devido as adequações tecnológicas, uso de insumos e assistência técnica gerencial.

Quanto à Implantação/Execução

Com relação à implantação do Programa e gerenciamento do mesmo é de responsabilidade da Secretaria Adjunta de Aquicultura e Pesca que faz a interface com a direção superior do órgão e dos setores de planejamento estratégico e de atividades meio da instituição. O orçamento inicial e final aprovados foi liberado conforme o previsto na programação orçamentária aprovada. Foram formadas as seguintes parcerias institucionais com órgãos federais do sistema "S", CODEVASF, Implementação do ensino para a Formação Profissional Rural- FPR e Promoção Social para pescadores e aquicultores do Estado do Maranhão. Vale salientar para a consecução do programa a Secretaria Adjunta de Pesca e Aquicultura- SEPAQ dispõe de poucos técnicos no seu quadro. Com relação a infraestrutura logística, materiais e equipamentos o programa não conta com os mesmos em quantidade e qualidade suficientes para sua implementação. O controle do custo do programa é realizado pelo setor de materiais da SAGRIMA, o qual tem a evolução de preços dos insumos necessários para o funcionamento da Secretaria e a ASPLAN possui os custos unitários das ações que norteiam o quando da elaboração do orçamento anual.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados pelo programa foram submetidos às instâncias superiores através de reuniões técnicas e relatórios de avaliação por decisão da direção superior do Órgão, os quais foram potencializados por ações de programas de outros órgãos setoriais dentre os quais podemos destacar: Secretaria de Programas Especiais- SEPE e a Vice-governadoria, com as quais estão sendo empreendidas Missões Governamentais e Empresariais ao Continente Asiático na busca de investimentos e parceria nas áreas da pesca e aquicultura; FAPEMA e EMBRAPA com as quais foram articulados atendimento às demandas de pesquisa e inovação que contribuam para o incremento da produção e produtividade pesqueira e aquícola. Não foi realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários, pois a Secretaria Adjunta não disponibilizou instrumentos que possibilitasse a sua realização. Os resultados pelo Programa Mais Pescados contribuíram significativamente para a consecução dos objetivos setoriais do órgão, pois o mesmo alcançou as metas planejadas para o ano de 2017. Podemos destacar três fatores que contribuíram para o sucesso do alcance dos resultados do Programa: parceria firmada com os governos federal e municipal, representações de classes como Colônia de Pescadores, Sindicatos e Associações; além da participação social dos beneficiários do programa através de encontros, reuniões e dias de campo. Dentre os benefícios que o Programa gerou para a sociedade podemos destacar os projetos de produção aquícola (tanque-rede), por exemplo, promovem a incorporação de atividade alternativa pelas comunidades, diversifica o mercado do pescado, além de contribuir com a fixação das pessoas no seu local de origem, criando novas tradições sem maiores impactos na cultura uma vez que a atividade planificada que contribui para complementar a renda das comunidades e melhorar a qualidade de vida das pessoas beneficiadas. Dentre os principais entraves enfrentados para o alcance das metas estabelecidas, destacam-se: Reduzido quadro técnico e materiais/equipamentos insuficientes para atender a demanda dos beneficiários. O Programa não possui projetos estratégicos do governo.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)												
Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(13101) - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA,PECUÁRIA E PESCA	(3224) - Implantação de Modelos Experimentais de Produção Aquícola	Modelo experimental implantado	unidade	2,00	0,00	0,00	369.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(13101) - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA,PECUÁRIA E PESCA	(4698) - Fomento a Pesca Extrativa Maranhense	Pescador beneficiado.	unidade	45,00	45,00	1,00	575.000,00	891.705,00	323.068,06	0,00	0,00	
(13101) - SECRETARIA DE ESTADO DA	(4699) - Fomento a Pesca Extrativa Maranhense	pescado beneficiado	Unidades	15,00	52,00	3,47	555.838,00	2.881.245,00	353.871,16	280.314,10	0,10	35,63

Média:

Eficácia (B/A) = C 1,49

Eficiência (C/H) 11,56

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

O produto obtido na execução física do programa caracteriza-se como eficaz, pois seu índice alcançou 1,49. A execução financeira tem como coeficiente 11,56, caracterizando-se como muito eficiente, estes coeficientes estão diretamente relacionados com a Ação 4699- Fomento a Produção Aquícola Maranhense onde houve superação da meta, mas também vale ressaltar a meta física executada na Ação 4698- Fomento a Pesca Extrativa Maranhense a qual teve em sua execução planejada e executada 100%.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados obtidos do Programa revelam um grau satisfatório de atingimento dos objetivos que orientaram a sua consolidação, haja vista que expressa a variação do setor agropecuário.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os indicadores que norteiam o atingimento das metas do Programa revelam um grau êxito na operacionalidade e estratégias na execução foram concebidas.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Os resultados alcançados contribuíram com o indicador de Desempenho Socioeconômicos do Programa, por meio do aumento da produção de pescado extrativa e de produtos aquícolas.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomenda-se: 1- proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente, bem como um acompanhamento e monitoramento das ações programadas no SISPCA, 2- Avaliar as ações que necessitam ser aperfeiçoadas, 3- Faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações e empenho. Considerando que esta é a segunda avaliação referente ao PPA 2016-2019 ressaltamos a necessidade de que as medidas corretivas apontadas acima poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e contribuir para a melhoria da qualidades de vida da população do estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0576) - Desenvolvimento Sustentável do Setor Mineralógico e Energético

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia

Problema: Alta dependência de pesquisa técnica e científica que demanda tempo e recursos financeiros para a exploração da capacidade de geração de Energia e Exploração na área mineralógico.

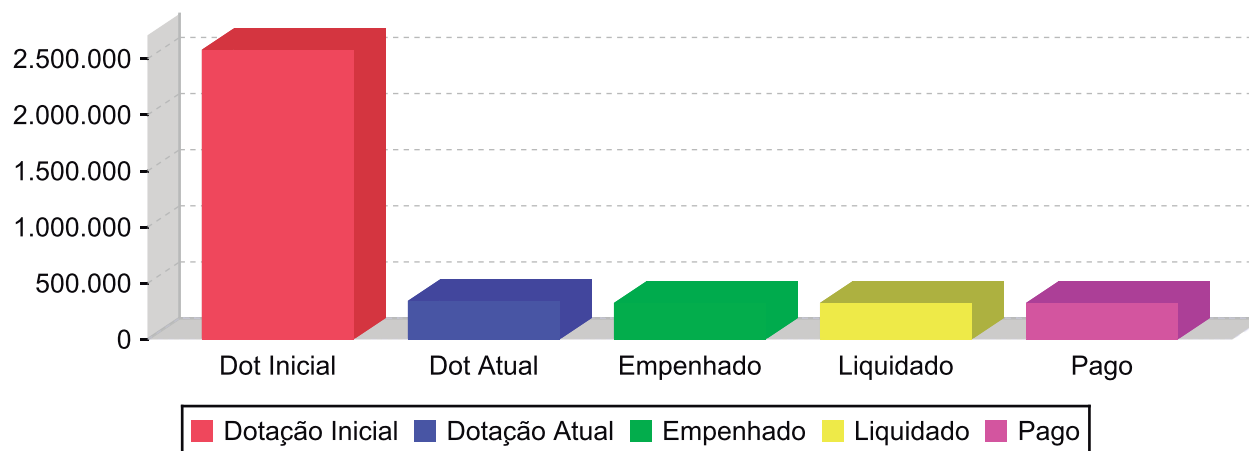
Objetivo: Estimular a expansão da capacidade de geração de energia e a exploração mineralógica, com a utilização crescente de fonte alternativas e renováveis no Estado do Maranhão.

Público-Alvo: Sociedade Maranhense

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 2.580.245,00 **Atual:** 343.139,00 **Variação(%):** -87,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2.580.245,00	343.139,00	324.721,93	324.721,93	324.721,93



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Ampliar as políticas públicas de qualificação profissional, geração de emprego e renda elevando a produtividade do trabalhador e inserção no mercado de trabalho.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa apresenta em sua concepção, coerência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore do problemas e objetivos. Além disso, o programa foi concebido em conformidade com as diretrizes de governo.

Quanto à Implantação/Execução

O Orçamento inicial aprovado foi suficiente para o cumprimento das metas, entretanto houve remanejamento de recursos, o que prejudicou a execução do programa. As cotas financeiras foram liberadas conforme previsto na programação orçamentária aprovada. O programa teve infraestrutura, logística, materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes, porém, no que diz respeito à equipe técnica, o quadro de funcionários não foi suficiente para atender às demandas

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa não foram satisfatórios, uma vez que a meta planejada foi comprometida em função do remanejamento realizado no programa. Não foram realizadas pesquisas de satisfação junto ao público-alvo. Os fatores que mais contribuiriam para o alcance dos resultados foram: senso de equipe, responsabilidade e comprometimento. Por outro lado, os principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados foram: escassez de recursos e equipe técnica reduzida.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(23101) - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	0,00	154.414,77	154.413,92	154.413,92	1,00	0,00
(23101) - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia	(4689) - Apoio ao Desenvolvimento Energético	Evento realizado	unidade	3,00	2,00	0,67	0,00	29.700,00	19.613,78	19.613,78	0,66	1,01
(23101) - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia	(4690) - Apoio à Implantação de Projetos de Mineração	Pesquisa Realizada	unidade	8,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.670,00	1.670,00	0,17	0,00
(57101) - Secretaria de Estado de Minas e Energia	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	2.369.245,00	149.024,23	149.024,23	149.024,23	1,00	0,00
(57101) - Secretaria de Estado de Minas e Energia	(4689) - Apoio ao Desenvolvimento Energético	Evento realizado	unidade	0,00	0,00	0,00	121.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(57101) - Secretaria de Estado de Minas e Energia	(4690) - Apoio à Implantação de Projetos de Mineração	Pesquisa Realizada	unidade	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,17

Eficiência (C/H)

0,25

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Média Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa, indica o valor da eficácia de 0,17, que na escala de valorização adotada na metodologia desta avaliação, revela que o programa foi eficaz. e

no que se refere à eficiência, a avaliação efetuada da relação das metas física e financeira do programa, indica baixa eficiência no valor de 0,25. O valor obtido pode ser explicado, pelo remanejamento de recursos das ações finalísticas para a ação gestão do programa. E Consequentemente a não execução das ações 4689 e 4690.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa contribui através da sua diretriz estabelecida no PPA, para fortalecimento da produção, assim como o aumentou da renda e melhoria na qualidade de vida, além da redução da dependência do fornecimento de energia elétrica da concessionária, tornando a agricultura econômica.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não possui indicador de desempenho intermediário.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não possui indicador de Socioeconômico do PPA.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Na área da energia foram realizadas ações de estímulo à promoção da utilização de energias renováveis, firmadas parcerias com empresas atuantes na área de mineração. Recomendações: 1- Verificou-se que a ação Gestão do Programa, cuja finalidade corresponde às despesas que contribuem para o objetivo do programa, mas não são passíveis de apropriação direta, apresentou movimentação orçamentária superior às demais ações finalísticas. Sugere-se verificar se está havendo alocação adequada dos recursos nas ações finalísticas; 2- Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente, bem como um acompanhamento e monitoramento das ações programadas, 3 - Definir indicadores que possibilitem mensurar, medir, monitorar e avaliar o programa de forma mais precisa na solução do problema; 4- Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações, bem como as metas físicas e financeiras adequadas as mesmas. Considerando que esta avaliação é referente ao primeiro exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas, poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0579) - Promoção do Trabalho Digno

Unidade Executora: Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária

Problema: Alto índice de desemprego

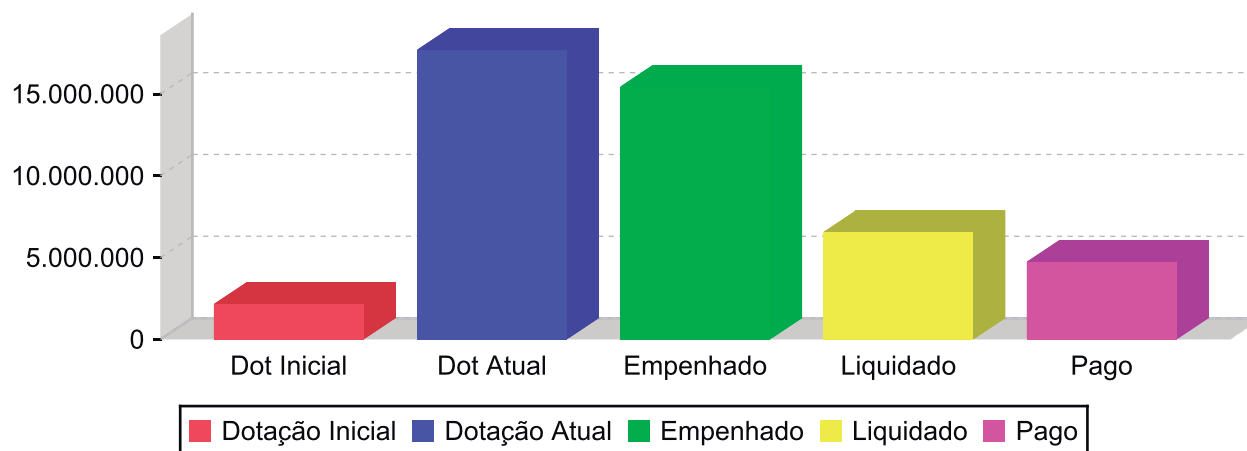
Objetivo: Propiciar de forma integrada o acesso da população economicamente ativa do Estado do Maranhão às iniciativas geradoras de trabalho e renda adequadas às exigências do mercado.

Público-Alvo: População economicamente ativa.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 2.160.943,00 **Atual:** 17.705.604,19 **Variação(%)**: 719,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2.160.943,00	17.705.604,19	15.452.159,14	6.566.196,95	4.744.888,24



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Ampliar as políticas públicas de qualificação profissional, geração de emprego e renda elevando a produtividade do trabalhador e inserção no mercado de trabalho.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O problema continua atual, a política voltada à redução do índice de desemprego é de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado. O Programa contempla ações que visam a inserção do trabalhador no mercado, proporcionando avanço quanto ao aumento da empregabilidade e consequentemente a redução de desemprego.

Quanto à Implantação/Execução

Quanto à implementação/Execução, o Programa buscou linhas estratégicas e tem autonomia gerencial. Foram firmadas parcerias institucionais para a realização de oficinas voltadas aos trabalhadores informais; facilitação do acesso do trabalhador desempregado através de cadastros no Sistema Nacional de Emprego - SINE e encaminhamento ao trabalho.

Quanto aos Resultados

O Programa teve resultado favorável e foi apreciado através de relatórios estatísticos. Atingiu a meta esperada devido a execução das ações que foram bem desenvolvidas de forma global. Houve falta de lançamento de meta física na ação 2484 - Seguro Desemprego, afetando em seu grau de valoração. Durante a execução houve necessidade de suplementação para melhor desempenho da ação 2481- Intermediação de Mão de Obra.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(51101) - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária	(2481) - Intermediação de Mão de Obra	Trabalhador assistido	unidade	4.221,77	68.547,00	16,24	2.060.943,00	17.605.604,19	15.377.913,14	6.491.950,95	0,37	44,03
(51101) - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária	(2484) - Seguro Desemprego	Trabalhador habilitado	unidade	0,00	54.996,00	0,00	20.000,00	20.000,00	16.522,00	16.522,00	0,83	0,00
(51101) - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária	(4624) - Microcrédito Produtivo Orientado	Micro empreendedor atendido	unidade	1.964,00	875,00	0,45	80.000,00	80.000,00	57.724,00	57.724,00	0,72	0,62

Média:

Eficácia (B/A) = C 5,56

Eficiência (C/H) 14,83

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Media Eficiência = $0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa, indica o valor da eficácia de 5,56, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, revela a Eficácia do programa que pode ser explicada pelo desempenho da Ação 2481 - Intermediação de Mão de Obra que teve sua meta superada. No que se refere a Eficiência o Programa teve avaliação do grau de eficiência "Muito Eficiente" demonstrado através da ação: 2481 - Intermediação de Mão de Obra e da Ação 4624 - Microcrédito Produtivo Orientado que teve sua meta executada em 0,45%. A meta física planejada referente a ação 2484 - Seguro Desemprego não foi lançada, porém consiste de uma ação para realização de pagamento de seguro desemprego.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa atendeu as diretrizes governamentais que tem como par metro: ampliar as políticas publicas de qualificação profissional, geração de trabalho, emprego e renda , elevando a produtividade do trabalhador e

inserção no mercado de trabalho” e linhas estratégicas: INTERMEDIAR a colocação dos trabalhadores (as) no mundo do trabalho CONTRIBUIR para o desenvolvimento dos micro e pequenos empreendedores no Estado. ORIENTAR e habilitar o trabalhador para ter acesso ao seguro desemprego para reinserção no mercado de trabalho.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Número de trabalhadores assistidos. Quanto aos intermediários foram assegurados com a implantação dos projetos especiais : Mutirão Rua Digna e Mais Emprego, que fomentou a ampliação do quantitativo de trabalhadores assistidos.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

O Encaminhamento ao emprego formal e a trabalhos temporários, contribuiu favoravelmente para que o trabalhador desempregado pudesse ampliar suas chances de inserir-se no mercado de trabalho melhorando sua renda, qualidade de vida e dignidade humana.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomendações: Realizar lançamento das informações das metas físicas de forma tempestiva no SISPCA, a fim de permitir um melhor monitoramento do Programa pelo Núcleo Temático; Adequação das metas físicas e financeiras; Adequação dos recursos disponibilizados para a realização do Programa;

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0580) - Mais Qualificação para o Trabalho

Unidade Executora: Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária

Problema: Baixa oferta de cursos para qualificação profissional para a população.

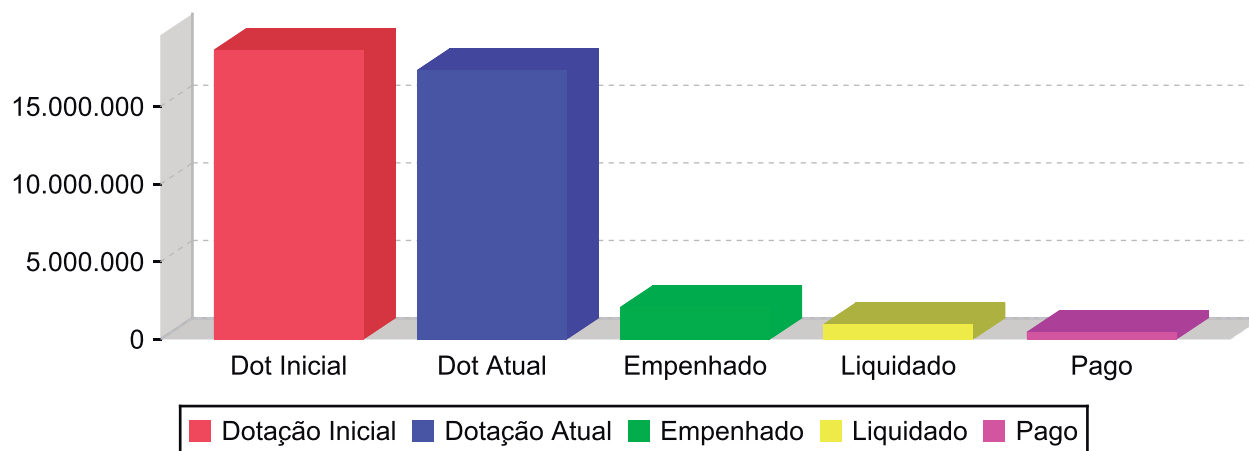
Objetivo: Expandir a oferta de cursos de qualificação profissional, promovendo a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho.

Público-Alvo: População na economicamente ativa na faixa etária de 18 a 35 anos

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 18.662.835,00 **Atual:** 17.357.294,00 **Variação(%)**: -7,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
18.662.835,00	17.357.294,00	2.094.804,50	991.924,17	482.978,89



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Ampliar as políticas públicas de qualificação profissional, geração de emprego e renda elevando a produtividade do trabalhador e inserção no mercado de trabalho.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
NUMERO DE VAGAS CRIADAS	SISPCA/SECTI	unidade	30/12/2017	16.130,00	16.130,00	14.780,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

Quanto à concepção do Programa utilizou-se como ferramenta a árvore de objetivos e problemas, percebe-se que o problema ainda persiste apesar de alguns avanços. O objetivo do programa é compatível com a solução do problema. O público alvo está corretamente caracterizado e delimitado. O programa propõe beneficiar um público jovem e adulto que ainda não possui uma qualificação profissional ou que precisa de uma atualização, portanto bem caracterizado. O programa não possui ação incluída no PDS. Quanto as metas previstas, estas não foram suficientes para o atendimento do público alvo.

Quanto à Implantação/Execução

Quanto à sua implantação, existe autonomia gerencial, o orçamento inicial aprovado foi suficiente para o programa, bem como, o orçamento ao final da execução (Lei + Crédito). As cotas financeiras foram liberadas dentro do planejado, foram formadas parcerias com Prefeituras Municipais através de disponibilização de espaços escolares para que suas ações sejam realizadas. O Programa contou com equipe técnica qualificada e Infraestrutura e logística, materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados pelo Programa são submetidos as instâncias superiores de decisão do órgão por meio de relatórios, reuniões de trabalho e acompanhamento da execução de suas ações, foram potencializados por ações do IEMA através do pagamento de despesas com materiais didáticos e pagamentos de professores contratados. Os fatores que mais contribuíram para o alcance dos resultados foram: A oferta de cursos; a oportunidade oferecida pelo Governo do Estado ao público alvo e a responsabilidade da Secretaria ao alcance dos objetivos do Programa. Porém os principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados foram: A logística utilizada para a implantação e acompanhamento dos cursos profissionalizantes e a limitação orçamentária para uma maior cobertura no Estado. O Programa através da execução de suas ações, proporcionou ao público alvo a oportunidade de qualificação profissional e consequentemente, o aumento das chances de ingresso no mercado de trabalho e/ou tornar-se um empreendedor. Os resultados foram eficazes no que diz respeito aos atendimentos às metas estabelecidas, planejamento de acordo com o mercado de trabalho, parcerias com as instituições demandantes e eficiência nos serviços prestados pelas entidades executoras. As ações tiveram o monitoramento e a supervisão da assessoria de planejamento, bem como foram apresentadas para apreciação no Conselho Estadual do Trabalho.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficiência (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(14101) - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO	(4824) - Qualificação Profissional para o Turismo	pessoa qualificada	unidade	0,00	0,00	0,00	80.000,00	46.651,00	46.162,00	46.162,00	0,99	0,00
(15112) - Gerência de Inclusão Socioproductiva	(4785) - Qualificação Profissional para Inclusão Socioproductiva	Pessoa capacitada	unidade	60,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(24101) - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	(3237) - Expansão, Estruturação e Melhoria de Centros de Vocação Tecnológica - CVT	Vaga ofertada	Unidades	16.130,00	14.780,00	0,92	15.215.839,00	15.215.439,00	4.527,00	4.527,00	0,00	3.079,74
(24206) - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	(4829) - Qualificação Profissional para o Trabalho	Profissional qualificado	Unidades	125,00	117,00	0,94	1.836.996,00	47.232,00	44.823,50	44.823,50	0,95	0,99
(51101) - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária	(4708) - Qualificação Profissional e Cidadania	trabalhador qualificado	unidade	1.618,00	590,00	0,36	1.450.000,00	2.017.972,00	1.999.292,00	896.411,67	0,44	0,82
(51101) - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária	(4709) - Mais Aprendiz	jovem beneficiado	unidade	3.105,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Média Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Conforme metodologia adotada, o programa apresenta uma execução físico/financeira muito abaixo do esperado, tal fato deveu pela não atualização das metas físicas de algumas ações. Nesse panorama somente as ações 4829 e 3237 conseguiram eficácia em suas execuções. A avaliação efetuada com relação entre as metas física e financeira do programa indica o valor da eficácia 0,37, portanto Não Eficaz, quanto a Eficiência, o Programa obteve valoração 0,30 Baixa Eficiência, os resultados obtidos podem ser justificados pela Ação 4824, 4785 e 4709 não terem suas metas executadas.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram parcialmente para as diretrizes governamentais a ele associado, no sentido de expandir a oferta de cursos de formação profissional, através da implantação de novas unidades vocacional nos municípios do estado, incluindo nesse contexto os 30 municípios de baixo IDH. O Programa atendeu as diretrizes governamentais que tem como propósito: "ampliar as políticas públicas de qualificação profissional, geração de trabalho, emprego e renda, elevando a produtividade do trabalhador e inserção no mercado de trabalho" e linhas estratégicas: assegurar cursos de qualificação profissional promovendo a inclusão social e a inserção no mundo do trabalho, atendendo 49 municípios.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O programa apresentou como indicador de desempenho intermediário, o número de pessoas capacitadas, tendo com planejado 16.130 pessoas e beneficiando 14.780 pessoas, demonstrando um ótimo desempenho e contribuindo efetivamente para o alcance do objetivo do problema. Os indicadores de desempenho do referido Programa, compreende do número de trabalhadores capacitados. Os intermediários corresponderam para o alcance dos resultados bem como: nº de cursos realizados, número de municípios atendidos.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

O programa apresentou como indicador de desempenho intermediário, o número de pessoas capacitadas, tendo com planejado 16.130 pessoas e beneficiando 14.780 pessoas, demonstrando um ótimo desempenho e contribuindo efetivamente para o alcance do objetivo do problema. Constatou-se que os trabalhadores que realizaram cursos de qualificação profissional aumentaram as chances de cesso ao mercado de trabalho formal ou informal. De forma que possibilitou a inserção no mercado de trabalho.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomendações: 1 - Realizar o lançamento das metas físicas e financeiras no SISPCA regularmente, de forma a permitir um melhor monitoramento do Programa; 2 - Institucionalizar equipes técnicas que acompanhem o Programa, visando possibilitar sua mensuração; 3 - Formular indicadores de resultados intermediários que possibilitem a mensuração do desempenho do Programa; 4 - Analisar os atributos do Programa que, por ocasião da revisão do PPA, poderão ser melhorados, desde que em conformidade com a árvore de problemas e objetivos; 5 - Em relação à execução orçamentária e financeira das ações, faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações e empenho. Das 5 ações que compõem o Programa, 2 não tiveram movimentação; 6 - Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas, considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0581) - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agricultura Familiar

Unidade Executora: Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

Problema: Agricultura familiar baseada em tecnologias rudimentares, pouco acesso aos mercados locais e regionais, reduzida escala de produção e diversificação, além da ineficiência de gestão na maioria das unidades produtivas.

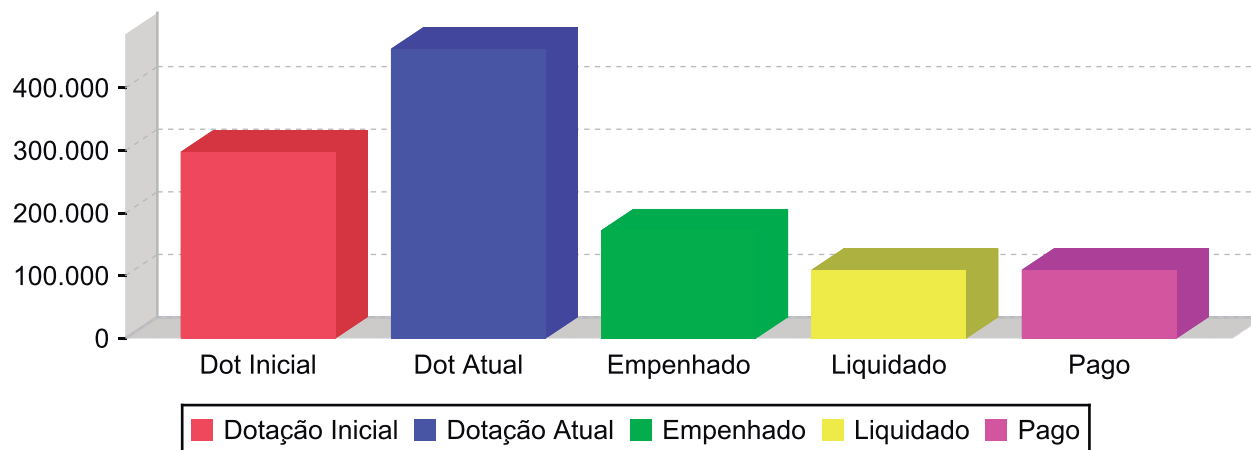
Objetivo: Gerar e adaptar sistemas produtivos (da agricultura, da pecuária, da pesca artesanal, da aquicultura e do extrativismo, de bases agroecológicas), bem como organizar banco de dados socioeconômicos e ambientais, implantar sistemas de informação mercadológica e sistemas de certificação, considerando as potencialidades, as vocações, os arranjos produtivos locais, as condições edafoclimáticas locais e regionais, para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Público-Alvo: Agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária estadual, mulheres e jovens rurais, ribeirinhos, vazanteiros, atingidos por barragens, indígenas, quilombolas, extrativistas, artesãos, pescadores artesanais e aqüicultores.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 298.000,00 **Atual:** 462.596,95 **Variação(%)**: 55,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
298.000,00	462.596,95	172.655,00	109.655,00	109.655,00



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Sistemas implantados	AGERP/MA	unidade	28/12/2017	21,00	30,00	25,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

A concepção do Programa 0581 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agricultura Familiar, utilizou-se como ferramenta, árvore de objetivos e problemas, onde foram definidas as linhas de pesquisa e as definições das ações/projetos, tendo como foco nas demandas advindas dos agricultores e agricultoras familiares e das instituições intersetoriais parceiras em todo o Estado do Maranhão. O problema identificado em relação à situação analisada continua atual, com o objetivo compatível para a solução do problema, tendo os beneficiários corretamente caracterizados e delimitados. Os produtos das ações foram bem definidos para mensuração das metas, com localizador de gastos definido para todo o Estado. O referido programa tem ação intersetorial, por meio de Convênios, projetos e parcerias com a Embrapa, UEMA/FAPEMA, Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's). O programa não possui ação incluída no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico (PDS).

Quanto à Implantação/Execução

Na AGERP/MA existe autonomia gerencial para a execução do programa, realizada pela Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento quanto à identificação das demandas, definição das linhas de pesquisa e locais de implantação. Quanto ao orçamento inicial e o Lei + Crédito, foram suficiente para o cumprimento das metas. Existe plano interno para cada investimento compatível com as ações a ele vinculado, cujas despesas mensais cabem na cota liberada conforme previstas na Programação Orçamentária. O controle de custo é realizado por meio de projetos. Foram formadas parcerias institucionais para implementação do programa com Sindicatos de Produtores e Produtoras Rurais (STTR's), Escolas Família Agrícola (EFA's) e Prefeituras. Embora a AGERP/MA disponha de uma equipe técnica qualificada, ainda há dificuldades quanto à exclusividade, infraestrutura e logística para a execução do Programa.

Quanto aos Resultados

Os resultados do Programa foram submetidos à apreciação das instâncias superiores por meio de relatórios e foram potencializados por ações de outros órgãos setoriais e entidades vinculadas por meio da implantação de projetos, tais como: Projetos de Sistema Integrado de Base Agroecológica – Unidades de Referência Tecnológica (URT) – Sistemas de Plantio com Arroz, Milho, Feijão, Crotalária e Mandioca; Unidade Experimental Participativa (UEP) – Feijão caupi com Inoculante e Correção do Solo; Projeto de Sistemas Agroflorestais e Projeto com sementes crioulas de mandioca, bem como processamento e habilitação sanitária de produtos. Não foi prevista na avaliação do Programa a realização de pesquisa de satisfação junto aos beneficiários sobre os resultados, entretanto, houve participação social efetiva dos beneficiários uma vez que as unidades experimentais foram implantadas nas unidades produtivas e comunidades rurais. Identifica-se como fatores críticos de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa, as parcerias institucionais, a participação dos beneficiários na execução dos trabalhos e atuação em conjunto com as unidades regionais da AGERP/MA, cujos resultados alcançados estão em consonância com o Planejamento Estratégico do órgão. Como entraves para o alcance dos resultados do programa, destacam-se: Pouca integração Pesquisa e ATER, baixa remuneração dos técnicos (baixo estímulo) e ausência de técnicos com conhecimentos mínimos em execução de projetos de pesquisa nos escritórios regionais. A ação “Gestão do Programa” contribuiu favoravelmente para a melhoria da execução do programa, por garantir as despesas não contempladas na descrição das ações/projetos. As metas físicas estão corroborando para a eficiência do Programa, contudo continuam aquém da real necessidade para atendimento aos seus objetivos. Os benefícios que o programa gerou para a sociedade se traduzem pela adoção de novas tecnologias no processo de cultivo das principais culturas agrícolas (milho, feijão caupi, mandioca e arroz), como também introdução de novas fruteiras nas roças agroecológicas, contribuindo para o alcance da diretriz de governo ao qual está alinhada.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(3080) - Pesquisa em Sistema Integrado de Base Sustentável	Pesquisa concluída	unidade	21,00	21,00	1,00	75.000,00	75.000,00	64.375,00	64.375,00	0,86	1,17
(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	155.000,00	363.596,95	92.391,00	29.391,00	0,08	0,00
(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(4650) - Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Tecnologia aplicada	unidade	2,00	0,00	0,00	25.000,00	4.000,00	2.396,00	2.396,00	0,60	0,00
(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(4776) - Desenvolvimento de Sistema de Informação em	Diagnóstico elaborado	unidade	3,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Extensão Rural	Apoio a Agricultura Familiar											
(61202) - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural	(4777) - Arranjos Produtivos locais - APL's	APL consolidado	unidade	4,00	4,00	1,00	23.000,00	20.000,00	13.493,00	13.493,00	0,67	1,48

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,50

Eficiência (C/H) 0,66

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A execução desse Programa de acordo com a escala de valoração adotada foi de não eficácia (0,50) e de Média Eficiência (0,66), em função das ações 4650 - Pesquisa Pesqueira e Aquícola e 4776 - Desenvolvimento de Sistema de Informação em Apoio a Agricultura Familiar que não foram executadas, contudo as ações 3080 - Pesquisa em Sistema de Base Sustentável e a 4777 - Arranjos Produtivos Locais - APL's alcançaram 100% das metas físicas planejadas.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

No exercício de 2017 referente ao PPA 2016 - 2019 o Programa tem se mantido fiel a diretriz e aos resultados, mostrando consistência, cooperação e coadunação quanto as linhas estratégicas do governo, mantendo bons resultados mesmo diante das adversidades.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Mostra-se eficaz para a mensuração dos resultados alcançados.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não se aplica, pois até o presente momento o Órgão não possui indicador de desempenho socioeconômico.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verificou-se por meio da execução das ações 3080 - Pesquisa em Sistema de Base Sustentável e a 4777 - Arranjos Produtivos Locais - APL's que as mesma alcançaram 100% das metas físicas planejadas. Recomenda-se: Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de modo a permitir um melhor acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2- Rever a necessidade de manter ou cancelar ações não executadas; 3- Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado em algumas ações; 4 Redefinição do objetivo de forma mais focada para o problema central do programa;

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0582) - Mais Produção e Abastecimento

Unidade Executora: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

Problema: Baixa Produção Agropecuária

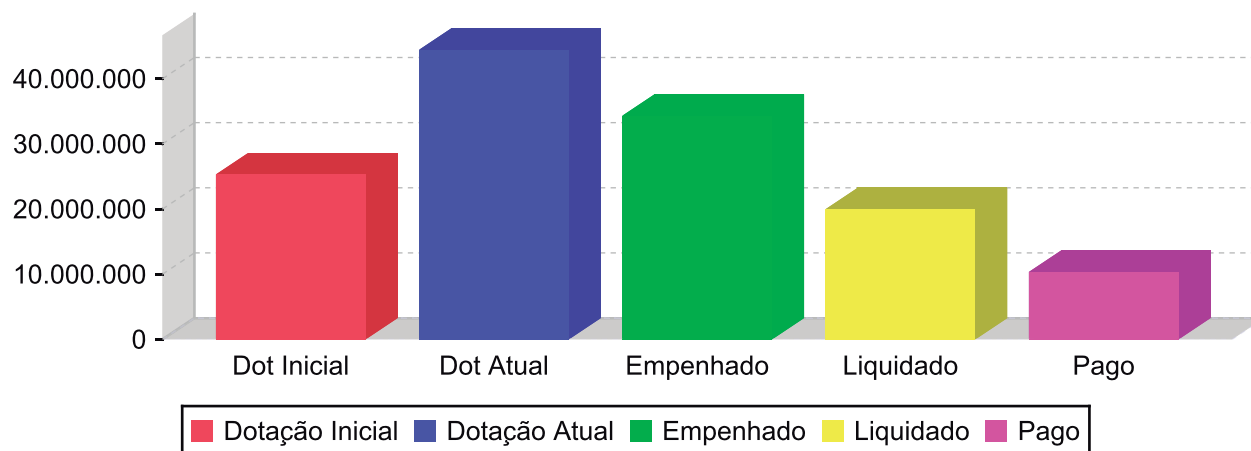
Objetivo: Expandir a capacidade produtiva, das cadeias produtivas de arroz, feijão, milho, mandioca, mel, produtos hortifrutigranjeiros, leite, bovinos, caprinos, aves e suínos.

Público-Alvo: Produtores Rurais, suas empresas, cooperativas e associações

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 25.323.237,00 **Atual:** 44.465.905,99 **Variação(%)**: 76,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
25.323.237,00	44.465.905,99	34.340.759,53	19.990.683,94	10.348.274,15



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO						
Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
NÚMERO DE EVENTOS/FEIRAS AGROPECUÁRIAS REALIZADAS	SAGRIMA	Eventos	30/12/2017	150.040,00	22,00	13,00
NÚMERO DE PRODUTORES ATENDIDOS	SAGRIMA	Produtor	30/12/2017	26.907.491,71	101.000,00	197.048,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa apresenta em sua concepção conformidade com as diretrizes de governo, pois ainda persiste a baixa produção agrícola. O programa apresenta o público alvo caracterizado, trata-se de agentes produtivos da agropecuários. O programa não tem ação incluída no PDS, Tem-se como localizadores de gastos no programa o Estado do Maranhão. O Sistema Estadual de Produção e Abastecimento- SEPAB que envolve a SAGRIMA, coordenadora do Sistema, SAF, SEINC, SETRES e SEDES, compõe os órgãos com os quais a secretaria possui ação Inter setorial onde discute-se e delibera-se políticas de apoio à produção agropecuária, proposta de projetos integrados, estudos e diagnósticos, ações de alimento seguro, incentivos fiscais, captação de recursos junto a União e organismos internacionais.

Quanto à Implantação/Execução

A implantação do programa apresentou autonomia gerencial institucionalizada que executada pela Secretaria Adjunta de Agricultura e Pecuária que faz a interface com a direção superior do órgão e os setores de planejamento estratégico e de atividades meio da instituição com base nas competências e atribuições. O orçamento inicial aprovado destinado ao programa foi suficiente para o cumprimento das metas previstas de acordo com os projetos apresentados e aprovados, porém houve anulações orçamentárias que afetaram a execução de algumas atividades continuadas e projetos apoiados pelo FUMACOP, impactando nos resultados esperados do programa, mesmo as cotas financeiras sendo liberadas de acordo com o cronograma de desembolso dos recursos planejados e tendo-se os limites de empenho estabelecidos em decreto, atendendo a demanda das ações programáticas, ainda sim teve-se perdas significativas nos projetos associados a este programa. Foram formadas parcerias como UEMA, EMBRAPA, SENAR, FAEMA, CODEVASF, SINDIARROZ, CAMIL, BBMENDES, BNB, BANCO DO BRASIL, Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais de Agricultura, MAPA/SFA, SECTI/FAPEMA/ESALQ/USP, SINDILEITE, SEFAZ, parcerias estas utilizadas na implementação das ações nas cadeias produtivas, como capacitação, reuniões técnicas, elaboração de projetos, captação de recursos, visitas técnicas. O programa não contou com equipes técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações, embora possuindo gestores e técnicos capacitados e qualificados com dedicação exclusiva, mas são insuficientes para execução das ações que a cada programação se multiplica nas atividades de execução e no monitoramento e acompanhamento. Com relação à infraestrutura e logística materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para a sua implantação, apesar de ter havido um incremento significativo, porém por limitação orçamentária, ainda não foi suficiente para a execução plena das ações. A SAGRIMA realiza ações de controle de custo dimensionando os custos unitários das ações que servem de referência para a elaboração orçamentária do programa bem como, a utilização dos preços unitários de materiais, serviços e equipamentos.

Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram submetidos à relatórios de gestão, à apresentação às instâncias superiores de decisão da secretaria por meio de reuniões técnicas e de avaliação. Não houve pesquisa de satisfação junto aos beneficiários, mas a mesma está prevista para ser realizada durante a implementação dos projetos/atividades, apesar de não ter havido pesquisa de satisfação, houve participação do público-alvo por meio de reuniões e encontros., ocorridos com as seguintes temáticas: plantio direto, cooperativismo, recuperação e obtenção de créditos agrícolas, bem como, encontros de avaliação das ações objetivando correção de estratégias de execução e resultados alcançados, os quais estavam em consonância com objetivos e diretrizes programática, bem como as ações de interface com a Defesa Agropecuária do órgão vinculado. Dentre os fatores de sucesso que contribuíram para o alcance dos resultados do programa, podemos destacar: Comprometimento da equipe técnica; Implantação de metodologia de gestão de projetos e; Recursos disponibilizados. O planejamento estabelecido para a execução do programa possibilitou o alcance dos resultados em consonância como os objetivos setoriais do órgão, porém teve-se alguns entraves enfrentados para o alcance destes, dentre os quais se destacam: Segmentação da estrutura de governo (diretrizes); Equipe técnica insuficiente e Materiais e equipamentos escassos. O programa não possui ações no PDS. Vale ressaltar que a ação “Gestão do Programa” contribuiu para melhorar a gestão do programa visto que a mesma proporciona a realização de despesas, avaliando os seus impactos e resultados. Como houve um aumento significativo da demanda pelo público alvo e suas representações, as metas físicas que expressam o produto entregáveis ao público não são suficientes e necessários para alcançar o objetivo do programa. O programa apresenta resultados visíveis relacionado a evolução do indicador número de produtores atendidos, porém com relação ao indicador realização de feiras / eventos agropecuários realizados ainda observa-se um déficit quantitativo ocasionados pela não realização de eventos que estavam programados para o período. Como benefícios gerados pelo programa à sociedade podemos mencionar o aumento no consumo de produtos oriundos do mercado local a preços competitivos, fato este que contribuiu efetivamente para o alcance da diretriz de governo, pois estão sendo fortalecidos os sistemas de produção das cadeias produtivas, com o desenvolvimento regional, respeitando as potencialidades locais, mas ainda não há condições de avaliar se os resultados estão abaixo ou acima do esperado. Dentre os projetos estratégicos do governo destaca-se o Programa Mais Sementes, o qual beneficiou diretamente 101.000 famílias de produtores rurais através da disponibilização de 278.500 toneladas de sementes de grãos e hortaliças, indiretamente, a população, pelo consumo de produtos oriundos dos municípios maranhenses.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)												
Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(13101) - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA,PECUÁRIA	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	281.794,00	248.285,00	248.184,79	240.024,79	0,97	0,00

E PESCA												
(13101) - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	(4634) - Promoção do Agronegócio Maranhense	Evento Realizado	unidade	22,00	13,00	0,59	3.722.540,00	13.259.912,94	11.113.698,18	2.618.548,75	0,20	2,99
(13101) - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	(4720) - Dinamização de Empreendimentos Agrosustentáveis	Empreendimento Agrosustentáveis Dinamizado	Unidades	5,00	5,00	1,00	30.000,00	80.638,08	75.316,88	75.316,88	0,93	1,07
(13101) - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	(4721) - Implantação de Sistema de Informações Gerenciais e Inteligência Territorial Estratégica	Sistema Estruturado	Unidades	1,00	1,00	1,00	83.000,00	197.579,00	97.701,79	79.701,79	0,40	2,48
(13101) - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	(4722) - Estruturação das Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais	Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais Estruturados e Fortalecidos.	Unidades	10,00	13,00	1,30	6.700.000,00	27.950.651,42	21.904.461,27	16.733.033,10	0,60	2,17
(13101) - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	(4723) - Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Produtores beneficiados	Unidades	382,00	532,00	1,39	14.505.903,00	2.728.839,55	901.396,62	244.058,63	0,09	15,57

Média:

Eficácia (B/A) = C 1,06

Eficiência (C/H)

4,83

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

O produto obtido na execução física do programa caracteriza-se como eficácia, já que a média alcançou índice igual a 1,06, executou-se 100% das metas planejadas das ações 4720- Dinamização de Empreendimentos Agrosustentáveis, 4721- Implantação de Sistema de Informações Gerenciais e Inteligência Territorial Estratégica e nas ações 4722- Estruturação de Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais com execução de 130% e na ação 4723- Desenvolvimento da Agricultura Irrigada com execução igual a 139%. No que se refere a eficiência, a execução financeira obteve coeficiente igual a 4,83, que corresponde a Muito Eficiente, podendo-se destacar a ação 4720- Dinamização de Empreendimentos Agrosustentáveis a qual obteve melhor índice de execução financeira igual a 93%.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

As ações da SAGRIMA tem origem nas premissas e diretrizes do documento Proposta para um Maranhão com Desenvolvimento e Justiça Social e nas prioridades definidas pelo Plano Plurianual 2016-2019. Todas as ações programáticas estratégicas são transversais às políticas de desenvolvimento sócio econômico, com ênfase a política setorial de fortalecimento da agricultura, pecuária e pesca. Dados que possam mensurar as entregas de serviços são espelhados pelo crescimento da produção, produtividade, área plantada, o que revelam que os objetivos estão sendo conquistados. Portanto, as diretrizes e linhas estratégicas constituídas têm indicado que o Programa possui sua execução plenamente satisfatória, focado principalmente no público meta e no desenvolvimento agropecuário do Maranhão.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os indicadores demonstram que um número significativo de agricultores, quase 46% do total do estado, têm recebido serviços, insumos e equipamentos agropecuários, com resultados expressivos na produção, produtividade e área plantada.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não possui Indicador de Desempenho Socioeconômico.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verificou-se por meio da execução física que houve eficiência nas ações 4720, 4721, 4722 e 4723 e que as ações 4722 e 4723 superaram as metas estabelecidas. Recomenda-se: Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente, bem como um acompanhamento e monitoramento das ações programadas no SISPCA; 2- Avaliar as ações que necessitam ser aperfeiçoadas a fim de melhorar o desempenho do programa; 3- Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado; 4- Reavaliar o problema central do programa. , , ,

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0583) - Maranhão Empreendedor

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia

Problema: Baixa participação industrial, comercial e de serviços no pib do estado

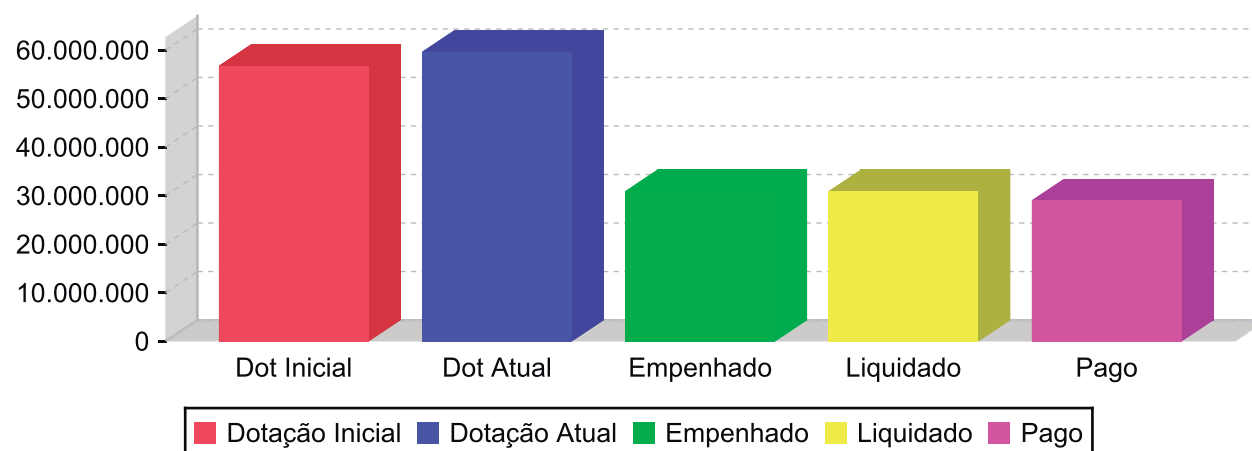
Objetivo: Contribuir para o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do Estado, através de oportunidades de negócios para elevação da renda.

Público-Alvo: Empreendedores

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 56.808.056,00 **Atual:** 59.693.763,00 **Variação(%)**: 5,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
56.808.056,00	59.693.763,00	30.970.759,67	30.944.688,66	29.075.980,15



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Promover a dinamização da economia fortalecendo o sistema de produção e abastecimento, bem como o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresentou coerência entre os atributos quantitativos e qualitativos ,capaz de contribuir para solução do problema .E foi concebido em conformidade com as diretrizes governamentais ,contribuindo para o desenvolvimento econômico ,estimulando o aperfeiçoamento dos parques empresariais e industriais . Durante o ano de 2017, a pasta da Indústria, Comércio e Energia, tem como estratégia definida o adensamento das cadeias produtivas dentre os quais se destacam aquelas relacionadas aos segmentos do agronegócio; mineração; petróleo e gás; energia, em especial as renováveis; logísticas; serviços e as indústrias de base florestal, metalúrgica e siderúrgicas , cumprido, assim , o papel de planejar, fomentar e executar a política de desenvolvimento econômico nos setores industrial, comercial e de serviços: identificando, atraindo e apoiando os investimentos voltados à expansão das atividades produtivas no estado e incentivando as parcerias com a iniciativa privada, objetivando a implantação de empreendimentos estruturadores e fomentadores da economia estadual.A execução do Programa abrange todo o estado .

Quanto à Implantação/Execução

As cotas financeiras do Tesouro Estadual foram liberadas obedecendo a programação orçamentaria estadual .Quanto as liberações do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão -FDI , não aconteceram de acordo com a arrecadação mensal da SEFAZ .A dotação orçamentária do exercício não atendeu as demandas ,havendo necessidade de suplementações orçamentárias nos Programas de Governo Juros Zero e Compras Governamentais .As atividades finalísticas são executadas pelas superintendências técnicas.O Programa contou com equipamentos e matérias em quantidades suficiente para sua implementação ,assim como logísticas e infraestrutura. A equipe técnica não foi suficiente,havendo necessidade de contratação de bolsistas por meio da FAPEMA . O programa também contou com parcerias com a CDL,SEBRAE,FIEMA ,ACM e outros.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados foram compatíveis com os propostos no PPA e foram submetidos á apreciação dos gestores por meio de relatórios técnicos.Os fatores que mais contribuíram para o alcance dos resultados foram :trabalho em equipe,empenho da direção superior e e o convenio firmado com a FAPEMA .Os entraves enfrentados foram :escassez de pessoal qualificado ,limitação dos recursos e necessidade de cursos de capacitação técnica . Houve a participação do publico alvo por meio das Rodadas de Negócios.Os benefícios gerados a sociedade foram nas ações voltadas para a geração de emprego, qualificação da mão de obra e oportunidades de negócios locais por meio de programas como: Programa de Atração de Investimentos que institui a sistemática de tributação, no âmbito do ICMS para indústrias e agroindústrias instaladas no Maranhão. Tem como objetivo a diversificação da matriz industrial, formar adensamentos industriais nas regiões econômicas e integrar cadeias produtivas essenciais ao desenvolvimento e à geração de emprego e renda no Estado e o 'Maranhão Mais Produtivo', que auxilia o empreendedor a planejar e estruturar o acesso da sua empresa a novos mercados, investindo no aperfeiçoamento tecnológico e no aprimoramento da qualidade e melhoria de seus processos produtivos, utilizando como ferramenta rodadas de negócios, que aproximou os empreendimentos a diversas empresas instaladas no Maranhão; Programa Maranhão Juros Zero, criado pelo Governo do Estado em 2017, com a parceria do Banco do Brasil, que objetiva estimular pequenos empreendedores a movimentar a economia local e criar novas vagas de trabalho, alavancando o investimento produtivo com a promoção de geração de emprego e renda.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(23101) - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	5.372.645,00	7.437.552,00	6.752.363,14	6.752.363,14	0,91	0,00
(23101) - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia	(4467) - Atração, Incentivo e Manutenção de Negócios	Benefício concedido	unidade	30,00	41,00	1,37	330.000,00	628.500,00	621.830,20	621.830,20	0,99	1,38
(23101) - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia	(4619) - Promoção do Desenvolvimento Econômico	Evento realizado	unidade	5,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(23101) - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia	(4724) - Compras Governamentais	Empresa Beneficiada	unidade	40,00	6.368,00	159,20	50.000,00	630.000,00	630.000,00	630.000,00	1,00	159,20
(23101) - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia	(4725) - Maranhão Mais Produtivo	Empresas habilitadas	unidade	50,00	30,00	0,60	150.000,00	222.300,00	85.241,00	85.241,00	0,38	1,56
(23101) - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia	(4726) - Espaço do Empreendedor	Empreendedor atuante	Unidades	30,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(23202) - Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão	(2742) - Serviços Técnicos Metrológicos	Instrumento aferido	unidade	62.368,00	77.963,00	1,25	8.945.411,00	8.945.411,00	6.314.254,91	6.288.183,90	0,70	1,78
(23901) - Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Maranhão	(4622) - Incremento da Competitividade de Infraestrutura Industrial e Investimentos Estratégicos	Projeto apoiado	unidade	20,00	18,00	0,90	41.830.000,00	41.830.000,00	16.567.070,42	16.567.070,42	0,40	2,27

Média:

Eficácia (B/A) = C 23,33

Eficiência (C/H) 23,74

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa, indica o valor da eficácia de 23,33, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, revela a Eficácia do programa e no que se refere a Eficiência, a avaliação efetuada das metas física e financeira do programa, indica que o programa foi Muito Eficiente com valor de 23,74, os valores obtidos podem ser explicados, pela superação das metas das ações 4467, 4724 e 2742, e a ação 4622 ter sido executada em 090% da sua meta planejada.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do programa, no exercício de 2017, atendeu à diretriz definida na orientação estratégica de governo, principalmente em função de que seus resultados estão contribuindo para o alcance do objetivo proposto.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Nenhum Indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Nenhum Indicador de Desempenho Socioeconômicos do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verificou-se por meio da execução física que houve superação das metas nas ações 4467, 4724 e 2742 e que a ação 4622 foi executada em sua quase totalidade. Recomenda-se: 1- Continuar procedendo o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente, bem como o acompanhamento e monitoramento das ações programadas no SISPCA; 2. Formular indicadores de resultados, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0122) - Registro das Atividades Mercantis

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia

Problema: Elevada quantidade de empresas funcionando na informalidade

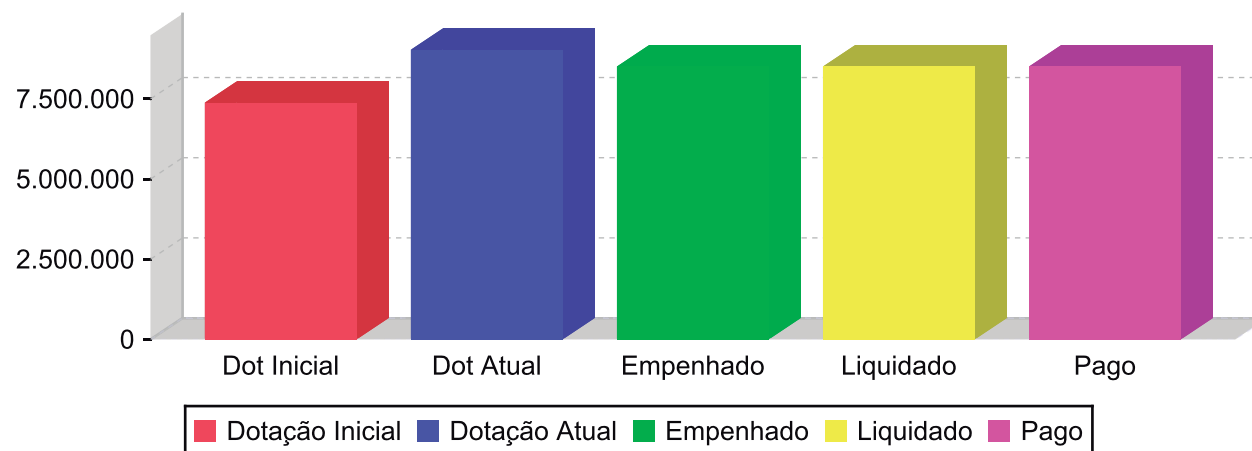
Objetivo: Promover e garantir a prestação de serviço do registro público de empresas mercantis e atividades afins.

Público-Alvo: Empreendedores.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 7.381.039,00 **Atual:** 9.031.992,05 **Variação(%)**: 22,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
7.381.039,00	9.031.992,05	8.508.870,67	8.508.870,67	8.508.870,67



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Ampliar as políticas públicas de qualificação profissional, geração de emprego e renda elevando a produtividade do trabalhador e inserção no mercado de trabalho.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa, em sua concepção, apresenta coerência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo e não definiu indicador de resultado, acarretando dificuldade de mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. O público-alvo está corretamente delimitado. Os produtos, bens e serviços das ações em tese estão bem definidos para mensuração das metas, só não em relação ao produto da ação 1766 que não está compatível com o produto, visto que atualmente a JUCEMA trabalha com serviço implantado para o registro de todos os atos e eventos do registro mercantil e atividades afins e instalação de prepostos para recepção de processos e atendimento ao público, não se limitando apenas a implantação de Escritório, mas para suprir essa necessidade da ação foi feita a sugestão de alteração do produto que já foi solicitada na revisão do PPA.

Quanto à Implantação/Execução

O programa utilizou estratégias em sua implantação como parcerias com o Viva Cidadão, Sefaz e o Sebrae. O orçamento inicial aprovado não foi suficiente para cumprimento das metas, havendo necessidade de suplementação orçamentária para atender as demandas. As cotas financeiras do Estado foram liberadas, obedecendo a programação orçamentaria. O programa contou com materiais e equipamentos em qualidade e quantidades suficientes para sua implantação, assim como a logística, infraestrutura equipe técnica.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, sendo potencializados por parcerias firmadas, a exemplo: Viva Cidadão, Sefaz e Sebrae. Os fatores que mais contribuíram para os alcances dos resultados foram: equipe técnica qualificada, digitalização do acervo total e a central de atendimento ao empresariado. Por outro lado, os principais entraves enfrentados correspondem: escassez de recursos; estrutura física; e, recursos humanos insuficientes. As metas físicas que expressam os produtos entregáveis ao público continuam suficientes. Dentre os benefícios gerados a sociedade, destaca-se: a celeridade na abertura, alteração e baixa de empresas, consequentemente, fomentando o desenvolvimento econômico, geração de emprego e ampliação das oportunidades locais.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(23201) - Junta Comercial do Estado do Maranhão	(1766) - Regionalização da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA	Unidade desconcentrada instalada	unidade	4,00	4,00	1,00	50.000,00	150.000,00	98.900,00	98.900,00	0,66	1,52
(23201) - Junta Comercial do Estado do Maranhão	(4364) - Registro Mercantil	Documento protocolado	unidade	84.000,00	81.105,00	0,97	962.726,00	1.672.726,00	1.614.735,91	1.614.735,91	0,97	1,00
(23201) - Junta Comercial do Estado do Maranhão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	6.368.313,00	7.209.266,05	6.795.234,76	6.795.234,76	0,94	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,98

Eficiência (C/H) 1,26

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Na avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeira do programa indica o valor da eficácia de 0,98 que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, revela a não eficácia do programa. O resultado obtido pode ser explicado na ação 4364, que não foi executada em sua totalidade com 0,97%. Quanto a Eficiência, o programa indica o valor de 1,26 que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, corresponde a Muito Eficiente. O valor obtido pode ser explicado, pelo fato da Ação 1766 ter sua meta executada em 100%.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do programa, no exercício avaliado, atende as diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado, que traz como resultado uma maior celeridade na abertura, alteração e baixa de empresas, consequentemente, fomentando o desenvolvimento econômico, geração de emprego e ampliação das oportunidades locais.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

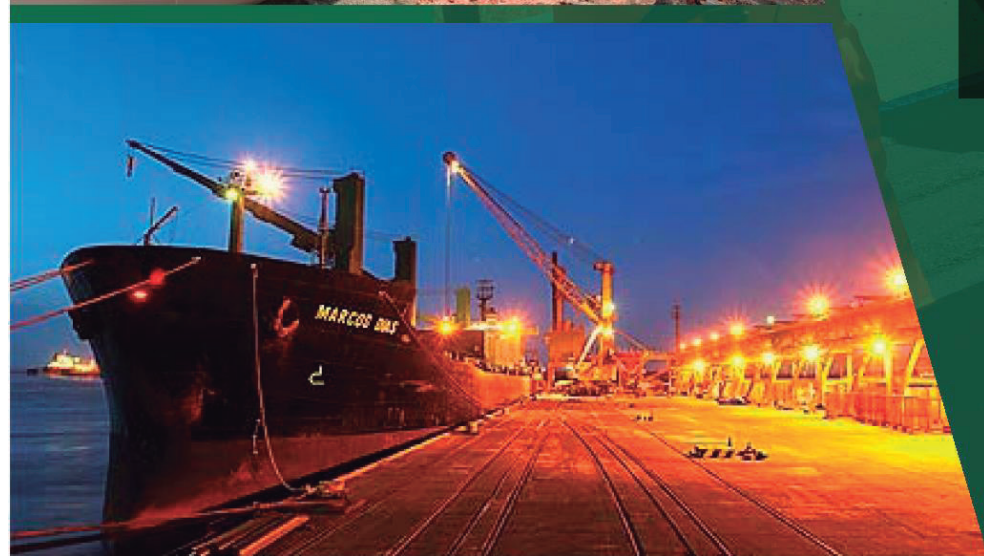
Não há indicador de Desempenho Intermediário.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há indicador de Desempenho Socioeconômico.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomenda-se: 1- Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de modo a permitir um melhor acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa; 2- Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado em algumas ações.



AMPLIAR A INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2016-2019
EXERCÍCIO 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0587) - Reestruturação e Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas do Estado do Maranhão

Unidade Executora: Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

Problema: As Regiões Metropolitanas maranhenses não são efetivas e não conseguem planejar, gerenciar ou executar as funções públicas de interesse comum aos municípios.

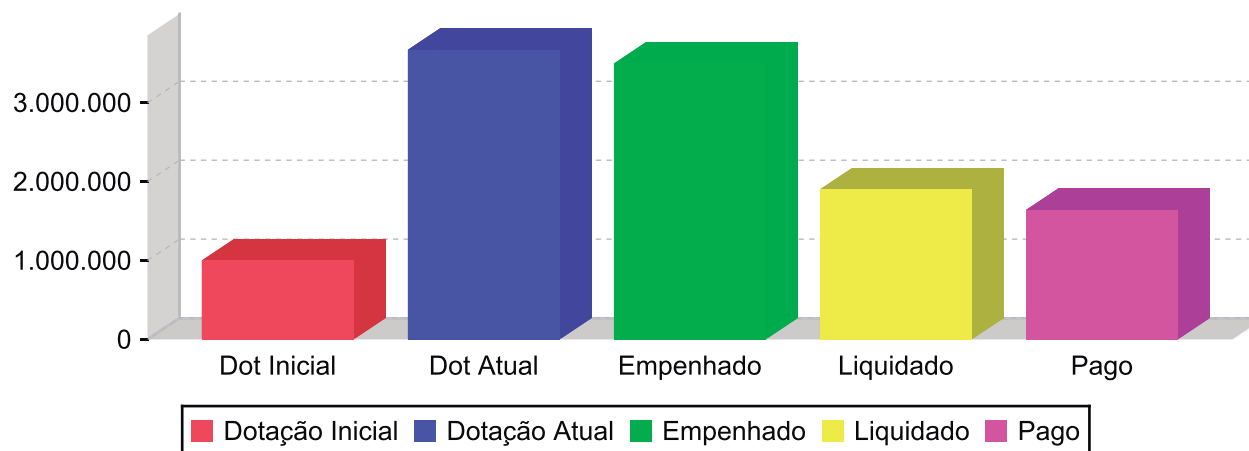
Objetivo: Implantar os instrumentos de governança interfederativa, planos setoriais, projetos estratégicos e obras para a efetividade e o desenvolvimento das regiões metropolitanas.

Público-Alvo: População das regiões metropolitanas.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 1.000.000,00 **Atual:** 3.670.457,00 **Variação(%)**: 267,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
1.000.000,00	3.670.457,00	3.496.327,41	1.901.365,38	1.640.552,97



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Realizar investimentos em infraestrutura de políticas públicas em aglomerados subnormais, saneamento básico, logística de transporte, mobilidade e acessibilidade, melhorando a qualidade de vida e ambiental.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa foi concebido visando satisfazer as demandas da sociedade, apresenta média consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, com objetivo e público alvo bem definidos para mensuração das metas estabelecidas, entretanto não foi definido um indicador de resultados, acarretando dificuldade na mensuração do seu desempenho.

Quanto à Implantação/Execução

O Programa apresentou autonomia gerencial institucionalizada, coordenado pelo Secretario Adjunto de Reestruturação e Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas do Estado do Maranhão e Coordenadores. A dotação inicial do programa foi insuficiente, o teto orçamentário disponibilizado teve valor inferior para a execução das metas planejadas, havendo a necessidade de realização de várias suplementações orçamentárias no decorrer do exercício para o cumprimento das referidas metas. Ao final do exercício a execução foi satisfatória para o cumprimento das metas iniciadas. As cotas financeiras liberadas foram insuficientes para atender as despesas mensais conforme previsto na programação. O programa contou com a disponibilidade de infraestrutura, logística, materiais com qualidade e quantidade suficiente, além de contar com equipe técnica qualificada.

Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo Programa foram submetidos à apreciação da alta gestão da Secretaria através de Reuniões periódicas para apresentação dos referidos resultados. Durante a execução do Programa houve participação do público alvo, através de reuniões para discussões sobre vários aspectos referentes à Região Metropolitana da Grande São Luís. Os fatores críticos de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do Programa foram o comprometimento da Gestão com o alcance dos objetivos, a ótima atuação da equipe técnica e planejamento adequado. A avaliação foi realizada juntamente com o Conselho Estadual das Cidades – CONCIDADES. O programa gerou benefício para sociedade dando mais segurança e valorização do centro histórico de São Luís.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(11211) - agência executiva metropolitana	(3232) - Implantação de Estrutura de Governança Interfederativa das Regiões Metropolitanas do Maranhão	Região metropolitana efetiva e funcionando.	Unidades	1,00	1,00	1,00	0,00	51.353,00	21.352,68	21.352,68	0,42	2,40
(11211) - agência executiva metropolitana	(3263) - ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PLANOS E PROJETOS	Plano e Projeto Elaborado	unidade	3,00	1,00	0,33	0,00	974.918,00	830.789,08	18.736,56	0,02	17,34
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(3231) - Implantação de Equipamentos de Aproveitamento de Resíduo Sólido de Interesse Metropolitano	Obra concluída	Percentual	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(3232) - Implantação de Estrutura de Governança Interfederativa das Regiões Metropolitanas do Maranhão	Região metropolitana efetiva e funcionando.	Unidades	5,00	0,00	0,00	200.000,00	1.604.464,00	1.604.464,00	1.023.366,39	0,64	0,00
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(3233) - Implantação e Requalificação de Espaços Públicos de Interesse Metropolitano	Obra concluída	Percentual	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(4743) - Revitalização da Área Central de São Luís - MA	Obra Concluída.	Percentual	3,00	1,00	0,33	400.000,00	1.039.722,00	1.039.721,65	837.909,75	0,81	0,41

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 0,28 e o valor da eficiência em 3,24, que na escala de valoração adotada na metodologia corresponde que o Programa não foi eficaz, em função principalmente das ações 3231 e 3233 que não tiveram movimentações, devido aos recursos financeiros terem sido insuficientes para aprovação dos projetos e as ações 3263 e 4743 não tiveram suas metas executadas em sua totalidade. Na ação 3232 (SECID), houve movimentação, com serviços de apoio a elaboração ao diagnóstico sociodemográfico econômico e territorial para subsidiar elaboração do plano diretor de desenvolvimento integrado da região metropolitana de São Luís, entretanto a ação não cumpriu meta física em função da unidade de medida. Já a ação 3232 executada pela AGEM - Agência Metropolitana foi eficaz e eficiente.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do programa, no exercício de 2017, atendeu parcialmente à diretriz definida na orientação estratégica de governo, principalmente em função de que seus resultados estão contribuindo para o alcance do objetivo proposto.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foram definidos indicadores intermediários para o programa.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não foram definidos indicadores de desempenho socioeconômico para o programa.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomendações: 1. Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; 2. Formular indicadores de resultados, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Em relação a execução orçamentaria e financeira das ações faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações e empenho, como é o caso, da ação 3231- Implantação de Equipamentos de Aproveitamento de Resíduo Sólido de Interesse Metropolitano e 3233 - Implantação e Requalificação de Espaços Públicos de Interesse Metropolitano. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0137) - Construção e Melhoria de Equipamentos Urbanos

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Infraestrutura

Problema: Infraestrutura urbana dos municípios deficitária.

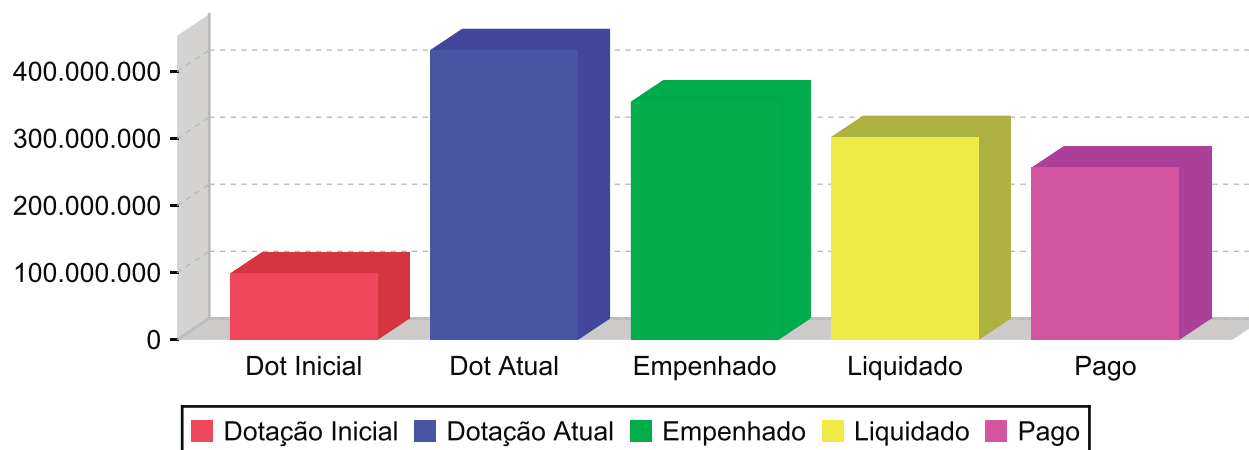
Objetivo: Dotar os Municípios de novos e melhores prédios e logradouros públicos, bem como pavimentar vias urbanas, visando proporcionar melhores condições de atendimento público e melhores condições de lazer à população, buscando, também, eliminar barreiras arquitetônicas e urbanísticas para o público portador de deficiências.

Público-Alvo: População do Estado

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 98.554.339,00 **Atual:** 431.824.747,32 **Variação(%)**: 338,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
98.554.339,00	431.824.747,32	354.728.737,90	302.276.457,34	256.613.782,91



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Realizar investimentos em infraestrutura de políticas públicas em aglomerados subnormais, saneamento básico, logística de transporte, mobilidade e acessibilidade, melhorando a qualidade de vida e ambiental.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O problema identificado continua atual devido ainda termos os motivadores ativos, o objetivo do programa ainda é considerado compatível com a solução do problema, bem como as ações estão contribuindo para alcançar o objetivo do programa. Para isso o público alvo (beneficiários) foi corretamente caracterizado e delimitado. Ressaltando que este programa não possui ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico – PDS. Os produtos (bens e serviços) destas ações foram definidos para mensuração das metas, por isso os localizadores de gastos estão concebidos no Estado do Maranhão, nas regionais e nos municípios, o programa não conta com ações intersetoriais, no entanto, as ações são realizadas levando em conta as necessidades de outros setores para atender o bem estar da população.

Quanto à Implantação/Execução

O programa possui autonomia gerencial pois está sob coordenação de duas Secretárias Adjuntas específicas, sendo que o orçamento aprovado na LOA para cumprimento das metas não foi suficiente, sendo necessário um complemento para cumprimento das metas iniciais, salientando que o orçamento ao final da execução foi suficiente para cumprimento das metas realizadas. Formaram-se parcerias institucionais para implementação do programa com diversas prefeituras municipais e repassados recursos para execução de obras que beneficiassem a população. O programa contou com equipe técnica qualificada, porém insuficiente sendo preciso o reforço quantitativo do quadro da SINFRA, porem este programa dispõe de uma infraestrutura e logística, materiais e equipamentos em qualidades e quantidade suficientes para a sua implantação. O controle de custo é realizado por unidade que favorece a composição de valores e para cada investimento há um plano interno individual correspondente.

Quanto aos Resultados

O programa fora submetido à apreciação de instâncias superiores de decisão do órgão, através de relatórios que demonstram as metas programadas e alcançadas. Os resultados alcançados pelo programa não foram potencializados por ações de programas de outros órgãos setoriais ou entidades vinculadas. A SINFRA não realiza pesquisas de opiniões junto ao público alvo que visem medir o grau de satisfação dos mesmos, desta forma não houve participação social dos beneficiários, pois as obras são executadas através de ações direta/indireta. Podemos citar como fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa a execução dos serviços de revitalização da orla da Praia do Araçagi, em São José de Ribamar; de urbanização, manutenção e revitalização da Beira Rio, em Imperatriz e a urbanização, manutenção e revitalização da APA do Itapiracó, em São Luís. Os resultados alcançados estão em consonância com o Planejamento Estratégico da SINFRA, assim como pela Agência Estatal de Mobilidade Urbana-MOB a qual possui uma ação vinculada, por decreto administrativo, podendo citar como principais entraves a aprovação de algumas demandas complementares de orçamento, problemas de planejamento pelas empresas executoras, repasse de recursos financeiros insuficiente para cumprimento das metas e a morosidade na execução da obra. A ação “Gestão do Programa” contribuiu para o melhoramento da gestão do programa. As metas físicas que expressam o produto são suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa, existindo um plano interno compatível para cada investimento. O programa gerou inúmeros benefícios para sociedade destacando-se: Facilidade de acesso aos municípios contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, conforto e segurança, e melhorias na infraestrutura dos municípios com ambientes salubres que garante um bom atendimento à população usuária, entre outros. Obtendo assim uma contribuição acima do esperado para o alcance das diretriz de governo.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(11210) - AGÊNCIA ESTADUAL DE MOBILIDADE URBANA E SERVIÇOS PÚBLICOS	(2985) - Regulamentação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos	Serviço fiscalizado	Unidades	0,00	0,00	0,00	0,00	4.573.364,00	4.554.817,18	4.214.240,68	0,92	0,00
(11210) - AGÊNCIA ESTADUAL DE MOBILIDADE URBANA E SERVIÇOS PÚBLICOS	(4761) - Estudo e Projeto de Mobilidade Urbana	Estudo e projeto elaborado	unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(11211) - agência executiva metropolitana	(3262) - REESTRUTURAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS	VIA REESTRUTURADA	unidade	3,00	3,00	1,00	0,00	1.000.000,00	610.000,00	0,00	0,00	
(11901) - FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA - FTMU	(2985) - Regulamentação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos	Serviço fiscalizado	Unidades	0,00	0,00	0,00	0,00	10.342.108,00	888.510,00	370.720,00	0,04	0,00
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(1089) - Construção e Melhoramento de Logradouros	Logradouro construído/melh	m²	500,00	1.265,68	2,53	500.000,00	3.520.256,00	3.108.954,16	1.265.686,03	0,36	7,04

	Públicos	orado										
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(1098) - Construção e Melhoramento de Prédios Públicos	Prédio construído/melh orado	m²	36.375,61	48.872,97	1,34	36.475.654,00	84.734.642,82	61.180.433,86	51.895.474,47	0,61	2,19
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(3092) - Apoio à Infraestrutura Turística	Equipamento turístico restaurado ou melhorado	% de execução	5.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(3227) - Mobilidade Urbana	Via urbana pavimentada	unidade	665.250,28	2.876.001,54	4,32	43.241.273,00	262.691.327,50	221.224.094,35	186.930.687,56	0,71	6,08
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	600.000,00	860.216,00	860.216,00	211.528,39	0,25	0,00
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(4494) - Conservação de Prédios Públicos	Prédio público conservado	m²	50,00	189,29	3,79	50.000,00	1.193.457,00	314.219,08	283.937,68	0,24	15,91
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(4625) - Conservação de Logradouros Públicos	Logradouro conservado	m²	22.346,38	318.373,66	14,25	4.000.000,00	62.909.376,00	61.987.493,27	57.104.182,53	0,91	15,70
(53201) - Agência Estadual de Transportes e Mobilidade Urbana	(2985) - Regulamentação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos	Serviço fiscalizado	Unidades	0,00	0,00	0,00	4.195.304,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(53201) - Agência Estadual de Transportes e Mobilidade Urbana	(4761) - Estudo e Projeto de Mobilidade Urbana	Estudo e projeto elaborado	unidade	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(53901) - FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA	(2985) - Regulamentação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos	Serviço fiscalizado	Unidades	0,00	0,00	0,00	9.342.108,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Média:	Eficácia (B/A) = C	2,09	Eficiência (C/H)	3,60
--------	--------------------	------	------------------	------

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50
Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 2,09 e o valor da eficiência em 3,60, que na escala de valoração adotada na metodologia corresponde que o Programa foi eficaz e eficiente, principalmente em função da maioria das ações terem executado acima do que foi planejado. Podemos destacar também como fator positivo um volume maior na aplicação dos recursos para a execução das obras prevista para o ano de 2017. Ressalva-se que as ações vinculadas a Agência Estadual de Mobilidade Urbana - MOB, durante o ano de 2017 houve uma reestruturação no órgão que passaram a serem vinculadas a unidade 11210.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Analisando as metas físicas realizadas neste programa é possível observar que o executado está acima do previsto, devido os resultados obtidos através do planejamento estratégico efetivado por esta secretaria, o que contribuiu para o alcance da diretriz de governo, ressaltando o Programa Mais Asfalto, na ação 3227- Mobilidade Urbana, que contribui para o desenvolvimento das cidades em todos os aspectos, através das obras que facilitam o acesso aos municípios, suprimindo as deficiências quanto a infraestrutura, garantindo um ambiente salubre, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social com conforto e segurança.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há Indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há Indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verifica-se, por meio da execução física e financeira, importantes ações relacionadas a Construção, Melhoramento e Conservação de prédios e logradouros públicos, cuja realização propiciaram melhorias de qualidade de vida a população. Recomendações: 1. Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; 2. Formular indicadores de resultados, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Em relação a execução orçamentaria- financeira das ações faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações e empenho, no caso, da ação 3092 - Apoio a Infraestrutura Turística. Vale lembrar que das 14 ações desse programa, 7 foram transferidas para a unidade 11210 - Casa Civil, conforme Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017, e 7 permaneceram na SINFRA. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0531) - Logística e Transportes

Unidade Executora: Secretaria de Estado da Infraestrutura

Problema: Infraestrutura de transportes deficitária.

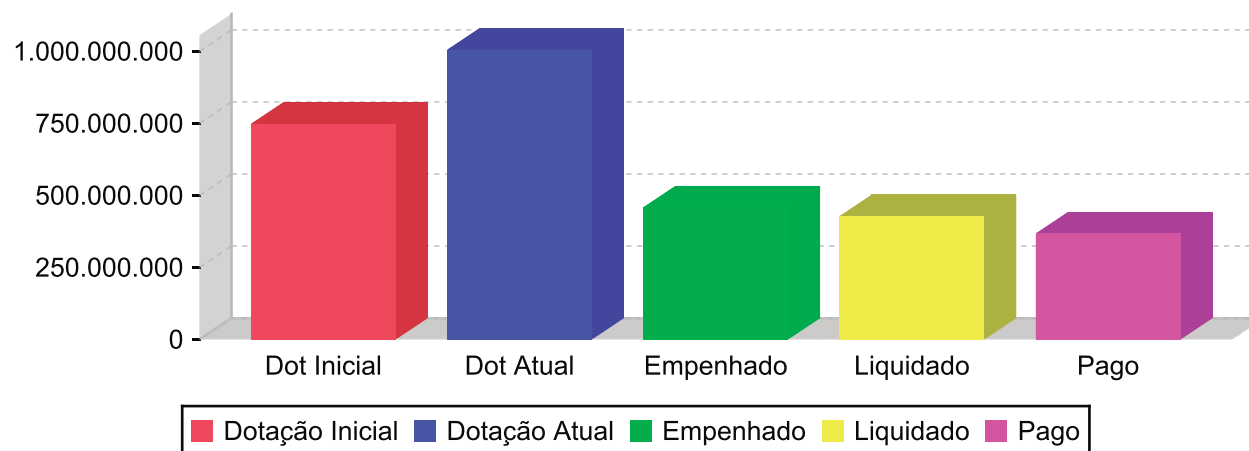
Objetivo: Ampliar, restaurar, conservar e modernizar a infraestrutura de transporte multimodal para melhorar o fluxo de transportes de carga e passageiros.

Público-Alvo: Usuários dos transportes de passageiros e cargas.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 748.216.225,00 **Atual:** 1.005.381.001,73 **Variação(%)**: 34,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
748.216.225,00	1.005.381.001,73	458.532.221,27	427.764.976,60	367.602.470,89



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Realizar investimentos em infraestrutura de políticas públicas em aglomerados subnormais, saneamento básico, logística de transporte, mobilidade e acessibilidade, melhorando a qualidade de vida e ambiental.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO						
Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O problema identificado continua atual devido ainda termos os motivadores ativos, o objetivo do programa é considerado compatível com a solução do problema, desta forma as ações nos possibilitou identificar cada objetivo específico do programa, o que contribuiu para alcançar o objetivo geral, com isso o público alvo (beneficiários) foi corretamente caracterizado e delimitado. Observando que este programa não possui ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico – PDS. Os produtos (bens e serviços) destas ações foram definidos para mensuração das metas, portanto os localizadores de gastos estão concebidos no Estado do Maranhão, nas regionais e nos municípios, o programa não conta com ações intersetoriais, no entanto, as ações são realizadas levando em conta as necessidades de outros setores para atender o bem estar da população.

Quanto à Implantação/Execução

O programa possui autonomia gerencial pois está sob coordenação de duas Secretárias Adjuntas específicas, mediante o orçamento aprovado na LOA demonstra-se insuficiente para cumprimento das metas havendo assim a necessidade de complemento para execução das metas iniciais, ressaltando que o orçamento ao final da execução foi suficiente para cumprimento das metas realizadas. Formaram-se parcerias institucionais para implementação do programa com diversas prefeituras municipais e repassados recursos para execução de obras que beneficiassem as suas populações. O programa contou com equipe técnica qualificada, porém insuficiente sendo preciso o reforço quantitativo do quadro da SINFRA, mas também este programa dispõe de uma infraestrutura e logística, materiais e equipamentos em qualidades e quantidade suficientes para a sua implantação. O controle de custo é realizado por unidade que favorece a composição de valores e para cada investimento há um plano interno individual correspondente.

Quanto aos Resultados

Estes fora submetido à apreciação de instâncias superiores de decisão do órgão, através de relatórios gerenciais que demonstram as metas programadas e alcançadas. Os resultados alcançados pelo programa não foram potencializados por ações de programas de outros órgãos setoriais. A SINFRA não realiza pesquisa de opiniões junto ao público alvo que visem medir o grau de satisfação dos mesmos, porém por meio do orçamento participativo algumas demandas da população foram atendidas, desta forma contou com a participação social do seu público alvo. Podemos citar como fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa a construção da Ponte sobre o Rio Novo, no município de Paulino Neves, Implantação e pavimentação da MA-203, no trecho: Avenida dos Holandeses – Orla Marítima e Intervenção na geometria - Interseção da Forquilha. Os resultados alcançados estão em consonância com o Planejamento Estratégico do órgão e entidades vinculadas podendo citar como principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados o repasse de recursos insuficientes para cumprimento das metas, aprovação de algumas demandas complementares de orçamento, intempéries e o tempo de análise e aprovação dos projetos básicos. A ação “Gestão do Programa” contribuiu para o melhoramento da gestão do programa. As metas físicas que expressam o produto apesar de alguns ajustes são suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa, existindo um plano interno compatível para cada investimento e ação. O programa gerou inúmeros benefícios para sociedade destacando-se o desenvolvimento socioeconômico das cidades, aumento da acessibilidade dos municípios proporcionando melhoria das condições de escoamento dos produtos locais gerando a redução dos custos operacionais dos veículos e a redução do tempo das viagens e aumento das condições de conforto e segurança de operador e usuários. Obtendo assim uma contribuição acima do esperado.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(11210) - AGÊNCIA ESTADUAL DE MOBILIDADE URBANA E SERVICOS PÚBLICOS	(3261) - Reestruturação da Avenida dos Holandeses/Binário Holandeses-Litorânea	Obra Concluída	unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	137.377.281,00	5.253.356,51	4.459.353,20	0,03	0,00
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(1752) - Construção e Melhoria de Aeródromos	Aeródromo construído/melh orado	% de execução	272,48	130,56	0,48	1.000.000,00	5.468.224,23	3.112.189,92	479.142,52	0,09	5,47
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(1754) - Construção e Melhoramento de Pontes	Ponte construída/melh orada	% de execução	686,58	342,83	0,50	37.207.727,00	27.733.976,00	19.893.694,10	18.579.459,92	0,67	0,75
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(2705) - Conservação de Pontes	Ponte conservada	m	3,70	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(3014) - Restauração de Rodovias	Rodovia restaurada	% de execução	3,90	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(3015) - Implantação e Melhoramento de Estradas Vicinais	Estrada vicinal implantada/mel horada	% de execução	15,60	1.282,34	82,20	1.000.000,00	50.283.334,00	49.320.000,00	49.320.000,00	0,98	83,81

(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(3093) - Implantação, Melhoramento e Pavimentação de Rodovias	Rodovia implantada, melhorada e pavimentada	% de execução	789,68	389,19	0,49	472.740.000,00	552.950.725,50	244.128.433,69	233.551.977,82	0,42	1,17
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(3095) - Implantação da Avenida Metropolitana	Avenida Metropolitana implantada	% de execução	13,67	0,71	0,05	80.120.000,00	77.150.940,00	5.047.877,02	4.171.288,02	0,05	0,96
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(3096) - Construção e Melhoramento de Diques e Barragens	Dique/barragem construída/melhorada	% de execução	200,00	0,00	0,00	500.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(3097) - Implantação e Melhoramento de Hidrovias	Hidrovia concluída	% de execução	0,88	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	4.800.000,00	10.774.870,00	10.774.869,19	6.401.041,50	0,59	0,00
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(4495) - Conservação de Diques e Barragens	Dique ou barragem conservada	unidade	272,70	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(53101) - Secretaria de Estado da Infraestrutura	(4736) - Conservação e Manutenção de Rodovias	Rodovia conservada	null	90,62	277,01	3,06	36.249.999,00	143.641.650,00	121.001.800,84	110.802.713,62	0,77	3,96
(53201) - Agência Estadual de Transportes e Mobilidade Urbana	(3261) - Reestruturação da Avenida dos Holandeses/Binário Holandeses-Litorânea	Obra Concluída	unidade	0,00	0,00	0,00	112.898.499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 6,68

Eficiência (C/H) 7,39

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 6,68 e o valor da eficiência em 7,39, que na escala de valoração adotada na metodologia corresponde que o Programa foi eficaz, principalmente em função das ações 3015, onde o executado superou o planejado em 82,20% e da ação 4736, que ultrapassou 3,06%. Podemos destacar também como fator positivo um volume maior na aplicação dos recursos para a execução das obras prevista para o ano de 2017. Ressalta-se que a ação 3261 vinculada a Agência Estadual de Mobilidade Urbana-MOB, apresentou um baixo índice de eficiência e eficácia, pois a obra esta prevista para início março/2018, ocorrendo apenas despesas de indenizações e taxas de licenciamento, bem como os entraves no processo licitatório.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Analisando as metas físicas realizadas neste programa é possível observar que o executado em algumas ações está além do previsto, garantindo um resultado acima do esperado, o resultado foi obtido através do planejamento estratégico efetivado por esta secretaria, o que contribuiu para o alcance da diretriz de governo, ressaltando o Programa Mais Asfalto, na ação 3093 - Implantação, Melhoramento e Pavimentação de Rodovias, que contribuiu para redução do tempo das viagens e aumento das condições de conforto e segurança de operador e usuários; facilitação do acesso da população aos locais e serviços sociais instalados em polos microrregionais de maior porte e na ação 4736 – Conservação e Manutenção de Rodovias, que restabelece as condições humanas de tráfego e segurança em trechos rodoviários ou interrompidos por situações imprevisíveis. Proporcionando dessa forma, o desenvolvimento socioeconômico das cidades, aumentando a acessibilidade dos municípios e a melhoria das condições de escoamento dos produtos locais.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há Indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há Indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

No âmbito do programa foram realizadas importantes ações, dentre as quais se destacam a construção da Ponte sobre o Rio Novo, no município de Paulino Neves, Implantação e pavimentação da MA 203, no trecho: Avenida dos Holandeses - Olá Marítima e Intervenção na geometria - Interseção da Forquilha. Recomendações: 1. Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; 2. Formular indicadores de resultados, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Em relação a execução orçamentária- financeira das ações faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações e empenho, das 14 ações que compõem o programa, 5 não tiveram movimentações, 2 foram transferidas para a unidade 11210 - Casa Civil, conforme Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017 e 7 permaneceram na SINPRA. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0552) - Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Unidade Executora: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

Problema: Baixa Cobertura do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

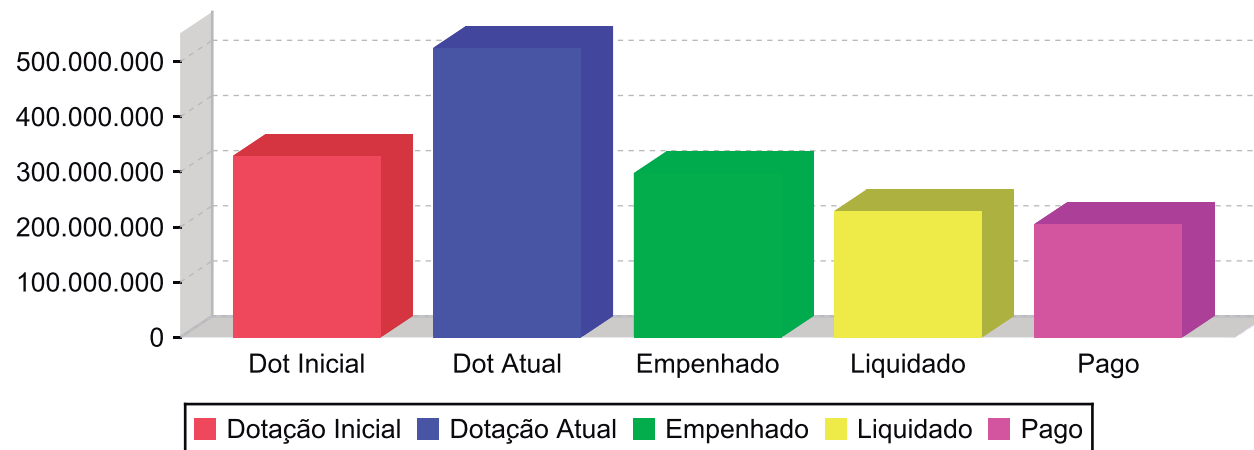
Objetivo: Ampliar a cobertura do abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Público-Alvo: Usuários das áreas urbanas dos municípios operados pela Caema.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 329.235.000,00 **Atual:** 525.226.311,00 **Variação(%)**: 60,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
329.235.000,00	525.226.311,00	297.857.915,26	228.968.619,30	205.843.707,25



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Realizar investimentos em infraestrutura de políticas públicas em aglomerados subnormais, saneamento básico, logística de transporte, mobilidade e acessibilidade, melhorando a qualidade de vida e ambiental.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

DOMICÍLIOS ATENDIDOS COM ESGOTO ATIVO

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
número de sistemas simplificados implantados/ampliados	SEPLAN/SEGOV/SAF	unidade	29/12/2017	10.534.703,00	10.534.703,00	1.381.196,24

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**6.1. Análise Crítica do Programa****Quanto à Concepção**

O modelo foi concebido e desenvolvido de modo a satisfazer as demandas advindas da sociedade. Apresenta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Tanto o público alvo como o produto, a unidade de medida e o objetivo das ações foram bem definidos para a mensuração das metas estabelecidas. O programa foi associado a uma diretriz de governo e conta com ações vinculadas ao Plano de Desenvolvimento Socioeconômico - PDS, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento econômico.

Quanto à Implantação/Execução

Foram estabelecidas parcerias com a Caixa Econômica Federal - CEF para as obras do PAC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com operações de crédito para diversos investimentos, entre perfurações de poços, ampliação e implantação de sistemas de água, esgotamento e kits sanitários para os municípios de menor IDH. No que se refere a questão orçamentária, a dotação inicial foi insuficiente, sendo necessária suplementação, mesmo assim a maioria das ações não tiveram suas metas executadas conforme planejadas, em virtude da maioria das obras contempladas ainda estarem em andamento e os procedimentos de licitação para elaboração de projetos básicos, executivos e de obras sujeitos a questões técnicas e jurídicas. Além disso, existem algumas dificuldades que acontecem na execução das obras, que irão contribuir negativamente para obtenção de resultados no prazo estabelecido.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados não foram satisfatórios em virtude de alguns entraves, como por exemplo a dificuldade na liberação dos recursos financeiros pelo BNDES e CEF, o atraso no cronograma de execução físico/financeiros das obras e as questões técnicas e jurídicas específicas, como os procedimentos de licitação. Por outro lado podemos elencar como fatores de sucesso, a participação social do público alvo através da comissão de acompanhamento de obras, planejamento coeso, metas bem definidas, diálogo intersetorial e melhoria no atendimento. Vale ressaltar que as ações de grande impacto para o êxito do Programa, estão em curso, com previsão de conclusão para o exercício de 2018, contemplando as quatro ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico - PDS, 1068; 1068; 1705 e 1706. São obras de perfuração de poços, abastecimento de água e coleta, tratamento de esgotamento sanitário de grande impacto na redução do déficit de abastecimento de água, bem como na coleta e tratamento de esgotos, contribuindo para a redução substancial da degradação do meio ambiente e qualidade de vida da população. Portanto, embora se tenha utilizado de estratégias adequadas para potencializar o alcance dos resultados, as dificuldades naturais para a realização de determinadas ações contribuíram negativamente para a obtenção de resultados no prazo estabelecido.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(12206) - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	(1068) - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema ampliado	unidade	177,00	14,00	0,08	125.500.000,00	179.992.862,00	43.511.818,78	33.130.035,61	0,18	0,43
(12206) - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	(1069) - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema ampliado	unidade	10,00	1,00	0,10	54.755.000,00	66.351.491,00	47.915.226,08	30.604.105,58	0,46	0,22
(12206) - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	(1705) - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema implantado	unidade	1,00	0,00	0,00	16.600.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(12206) - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	(1706) - Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema implantado	unidade	1.233,00	188,00	0,15	23.500.000,00	33.556.410,00	4.693.926,14	2.375.814,72	0,07	2,15
(12206) - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	(3086) - Elaboração e Implantação de Programas para Perfuração de Poços e Captação Superficial	Poços artesanais perfurados e captação superficial ampliada	unidade	111,00	25,00	0,23	6.950.000,00	13.890.855,00	3.660.242,37	2.859.444,95	0,21	1,09

(12206) - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	(4160) - Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável	Domicílio atendido	unidade	573.475,00	573.475,00	1,00	51.630.000,00	131.116.221,00	125.989.818,08	111.859.372,17	0,85	1,17
(12206) - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	(4200) - Coleta, Tratamento e Destino Final de Esgoto Sanitário	domicílio atendido	unidade	122.365,00	122.365,00	1,00	6.500.000,00	11.700.000,00	11.674.794,70	9.093.789,60	0,78	1,29
(12206) - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	40.350.000,00	41.008.000,00	37.535.520,03	29.504.236,20	0,72	0,00
(15112) - Gerência de Inclusão Socioprodutiva	(1068) - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema ampliado	unidade	89,05	5,00	0,06	0,00	19.000.000,00	1.524.615,97	908.370,32	0,05	1,17
(15112) - Gerência de Inclusão Socioprodutiva	(3245) - Construção de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água	Comunidade beneficiada	unidade	85,00	31,00	0,36	3.350.000,00	17.975.769,00	17.969.499,59	7.252.253,91	0,40	0,90
(15112) - Gerência de Inclusão Socioprodutiva	(3246) - Implantação de Kit Sanitário	Unidade residencial beneficiada	unidade	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(61101) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	(1068) - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema ampliado	unidade	49,00	49,00	1,00	0,00	10.534.703,00	3.382.453,52	1.381.196,24	0,13	7,63

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,36

Eficiência (C/H) 1,46

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre a meta física e financeira do programa indica o índice de eficácia de 0,36 e de eficiência de 1,46, que, na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação, corresponde que o programa não foi eficaz, porém, foi eficiente. Os valores obtidos podem ser explicados, principalmente, em função do resultado das metas executadas terem sido inferiores às metas planejadas na maioria das ações, devido as obras contempladas ainda estarem em andamento, tornando-o desta forma ineficaz. Por outro lado podemos destacar a ação 1068 executada pela Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF, onde as metas foram alcançadas em sua totalidade com um custo bem menor que o previsto. As ações 4160 e 4200 da Caema também atingiram suas metas.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O Programa contribuiu e está alinhado com a diretriz de Realizar investimentos em infraestrutura de políticas públicas em aglomerados subnormais, saneamento básico, logística de transporte, mobilidade e acessibilidade, melhorando a qualidade de vida e ambiental.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foram associados indicadores de desempenho intermediários no programa.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não foram associados indicadores de desempenho socioeconômicos (painel) no programa.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomendações: 1. Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; 2. Formular indicadores de resultados, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Em relação a execução orçamentária e financeira das ações faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações e empenho, como é o caso, da ação 1705 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e 3246 - Implantação de Kit Sanitário. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0586) - Desenvolvimento Urbano e Regional

Unidade Executora: Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

Problema: Ausência de Política Pública Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional e alto déficit de infraestrutura e equipamentos urbanos, compatíveis e integrados à realidade territorial.

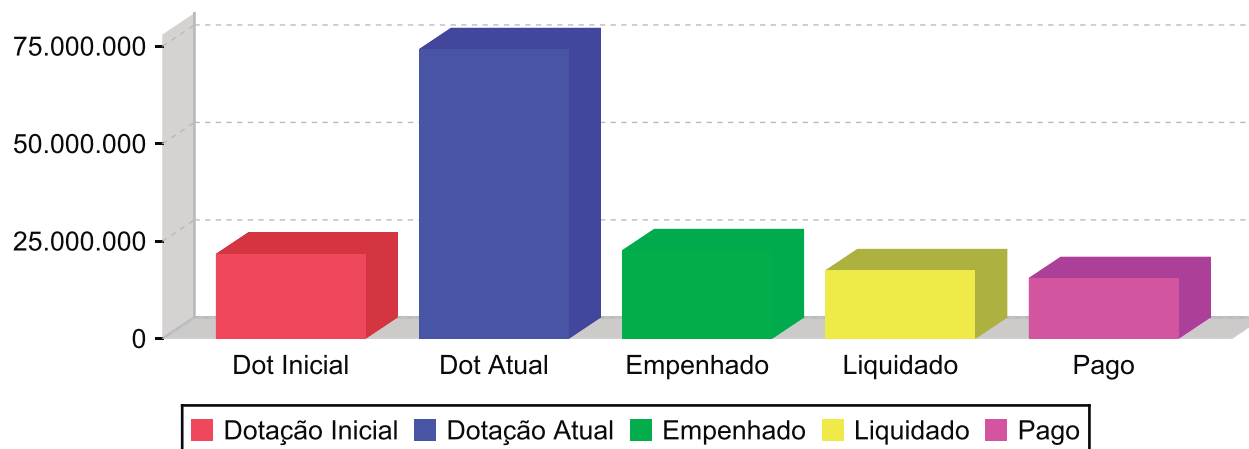
Objetivo: Suprir o Estado e Municípios com políticas de desenvolvimento Urbano e Regional, apoiar na elaboração dos planos e projetos setoriais de saneamento básico, urbanização e regularização fundiária e ofertar capacitação técnica e execução de obras.

Público-Alvo: Estado e todos os Municípios

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 21.758.884,00 **Atual:** 74.283.529,72 **Variação(%)**: 241,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
21.758.884,00	74.283.529,72	22.715.266,46	17.576.975,84	15.566.607,21



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Realizar investimentos em infraestrutura de políticas públicas em aglomerados subnormais, saneamento básico, logística de transporte, mobilidade e acessibilidade, melhorando a qualidade de vida e ambiental.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE ATLETAS BENEFICIADOS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
teste	dífgf	1320 pessoas capacitadas	25/04/0018	3,46	4.353,46	3.463,46

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa de Desenvolvimento Urbano foi concebido e desenvolvido em função das diversas demandas urbanas e regionais, tendo em vista a grande extensão territorial do Estado do Maranhão, e grande fragilidade técnica e econômica. Apresenta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, pois possuem a capacidade de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problema e objetivos. O objetivo e os atributos das ações estão bem definidos para medir as metas estabelecidas. A unidade de medida da ação 4746 - Infraestrutura e Equipamentos Urbanos, não está bem delimitada e deverá ser alterada para Percentual. Foi associado a uma diretriz do governo, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico, todavia, não foi definido um indicador de resultado dificultando a mensuração do seu desempenho no exercício avaliado. Neste programa existem duas ações incluídas n Plano de Desenvolvimento Socioeconômico – PDS, que são a 4752 – Saneamento Básico Urbano e a 4744 – Regularização Fundiária.

Quanto à Implantação/Execução

O Programa apresentou autonomia gerencial institucionalizada que é coordenado pelo Secretario Adjunto de Desenvolvimento Urbano e Coordenadores. A dotação inicial do programa foi insuficiente, o teto orçamentário disponibilizado teve valor inferior para a execução das metas planejadas, havendo a necessidade de realização de várias suplementações orçamentarias no decorrer do exercício para o cumprimento das referidas metas. O programa contou com a disponibilidade de infraestrutura, logística, materiais com qualidade e quantidade suficiente, além de contar com equipe técnica qualificada. Foram formalizadas algumas parcerias institucionais para implementação do programa, tais como: Ministério da Integração Nacional, Banco Nacional de Desenvolvimento Social, Fundação Josué Montello, Prefeituras Municipais e Ministérios das Cidades.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do Programa foram satisfatórios, o destaque vai para as ações 3230, 4744 e 4746, que desenvolveram grande parte de suas atividades a contento. A Gestão comprometida com os alcances dos objetivos, o planejamento adequado e uma equipe técnica comprometida, foram alguns fatores críticos de sucesso, além da conclusão e o avanço significativo de obras e serviços que ocorreram no decorrer exercício de 2017, tais como: Execução das obras da Av. Jackson Lago (89,16%); Conclusão da Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem das Bacias Hidrográfica do Rio Mearim e do Bacanga; Pavimentação Asfáltica nos municípios de Arari, Campestre do Maranhão, Olinda Nova do Maranhão Vitória do Mearim e Estreito; Conclusão da Construção da Ponte em Concreto Armado sobre o Riacho Itapetininga no Município de Bequimão; Conclusão da Construção de Guarita de Segurança e Recuperação de Muro e Calçada do Residencial Monte Castelo em São Luís; Conclusão Urbanização da Praça Negro Cosme e Construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, e Conselho Tutelar; Conclusão das Obras de Construção de Tubulação de Esgoto, Aterro e Muro dos Fundos de alguns quintais na Rua Pires Saboia; Requalificação da Praça Odorico Mendes; Requalificação da Praça Sagrado Coração de Jesus e fechamento inferior do Muro do Viaduto da Av. Jackson Lago na Alemanha; Muro da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Estes resultados estão contemplados nos objetivos do Programa, com relação à efetividade o programa gerou benefícios para sociedade, gerando desenvolvimento sócio econômico do Estado.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(11211) - agência executiva metropolitana	(4744) - Regularização Fundiária	Títulos aptos para o registro imobiliário.	Unidades	1,00	1,00	1,00	0,00	587.469,00	451.978,04	224.989,02	0,38	2,61
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(3230) - Elaboração do Plano Diretor de Drenagem da Bacia do Mearim e do Bacanga e Implementação das Ações Estruturais e não Estruturais	Planos Elaborados	Unidades	1,00	0,91	0,91	2.922.172,00	5.253.592,00	5.253.591,51	3.793.334,05	0,72	1,26
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(4450) - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	280.000,00	96.882,00	96.575,40	96.575,40	1,00	0,00
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(4744) - Regularização Fundiária	Títulos aptos para o registro imobiliário.	Unidades	5.000,00	3.000,00	0,60	2.681.712,00	4.681.712,00	4.664.772,00	4.660.869,02	1,00	0,60
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(4746) - Infraestrutura e Equipamentos Urbanos	Obra executada	Unidades	6,00	17,23	2,87	15.275.000,00	62.528.208,72	11.112.683,51	7.755.542,35	0,12	23,15
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(4750) - Integração das Bacias dos Rios Parnaíba e Itapecuru e Revitalização do Rio	Projeto Elaborado	unidade	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Itapecuru											
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(4751) - Saneamento Basico Rural	Obra executada	Unidades	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(12101) - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	(4752) - Saneamento Básico Urbano	Obra executada	Unidades	5,00	4,57	0,91	200.000,00	1.135.666,00	1.135.666,00	1.045.666,00	0,92	0,99

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,90

Eficiência (C/H) 4,20

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação realizada entre a meta física e financeira do programa indica o valor da eficácia em 0,90 e o valor da eficiência em 4,20, que na escala de valoração adotada na metodologia corresponde que o Programa não foi eficaz, em função das ações 4750 e 4751 que não tiveram movimentação, isso em função da falta de recursos financeiros suficientes para aprovação dos projetos, entretanto o programa foi muito eficiente. O alto índice de eficiência pode ser explicado pela movimentação das ações 4752, 4746, 4744 e 3230, que avançaram bem na execução das atividades no exercício avaliado.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do programa, no exercício de 2017, atendeu à diretriz definida na orientação estratégica de governo, principalmente em função de que seus resultados estão contribuindo para o alcance do objetivo proposto.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não há Indicador de Desempenho Intermediário associado.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há Indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Recomendações: 1. Proceder ao lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, de forma a permitir um melhor monitoramento das ações do Programa; 2. Formular indicadores de resultados, que possibilitem melhor mensuração do desempenho do Programa; 3. Em relação a execução orçamentaria e financeira das ações faz-se necessário analisar e rever a necessidade de permanência de ações sem movimentações e empenho, como é o caso, da ação 4750 - Integração das Bacias dos Rios Parnaíba e Itapecuru e Revitalização do Rio Itapecuru e 4751 - Saneamento Básico Rural; 4. Reavaliar a unidade de medida da ação 4746 - Infraestrutura e Equipamentos Urbanos. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0120) - PORTO - Porta Facilitadora de Negócios

Unidade Executora: Empresa Maranhense de Administração Portuária

Problema: Expansão, ampliação e modernização do Porto

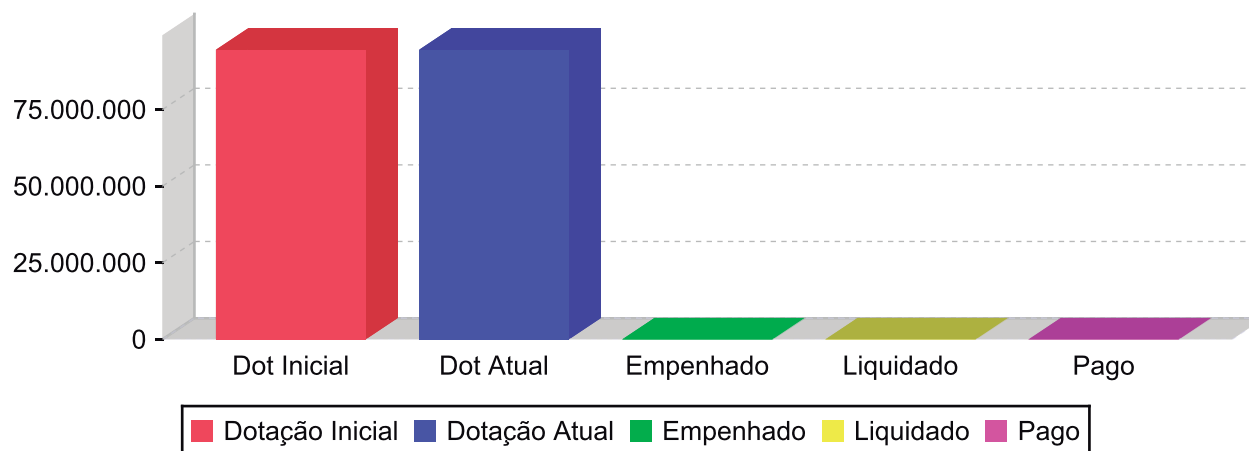
Objetivo: Expandir o volume de negócios mediante a ampliação e modernização da infraestrutura portuária.

Público-Alvo: Exportadores e importadores.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 94.539.325,00 **Atual:** 94.539.325,00 **Variação(%)**: 0,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
94.539.325,00	94.539.325,00	0,00	0,00	0,00



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Realizar investimentos em infraestrutura de políticas públicas em aglomerados subnormais, saneamento básico, logística de transporte, mobilidade e acessibilidade, melhorando a qualidade de vida e ambiental.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Execução financeira dos investimentos em infraestrutura portuária	Apresentação CONSAD CONFIS Dez17	Porcentagem	30/12/2017	87.740.911,00	100,00	48,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção, consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo e definiu um indicador de resultado facilitando a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa embora não tenham sido formados parceiras em virtude das particularidades legais do Porto do Itaqui foi utilizado estratégias adequadas como análise da projeção do fluxo de caixa futuro frente as propostas de investimentos no longo prazo gerando escala de priorização, entretanto apresentou algumas dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa não foram satisfatórios, uma vez que a meta lançada no sistema não estava compatível com a meta real do Porto do Itaqui. Ressalta-se ainda outros fatores, tais como: atrasos devido a processos de revisões e adequações das licitações; ausência de agilidade no fechamento do orçamento pelos fornecedores; atraso nos laudos de terceiros necessários para o andamento dos processos. Por outro lado, é importante reforçar que o programa contribui para o alcance da diretriz de governo ao qual está alinhado. Para a atual metodologia de medição, as metas físicas não expressam o produto entregável ao público, pois atualmente estão em metros quadrados, sendo que muitos investimentos não podem ser medidos dessa forma. Reitera-se, ainda, que são efetuadas, anualmente, pesquisas de satisfação dos clientes, tanto para usuários dos terminais externos, quanto para os usuários da infraestrutura portuária, com vistas às melhorias de qualidade nos serviços prestados.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(23203) - Empresa Maranhense de Administração Portuária	(1688) - Ampliação e Modernização do Porto	Área portuária ampliada	m²	39,96	19.627,22	491,17	77.539.325,00	77.539.325,00	0,00	0,00	0,00	
(23203) - Empresa Maranhense de Administração Portuária	(4166) - Aparelhamento Portuário	Diretoria aparelhada	unidade	12,52	34,79	2,78	17.000.000,00	17.000.000,00	0,00	0,00	0,00	

Média:	Eficácia (B/A) = C	246,98	Eficiência (C/H)	0,00
--------	--------------------	--------	------------------	------

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50
Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

Não é possível efetuar a avaliação da relação entre as metas física e financeira do programa, em razão do órgão ser uma Empresa de Economia Mista e, por não se integrar ao SIAFEM não são lançadas as informações financeiras no sistema de acompanhamento e planejamento. Dessa forma fica impossibilitado a realização da avaliação quanto à eficiência do órgão.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O indicador de desempenho apurou um índice de 48% de resultado, havia uma meta de 100%, não atingida justificada no item de análise dos resultados, reforçando: atrasos devido processo de revisões e adequações das licitações; ausência de agilidade no fechamento do orçamento pelos fornecedores; atraso nos laudos de terceiros necessários para o andamento dos processos. A utilização do indicador continua satisfatória visto que representa percentualmente a principal estratégia da empresa, que seria a execução/cumprimento de todas as metas previstas para investimentos.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não há Indicador de Desempenho Socioeconômico do PPA associado.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

Verificou-se, por meio da execução do programa que não é possível efetuar a avaliação das metas física e financeira, uma vez que ambas não representam o planejamento real do Porto do Itaqui, pois a metodologia atual de medição das metas físicas, ainda presente no SISPCA, não expressa o produto entregável ao público pois atualmente estão em metros quadrados e muitos investimentos não podem ser medidos dessa forma. Vale ressaltar que através da Revisão do PPA/2017, a unidade de medida para 2018 foi alterada para "Percentual". Recomendações: 1- Proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente, bem como um acompanhamento e monitoramento das ações programadas; 2-Verificar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas considerando que houve descompasso entre o planejado e o executado. Considerando que esta avaliação é referente ao segundo exercício do PPA 2016-2019, ressalta-se que as medidas corretivas aqui recomendadas poderão melhorar o desempenho do Programa nos próximos anos e assim contribuir com o desenvolvimento do Estado.



CAPÍTULO II

OUTROS PODERES



PODER LEGISLATIVO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0316) - Fortalecimento do Controle Externo

Unidade Executora: Tribunal de Contas do Estado

Problema: Burocratização das rotinas de trabalho concomitantemente à tramitação dos processos.

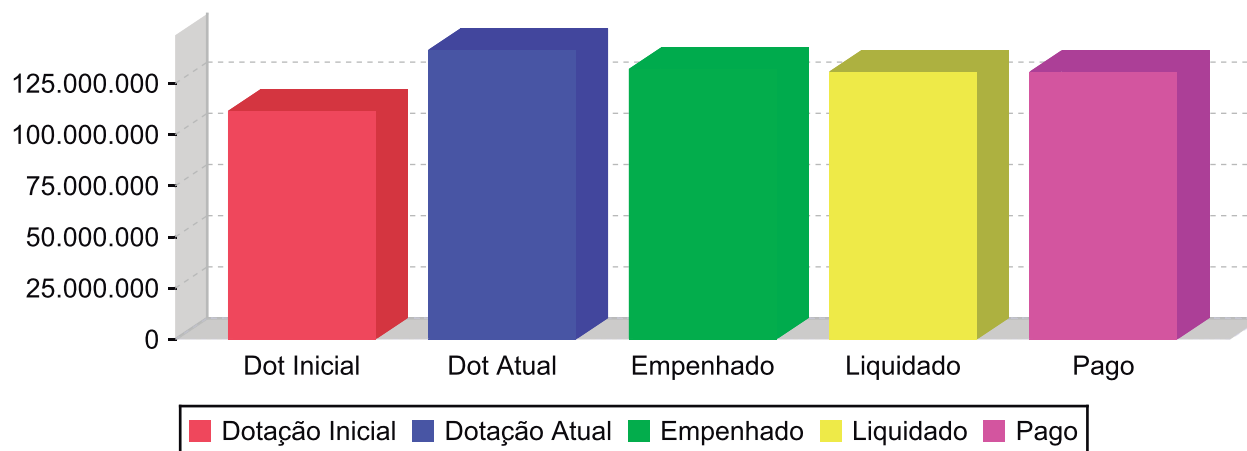
Objetivo: Modernizar o sistema de controle externo no âmbito interinstitucional e conjurisdicional para contribuir de forma efetiva e regular na melhor aplicação dos recursos públicos.

Público-Alvo: Governo do Estado e administrações municipais.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 111.594.741,00 **Atual:** 141.453.209,74 **Variação(%)**: 27,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
111.594.741,00	141.453.209,74	132.081.120,91	130.778.674,32	130.778.674,32



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Nenhuma diretriz associada ao programa

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

Quanto à Implantação/Execução

Quanto aos Resultados

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(02101) - Tribunal de Contas do Estado	(2349) - Fiscalização Externa	Relatório emitido	unidade	0,00	0,00	0,00	108.087.523,00	127.555.108,24	121.105.267,33	120.834.874,11	0,95	0,00
(02101) - Tribunal de Contas do Estado	(3062) - Construção de Prédio Anexo	Anexo construído	unidade	0,00	0,00	0,00	700.000,00	8.200.000,00	8.200.000,00	7.448.599,96	0,91	0,00
(02901) - Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado	(4550) - Política de Gestão Estratégica voltada para o Desempenho Organizacional	Gestão estratégica implantada	unidade	0,00	0,00	0,00	2.807.218,00	5.698.101,50	2.775.853,58	2.495.200,25	0,44	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,00

Eficiência (C/H) 0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Media Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0318) - Gestão Legislativa

Unidade Executora: Assembléia Legislativa

Problema:

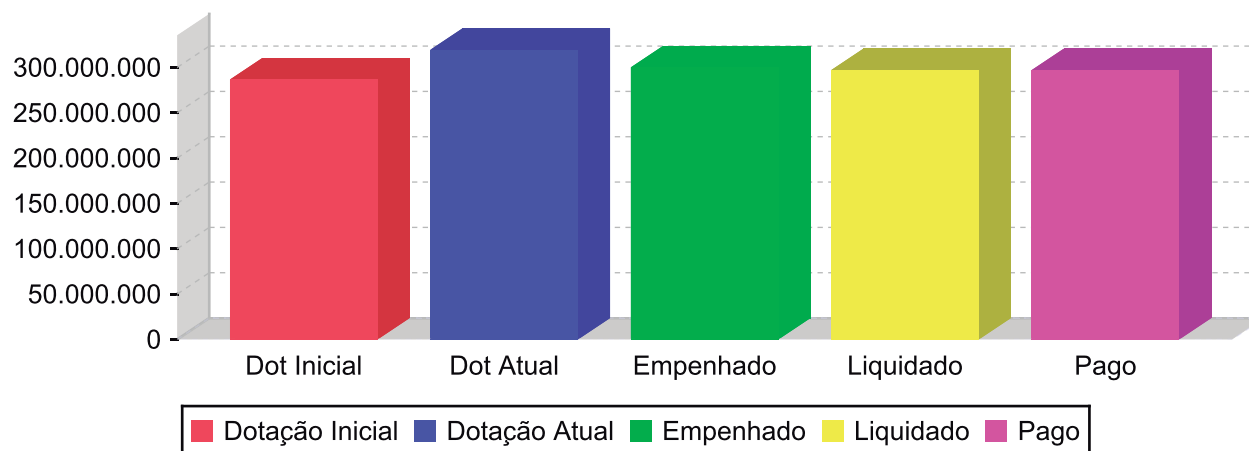
Objetivo: Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo desempenhando as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais.

Público-Alvo: Órgãos e entidades do parlamento estadual.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 286.636.674,00 **Atual:** 319.473.741,83 **Variação(%)**: 11,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
286.636.674,00	319.473.741,83	300.035.231,13	297.061.341,52	297.059.800,90



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Nenhuma diretriz associada ao programa

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

Não foi informado

Quanto à Implantação/Execução

Não foi Informado

Quanto aos Resultados

Não foi informado

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(01101) - Assembléia Legislativa	(4628) - Atuação Legislativa	Medido pela despesa	Unidades	0,00	0,00	0,00	282.449.888,00	314.093.457,15	299.892.004,35	296.918.114,74	0,95	0,00
(01201) - Fundação Radio e Televisão	(4679) - Publicidade e Mídia Legislativa	Evento divulgado	unidade	0,00	0,00	0,00	50.698,00	50.698,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(01901) - Fundo Especial Legislativo	(2322) - Capacitação de Recursos Humanos	Servidor capacitado	unidade	0,00	0,00	0,00	780.507,00	1.974.005,68	143.226,78	143.226,78	0,07	0,00
(01901) - Fundo Especial Legislativo	(3047) - Equipamentos, Construção e Modernização da Assembleia Legislativa	Unidade concluída	unidade	0,00	0,00	0,00	3.355.581,00	3.355.581,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,00

Eficiência (C/H) 0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Média Eficiência = $0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA



PODER JUDICIÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0543) - Prestação Jurisdicional

Unidade Executora: Tribunal de Justiça do Estado

Problema: Morosidade da Justiça

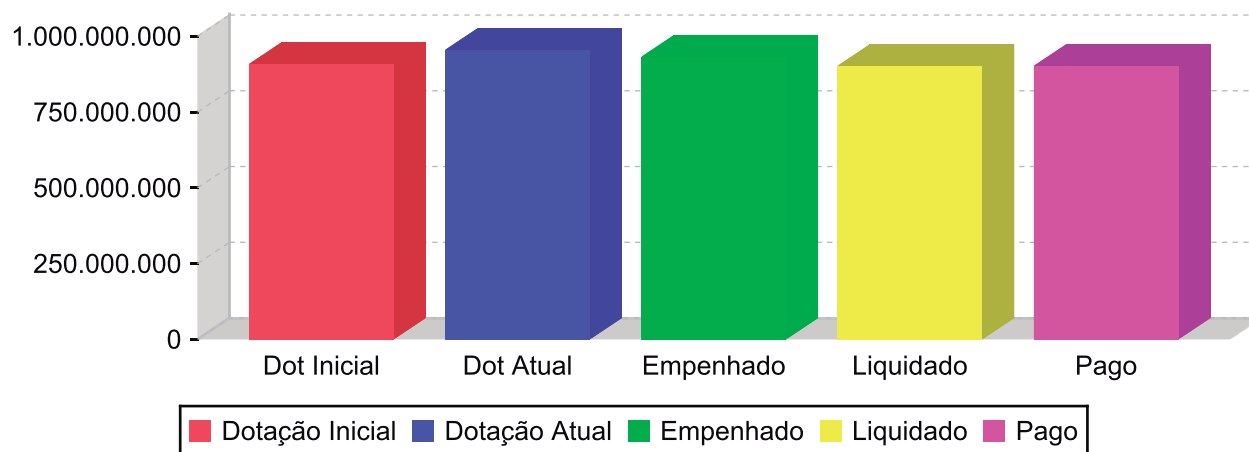
Objetivo: Proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.

Público-Alvo: Sociedade maranhense.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 908.993.163,00 **Atual:** 955.777.462,47 **Variação(%)**: 5,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
908.993.163,00	955.777.462,47	932.850.347,76	903.119.906,97	902.823.512,08



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Nenhuma diretriz associada ao programa

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE PROCESSOS JUDICIAIS JULGADOS

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O programa foi concebido com o objetivo de combater todas as causas que prejudicam o andamento célere e ágil da prestação jurisdicional aos cidadãos maranhenses. Portanto, considerando que todas as causas que ocasionam a lentidão na prestação jurisdicional foram relacionadas no presente programa, todos os seus atributos são adequados ao cumprimento do seu objetivo.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa é realizada diretamente pelo Tribunal de Justiça e está alinhada com as diretrizes e os objetivos estratégicos tratados no planejamento estratégico do Poder Judiciário do Maranhão para o período de 2016 a 2020. Sua implementação tem sido realizada por meio da adequação e distribuição da força de trabalho nas justças de 1º e 2º graus, aprimoramento da gestão orçamentária e de custos, garantindo melhor alocação dos recursos e redução de despesas; investimentos em TIC para melhoria dos processos internos; investimentos em obras de reforma e construção de novos Fóruns para aprimoramento da estrutura física e da segurança institucional das unidades administrativas e judiciárias no Poder Judiciário; cumprimento dos normativos do CNJ quanto à transparência e acesso à informação.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados têm sido satisfatórios, com aumento no número de processos baixados e pendentes e queda na taxa de congestionamento, contribuindo para uma justiça mais ágil e produtiva.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(04101) - Tribunal de Justiça do Estado	(4305) - Assistência Suplementar de Saúde	Agente público assistido	Unidades	46.488,00	46.488,00	1,00	15.302.753,00	16.842.753,00	15.955.756,28	15.955.756,28	0,95	1,06
(04101) - Tribunal de Justiça do Estado	(4434) - Acesso à Justiça	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	770.570.566,00	760.755.566,00	759.539.753,50	756.636.614,03	0,99	0,00
(04101) - Tribunal de Justiça do Estado	(4478) - Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	8.000,00	9.094,00	1,14	1.287.405,00	287.405,00	279.700,70	123.375,96	0,43	2,65
(04102) - Corregedoria Geral da Justiça	(4434) - Acesso à Justiça	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	20.527.984,00	20.527.984,00	19.629.573,21	18.910.419,56	0,92	0,00
(04901) - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	(1656) - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	Prédio construído/ampliado/reformado	m²	27.500,00	96.877,36	3,52	21.975.263,00	24.060.158,00	21.464.059,40	11.830.961,24	0,49	7,16
(04901) - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	(4436) - Modernização do Judiciário	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	71.605.965,00	119.624.648,63	105.879.316,47	91.603.439,38	0,77	0,00
(04901) - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	(4437) - Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	Servidor capacitado	unidade	912,00	912,00	1,00	910.000,00	2.156.477,00	1.088.021,20	968.473,87	0,45	2,23
(04902) - Fundo Especial da Escola Superior de Magistratura do Estado do Maranhão	(4438) - Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário	Pessoa capacitada	unidade	2.415,00	2.415,00	1,00	665.407,00	794.000,81	753.084,54	715.902,47	0,90	1,11
(04903) - FUNDO ESPECIAL DAS SERVENTIAS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	(4430) - Gratuidade do Registro Civil	Certidão concedida	unidade	110.000,00	159.411,00	1,45	3.147.820,00	3.147.820,00	3.097.492,25	2.635.672,83	0,84	1,73

(04904) - Fundo Especial de Segurança dos Magistrados	(4686) - Apoio a Segurança da Magistratura	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	7.580.650,03	5.163.590,21	3.739.291,35	0,49	0,00
---	--	---------------------	---------	------	------	------	--------------	--------------	--------------	--------------	------	------

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,91

Eficiência (C/H) 1,59

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A partir da escala de valoração utilizada para aferir a eficácia e eficiência do programa, cujo resultado, respectivamente, foi não eficaz (0,91) e eficiente (1,59), é possível deduzir que, no tocante à eficácia, o fato de 04 das 10 ações orçamentárias vinculadas ao programa 0543 não possuírem metas físicas planejadas, somente metas financeiras, prejudicou bastante para a eficácia do programa, ainda que nas outras 06 ações tenha se observado o atingimento das metas físicas fixadas; no que diz respeito à eficiência, o programa apresentou excelente desempenho, haja vista que os recursos programados foram suficientes para cumprimento das metas físicas e financeiras além do que foi planejado.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa está em conformidade com a missão institucional de garantir a justiça, dirimindo conflitos de forma efetiva e acessível à sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, e com sua visão de ser reconhecido como uma instituição ágil e efetiva na solução de conflitos em sociedade.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O programa 0543 - Prestação Jurisdicional não possui indicador de desempenho intermediário.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

O programa 0543 - Prestação Jurisdicional não possui indicador de desempenho sócioeconômico do PPA.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1- Estabelecer metas físicas planejadas às ações que possuírem somente metas financeiras, para melhor aferição do resultado do Programa como um todo. 2- Reforçar a necessidade de proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, bem como, um acompanhamento e monitoramento das ações programadas. 3. Formular indicadores de desempenho.



MINISTÉRIO PÚBLICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0337) - Gestão de Ações Essenciais à Justiça

Unidade Executora: Procuradoria Geral da Justiça

Problema: Ditames constitucionais quanto a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis exigem que o Ministério Público tenha uma estrutura adequada e moderna para cumprir sua missão institucional.

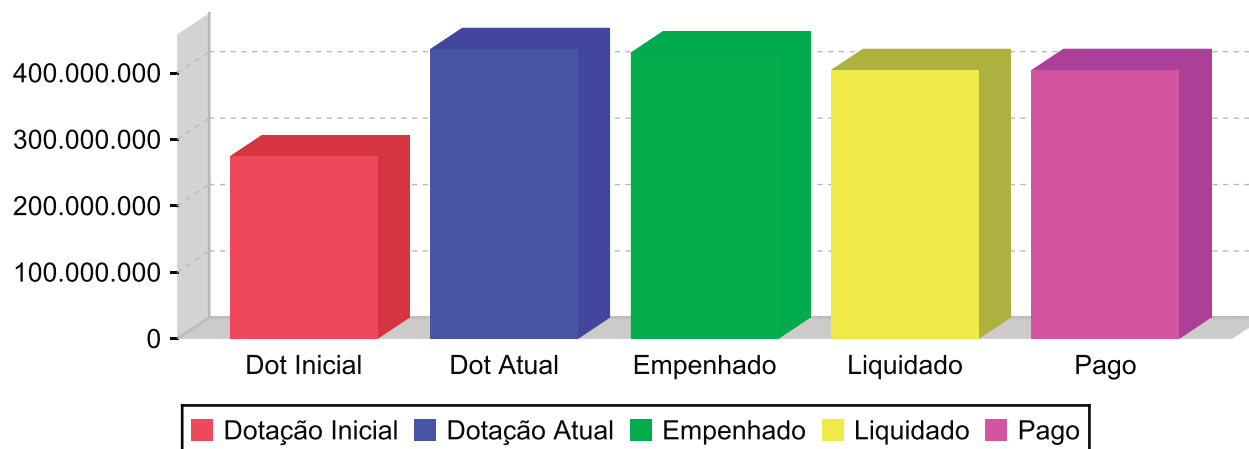
Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.

Público-Alvo: Justiça estadual.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 274.583.934,00 **Atual:** 436.062.717,44 **Variação(%)**: 59,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
274.583.934,00	436.062.717,44	430.764.086,49	404.548.463,23	404.518.295,59



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Nenhuma diretriz associada ao programa

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

Nenhum indicador associado ao programa

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

Nenhum indicador de desempenho intermediário associado ao programa

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

Quanto à Implantação/Execução

Quanto aos Resultados

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(07101) - Procuradoria Geral da Justiça	(2963) - Coordenação das Ações Essenciais à Justiça	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	261.883.934,00	405.053.289,93	405.006.354,39	393.955.490,25	0,97	0,00
(07101) - Procuradoria Geral da Justiça	(3037) - Construção da Sede Própria do Ministério Público	prédio construído e aparelhado	unidade	2,00	0,00	0,00	6.250.000,00	8.450.000,00	8.292.397,81	5.333.912,68	0,63	0,00
(07101) - Procuradoria Geral da Justiça	(4426) - Desenvolvimento Institucional	Pessoa capacitada	unidade	1.000,00	1.363,00	1,36	1.000.000,00	1.250.000,00	1.234.613,40	1.210.523,40	0,97	1,41
(07901) - Fundo Especial do Ministério Público Estadual	(3038) - Construção, Reforma e Aparelhamento de Unidades do Ministério Público	Unidade construída/reformada	unidade	12,00	1,00	0,08	5.450.000,00	21.309.427,51	16.230.720,89	4.048.536,90	0,19	0,44

Média:

Eficácia (B/A) = C 0,36

Eficiência (C/H) 0,46

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Media Eficiência = $0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA



DEFENSORIA PÚBLICA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

(0341) - Gestão da Política de Defesa do Cidadão

Unidade Executora: Defensoria Pública do Estado do Maranhão

Problema: Deficiência na infra-estrutura do órgão, devido o quadro técnico especializado insuficiente e a inexistência de Cargos de Planos de Salários.

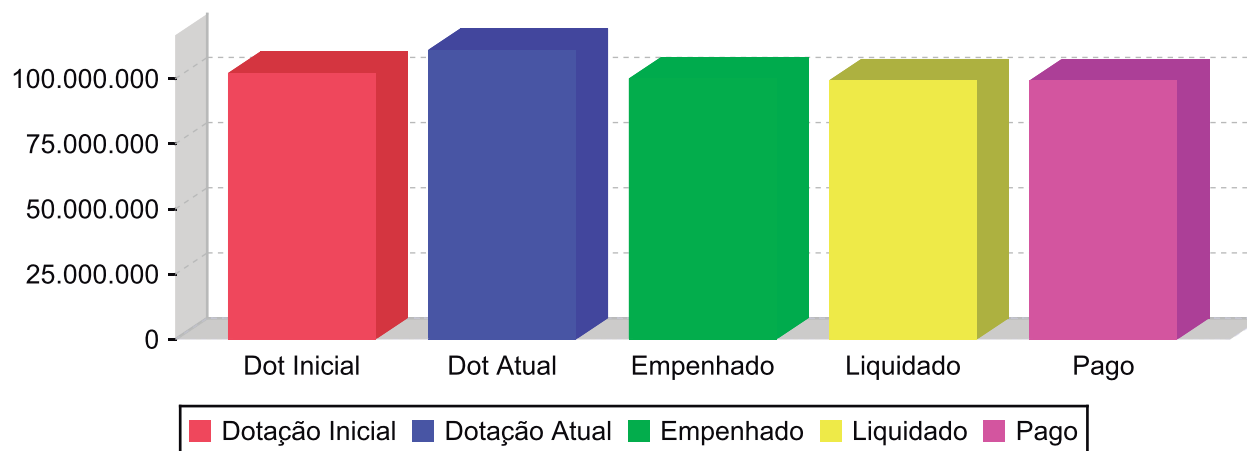
Objetivo: Garantir assistência jurídica gratuita às pessoas de baixa renda no Estado.

Público-Alvo: Pessoas de baixa renda demandantes de representação judicial.

Dotação Orçamentária (R\$ 1,00) Inicial: 102.162.402,00 **Atual:** 111.122.689,84 **Variação(%)**: 9,00

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
102.162.402,00	111.122.689,84	100.079.577,58	99.404.190,38	99.373.757,38



3. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Diretrizes

Assegurar o acesso às políticas públicas de assistência social e direitos humanos.

4. INDICADOR(ES) CONSTANTES NO PPA

Indicadores

NÚMERO DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

5. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Fonte	Unid. Medida	Referência		Resultado	
			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Total de atendimentos realizados à população	Relatórios do Sistemas On-line de Atendimento, Geração e Acompanhamento Processual (Sagap)	Unidade/Quantidade	28/12/2017	383.778,00	406.418,00	424.920,00
Unidade da Defensoria implantadas ou reformadas	Termo de entrega da obra/reforma	Unidade/Quantidade	28/12/2017	3,00	3,00	4,00

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

6.1. Análise Crítica do Programa

Quanto à Concepção

O Programa apresenta, em sua concepção, um desalinhamento com a atual realidade da Defensoria, em virtude das crises e dificuldades (desemprego, violência, colapsos nos sistemas de saúde e educação) que o país vem passando. Assim o problema atual está relacionado a uma situação pontual, ou seja, "Deficiência na infraestrutura do órgão, devido o quadro técnico especializado insuficiente e a inexistência de Cargos de Planos de Salários". Atualmente existe a necessidade que essa problemática tenha uma visão macro da realidade do nosso Estado, ou seja, o novo problema encontrado está relacionado a "DIFICULDADE NO ACESSO A JUSTIÇA". Segundo o IBGE/PNAD (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), 57,72% da população maranhense recebe até 03 salários-mínimos, faixa de renda dos usuários da Defensoria. Outro fator que confronta a problemática é a promulgação da Emenda Constitucional 80/ 2014 que fixou prazo de 08 (oito anos) para que a União, os Estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos, atendendo prioritariamente as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional. Percebe-se que a solução do problema apresentado perpassa pela necessidade de ampliação da infraestrutura e da força de trabalho, além de um efetivo processo de interiorização da Defensoria Pública. Por isso exposto, afirma-se que há um desalinhamento entre problemática apresentada (Deficiência na infraestrutura do órgão, devido o quadro técnico especializado insuficiente e a inexistência de Cargos de Planos de Salários) e o cenário atual da Defensoria, o que tornou o objetivo (Garantir assistência jurídica integral e gratuita) prejudicado e alheio em relação ao plano.

Quanto à Implantação/Execução

A implementação do programa, embora tenha utilizados estratégias adequadas, como parcerias, participação popular e outro tipo de estratégias, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou dificuldades na sua execução. Se considerarmos a Emenda Constitucional 80/ 2014 que fixou prazo de 08 (oito anos) para que a União, os Estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos, atendendo prioritariamente as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional, e considerando que a Defensoria está presente em apenas 39 comarcas, necessitamos, até 2022, uma média de 15,4 núcleos/ano a serem implantados para atendermos plenamente supramencionada Emenda, além, é claro, de um quadro maior de membros e servidores. Há também que se observar que os esforços e o compromisso da governança (Administração Superior) com a gestão da coisa pública, sobre tudo com o controle dos gastos e a transparência, favoreceu para que esse quadro não fosse pior.

Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada foi compatível com a meta planejada. As despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados foram compatíveis com o planejado, concorrendo dessa forma para uma alta economicidade dos gastos com o programa e alinhando aos resultados na direção esperada. A análise de resultado do programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação às orientações estratégicas de governo, como diretrizes e indicadores.

6.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária	Ação	Físico					Financeiro					
		Produto	Unid. Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dot Inicial (D)	Dot Atual (E)	Emp (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
(08101) - Defensoria Pública do Estado do Maranhão	(2656) - Assistência Jurídica Gratuita	Cidadão Atendido	unidade	406.418,00	424.920,00	1,05	102.002.401,00	109.754.115,84	99.065.877,24	98.549.893,84	0,90	1,16
(08101) - Defensoria Pública do Estado do Maranhão	(3223) - Construção e Implantação de Unidades da Defensoria Pública	Sede construída e/ou Unidade implantada	unidade	3,00	4,00	1,33	50.001,00	1.164.001,00	814.552,54	811.027,54	0,70	1,91
(08901) - Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado	(4702) - Modernização Institucional	Medido pela despesa	unidade	0,00	0,00	0,00	110.000,00	204.573,00	199.147,80	43.269,00	0,21	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia \geq 1,0 e Não Eficácia $<$ 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $>$ 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência $<$ 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada em relação a meta física e financeira do programa, indica o valor da eficiência de 1,02, que é classificada como "Muito Eficiente" segundo a escala de valoração adotada por essa metodologia. Já em relação a eficácia o resultado foi de 0,79, que na escala de valoração é classificada como "Não Eficácia". O valor obtido pode ser explicado pelo resultado na ação (2656) - Assistência Jurídica Gratuita, que foi além do esperado (aumento de 4,55% entre o planejado e o executado), bem como, por ter ocorrido um acréscimo de 2.327% na dotação da ação (3223) - Construção e Implantação de Unidades da Defensoria Pública. Além disso, no Fundo de Aparentamento (ação 4702) houve um aumento de 85,97% na dotação.

6.3. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A execução do programa, no exercício avaliado, atende as diretrizes definidas nas orientações de governo, notadamente pelo fato dos resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema (Dificuldade de Acesso à Justiça) enfrentado.

Quanto ao(s) indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os indicadores de desempenho intermediário medido pela Defensoria Pública, apresentaram resultados satisfatórios contribuindo com o objetivo do programa.

Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do PPA

Não possui indicadores de desempenho socioeconômicos.

7. RECOMENDAÇÕES/CONSIDERAÇÕES

1-Faz-se necessário a redefinição do problema central do programa, pois apresenta, em sua concepção, um desalinhamento com a atual realidade da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, seus objetivos e o público alvo, tornando-o prejudicado e alheio em relação ao plano. 2- Reforça-se a necessidade de proceder o lançamento das metas físicas e financeiras tempestivamente no SISPCA, bem como, um acompanhamento e monitoramento das ações programadas. 3. Formular indicadores de desempenho.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste Relatório foi procedida a avaliação do Plano **Plurianual 2016-2019 – Desenvolvimento e Justiça Social para Todos**, em seu segundo exercício, 2017. As ações realizadas foram marcadas pela continuidade do modelo de gestão iniciado em 2015, que apresenta como principal objetivo o desenvolvimento do Estado do Maranhão, com a plena dedicação em superar entraves históricos que engessavam a economia, impossibilitando o crescimento econômico com inclusão produtiva da parcela mais carente dos maranhenses.

Sobre este aspecto, **cuidar bem do dinheiro público e modernização da gestão pública; enfrentar as injustiças sociais; desenvolvimento para todos; e ampliar a infraestrutura logística**, correspondem aos quatro eixos que norteiam as ações voltadas à melhoria do nível de bem-estar social da população.

A partir da performance dos Programas, observou-se que, mesmo diante de um cenário fiscal restritivo houve uma expressiva atuação do Estado na consecução das ações de políticas públicas no âmbito dos eixos governamentais supracitados, dentre as quais destacaram-se:



Eixo 1 - Cuidar Bem do Dinheiro Público e Modernização da Gestão Pública:

O Governo do Estado adotou, dentre as suas ações estratégicas, cuidar bem do dinheiro público e modernização da gestão pública. Dentre essas ações estratégicas ressaltam-se:

Gestão Fiscal:

- ❖ Intensificação e ampliação das ações de arrecadação, reestruturação do sistema e do regime tributário por meio do realinhamento de alíquotas preservando o setor produtivo: Programa Nota Legal e Programa de Educação Fiscal;
- ❖ Incentivo ao fomento da economia local e benefícios a sociedade: Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado do Maranhão – MAIS EMPRESAS e Cheque Moradia. Atrelado a estes incentivos ocorreu uma redução do ICMS de 12% para 2% nas operações com soja, arroz, milho, sorgo e milheto;
- ❖ Capacitação de 320 servidores, técnicos e auditores em 93 eventos realizados para atender ao plano de ajuste das competências na formação e habilidades dos servidores para exercício dos postos de trabalho da gestão fazendária;
- ❖ Realização de concurso público e treinamento para novos auditores;
- ❖ Recuperação de parte do estoque de dívidas ativas, com base no novo modelo de governança, a exemplo do Programa: “Mais Emprego”. Além disso, foram cobrados, por meio de Termos de Verificação de Irregularidade – TVI, créditos de ICMS, no valor R\$ 174 milhões;
- ❖ Renegociação de dívidas visando o equilíbrio financeiro;



- ❖ Realização de operações de crédito destinados à Infraestrutura e Desenvolvimento Social.

Planejamento Governamental

- ❖ Realização de 15 escutas territoriais atingindo a participação de 19.046 pessoas, através da plataforma digital e presencial;
- ❖ Acompanhamento da execução física e financeira do Contrato CEF/FINISA, para fins de comprovação junto à Caixa Econômica Federal através do NEGEP e da UEP, no gerenciamento da implementação, fiscalização e avaliação dos projetos financiados com os recursos da operação de crédito;
- ❖ Comprovação junto ao BNDES da utilização dos recursos referentes aos contratos de financiamento BNDES Estados e PROINVESTE. Somente no exercício de 2017 foram comprovados investimentos na ordem de R\$ 215 milhões, o que corresponde a 17% do montante;
- ❖ Elaboração do Projeto Ilha Digital, possibilitando a interligação, por fibra ótica, de 4 unidades administrativas do Governo do Estado do Maranhão e beneficiando 9 escolas, 3 unidades do Viva em São Luís e 04 unidades administrativas;
- ❖ Modernização do Diário Oficial do Estado – DOE, agilizando o atendimento às Secretarias de Estado, aos Municípios, Ministério Público, Defensoria Pública dentre outros;
- ❖ Adesão do Maranhão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS;
- ❖ Adesão de 207 municípios maranhenses ao SELO UNICEF, representando grande avanço na construção de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos básicos de crianças e adolescentes;



- ❖ Entrada do Maranhão no Consórcio Brasil Central, bloco criado para promover a região na elaboração de uma estratégia conjunta de desenvolvimento;
- ❖ Ampliação do banco de dados do Sistema de Informação PROMUNICÍPIOS: aprovado em novembro de 2016, atualmente contém informações sobre o status de diversas ações de governo nos municípios, estruturadas em sete eixos de planejamento: Desenvolvimento Econômico e Social, Educação, Esporte e Lazer, Infraestrutura, Saúde, Segurança Pública e Serviços e Atendimentos Públicos à População;
- ❖ Realização de encontro com vereadoras e vereadores, sobre cidades com desenvolvimento econômico, social e ambiental, com a presença de 1.100 participantes de 194 municípios, com o objetivo de estreitar o diálogo entre as Câmaras municipais e o Poder Executivo Estadual e debater temas relevantes para a gestão ambiental municipal.

Gestão e Previdência e Valorização do Servidor Público

- ❖ Nomeações por Concurso Público de 1.626 servidores;
- ❖ Promoção Funcional para 589 servidores;
- ❖ Progressão Funcional para 7.807 servidores;
- ❖ Vagas oferecidas através de Concursos Públicos:
 - PROCON: 10 vagas;
 - PMMA: 1.214 vagas e cadastro de reserva de 2.453;
 - DETRAN: 170 vagas;



- AGED: 100 vagas;
- SEGEP: 30 vagas
- POLÍCIA CIVIL: 80 vagas e cadastro de reserva de 235;
- DELEGADO DE POLÍCIA: 20 vagas e cadastro de reserva de 80.

- ❖ Intervenções e Melhorias no Centro Administrativo do Estado;
- ❖ Criação da Ouvidoria e do Portal do Servidor;
- ❖ Aquisição de um novo sistema de Recursos Humanos, permitindo a valorização dos servidores e a otimização dos gastos públicos;
- ❖ Execução, em andamento, do Hospital do Servidor, onde serão investidos R\$ 50 milhões. A Unidade contará com 120 leitos, mais 20 leitos de UTI e terá capacidade para atender os 110 mil servidores. A previsão para entrega é em 2018.

Transparência e Controle

- ❖ Capacitação de 138 servidores do órgão de controle interno;
- ❖ Realização de 8 capacitações dirigidas a servidores dos órgãos estaduais, que treinaram 680 servidores do Executivo em diversas áreas, entre elas: licitações e contratos, gestão de pessoas, procedimentos disciplinares e de tomada de contas especial;
- ❖ Portal da Transparência registra recorde de acessos: 1.806.057;
- ❖ Realização de 154 ações de fiscalização por auditorias em órgãos e entidades do Poder Executivo.



Eixo 2 - Enfrentar as Injustiças Sociais

No enfrentamento das injustiças sociais, sobressai-se o **Plano mais IDH**, que corresponde a um conjunto relevante de Programas e Ações previstas no PPA, em diversas áreas do Governo, que estão sendo realizadas nos 30 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Dentre as realizações alcançadas neste eixo, destacam-se:

Educação Básica

- ❖ Implantação de 11 Centros “Educa Mais”, com oferta de 4.216 matrículas em tempo integral;
- ❖ Investimentos na educação quilombola, valorização da identidade e pluralidade étnico-racial, com a formação de 440 professores da educação quilombola, elevando a autoestima desses educadores;
- ❖ Criação do Programa “Avança”, em regime de colaboração, com a finalidade de elevar a taxa líquida de escolarização das redes públicas municipais, através de intervenções pedagógicas para corrigir a defasagem idade-escola para a melhoria dos indicadores educacionais em 31 municípios, destes, 29 de menor IDH, e atendendo 34.500 estudantes;
- ❖ Através do Projeto “Sim, eu Posso!” 19.677 pessoas foram alfabetizadas;
- ❖ Brasil Alfabetizado: sua meta prevista era alfabetizar 20.321 pessoas, devido à baixa adesão dos municípios, o programa alcançou 6.500 pessoas;
- ❖ Kits Fardamento: foram distribuídos 720 mil uniformes levando dignidade para 360.233 alunos;



- ❖ **Recomposição salarial:** aproximadamente 31 mil educadores em atividade foram beneficiados com o reajuste salarial de 8% sobre a remuneração. O aumento concedido teve variação entre R\$ 198,00 a R\$ 534,00 sem levar em conta os demais adicionais que podem ser incorporados à remuneração, de forma que o impacto anual na folha de pagamento será de R\$ 132 milhões;
- ❖ **No período de 2015 a 2017 os professores do Maranhão receberam 22,05% de reajustes salarial,** este percentual é superior à inflação do mesmo período que foi 16,96%, também, superior às demais unidades da Federação;
- ❖ **A jornada de 20h semanais:** esta jornada foi ampliada para 40h o que ofereceu segurança salarial aos professores, pois, a gratificação por dobra de carga horária era temporária, e foi regulamentada pela Lei nº 10.269/2015 que reenquadrou estes docentes no Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração do Subgrupo da Educação Magistério da Básica de 40 horas semanais. Para esta jornada de trabalho, a remuneração dos professores passou a variar de R\$ 5,1 mil a R\$ 6,6 mil, sem a inclusão do adicional por titulação, entre 10 a 25%, acumulados durante a carreira;
- ❖ **Ocorreram 6.685 progressões, 87 promoções, e estímulos na carreira dos professores e especialistas em Educação;**
- ❖ **Realização de seletivos para contratação 592 profissionais:** 90 vagas para a Educação Especial; 77 vagas Ensino Médio regular e quilombola; 400 vagas para Educação indígena; 25 vagas para a Escola de Música Cacem;
- ❖ **Programa Mais Alimentação Escolar:** atender cerca de 350 mil alunos, com investimentos de R\$ 8.666.435,94 do Tesouro Estadual e R\$ 29.966.118,80 do FNDE, o que possibilitou a distribuição



de gêneros básicos - arroz, feijão, macarrão, biscoito, farinha de mandioca, milho branco, fubá de milho e de arroz – diretamente na escola. Em 2015, os investimentos alcançaram R\$ 26,8 milhões (do FNDE e do Tesouro Estadual). Em 2016 totalizaram em R\$ 31,7 milhões, deste valor R\$ 2,3 milhões com origem do Tesouro Estadual;

- ❖ Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE/MA): em parceria com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), este Programa promoveu a ampliação do atendimento aos estudantes, garantindo segurança e reduzindo a zero a evasão escolar nas localidades atendidas, com a entrega de 2 lanchas (Cajari e Penalva) e 35 ônibus a 35 municípios. O Governo, em 3 anos entregou 80 ônibus escolares. Nos últimos 3 anos foram assistidos 130.646 estudantes da zona rural: em 2015 foram 51.962; em 2016, 36.205 e 2017 foram 42.479;
- ❖ Comitê Mais IDEB: conjunto de ações estratégicas focadas na elevação dos índice educacionais do Estado, objetivando medidas que garantam o professor na sala de aula, com concurso público, ampliação e unificação de jornada e concursos de remoção; melhorias na gestão do corpo docente da rede e atividades como os Simulados Mais IDEB, que envolveram, em 2017, todos os estudantes do Ensino Médio da rede estadual, avaliando suas habilidades em Língua Portuguesa e Matemática. Foram capacitados 12.745 profissionais da educação do Ensino Fundamental e Médio, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Indígena, Quilombola e do Campo.

Ensino Superior

- ❖ Oferta de 292.948 refeições para os alunos de graduação dos cursos oferecidos em todos os polos da UEMA;



- ❖ Realização de cursos de extensão, beneficiando 490 alunos, sendo 100 da UEMA e 390 da UEMASUL;
- ❖ Programa PAES: Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior, para cursos regulares beneficiando 2.504 alunos da graduação sendo 1.854 da UEMA e 650 da UEMASUL;
- ❖ Campus de São Bento: construção dos prédios para os Cursos Matemática, Física e Engenharia da Computação, atendimento de demanda de 13.367 vagas para as diversas regiões do Estado;
- ❖ Entrega do Restaurante Popular e Universitário do Campus de Imperatriz, fornecimento 400 refeições/dia;
- ❖ Pós-Graduação: um total de 87 bolsas em várias áreas de atuação, sendo 71 bolsas a docentes da UEMA e 16 para docentes em pós-graduação da UEMASUL.

Ensino Médio e Profissionalizante

- ❖ Unidade Vocacionais (UV's): implantação de 57 unidades, com 55 cursos técnicos, beneficiando 14.780 pessoas;
- ❖ Cursos profissionalizantes: 55 cursos, em diversas áreas profissionais, capacitando 12.109 pessoas em 70 municípios, incluindo nesse total 30 municípios de menor IDH;
- ❖ Unidades Plenas do IEMA: implantação de 4 unidades e melhoramentos em 3 existentes, e 6 UV's, beneficiando cerca de 14.500 pessoas, entre profissionais liberais e estudantes da Educação Básica;
- ❖ Unidades Plenas do IEMA: fornecimento de 812.400 refeições a 1.354 alunos, sendo 2 lanches e 1 refeição durante 200 dias letivos de 2017;



- ❖ ENEM: oferta de aulas gratuitas de revisão para o exame do ENEM, beneficiando 25.000 estudantes de municípios de todas as regiões;
- ❖ Programa Cidadão do Mundo: 150 alunos beneficiado no programa Intercâmbio Internacional.

Saúde

- ❖ Conclusão da reforma e adequação da Clínica Eldorado - Hospital de Traumatologia e Ortopedia: quintuplica a capacidade de cirurgias da Rede Estadual em São Luís, alcançando 400 cirurgias/mês;
- ❖ Reforma e ampliação do Hospital Regional de Balsas: com atendimento médico-hospitalar em cirurgia geral, clínica médica, anestesia, gastroenterologia, capacidade de 10 leitos de UTI adulto e 10 leitos de UTI neonatal, neurologia, cardiologia, ginecologia e oftalmologia;
- ❖ Entrega da Casa de Apoio de Ninar em São Luís – MA (Centro de Tratamento para Crianças com Problemas de Neurodesenvolvimento): atendimento multiprofissional, equipe constituída por médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas, assistentes sociais, nutricionistas, farmacêuticos, educadores físicos, enfermeiros, psicólogos e psicopedagogos;
- ❖ Casa de Apoio do Hospital de Câncer: beneficiar os acompanhantes de pacientes em tratamento no Hospital de Câncer;
- ❖ Maternidade Marly Sarney: conclusão da UTI e aumento em 10 leitos da UTI materna;
- ❖ Hospital de Bom Jesus da Selva: entregue para atendimento da população do Município com 20 leitos;



- ❖ Ampliação do Centro Especializado em Reabilitação – CER: São Luís, no Bairro Olho D`água, com atendimento especializado para crianças com autismo;
- ❖ Hospital Presidente Vargas (São Luís): reforma da UTI o que disponibilizou 10 leitos de UTI adulto;
- ❖ Projeto Farmácia Viva: a sua implantação contemplou 28 dos 30 municípios de menor IDH;
- ❖ Caravana Maranhão Quilombola: com atendimento a 22.123 pessoas, nos Municípios de Serrano do Maranhão, Itapecuru, Alcântara, Cururupu, Santa Helena e Icatu;
- ❖ Mutirões de Cirurgias Oftalmológicas: realização de cirurgia de glaucoma, catarata e pterígio, de cirurgias urológicas e pediátricas;
- ❖ Ambulâncias: entrega de 126 novas ambulâncias aos municípios e 15 para rede estadual de saúde;
- ❖ Entrega de Vans: um total de 18 que passaram a atender as Regionais de Saúde do Estado, destinadas a conservação e transporte adequado de vacinas.

Segurança Pública

- ❖ Efetivo Policial Militar: aumento do efetivo em 1.276 policiais e bombeiros militares, concursados, nomeados e capacitados no Curso de Formação de Soldados, acrescido de 180 profissionais por processo seletivo pela Secretaria de Segurança;
- ❖ Instalação do Comando Tático Aéreo - CTA em Imperatriz;



- ❖ Delegacias de Polícia: instalação, locação e modernização de 08 Delegacias nos Municípios de Santa Inês, Penalva, Zé Doca, Barreirinhas, Bacabal, Coroatá e na Ilha do Maranhão e Barra do Corda;
- ❖ Instalação do Instituto Genética Forense – IGF: realização de exames periciais com tecnologia de ponta e precisão, colaborando para a resolutividade dos crimes, os quais eram realizados em outros estados da Federação;
- ❖ Criação de Unidades de Plantão 24 horas: num total de 3, sendo uma especializada no atendimento à mulher, instalada na Casa da Mulher Brasileira no Bairro Jaracaty, uma na área Itaqui-Bacanga e a outra em Cururupu;
- ❖ Instalação de 8 Unidades da Polícia Militar: 3 Batalhões da Polícia Militar, Cidade Operaria, Itaqui-Bacanga (convenio com a Vale do Rio Doce), no centro de São Luís; 2 Companhias de Policiamento Militar de Turismo, em São Luís e Barreirinhas; 3 Unidades de Segurança Comunitária (USC), em Coroatá, Santa Inês e na Cidade Olímpica;
- ❖ Instalação de unidades do Corpo de Bombeiros Militar –CBMMA em Chapadinha, Santa Inês e Carolina;
- ❖ Colégio Militar: instalada 4 unidades escolares, 2 em São José de Ribamar, 1 em Bacabeira e 1 em Timon;
- ❖ Criada a Companhia de Policiamento Rodoviário Estadual - CPRV, em parceria com o DETRAN, para o policiamento das rodovias estaduais;



- ❖ Drogas: apreensão de aproximadamente 7 toneladas, aumento de 139% em relação ao ano de 2016, acarretando um prejuízo de R\$ 17,1 milhões ao crime organizado.

Sistema Penitenciário

- ❖ Contratação de Agentes: 914 novos agentes penitenciários, sendo 134 nomeados por concurso público e 780 contratados;
- ❖ Capacitação: 1.796 servidores do Sistema Penitenciário, através da Academia de Gestão Penitenciária nas áreas de formação afins, em 17 cursos de qualificação;
- ❖ Aumento de vagas: adaptação de 7 Delegacias da Polícia Civil (Barra do Corda, Barão de Grajaú, Carolina, Colinas, Grajaú, Governador Nunes Freire e Tutóia) com melhorias das instalações, aumento de 306 vagas para o Sistema Prisional;
- ❖ Aquisição de viaturas e equipamentos: adquiridos 2.603 equipamentos de segurança e 63 viaturas equipadas para atender 43 unidades;
- ❖ Instalação de 2 *Body Scans* (escâneres corporais) de outros equipamentos de segurança, que resultaram na apreensão de 2.963 objetos ilícitos;
- ❖ Instalação da Central Monitoramento Eletrônico do Maranhão (Central 0800), através do SIISP Sistema de Inteligência, Informação e Segurança Prisional, que fornece informações sobre a situação dos custodiados e sobre o acompanhamento dos 1.237 monitorados por tornozeleira eletrônica; 24 horas/dia;



- ❖ Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR's): com a entrega de 3 unidades nos Municípios de Brejo, Governador Nunes Freire e ampliação do Complexo de Pedrinhas, resultando em um aumento de 926 vagas;
- ❖ Saúde nas UPR's: foram realizados 152.659 procedimentos de saúde nas unidades do interior e da capital;
- ❖ Educação: 1.144 internos foram matriculados em sala de aula;
- ❖ Oficinas de trabalho: foram 134 oficinas nas modalidades de artesanato, limpeza e conservação, confecção de sandálias, padaria, almofadas, redes, bicicletas, pintura, musica, horta, fabrica de blocos e calçamento, cozinha, bordados, papel reciclado com a participação de 2.313 apenados, ocupados em 43 Unidades Prisionais do Estado;
- ❖ Produção no Complexo de Pedrinhas: a produção de blocos de concreto e de meio fio, realizadas pelos detentos, através de 3 fabricas instaladas no Complexo, foram utilizadas pelo Programa Rua Digna, bem como, a confecção de fardamentos, com aquisição de insumos e a instalação de malharias e serigrafias, estes fardamentos deixaram de ser terceirizados com empresas o que resultou em produto com qualidade e baixo custo para o Estado e grande alcance social;
- ❖ Projeto Novos Rumos: realização de 3 exposições com mais 100 produtos, em Shopping Center e EXPOEMA, resultado da produção de 30 projetos de padarias, doces e salgados, peças artesanais, em 39 Unidades Prisionais;
- ❖ Projeto Rumo Certo: oportunidade de formação e qualificação de mão de obra em 26 UPR com cursos de capacitação profissional, alfabetização, pós-graduação e preparatório para



vestibulares, dentro do Sistema Carcerário, aulas presenciais e EAD, em convênio com universidades e o Sistema S e órgãos estaduais.

Direitos Humanos, Cidadania e Participação Popular

- ❖ Trabalho Escravo: realização de 600 ações visando contribuir para o enfretamento do trabalho escravo, beneficiando 2.000 pessoas, em 40 municípios;
- ❖ Cartão Transporte Universitário: criado em 2017, visa garantir o deslocamento do universitário que precisa percorrer distância de mais de 100 km entre sua residência e a instituição de ensino onde está matriculado, beneficiando 1.000 jovens, que recebem, a parcela única, R\$ 800,00 semestralmente;
- ❖ Projeto Tour Jovem Cidadão: 160 jovens beneficiados;
- ❖ Turismo Educativo: benefício a mais de 2 mil jovens de 42 cidades;
- ❖ Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa: criado em 2017 com objetivo de interligar o trabalho entre setores públicos e privados em prol da garantia dos direitos da pessoa idosa em sua totalidade;
- ❖ Política de Assistência Pública: 82 municípios beneficiados com 8.648 jovens atendidos;
- ❖ Procon Móvel: entrega de carretas com capacidade para realizar mais de 500 atendimentos por dia;
- ❖ Unidades de Atendimento – FUNAC: reforma em 4 unidades gerando 67 vagas regionalizadas, sendo 47 (internação em São Luís) e 20 (semiliberdade em Timon);



- ❖ Central de Libras: atendimento a 1.176 pessoas com deficiência auditiva, destacando os procedimentos realizados em hospitais, a exemplo do 1º parto humanizado.

Segurança Alimentar, Combate à Extrema Pobreza e Assistência Social

- ❖ Programa Bolsa Escola: 1.019.513 crianças beneficiadas e 1.822 estabelecimentos habilitados a comercializar os materiais escolares adquiridos;
- ❖ Quitação antecipada – CAEMA: cerca de 50.673 consumidores beneficiados com a quitação antecipada da fatura de água fornecida pela CAEMA;
- ❖ Conclusão e instalação da primeira cozinha quilombola do Brasil, na comunidade Marudá em Alcântara;
- ❖ Restaurante Popular: 19 restaurantes em funcionamento, 6 na capital e 13 no interior, fornecendo mais de 3.688.938 refeições em 2017;
- ❖ Cozinhas Comunitárias: em 2017, foram concluídas 2 cozinhas e mais 28 estão em execução, totalizando 30 unidades e beneficiando 30 municípios no Plano Mais IDH;
- ❖ Programa Mais Renda: entregues 1.115 equipamentos a pequenos empreendedores em 13 municípios;
- ❖ Concluídos de 15 canais por meio de diques, que visam o armazenamento de água salgada em igarapés e campos naturais, beneficiando 15 municípios;
- ❖ Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água – SAA: 83 sistemas concluídos, melhorando a qualidade de vida com uso racional de recurso hídrico garantindo acesso a água e campos naturais;



- ❖ Capacita SUAS: implantado em 2017, beneficiou 2.063 trabalhadores, através de capacitações locais;
- ❖ CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social: instaladas 15 unidades, no interior e Capital, em cumprimento a medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade;
- ❖ CRAS - Centros de Referência de Assistência Social: foram instaladas 122 unidades no interior e capital.

Esporte e Lazer

- ❖ Acréscimo de 35,71% de municípios beneficiados em relação a 2016;
- ❖ Ampliação da manutenção da estrutura esportiva estadual em 28,57%, em relação a 2016;
- ❖ Incremento de 16,14% de valor captado em relação ao ano de 2016;
- ❖ Reforma e melhorias no Complexo Esportivo Canhoteiro;
- ❖ XLV Jogos Escolares Maranhenses – JEMs 2017: com 78.000 alunos/atletas, 1.650 escolas participantes, com a participação de 114 municípios, superou todas as suas edições;
- ❖ Paraolimpíadas Escolares de 2017: a participação do Maranhão nos jogos alcançou a 16ª colocação no quadro de medalhas, sendo a melhor colocação do Estado em todas as edições da competição.



Habitação

- ❖ Entrega de 400 Unidades Habitacionais, 100 em cada um dos seguintes municípios: Amapá do Maranhão, Água Doce do Maranhão, Lagoa Grande e Santa Filomena, beneficiado 2.000 pessoas;
- ❖ Iniciadas as obras da segunda etapa da ação para a construção de mais 1.780 unidades habitacionais onde serão contemplados mais 15 municípios de menor IDH;
- ❖ Cheque Minha Casa: investimentos na ordem de R\$ 20 milhões, beneficia 20 mil pessoas residentes nas Cidades de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa;
- ❖ O Projeto Aquaponia, (Programa Mais Extensão para o Maranhão), criação de peixes com o cultivo de hortaliças, beneficia 5.000 mil pessoas com investimento de R\$ 576 mil;
- ❖ Aluguel Social: investimento na ordem de R\$ 3,8 milhões, atinge 641 beneficiários;
- ❖ Casa Cidadã: investimento de R\$ 589 mil para realizar adequações de acessibilidades em residências de pessoas com deficiência motora, com a finalidade de facilitar a locomoção, beneficiou 37 residências;
- ❖ Apartamentos de Habitação Popular: em 2017 iniciaram a construção de 1.360 apartamentos, sendo 1.104 no Sítio Piranhenga e Ponta do São Francisco, ambos em São Luís.

Políticas para as Mulheres

- ❖ Unidade Móvel “Carreta da Mulher Maranhense”: ações itinerantes para difusão dos direitos garantidos pela Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio, atendendo a mais de 16 mil mulheres;



- ❖ Unidades Móveis do Ônibus Lilás: atendimento a mais de 4.000 a mulheres em povoados de 79 municípios, com serviços de assistência, saúde, prevenção e educação;

Eixo 3: Desenvolvimento para Todos

Para a promoção do desenvolvimento, o Governo do Estado iniciou um amplo conjunto de ações com vistas a elevar a renda e o emprego. Entre as principais realizações, destacam-se:

Trabalho, Renda e Economia solidária

- ❖ Intermediação de Mão de Obra: em 13 municípios assistidos, foram beneficiadas 80.561 pessoas;
- ❖ Seguro Desemprego: em 13 municípios assistidos, com um total de 54.342 benefícios;
- ❖ Microcrédito Produtivo Orientado: em 2017, foram orientados 875 microcréditos em 13 municípios;
- ❖ Mais Emprego: em 16 municípios, ocorreram 175 benefícios;
- ❖ Mutirão Rua Digna: esta estratégia consiste na parceria entre o Estado e Município, para obter mão obra a ser utilizada na recuperação de ruas dos bairros, dessa forma, foram assistidos 22 municípios com 72 ruas recuperadas;
- ❖ Empreendimentos de Economia Solidária: em 45 municípios, 225 pessoas foram beneficiadas;
- ❖ Qualificação Profissional e Cidadania: 42 municípios assistidos com 845 capacitados

Cultura e Turismo



- ❖ “O Carnaval de Todos”: durante o período carnavalesco de 2017, cerca de 200 atrações, entre elas, blocos tradicionais, tambor de crioula, desfile de escolas de samba, show de artistas locais e nacional, atraindo 600 mil pessoas;
- ❖ São João de Todos 2017: mais de 450 apresentações, durante 12 dias, entre elas bumba-meu-boi, danças tradicionais, quadrilhas, forró, artistas nacionais e locais;
- ❖ 11ª Feira do Livro de São Luís: a 11ª Feira do Livro de São Luís – FeliS: nos espaços culturais de do Centro Histórico com palestras, venda de livros, café literário, saraus, oficinas e uma diversidade de atrações musicais;
- ❖ Mais Cultura e Turismo Lençóis Maranhenses: em sua 3ª edição, com a Lancha Cultural, objetiva a democratização do acesso à cultura, valorizar a diversidade das matrizes culturais e interiorizar as suas atividades;
- ❖ Novos Espaços para a Cultura: através de editais e recursos de R\$ 372 mil foram realizados eventos culturais em vários pontos da Capital, em espaços públicos e casas de cultura de São Luís, com programação permanente de quarta-feira a domingo;
- ❖ Maranhão Musical: com o objetivo de desenvolver e revelar talentos no Maranhão, bem como garantir o amplo acesso aos direitos culturais, foram entregues 110 kits de instrumentos musicais a 52 municípios do Estado, num total de 2.760 instrumentos. Foi também beneficiada a Escola de Música Lilah Lisboa de Araújo, com kit musical com 100 instrumentos;



- ❖ Nata de Todos: luzes natalinas, ilusões de óticas com a técnica do *video mapping*, por exemplo, fazendo as janelas e portas do Palácio dos Leões dançarem como um bale tecnológico, atraiu mais de 25 mil pessoas;
- ❖ Réveillon de Todos: com apresentações de shows com artistas maranhenses, nacionais e internacionais realizados na Avenida Litorânea e na Praça Nauro Machado;
- ❖ Feiras Nacionais de Turismo: 27 eventos realizados em 2017 promovendo 3 polos do Turismo no Maranhão, sendo as Chapada das Mesas, Lençóis Maranhenses e São Luís com a qualificação dos profissionais que prestam serviço ao Turismo ao longo do ano.

Ciência, Tecnologia e Inovação

- ❖ Ponto da Rede de Internet Gratuita do Maranhão – MARANET: em um total de 14 pontos de acesso gratuito, 8 em São Luís, beneficiando aproximadamente, 2.800.000 pessoas;
- ❖ Mais Inovação: são investimentos em pesquisas visando a inclusão, em 2017, foram aprovados 73 projetos através dos editais de Cadeias Produtivas, Solidários, Startups (empresas em fase inicial que desenvolvem produtos ou serviços inovadores, com potencial de rápido de crescimento) e Tecnologia Social;
- ❖ Realização de 227 eventos científicos e tecnológicos com a participação de 33.000 alunos, em 33 municípios maranhenses;
- ❖ Concessão de 497 auxílios a pesquisa científica;
- ❖ Concessão de 1.020 bolsas de graduação e pós-graduação.

Indústria, Comércio e Serviços e Minas e Energia



- ❖ Conclusão da reforma do Parque Empresarial de Timon;
- ❖ Conclusão da reforma dos aeródromos de Bacabal e Carolina;
- ❖ Conclusão do Projeto de urbanização e Infraestrutura do Parque Empresarial de São Luís;
- ❖ Programa Mais Avicultura: adesão de 5 empresas ao programa com investimentos de R\$ 380 milhões;
- ❖ Aquisição de Lotes Industriais: aprovação de 18 cartas consultas para aquisição de lotes industriais visando a implantação de indústrias e parques industriais, com investimentos na ordem de R\$ 612 milhões, com previsão de geração de 1.795 empregos;
- ❖ Lotes Industriais: 26 lotes adquiridos, 16 em São Luís, 2 em Imperatriz, 5 em Timon e 3 em Balsas;
- ❖ Programa de Compras Governamentais: 6.368 empresas cadastradas no programa;
- ❖ Caravana do Empreendedor: 1.072 atendimentos a contribuintes, empresários, contadores e público em geral num total de 20 caravanas em 2017;
- ❖ Realização da Caravana para o Desenvolvimento Empresarial, cuja finalidade foi promover serviços, treinamentos, informações e atendimentos especializados;
- ❖ Inauguração de 07 Postos de Atendimento da JUCEMA.

Meio Ambiente e Recursos Naturais

- ❖ Licenças Ambientais: realização de 1.158 vistorias e análise técnica;



- ❖ Balneabilidade das Praias em São Luís: em 2017, foram coletadas de 2.345 amostras, em 21 pontos avaliados, gerando relatórios semanais de balneabilidade em São Luís e São José de Ribamar;
- ❖ Área de Proteção Ambiental – APA: investimentos de R\$ 14 milhões em revitalização e recuperação do Complexo Ambiental da APA do Itapiracó, que atrelou sustentabilidade ambiental à uma área de lazer e entretenimento para a população;
- ❖ Elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental – PEEA;
- ❖ Execução de 04 eventos voltados à conscientização ambiental;
- ❖ Oficina de Reaproveitamento de Material Reciclável: realização de 8 oficinas, uma delas na Comunidade Quilombola Boqueirão, no Município de Icatu/MA

Agricultura, Pecuária e Pesca

- ❖ Assistência Técnica e Gerencial: 675 produtores de leite assistidos, além da aquisição de 15 tanques de resfriamento, 51 ordenhadeiras e 09 analisadores de leite;
- ❖ Aquisição de Sementes Seleccionadas: beneficiando 101 mil agricultores que utilizam o sistema produtivo isolado e/ou consorciado;
- ❖ Maquinas e Equipamentos Agrícolas: aquisição de 86 tratores, grades aradoras e carretas agrícolas; 45 plantadeiras; 7 retroescavadeiras; 34 roçadeiras; 2 trilhadeiras; 5 ensiladeiras e 3 trituradores de capoeira, beneficiando 66.048 agricultores;
- ❖ Sistemas de Abastecimento de Água: implantação de 95 sistemas, com perfuração de poços artesianos, beneficiando 2.028 famílias de agricultores em 19 municípios maranhenses;



- ❖ Febre Aftosa: 16.260 fiscalizações na prevenção e erradicação da febre aftosa com vacinação de 98,42% do rebanho bovino maranhense;
- ❖ Doação de 33.722 doses de vacinas contra a febre aftosa para criadores na faixa de pobreza (quilombolas);
- ❖ 44.855 fiscalizações voltadas à prevenção e ao controle das doenças dos animais de produção;
- ❖ 82.885 fiscalizações do trânsito de animais e seus produtos e subprodutos;
- ❖ 91.502 fiscalizações voltadas à prevenção e ao controle de pragas dos vegetais;

Agricultura Familiar

- ❖ Feiras Agrotecnológicas: realização de 5 feiras, beneficiando 87 mil produtores;
- ❖ Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar: entrega de 482 barracas de feiras para comercialização de produtos, beneficiando 1.928 agricultores familiares; aquisição de 1 caminhão $\frac{3}{4}$ com carroceria de madeira e 1 caminhonete 4x4 cabine dupla, facilitando o transporte a comercialização de produtos da agricultura familiar, beneficiando 100 agricultores;
- ❖ Garantia SAFRA: acesso de 3.423 agricultores familiares ao benefício, o que possibilita ao agricultor receber seguro quando da ocorrência de perdas de lavoura por estiagem ou excesso hídrico;
- ❖ Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água: implantados 49 sistemas, beneficiando 11.760 agricultores familiares com a melhoria nas condições de saneamento e infraestrutura hídrica;



- ❖ Pesca: aquisição e entrega de kits de equipamentos contendo 180 motores com rabetas e 180 coletes salva-vidas, beneficiando as famílias de pescadores;
- ❖ Equipamentos e Implementos agrícolas: aquisição de 36 tratores agrícolas com 34 carretas, 34 roçadeiras, 34 grades aradoras e 10 raspadeiras e 3.600 agricultores familiares beneficiados;
- ❖ Kits de Irrigação: aquisição de 66 Kits contendo ferramentas agrícolas, sementes de hortaliças, corretivos e fertilizantes, 990 agricultores beneficiados;
- ❖ Fortalecimento de 03 cadeias produtivas do mel, mandioca e caju beneficiando 454 produtores;
- ❖ Aquisição de 102 trituradores/forrageiros para a cadeia produtiva de ovinocaprino, beneficiando 192 agricultores familiares;
- ❖ Assistência técnica e extensão rural a 64.475 agricultores familiares em todo o Estado;
- ❖ Emissão de 64.956 DAP's - Declarações de Aptidão ao PRONAF;
- ❖ 879 Títulos de Terras entregues beneficiando 2033 famílias.

Eixo 4 - Ampliar Infraestrutura e Logística

Saneamento Básico

- ❖ Obras de tubulação de esgoto, aterro e muro dos fundos de alguns imóveis da rua Pires Saboia, no bairro da Alemanha;
- ❖ Sistemas de Abastecimento de Água: ampliação e melhoria de 8 Sistemas, beneficiando 5.760 pessoas;



- ❖ Sistema de Esgotamento Sanitário: ampliação e melhoria de 1 Sistema, 15.000 pessoas beneficiadas;
- ❖ Rede Coletora de Esgoto: entrega de 11 quilômetros de rede com 2 mil ligações domiciliares, em Imperatriz;
- ❖ Poços Artesianos: entrega de 18 poços, beneficiando 17.640 pessoas;
- ❖ Eliminação de 70 dos 80 pontos de lançamento de esgoto na Lagoa da Jansen;
- ❖ Continuidade das obras da ETE do Anil e da reforma das Estações de Tratamento do Bacanga e Jaracaty;
- ❖ Construção de 205 Kits Sanitários, beneficiando 740 pessoas.

Infraestrutura Rodoviária e Mobilidade Urbana

- ❖ Obras Rodoviárias: execução de 29 obras em 23 rodovias estaduais, totalizando 295,42 km de implantação e melhoramentos de rodovias;
- ❖ Das 217 obras de conservação, manutenção de rodovias e pavimentação de vias urbanas, que totalizam 3.501,68, deste total, 167 foram efetivamente concluídas;
- ❖ Programa Mais Asfalto: 573 km de rodovias foram implantados, pavimentados e conservados com recursos do tesouro estadual, convênios com órgãos federais e BNDES;
- ❖ Conservação da MA 122: Trecho Imperatriz/Amarante – 106 km;
- ❖ Melhoramento da MA 006: Trecho: Grajaú/Fortaleza dos Nogueiras – 146 km;



- ❖ Serviço de Melhoramento e Pavimentação das Avenidas 01, 02, 08, 13 e Estrada da Maioba – 4.60 km;
- ❖ Serviço de Pavimentação Asfáltica nos Bairros São Cristóvão, Rodoviária, Estrada da Vitoria, Cidade Operaria, Vila Luizão e Avenida dos Franceses – 13 km;
- ❖ Melhoramento e Pavimentação da MA 201/MA 202, Trecho: Forquilha, acesso ao Maiobão, Paço do Lumiar e São Jose de Ribamar – 4,20 km;
- ❖ Implantação da Avenida Metropolitana, MA 203, Avenida dos Holandeses – Orla Marítima – 3,30 km;
- ❖ Construção de Ponte sobre o Rio Novo – Paulino Neves – 142 m;
- ❖ Avenida Atlântica no Bairro do Araçagy – 2,80 km;
- ❖ Fiscalizações e Controle dos Serviços Públicos: realização de 1.000 fiscalizações nas regiões metropolitanas de São Luís e Imperatriz melhorando os transportes públicos intermunicipais;
- ❖ Projeto da Ampliação, Reestruturação da Avenida dos Holandeses/Binário Holandeses Litorânea na Região Metropolitanas de São Luís;
- ❖ Implantação do aplicativo Meu Ônibus MOB, que possibilita ao cidadão acompanhar o trajeto dos ônibus expressos metropolitano até a chegada nos pontos de parada e o tempo estimado de chegada ao seu destino;

Urbanismo

- ❖ Regularização Fundiária: entregues 3.800 títulos imobiliários na Cidade Olímpica;



- ❖ Construção de Ponte de Concreto Armado sobre o Rio Itapetinga, no Município de Bequimão;
- ❖ Conclusão da Obra da Avenida Jackson Lago;
- ❖ Obra de requalificação da Praça Odorico Mendes, localizada na Rua Rio Branco;
- ❖ Obras de Urbanização da Praça Negro Cosme, no bairro Fé em Deus;
- ❖ Execução em, aproximadamente, 80% da Praça sob a Ponte Bandeira Tribuzzi e um Cais Flutuante;
- ❖ Programa Minha Casa Minha Vida: construção, no Residencial da Ribeira, em São Luís, de um de Centro Comercial e uma Praça urbanizada com quiosques, bancos e equipamentos de ginástica que atende famílias de baixa renda;
- ❖ Criação das Agências Metropolitanas da Grande São Luís e da Região Sudoeste;
- ❖ Eleição do Conselho Participativo Metropolitano, aprovação da Carta Metropolitana e realização de 13 seminários preparatórios nos municípios que compõem a RMGSL - Região Metropolitana da Grande São Luís;
- ❖ Realização da I Conferência Metropolitana da Grande São Luís com a discussão, elaboração de proposições e eleição dos delegados;
- ❖ Limite Territorial: audiência para a correta identificação dos limites territoriais dos municípios que integram a Ilha de São Luís, objetivando solucionar antigos conflitos;



- ❖ Encontro de Gestores do CONLESTE - Consórcio Público Intermunicipal das Mesorregiões Norte e Leste Maranhense, com exposição e comercialização de produtos, rodadas de negócios, exposição dos potenciais turísticos, culturais e capacitação do público alvo;
- ❖ Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS, com estudos de localização, implantação de soluções consorciadas, concepção tecnológica e de viabilidade para o tratamento e disposição final em um horizonte de planejamento de 20 anos.

Infraestrutura Portuária

- ❖ Terminal de passageiros do Cajupe: 45% da obra realizada do novo Terminal;
- ❖ Revitalização do sistema de combate a incêndio do berço 100 a 108, 49% da obra concluída;
- ❖ Pavimentação dos pátios G e H, aumento da capacidade de armazenagem de cargas gerais, em especial de containers;
- ❖ Berço 108: operacionalização do novo píer petroleiro que contribui para aumento em 40% a capacidade de movimentação de derivados de petróleo.

Cumprе enfatizar, ainda, que se verificou a necessidade de se realizar um conjunto de práticas com o objetivo de melhorar a performance dos programas, tais como: A verificação dos atributos e, caso necessário, solicitar que seja realizada uma revisão do PPA; Examinar a necessidade de adequação das metas físicas planejadas, considerando que houve, para alguns programas, um descompasso entre o planejado e o executado; Formular indicadores de resultados intermediários que possibilitem mensurar, medir, monitorar e avaliar do



desempenho do Programa, uma vez que a ausência de indicadores para alguns programas prejudicou uma maior reflexão sobre os resultados obtidos; Criar autonomia gerencial no âmbito do Programa para garantir o monitoramento fino das ações, de modo a mitigar os principais riscos que contribuam para o não atingimento das metas; Realizar regulamente o lançamento das metas físicas e financeiras, bem como, um acompanhamento e monitoramento institucionalizado das ações programadas no SISPCA.

Outro aspecto relevante, diz respeito a necessidade de readequação da metodologia de avaliação do PPA, tendo em vista a existência de assimetria de informação entre os gestores do sistema de planejamento e os órgãos setoriais, que dificulta o monitoramento e a mensuração da qualidade do gasto público. Sobre este aspecto, o início do processo de substituição de alguns sistemas transacionais relativos ao planejamento e execução orçamentária e financeira emerge como uma grande oportunidade para aperfeiçoamento do processo de avaliação das políticas públicas e melhoria na metodologia de avaliação das políticas públicas.

Por fim, a avaliação do PPA vigente para o exercício de 2017 demonstrou que, apesar da necessidade de melhorias no que tange ao aperfeiçoamento das práticas da gestão pública, o resultado foi positivo, uma vez que a maior parte dos programas alcançou os resultados planejados, com reais impactos na qualidade de vida da população maranhense que, além de ter contribuído diretamente na definição das políticas e eleição das prioridades, por meio do Orçamento Participativo, aprova a Gestão atual, conforme demonstrado nas principais pesquisas de satisfação.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

Avenida Jerônimo de Albuquerque Edifício Clodomir Millet s/n - Calhau

São Luís/MA - Cep: 65.051-200

Fone: (98) 3227-5591 / 3218-2106 - www.seplan.ma.gov.br